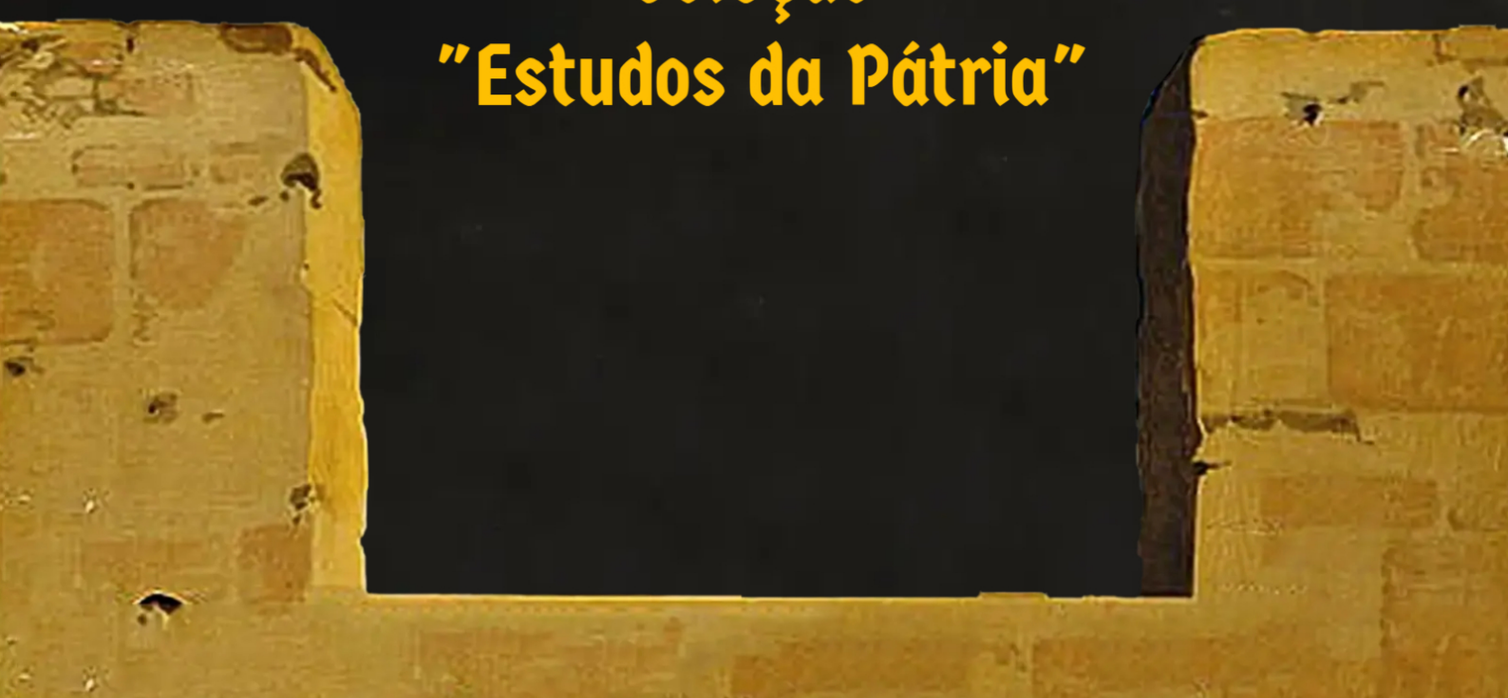
Saulo Barreto Lima Fernandes
(Org.)

EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS
(Partes 1 e 2)

A INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

GUERRAS ENTRE NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS

Trilogia 2
Coleção
"Estudos da Pátria"



FLAMARION BARRETO LIMA

EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS (Partes 1 e 2)

A INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

GUERRAS ENTRE NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS

SAULO BARRETO LIMA FERNANDES (ORG.)

EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS (Partes 1 e 2)

A INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

GUERRAS ENTRE NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS

TRILOGIA 2

DA

COLEÇÃO “ESTUDOS DA PÁTRIA”

GEN. FLAMARION BARRETO LIMA

© Copyright 2025, Flamarion Barreto Lima

1ª edição e impressão

(Publicado em dezembro de 2025)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F577

Lima, Flamarion Barreto (1912 – 1973).

EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS, A INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA, GUERRAS ENTRE AS NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS / Lima, Flamarion Barreto. – 1ª ed. – São Luís/MA, Brasil: Editora Scriptorium, 2025.

263, p.: il.

ISBN: 978-65-01-77829-7

I. Brasil - História 2. Evolução Política dos Países Latino-Americanos, 1864-1870 I. Título, II. Título: Evolução Política dos Países Latino-Americanos, A Independência na América Latina, Guerras entre as Nações Hispano-Sul-Americanas

CDD-989.205

CBL - Câmara Brasileira do Livro

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei no 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito do detentor dos direitos, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Esta trilogia foi transcrita do original por Saulo Barreto Lima

SOBRE A PRESENTE OBRA

Este livro é fruto da continuidade ao projeto de reedição das obras do historiador Luís Flamarion Barreto Lima em formato de trilogias da Coleção apelidada, por mim, de “ESTUDOS DA PÁTRIA”.

O primeiro volume já disponível para o grande público e disponibilizado gratuitamente em formato de PDF em alguns sites assim como o livro físico que se encontra à venda em plataformas da *internet*.

Esse primeiro volume tiveram como obras compiladas respectivamente: ***Guerra do Paraguai*, *Formação da Nacionalidade* e *Brasileira Fatores Psicossociais Sul-Americanos*.**

Neste agora o general volta seu foco para seus estudos na América Latina com valiosas informações de modo a entender essa parte tão fascinante do continente.

Saulo Barreto – Organizador

EVOLUÇÃO POLÍTICA
DOS
PAÍSES LATINO-AMERICANOS

(Parte 1)

SUMÁRIO

1ª FASE — 1830 a 1870

1. REPÚBLICA FEDERAL DO MÉXICO

2. REPÚBLICA FEDERAL DA AMÉRICA CENTRAL

3. REPÚBLICA DO HAITI

4. REPÚBLICA DE SÃO DOMINGOS

2ª FASE — 1870 a 1930

1. REPÚBLICA FEDERAL DO MÉXICO
2. AMÉRICA CENTRAL

a. Guatemala

b. Nicarágua

c. Salvador

d. Honduras

e. Costa Rica

f. Panamá

3. REPÚBLICA DE CUBA

4. REPÚBLICA DO HAITI

5. REPÚBLICA DE SÃO DOMINGOS

3ª FASE — TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

1. REVOLÇÃO MEXICANA

2. REVOLUÇÃO CUBANA

A presente publicação é uma síntese realizada pelo Ten. Cel. NEY REZENDE do trabalho original.

1ª Parte

1ª FASE — 1830 A 1870

a. Antecedentes

Os acontecimentos da independência fixaram três tendências políticas e três grupos de ação política no México:

— Os advogados das ideias republicanas que aceitaram o modelo norte-americano; adotaram-na homens de educação enciclopédica e admiradores dos Estados Unidos, como Lorenzo Zavala.

— Os saudosistas da tradição colonial que defendiam a Monarquia, ou a República Conservadora. Eram grandes proprietários, comerciantes opulentos, como Lucas Alamán, que julgavam a Revolução obra dos grandes proprietários e da parte ilustrada da população e temiam a ameaça norte-americana.

— Os caudilhos, formados generais nas lutas pela independência, muitas vezes ignorantes, mas sempre homens de ação, lídimos representantes de grande parte da população. Eram desprezados pelos homens de pensamento, mas indispensáveis para que suas ideias repercutissem, praticamente, no seio da população. Eram homens, como o general António López de Santa Ana, que Lucas Alamán chamaria de o "herói monstruoso".

b. De Santa Ana a Benito Juárez

O primeiro presidente da República do México foi o general Juan Manoel Félix Fernandez (Guadalupe Victória), que cumpriu, integralmente, seu mandato (1824-1829) e conquistou o último reduto espanhol, o Castelo de San Juan de Ullúa.

As eleições de 1828 foram ganhas por Gomez Pedraza, resultado ignorado por seu oponente general Vicente Guerrero, que apoiado pelo general Santa Ana foi reconhecido presidente da República, pelo Congresso, e empossado em abril de 1829. Durante o seu governo, a escravidão foi abolida e, auxiliado por Santa Ana, derrotou os espanhóis na tentativa de reconquista do México. Pouco depois, esse mesmo Santa Ana, que tinha auxiliado Guerrero na derrubada da Pedraza aliou-se ao Vice-Presidente Bustamante em uma revolta para derrubá-lo e, posteriormente, fuzilá-lo.

Bustamante iniciou seu governo, em fevereiro de 1830, mas em menos de dois anos foi deposto por Santa Ana que se elegeu Presidente. Em abril de 1833, época de sua posse, o General Santa Ana ausentou-se do País passando o governo a ser exercido por Gómez Farias, Vice-Presidente, auxiliado por homens eminentes como José Luiz Mora e Lorenzo Zavala. Iniciou reformas, no México, abolindo os privilégios especiais do Clero e do Exército; secularizou os bens da Igreja, fechou as Universidades do México, dirigida

pelos sacerdotes, introduzindo nelas práticas educacionais mais modernas. Respeitou a liberdade de opinião, instituiu o julgamento por tribunais de júri em casos criminais e reduziu o efetivo do Exército. Essas reformas levantaram os clamores do Clero e do Exército e levaram Santa Ana a regressar de seu exílio voluntário, assumir o governo e a anular todo o programa de reformas.

Durante duas décadas o general Santa Ana foi o árbitro da política mexicana. Convertendo-se em conservador e centralista, declarou que a democracia, no México, era impraticável porque os mexicanos não estavam amadurecidos para o autogoverno. Erigiu-se em ditador com apoio do Exército e governou acima da Constituição; dissolveu o Congresso e, em 1836, promulgou nova Constituição, conhecida sob o nome de "Sete Leis". Essa Constituição, destinada a perpetuar o tipo de governo concebido por Santa Ana, restringia o direito de voto aos grandes proprietários e ampliava o mandato presidencial para oito anos, com direito à reeleição. Atribuía ao Congresso o direito de designar os governadores das Províncias e criava uma Junta Executiva, irresponsável, que concentrava todos os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A Constituição desagradou a muitos mexicanos e foi uma das causas da secessão do Estado do Texas e indiretamente concorreu para a desastrosa guerra de 1846-1848 com os Estados Unidos. A secessão do Estado do Texas acarretou o afastamento de Santa Ana do governo e as eleições de 1836 elevaram ao poder o general Anastásio Bustamante. Bustamante teve de enfrentar um ultimato francês, apoiado por navios de guerra, através do qual o governo francês cobrava uma indenização pelos atentados sofridos por franceses às suas propriedades no México. Com a mediação da Inglaterra e dos Estados Unidos, o México reconheceu a dívida de 600.000 pesos.

Em 1844, sob nova Constituição, Santa Ana voltou ao poder, como ditador, e no ano seguinte foi desterrado novamente. Voltaria à cena política em consequência da guerra com os Estados Unidos (1846-1848).

(l) *A secessão do Estado do Texas*

Em 1820, Moses Àustin, norte-americano, persuadiu o Vice-rei da Nova Espanha, Ruiz de Àpodaca, a conceder-lhe uma porção de terras no Texas. Com a independência do México, o novo governo confirmou a Stephen Àustin, filho do antigo concessionário, a posse da terra concedida anteriormente. Em consequência, grande número de cidadãos norte-americanos se fixaram nessas terras, não se permitindo, porém, a esses imigrantes se estabelecerem em colónias isoladas. Tomaram-se, por outro lado, providências para incrementar a fixação de mexicanos nessa área e a Constituição foi alterada, unindo-se os Estados do Texas e o de Coahuila em um só Estado da Federação. Assegurou-se, assim, a maioria mexicana, no novo Estado, e, consequentemente, sua representação majoritária na

Assembleia do Estado.

Em 1825, o presidente John Quincy Adams e o Secretário de Estado Henry Clay iniciaram negociações para compra de parte, ou de todo o território do Estado do Texas. Os mexicanos começaram, então, a suspeitar das verdadeiras intenções dos Estados Unidos, no que foram estimulados por Ward, representante da Inglaterra.

O problema começou a se complicar quando o presidente Vicente Guerrero aboliu a escravatura, pois a maioria das 300 famílias norte-americanas, estabelecidas no Estado do Texas, era proprietária de escravos e não estava disposta a acatar uma lei que a privava de uma propriedade que julgavam legítima. O governo mexicano reafirmou sua decisão de abolir a escravidão em todo o território da República, ignorando a oposição dos colonos norte-americanos no Estado do Texas. Entrementes, o presidente Andrew Jackson retomou o projeto de compra do Texas, levando o governo mexicano a proibir a entrada de colonos que não possuíssem passaportes mexicanos e incrementou a fixação de naturais do México nessa área, chegando a enviar para lá criminosos egressos das prisões.

Os norte-americanos não gostaram dessa providência e mais se irritaram com a chegada de um contingente de soldados mexicanos, encarregado de cobrar direitos aduaneiros, provenientes de mercadorias importadas do México, desde que foram proibidas, em 1830, essas importações dos Estados Unidos.

Por outro lado, haviam entrado no Texas imigrantes norte-americanos apegados à liberdade de crença e de religião diferente da católica, religião do Estado no México. Novos conflitos surgiram em função dessas divergências religiosas.

Havia descontentamento e desapontamento numerosos, no Estado do Texas, criados pelas suspeitas dos mexicanos quanto às verdadeiras intenções dos Estados Unidos pela questão da escravidão e intolerância religiosa, pela cobrança de direitos aduaneiros e outros impostos, pelo contrabando e a resistência passiva dos norte-americanos para cumprir leis e regulamentos expedidos pelo governo do México. Mas a situação se mantinha calma e a possibilidade de uma solução radical para a questão texana parecia remota.

A reforma centralizadora, empreendida pelo governo do general Santa Aana com as “Sete Leis” iria, porém, precipitar os acontecimentos. Os texanos, em defesa de sua autonomia, se revoltaram, apoderando-se de Goliad e San António, declarando-se separados da Federação mexicana e organizando um Governo Provisório. O presidente Santa Ana aceitou o desafio e, em 1835, enviou um Exército para submeter o Estado rebelde. Foi derrotado e, em consequência, o Estado do Texas se proclamou Estado independente em 20 de março de 1836. Santa Ana assumiu o comando do Exército e se dispôs a dominar o Estado seccionista. Derrotou os rebeldes

em Álamo, Goliad e San António e tratou, barbaramente, os prisioneiros feitos. Mas, em abril de 1836, foi aprisionado em uma escaramuça em San Jacinto. Na prisão aceitou o Tratado público e o secreto, no qual se comprometeu a suspender as hostilidades e a preparar o reconhecimento da independência do Estado do Texas, em troca de sua liberdade. Os texanos impediram a execução do Tratado e o governo mexicano não o reconheceu. Stephen Austin, o concessionário norte-americano e Santa Ana apelaram, então, para a mediação do presidente Andrew Jackson da qual resultaria o reconhecimento da independência do Estado do Texas e sua incorporação, posterior, aos Estados Unidos, como Estado autónomo, em 1845, apesar da oposição do Congresso norte-americano, afinal vencida.

Consumou-se a perda do Estado do Texas, menos por incapacidade militar do general Santa Ana e do apoio dado pelos Estados Unidos, do que pelas divergências e ódios que dividiam os políticos no México. O federalista Lorenzo Zavala defendeu a rebelião texana enquanto Luiz Mora lançou a culpa da secessão ria reforma centralista de Santa Ana. Não admira, pois, a inércia do Estado mexicano ao enfrentar a rebelião do Texas.

(2) *A guerra entre os Estados Unidos e o México*

A anexação do Texas aos Estados Unidos, em 1845, foi para os mexicanos uma prova evidente de que a secessão desse Estado era expressão do imperialismo norte-americano. O México rompeu suas relações diplomáticas com a República norte-americana, e dessa atitude à guerra, não havia mais do que um passo, pois as tensões entre os dois países eram profundas e antigas.

Em 1840, constituiu-se uma Comissão Mista para fixar a soma que os mexicanos deviam pagar aos seus credores norte-americanos, devendo as decisões da Comissão ser submetidas ao juízo arbitrai do Rei da Prússia. A Comissão, em 1841, fixou o montante dessa dívida em 20 milhões de dólares, pagáveis em 20 cotas trimestrais. Dessas cotas, foram pagas apenas três e, em 1843, o México além de se recusar a continuar o pagamento das cotas, determinou que os norte-americanos abandonassem os Estados do Norte e criou dificuldades ao comércio que se realizava através da fronteira com os Estados Unidos.

Em 1842, o comodoro Jones, da Marinha norte-americana, se apoderou de Monterrey, na Califórnia mexicana, num típico ato de guerra. O governo norte-americano puniu o oficial e ofereceu todas as desculpas, exigidas pelo México, mas os mexicanos não ficaram tranquilos. Por outro lado, o contrabando praticado por norte-americanos causava grandes prejuízos ao tesouro mexicano.

Essas desconfianças e ressentimentos eram agravadas pelo pessoal diplomático norte-americano, no México, cuja atuação dava margem a que os mexicanos acusassem os Estados Unidos de provocarem e fomentarem

rebeliões contra o governo do México.

A tensão, porém, se agravou com a questão fronteiriça, entre o México e os Estados Unidos, resultante da incorporação do Estado do Texas, à União. Os mexicanos pretendiam que o limite passasse no rio Nueces, enquanto os Estados Unidos o fixavam no Rio Grande. As divergências políticas, surgidas nos Estados Unidos, entre escravistas e antiescravistas, criaram uma oportunidade para que os mexicanos adotassem uma atitude mais enérgica, uma vez que os abolicionistas eram contrários à guerra contra o México.

O Presidente James K. Polk (1845-1849), cujo programa de governo compreendia a anexação do Texas, enviou John Slidell, ao México, com a missão de comprar todas as terras litigiosas, situadas a oeste, até a Califórnia e se possível a própria Califórnia. O governo mexicano repeliu a proposta e o presidente Polk que chegara a um acordo com a Inglaterra sobre o Oregon resolveu enviar ao Texas um Exército sob o comando do general Zachary Taylor. Em princípio de 1846, o governo mexicano começou a concentrar forças ao sul do rio Grande, levando o presidente Polk a determinar ao general Taylor, que ocupasse a margem norte do rio Grande, numa atitude imprudente e belicosa que os mexicanos receberam como verdadeira provocação, uma vez que tinham respeitado, na concentração de suas forças, a integridade da faixa litigiosa. As consequências dessa atitude belicosa de Polk não se fizeram esperar. No dia 12 de abril de 1846, o general mexicano exigiu que o general Taylor retirasse suas forças para o norte do rio Nueces, no prazo de 24 horas. Taylor repeliu o «ultimatum» e, no dia 26 de abril, produziu-se o primeiro choque entre os Exércitos confrontantes. Estava iniciada a guerra.

O primeiro ato dos Estados Unidos foi ajudar Santa Ana e regressar ao México na esperança de dividir o povo mexicano. Enganaram-se, porém, Santa Ana regressou de seu exílio, assumiu o comando do Exército e prosseguiu, vigorosamente, a guerra.

As forças norte-americanas ocuparam a Califórnia e, em setembro de 1847, a cidade do México.

A ocupação da capital da República marcou, virtualmente, o fim da guerra. Santa Ana foi deposto e em fevereiro de 1848 foi negociado o Tratado Guadalupe-Hidalgo. De acordo com esse tratado, os Estados Unidos retinham o Texas, cujos limites passariam no rio Grande, e incorporariam o vasto território, integrado, atualmente, pelos Estados da Califórnia, Nevada, Utah, Arizona e uma parte do Novo México, com uma extensão de 2 milhões de km^2, incluído o Texas. Em compensação, o México receberia uma indenização de US$ 15 milhões, e a declaração de liquidação da dívida contraída com norte-americanos, arbitrada pelo Rei da Prússia, em 20 milhões de dólares.

Depois desse breve relato podemos alinhar, como causas da guerra entre o México e os Estados Unidos:

— A anexação do Estado do Texas à União norte-americana, em 1845, depois de longa discussão na Câmara e no Senado dos Estados Unidos.

— A ocupação de Monterrey, na Califórnia, por uma esquadra norte-americana, sob o comando do comodoro Jones, em 1842, apesar da condenação pública do governo norte-americano a este ato e das desculpas oferecidas ao governo mexicano.

— As frequentes gestões do governo norte-americano para comprar as áreas litigiosas e outras, de seu interesse, acolhidas invariavelmente pelo México, com negativas e encaradas com apreensão.

— A questão de limites do Estado do Texas com o México, criando uma faixa litigiosa entre os rios Nueces e o Grande.

— O envio de tropas norte-americanas para o Texas, seguida da concentração de força mexicanas na margem sul do rio Grande.

— A ocupação da faixa litigiosa por forças norte-americanas, seguida do "ultimatum" do México, para que se retirassem no prazo de 24 horas e não atendido.

Como consequências podem ser apresentadas as seguintes:

— Perda pelo México de 2 milhões de km^2, incluindo 500.000 km^2 representados pelo Texas.

— Ampliação do território, sob domínio dos Estados Unidos, até o Pacífico.

— Liquidação das antigas dívidas do México para com cidadãos norte-americanos e recebimento de US$ 15 milhões, como indenização, pelos territórios perdidos.

— Desorganização política e económica do México e ressurgimento do general Santa Ana e das lutas desencadeadas após a guerra.

— A compra pelos Estados Unidos do território litigioso denominado "La Mesila" ao preço de US$ 10 milhões, negociado por Santa Ana. O território adquirido colocava El Paso dentro dos Estados Unidos, garantindo o traçado de uma estrada de ferro para o Pacífico. (Tratado de Gladsden.)

— Novas tentativas de William Walker para conquistar áreas na Califórnia, enfrentadas, com êxito, por Santa Ana.

— Ressentimento do México para com os Estados Unidos, configurando antagonismos difíceis de serem superados.

c. De Benito Juárez ao Imperador Maximiliano

O general Santa Ana voltou ao poder em 1853 fazendo-se ditador. Os seus desmandos, porém, levaram seus inimigos a se unirem com o objetivo inicial de depor Santa Ana e estabelecer uma nova Constituição. Esse programa reuniu homens como Benito Juárez, Porfirio Díaz, os generais Alvarez e Comonfort. Em 1854, Santa Ana foi deposto, assumindo a Presidência o general Alvarez, o mais radical do grupo; Juárez e Comonfort se converteram nos membros mais influentes do gabinete.

Apesar da vigorosa oposição do clero católico, o novo governo retomou a política conduzida, anteriormente, por José Luiz Mora, visando a eliminar os privilégios da Igreja e do Exército, acusados de reacionários. A chamada "Lei Juárez" aboliu os tribunais especiais e suscitou veemente protesto do Papa Pio IX e de muitos militares. Alvarez renunciou em favor de Comonfort, que faria aprovar a "Lei Lerdo", que obrigava os ricos proprietários, fossem leigos ou eclesiásticos, a venderem suas terras, a fim de que os mais humildes pudessem ser, também, proprietários. A Igreja, que detinha mais da metade das terras de propriedade privada, teve parte desses bens confiscados e vendidos, recebendo o dinheiro proveniente dessa operação. No entanto, a plena execução dessa Lei foi dificultada pela oposição dos grandes proprietários, e a venda das terras não beneficiava aos que não as possuíam, pois estes não tinham dinheiro para comprá-las. Os beneficiados eram os capitalistas, que realizavam bons negócios, adquirindo-as.

A "Lei Lerdo" foi acompanhada de outras, como a que suprimiu a Ordem de Jesus, reduziu o efetivo do Exército, estimulou a mineração, a agricultura e o comércio, criou novas escolas e melhorou as comunicações.

Em 1857, foi promulgada a nova Constituição, calcada ainda na dos Estados Unidos. O México voltou a ser uma República Federal, com Presidente eleito indiretamente pelo Congresso, composto de uma só Câmara.

A Constituição concedeu direito de voto aos cidadãos e incorporou princípios democráticos muito avançados, muitos deles acima da compreensão do homem médio. A Constituição tinha menos de um ano, quando o Presidente Comonfort foi deposto e substituído por Felix Zuloaga, conservador clerical que não conseguiu dominar todo o país. Benito Juárez, chefe dos liberais, apoderou-se das cidades do Golfo e do norte da cidade do México, instalando um governo dissidente, que continuou com maior vigor a impor os princípios constitucionais. Novas leis, visando a separar definitivamente a Igreja do Estado e a nacionalizar seus bens (avaliados em US$ 45 milhões), foram decretadas por Juárez, que procurou se aproximar dos Estados Unidos. O Presidente Buchanan, em 1859, submeteu ao Congresso norte-americano um pedido de intervenção no México, não aprovado.

O domínio de Juárez na costa do Golfo levou o governo, estabelecido

na cidade do México, a lançar pesadas contribuições sobre mexicanos e estrangeiros sob sua jurisdição, fato que o enfraqueceu e levou-o à derrota militar, em dezembro de 1860.

Em janeiro de 1861, Benito Juárez entrava na cidade do México e reunificava o país. Expulsou os representantes da Espanha, Santa Sé, Guatemala e Equador, sob pretexto de que tinham hostilizado seu governo e logo teve de enfrentar os governos estrangeiros que o responsabilizaram pelos danos sofridos por seus cidadãos ou representações diplomáticas. França, Inglaterra e Espanha decidiram, então, em Convénio assinado em Londres em outubro de 1861, a intervir no México para obrigá-lo a atender suas reclamações. A ocupação de algumas cidades do Golfo foi realizada, sem resistência, em dezembro do mesmo ano.

O Convénio de Londres estipulava que «as altas partes contratantes se comprometiam a não procurar para si qualquer aquisição de território, ou vantagem particular, e a não exercer, nos assuntos internos do México, qualquer influência, que possa afetar o direito da nação mexicana de eleger e constituir livremente sua forma de governo». Entretanto, cada uma delas alimentava seus próprios desígnios. A Inglaterra tinha em vista, principalmente, limitar a expansão dos Estados Unidos para o sul. A Espanha visava à recolonização do México, impondo-lhe uma monarquia com um príncipe da dinastia espanhola. A França desejava criar uma nova base colonial, na América, donde partiria para reconstruir sua antiga área de influência no Continente. Todos, porém, tinham uma aspiração comum: "evitar que os Estados Unidos se apoderem de todo o Golfo do México, dominem as Antilhas e a América do Sul, e sejam os únicos distribuidores de produtos do Novo Mundo".

A atitude dos Estados Unidos foi a princípio cautelosa e, depois, enérgica. Em setembro de 1861 advertiu "que uma intervenção, visando a organizar um novo governo no México, seria considerado como intromissão nos negócios domésticos da América". Propunha a pagar as dívidas do México, recebendo, como compensação, a hipoteca das minas e o domínio público da Baixa Califórnia, Sonora, Chihuahua e Sinaloa.

Em 1862, Benito Juárez declarou que admitia as reclamações feitas e entrou em negociações; em consequência, as forças espanholas e inglesas se retiraram de Vera Cruz. Napoleão III, porém, verificando que os Estados Unidos, na iminência de uma guerra civil, não poderiam socorrer o México, decidiu realizar seus propósitos na América. Em junho de 1863, as forças francesas, após derrotarem as mexicanas, ocuparam a cidade do México. O governo provisório resolveu transformar a República em Monarquia e convidar um príncipe estrangeiro para ocupar o trono, numa revivescência do "Plano de Iguala". Napoleão III ofereceu o trono a Maximiliano da Áustria, irmão do Imperador Francisco José, que exigiu a realização de uma consulta ao povo mexicano. O plebiscito realizado foi-lhe favorável e, em maio de

1863, estava na cidade de Vera Cruz; contava com o apoio de um Exército francês de 25.000 homens.

Benito Juárez, derrotado, retirou-se para o interior, dominando, ainda, vastas áreas do país. Maximiliano não pôde, pois, unificar o México, nem dar-lhe a paz de que necessitava para progredir. Tentou introduzir reformas, mas não chegou a realizá-las. Sua condição de estrangeiro, o fato de apoiar seu poder em tropas estrangeiras, sua corte dispendiosa e perdulária, não agradavam aos mexicanos. Não conseguiu, também, obter o apoio do claro, embora estivesse disposto a devolver à Igreja seus bens nacionalizados, pois não consentiu em abolir o credo protestante, nem tolerar a influência do clero católico em seu governo. Falharam, também, suas tentativas na obtenção de empréstimos estrangeiros. Talvez conseguisse superar essas dificuldades se tivesse contado por maior tempo com o apoio que lhe davam os franceses.

Terminada a Guerra da Secessão, os Estados Unidos passaram, não só, a apoiar sub-repticiamente Juárez, como a pressionar os franceses para a retirada de suas tropas. Em dezembro de 1865, Napoleão III prometeu retirar suas forças do México e, dois anos mais tarde, não havia mais soldados franceses no solo mexicano. A evacuação das tropas fora acelerada, devido a ameaça que a Prússia, à frente da Confederação Alemã do Norte, futuro Império alemão, passou a significar para a França.

A situação de Maximiliano se agravou, ainda mais, com sua aliança com os conservadores. O Imperador foi obrigado a transigir com o clero, a fim de lograr seu apoio, e enviou a Imperatriz Carlota à Europa, em busca de auxílio. O Exército de Juárez foi apertando o cerco em torno da Capital e, pouco depois da retirada do último soldado francês. Maximiliano e seus principais generais foram aprisionados em Querétaro. Julgado e processado por uma Corte marcial, como determinava um decreto do próprio Maximiliano para os guerrilheiros de Juárez, o Imperador foi fuzilado em 19 de junho de 1867.

Em consequência desses fatos, Benito Juárez foi eleito presidente, inaugurando-se a Nova República. Continuaram, porém, as dissensões no seio do governo, complicada a disputa entre protestantes e católicos. A influência dos protestantes crescera, extraordinariamente, graças a tolerância de Juárez e à presença das tropas norte-americanas, que o ajudaram, em sua maioria constituída de protestantes. Multiplicaram-se, pois, as missões protestantes, enfrentando a oposição do clero católico, apoiado por grande parte do povo.

Apesar disso, Juárez e Lerdo de Tejada retomaram, mais uma vez, a Grande Reforma, visando a destruir os privilégios e distribuir terras aos mais pobres e humildes. Pouco ou quase nada conseguiram. O medo de comprar terras, que tinham pertencido a Igreja, e de ser excomungado e a pobreza impediram que os ignorantes, supersticiosos e pobres comprassem

as terras. A repartição das terras aas comunidades indígenas não trouxe, também, resultados práticos. A reforma não melhorou as condições sociais e as terras compradas foram cair em mãos de negociantes ou de família dos novos ricos, sem o senso de responsabilidade para geri-las.

Consumada *a* derrota dos conservadores, consolidado o regime republicano, era de esperar-se que, por fim, as instituições políticas pudessem ser postas em prática de maneira ordenada e pacífica. Mas os fatos, que se seguiriam, não confirmaram esses prognósticos, pois havia um enorme vácuo entre a teoria constitucional e a realidade política e social do país.

2. REPÚBLICA FEDERAL DA AMÉRICA CENTRAL

a. A extinção da Federação

Francisco Morazán, no governo da República da América Central, expulsou, em 1832, todas as ordens religiosas e separou a Igreja do Estado, proclamando a liberdade de culto. Essas medidas, aliadas à energia do governo, suscitaram viva oposição, notadamente na Guatemala. Rafael Carrera, que a governava, desencadeou uma verdadeira cruzada contra Moragán, que conseguiu sufocar a rebelião e chegar ao término do seu mandato em 1839.

Candidatou-se à reeleição mas nova rebelião, liderada por Carrera, com apoio do clero, encontrou eco em outros Estados e Morazán foi derrotado. A derrota de Morazán resultou no esfacelamento da Federação e no início de vida autónoma dos cinco Estados, que a compunham, como países soberanos.

b. A República da Guatemala

Com a anulação do pacto federal, foi designado Rivera Paz para Chefe do Estado.

Em 1842, o general Santa Ana, presidente do México, decidiu ocupar militarmente o território guatemalteco de Soconuzco, com base nas atas de alguns municípios que solicitavam a sua anexação ao México. O governo de Rivera Paz encarou o acontecimento com indiferença, perdendo a Guatemala uma rica região.

Em dezembro de 1844, Carrera foi designado Presidente pelo Conselho Constitucional da Guatemala, inaugurando uma série de governos autoritários que se prolongariam por 72 anos. Em 1854, foi declarado Chefe Supremo e Perpétuo da União e governaria, apoiado pelo Exército, até sua morte, em 1865. O catolicismo permaneceu como religião do Estado, mas a

Igreja perdeu muito de seus privilégios. Eliminou qualquer resquício de iniciativa, cerceou todas as liberdades e manteve o país em crónico atraso económico.

Com a morte de Carrera, seguiu-se um período de governos instáveis.

c. A República da Nicarágua

A Assembleia Constituinte, em 30 de abril de 1838, declarou a Nicarágua livre, soberana e independente de qualquer país, escolhendo Paulo Buitrago para Dirigente Supremo. O novo país ia, porém, iniciar sua vida independente, trabalhado pelos antagonismos gerados em sua formação e pelas rivalidades dos Estados Unidos, Inglaterra e França, desejosos de aproveitar as facilidades geográficas, que oferecia, para a construção de uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, através da América Central.

(1) *As lutas entre liberais e conservadores*

O antagonismo existente, desde o período colonial, entre as cidades de Granada e Leon, agravou-se, pelas lutas entre os liberais e conservadores, desde o início do processo revolucionário. Os liberais, encastelados em Leon, eram partidários intransigentes do restabelecimento da União centro-americana, através da federação e pleiteavam medidas que modernizassem as estruturas coloniais do Estado. Eram os aliados naturais dos salvadorenhos e hondurenhos, onde predominavam governos liberais. Os conservadores, com seu baluarte em Granada, defendiam o isolacionismo do Estado e a manutenção das tradições e padrões coloniais, tendo seus maiores aliados na Guatemala e em Costa Rica.

As rivalidades, entre os Estados Unidos, Inglaterra e França, seriam motivos de atritos diplomáticos e conflitos militares com esses países, es quais, em alguns casos, ameaçariam a independência da Nicarágua e, quiçá, a dos demais países da América Central.

(2) O problema do Canal

O primeiro incidente, entre a Nicarágua e a Inglaterra, resultou de um "ultimatum" inglês solicitando pagamento de dívidas ao governo nicaraguano. Ao "ultimatum", seguiu-se o bloqueio inglês aos portos e a Nicarágua apelou para o Ministro francês, oferecendo todos os privilégios para a construção de um canal interoceânico, em troca de sua mediação junto à Inglaterra. O governo francês, porém, solidarizou-se com o inglês e a Nicarágua nada obteve.

Em 1847, o governo da Nicarágua recebeu uma notificação dos ingleses, exigindo a imediata desocupação do porto de San Juan do Norte,

alegando que estava sob a jurisdição do Protetorado de Mosquitia. Esse Protetorado era uma velha questão que remontava ao período colonial. Nessa época, a Inglaterra apoiou uma rebelião dos indígenas nessa área, recebendo, como consequência, o Protetorado da região, o qual seria governado por um Rei indígena. Foi, assim, estabelecido o Protetorado de Mosquitia, em vasta área da costa atlântica da América Central. Em 1840, desfeita a Confederação Centro-Americana, a Inglaterra ocupou as ilhas Bahia, ao norte de Honduras, onde se tinham instalado colonos britânicos e declarou que o Protetorado de Mosquitia se estendia até o rio San Juan, saída natural de um canal interoceânico, através da Nicarágua.

Em princípio de 1848, os ingleses ocuparam o porto de San Juan do Norte mas o governo da Nicarágua não se intimidou expulsando as tropas invasoras. Os ingleses reagiram prontamente; com suas tropas de desembarque, ocuparam San Juan do Norte, prenderam as autoridades nicaraguanas e ameaçaram ocupar a Capital do Estado. O governo da Nicarágua apelou para as demais Repúblicas da América e Salvador solidarizou-se com ele. O governo inglês resolveu negociar e, em março de 1849, chegou-se a um acordo: o governo da Nicarágua se comprometia a respeitar as autoridades de Mosquitia e enviaria um delegado a Londres para negociar um Convénio definitivo.

O governo da Colômbia, temendo que o conflito atingisse as suas costas no Panamá, dirigiu-se ao governo norte-americano e a todos os outros da América do Sul, apelando para que fossem respeitadas, no caso, as boas normas do direito e da convivência internacionais. Por sua vez, a Nicarágua apelou, também, ao governo norte-americano. Em consequência, o governo dos Estados Unidos deu ordens ao seu representante em Londres, para apoiar o direito da Nicarágua. Em agosto de 1849, poderosa empresa norte-americana obteve do governo nicaraguano o primeiro contrato para abertura de um canal interoceânico em território da Nicarágua.

Em outubro de 1849, a Nicarágua protestava, energicamente, pela ocupação inglesa do porto de Amapala, enquanto o governo dos Estados Unidos declarava que “a América estava comprometida, pelos princípios de sua revolução e por solenes pactos, a não admitir a intervenção e, muito menos, o protetorado das monarquias do Velho Mundo”.

As relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra haviam chegado a um grau de tensão tal, que se temia a deflagração de uma guerra entre os dois países. Por fim, chegou-se a um acordo, em abril de 1850, assinando-se o Tratado de Clayton-Bulwer, pelo qual os contratantes “jamais teriam poderes exclusivos sobre o canal interoceânico da Nicarágua, nem fortificações em suas cercanias nem se arrogariam jamais qualquer domínio sobre a América Central”.

A Inglaterra mesmo assim não retirou suas tropas das áreas ocupadas e, somente em 1859 e 1860, aceitou um limite que separava a Guatemala de

Belice e Honduras Britânica e consentiu em retirar-se das ilhas Bahia e da costa de Mosquitio.

(3) *A Guerra Nacional contra o flibusteiro Walker*

Em 1854, Castellon, chefe dos liberais de Leon, solicitou ajuda militar a um aventureiro americano, William Walker.

Walker organizou um grupo de aventureiros, de diferentes nacionalidades e viajou para a Nicarágua, onde recebeu de Castellon a patente de coronel do Exército. O sucessor de Castellon, Patrício Rivas, conseguiu unificar o governo da Nicarágua, não reconhecido pelos Estados Unidos, em face do protesto da Guatemala.

William Walker, agora com o posto de General, era, sem dúvida, o governador de fato da Guatemala e seus preparativos militares começaram a alarmar as demais Repúblicas. Costa Rica, a mais ameaçada, tomou medidas de defesa e invadiu a província de Guanacaste, área litigiosa em poder das forças de Walker. Os costarriquenhos obtiveram várias vitórias, ocupando algumas cidades nicaraguanas, mas, devido a uma epidemia de cólera, foram obrigados a recuar. O exemplo de Costa Rica frutificou e Salvador e Guatemala aliaram-se a Honduras, assinando um Convénio que visava à expulsão de Walker da Nicarágua.

Logo que as Repúblicas aliadas da América Central reuniram forças suficientes, reiniciaram suas operações. Walker resistiu valentemente, mas foi obrigado a negociar. Concordou em abandonar o país e se comprometeu a não voltar.

Tentou, porém, em duas outras oportunidades, sendo executado em setembro de 1860.

Terminara a chamada “Guerra Nacional”, em que todos os Estados Centro-Americanos, esquecidas as dissensões que os dividiam, se uniram para superar uma grave ameaça à soberania, que tinham conquistado e tão valentemente defendiam.

d. República de Salvador

Após sua separação da Federação Centro-Americana, Salvador sofreu intervenções da Guatemala e Nicarágua, fruto das lutas entre liberais e conservadores.

Os liberais continuaram dominando o governo de Salvador, lutando sempre com a reação conservadora. Por fim, o general Caldera, da Guatemala, invadiu Salvador e lhe impôs o governo conservador de Dueñas (1863-1871).

e. República de Honduras

Honduras separou-se da Federação da América Central, em novembro de 1839, sob o governo de José Maria Martinez.

Os governos que lhe sucederam tiveram de enfrentar não só reações armadas internas como, também, dificuldades de âmbito externo. Os desterrados dos países vizinhos aproveitaram-se da sua posição relativamente central, como base de operações contra seus países de origem.

Tanto Honduras como a Guatemala tiveram desavenças com a Grã-Bretanha por Belice e a costa do Mosquito e contatos diversos com os Estados Unidos.

Um esforço sem sucesso foi realizado, em 1852, por Honduras, para, juntamente com Salvador e Nicarágua, restaurar a Federação Centro-Americana.

f. República de Costa Rica

Em novembro de 1837, no governo de Braulio Carrillo, a Assembleia Constituinte, então, reunida, declarou que "Costa Rica assumiu a plenitude de sua soberania, constituindo-se em Estado independente, embora continuasse pertencendo à família centro-americana".

Foi efêmera a sua duração pois logo após Morazán depôs Carrillo na sua tentativa para restabelecer a Federação Centro-Americana.

Depois do fuzilamento de Morazán os governos que se sucederam foram instáveis não só por crises internas como, também, por graves acontecimentos internacionais como a guerra contra Walker e a ameaça da Nicarágua na ocupação do território de Guanacaste que adquirira importância com a perspectiva da construção do canal interoceânico.

3. REPÚBLICA DO HAITI

Jean Pierre Boyer governou, autocraticamente, até 1843. Nesse ano foi obrigado a se submeter a exigência da França, que cobrava uma grande indenização, em pagamento dos danos sofridos pelos franceses, durante a guerra pela independência. O pagamento das anuidades impostas pela França, além de constituir uma sangria nas rendas da Nação, desprestigiou o Presidente aos olhos da população. Não foi difícil, portanto, aos seus adversários depô-lo, seguindo-se um período de grande instabilidade política e de distúrbios civis. Em 1844, os dominicanos se rebelaram e recobraram sua independência. A República foi, então, dominada por Faustin Soulouque, que se fez coroar Imperador, com o nome de Faustin I. Apoiado pelo Exército, Soulouque conseguiu manter-se no poder até 1859, em meio a uma corte faustuosa e ridícula. Uma rebelião o depôs e inaugurou um período de ditadores militares. Assassinatos, atos violentos de repressão, vingança e corrupção, dilapidação das rendas públicas, foi o resumo da vida da Nação até 1870. A Nação, porém, conseguiu sobreviver a essas calamidades.

É fácil criticar os governantes haitianos mas não será justo fazê-lo sem assinalar as inúmeras dificuldades e incompreensões, que a única Nação negra e republicana daquela época teve de vencer. Ao se tornar independente, o Haiti estava devastado por uma luta cruel e prolongada e dispunha, apenas, de uma população ignorante e sem nenhuma tradição de autogoverno para se organizar, politicamente e viver soberanamente. Nessas condições era natural o que ocorreu.

4. REPÚBLICA DE SÃO DOMINGOS

Em fevereiro de 1844, Sanchez y Mella, aproveitando a situação difícil que atravessava o Haiti, proclamou a separação e declarou fundada a República Dominicana.

Depois de alcançar a independência, os dominicanos viram-se ameaçados por Haiti em renovadas tentativas de submeter a nova República.

Em consequência dessas dificuldades, foi-se desenvolvendo, na maioria da elite dirigente do país, a ideia de procurar uma Nação digna de confiança e poderosa para tomar a República sob a sua proteção.

Em 1861, a Espanha aceitou esse encargo e enfrentou uma dura oposição dos dominicanos, sendo obrigada a abandonar o país em 1865. Em 1866, o governo dos Estados Unidos reconheceu a independência de São Domingos e repeliu as propostas governamentais de tomar a República sob sua proteção.

2ª FASE — 1870 a 1930

1. REPÚBLICA DO MÉXICO

a. Porfírio Diaz: 1877-1911

Com a morte de Juarez, Lerdo de Tejada foi eleito, derrotando Porfírio Diaz.

Lerdo de Tejada, um dos melhores assessores de Benito Juarez, no governo do México, retomou a execução do programa que este vinha realizando. Em fevereiro de 1873, inaugurou-se a primeira estrada de ferre, ligando a capital a Vera Cruz, cuja construção se iniciara 20 anos antes. As terras da Igreja, que tinham sido secularizadas, foram entregues às autoridades municipais, estaduais e da União, instalando-se nos conventos e mosteiros desocupados bibliotecas, escolas profissionais e de artes. A exploração dos recursos naturais do país foi estimulada.

Embora reeleito nas eleições de 1876, Tejada foi deposto por Porfírio Diaz que se fez proclamar Presidente da República. Diaz, um mestiço, como

Juarez, estudara Direito, apesar das inúmeras dificuldades que teve de enfrentar. Tinha ideias essencialmente conservadoras, favorável a um Executivo centralizado e forte que terminou por se converter em ditadura militar. Expirado o seu mandato, seguiu as disposições constitucionais, recusando a reeleição e permitindo que Manuel Gonzalez fosse escolhido Presidente em seu lugar.

Mas, em 1884, tornou à presidência e fez passar uma emenda constitucional que permitia a reeleição. A partir dessa data manteve-se ininterruptamente à testa do governo até 1911.

A Constituição de 1857 continuou em vigor, mas à sombra dela e com a conivência do Congresso se estabeleceu no país um governo despótico, embora benévolo. Consolidou-se a dívida flutuante, foi reduzida a dívida externa e uniformizado o sistema monetário. Realizaram-se obras públicas de vulto, surgindo magníficos edifícios, na Capital, construindo-se o canal, que a saneou e solucionou o problema das inundações periódicas, que sofria desde sua fundação. O sistema ferroviário teve grande desenvolvimento, passando dos l .500 km de vias, existentes em 1877, para os 25.000 de 1911 e foi, em grande parte, nacionalizado. Estimulou-se a produção agrícola e o desenvolvimento das indústrias de transformação. A mineração ganhou nova dimensão com a exploração das jazidas petrolíferas. Cresceram as exportações e o México parecia um novo país.

Entretanto, os problemas fundamentais da educação, da assistência às populações indígenas e da repartição da terra permaneciam. Os índios e mestiços não receberam muita atenção do Governo e as rebeliões indígenas, ocorridas em Yucatan, foram sufocadas com extrema crueldade. O problema da terra se agravou com a lei que permitiu fosse um terço das terras nacionais, avaliadas em 486 milhões de hectares, concedido a quem assumisse o encargo de medi-las e cartografá-las. Valendo-se dessa permissão, 29 companhias privadas, na maioria estrangeiras, receberam 162 milhões de hectares pelo trabalho realizado e, mais tarde, compraram os 324 milhões restantes.

O governo de Porfírio Diaz lançou, sem dúvida, os fundamentos do México moderno, mas foi demasiadamente generoso com os grupos mais ricos e os interesses estrangeiros e deu pouca atenção aos problemas fundamentais da República, agravando os antagonismos e as contradições, em que se vinha debatendo desde sua fundação. Era necessário distribuir mais equitativamente a terra, estimular a formação da classe média, preservar os recursos naturais do país, explorados predatoriamente pelos capitais estrangeiros, indenizar as comunidades indígenas, defraudadas em seus bens e reformar a lei eleitoral para dar autenticidade às instituições democráticas. Seriam estes os problemas, que equacionariam, daí por diante, a evolução política do México, os quais ganhariam imensa atualidade com a depressão financeira de 1908, as más colheitas, os enormes tributos

impostos ao povo para pagar a nacionalização das estradas de ferro e os gastos suntuários com a celebração do centenário da independência do México, e agitariam as eleições de 1910.

b. De Francisco Madero a Venustiano Carranza — 1911 a 1914

O principal opositor de Diaz nas eleições de 1910 foi Francisco Madero, que recebendo apoio de todos os descontentes com o governo obrigou-o a convocar eleições. Foi eleito com 95% dos votos e iniciou seu governo disposto a cumprir o programa que defendera. A sua volta congregaram-se bandos de camponeses com os seus sonhos de pão e terra, escolas, soberania sobre as riquezas da nação e o novo papel que caberia aos índios na vida nacional mexicana. Mas, os grupos que levaram ao poder logo se desintegraram, devorados por suas ambições e contradições. Caudilhos ambiciosos, demagogos sem escrúpulos, aproveitaram a oportunidade para explorar as massas ignorantes e arregimentar os grupos de bandoleiros, que infestavam o país. Orozco se rebelou no norte, Emiliano Zapata se levantou no sul, reivindicando "terras e escolas", Félix Diaz, sobrinho de Porfírio, ocupou Vera Cruz. O Presidente não era soldado, não contava com o apoio do Exército, que fora por ele expurgado, era demasiadamente indulgente para com os inimigos e pouco generoso para com os amigos, não fazia o bastante para satisfazer os mais humildes e fazia o suficiente para irritar os ricos e poderosos.

Sua situação complicou-se, quando o sentimento hostil aos estrangeiros e, particularmente, aos norte-americanos, descambou para a violência, notadamente na faixa de fronteira entre o México e os Estados Unidos. Os quarenta mil cidadãos norte-americanos residentes no México e os muitos milhões de dólares, que lá tinham investidos, estavam ameaçados pelos distúrbios e violências praticados nas cidades e no interior. Em consequência desses fatos e dos apelos que lhe faziam os cidadãos norte-americanos no México, o governo dos Estados Unidos guarneceu a fronteira do Estado do Texas e enviou vários navios de guerra para Galveston. Os mexicanos viram nesse movimento de forças o prelúdio da invasão e ocupação do México.

O Secretário de Estado norte-americano Knox ofereceu amplas garantias ao governo de Madero e o Presidente Taft proibiu, mediante lei, a venda de armas para o México. Os ânimos estavam, porém, exaltados, particularmente entre oficiais jovens do Exército. Em 9 de fevereiro de 1913, os cadetes mexicanos se rebelaram, libertando Félix Diaz, então prisioneiro, fazendo dele o chefe da insurreição. Félix Diaz conseguiu o apoio do general Victoriano Huerta, comandante-em-chefe do Exército, depôs o Presidente Francisco Madero e o mandou fuzilar.

Victoriano Huerta foi nomeado Presidente provisório e logo teve de enfrentar dificuldades. Os Estados do norte do México censuraram Huerta

pelo fuzilamento de Madero, e os partidários deste se arregimentaram, sob a liderança de Venustiano Carranza, governador do Estado de Coahuila. Emiliano *Zapata* continuava sua campanha predatória no sul.

A reação no exterior foi, também, contrária a Huerta e os Estados Unidos, Argentina. Brasil e Chile não reconheceram legitimidade no novo governo mexicano.

A pressão norte-americana foi mais forte, impedindo Huerta de obter empréstimos externos e levantando o embargo de armas para o México, permitindo que Carranza e Pancho Vila obtivessem armas e munições nos Estados Unidos.

Em abril de 1914, um incidente com marinheiros norte-americanos provocou a intervenção armada dos Estados Unidos com a ocupação do porto de Vera Cruz.

Em face da gravidade da situação, os embaixadores do Brasil, Argentina e Chile, em Washington, conferenciaram com o Presidente Wilson, que aceitou a mediação dos três países e com aquiescência de Huerta foi convocada uma conferência para se reunir, em Niagara Falis.

A Conferência de Niagara Falis se encerrou, recomendando que Victoriano Huerta renunciasse a seu posto e se estabelecesse um Governo Provisório, que fosse apoiado por partidários seus e de Venustiano Carranza, a fim de que fossem realizadas eleições livres e corretas para eleger o Presidente e o Congresso.

Venustiano Carranza não aceitou este acordo e a guerra civil continuou, no México, violenta e cruel. As forças de Carranza acabaram se impondo às armas governistas e Huerta, em julho de 1914, renunciou e retirou-se para Espanha. Venustiano Carranza ocupou a presidência.

c. Venustiano Carranza

O principal objetivo de Venustiano Carranza era estabelecer um governo estável e essa era uma tarefa dificílima na situação anárquica existente no México.

A luta contra as forças de Villa e Zapata permanecia cruenta e passou a ter repercussões sérias sobre a população mexicana e as relações internacionais.

Carranza anulou as concessões feitas na conformidade da Lei de 1876 e proibiu a exportação de produtos do subsolo dessas terras, ferindo, profundamente, os interesses das companhias petrolíferas, cujas atividades tinham crescido em consequência da guerra europeia. Os Estados Unidos estavam, particularmente, afetados pela situação, uma vez que a faixa fronteiriça vivia em permanente ebulição e navios norte-americanos eram apreendidos em portos mexicanos. Em julho de 1915, o presidente Wilson declarou ao Congresso que, no México, reinava a anarquia e era necessário "dar proteção adequada" aos cidadãos estrangeiros, que lá residiam,

considerando o governo dos Estados Unidos um dever apoiar, na medida do possível, qualquer procedimento que visasse a estabelecer um Governo Constitucional e assegurasse os direitos do povo mexicano.

O Presidente Wilson convidou os governos do Brasil, da Argentina e do Chile, bem como os da Guatemala, Bolívia e Uruguai, para uma Conferência especial, que solicitou aos líderes mexicanos que fizessem uma trégua e convocassem eleições.

Os Estados Unidos, numa tentativa de acalmar os ânimos, reconheceram o governo de Carranza e restabeleceram as relações diplomáticas, interrompidas há 3 anos.

Pancho Villa, que atuava na faixa de fronteira com os Estados Unidos, inconformado com a intervenção de Wilson, multiplicou os atos violentos que vinha praticando e, em março de 1916, incursionou no território norte-americano atingindo a Califórnia e sacrificando inúmeros cidadãos americanos.

Um regimento norte-americano o perseguiu penetrando cm território mexicano. Em vez de colaborar na perseguição, Carranza protestou pela invasão de seu país mas concordou que as forças militares de ambos os países podiam perseguir os grupos de bandoleiros no território de um e de outro.

Carranza tornou a protestar quando o General Pershing iníernou-se pelo território mexicano em busca de Pancho Villa. Em revide Wilson guarneceu a fronteira com 100.000 guardas nacionais e advertiu energicamente o governo mexicano.

Novo acordo estabeleceu-se, em setembro de 1916, em que Carranza se comprometeu a intensificar o combate aos bandoleiros e o governo dos Estados Unidos a retirar suas forças de território mexicano, reservando-se, porém, o direito de enviá-las novamente ao México, no caso das medidas tomadas por Carranza se tornarem inoperantes.

No momento em que o último soldado norte-americano abandonava o México, o governo dos Estados Unidos rompia relações com o Império Alemão. Tornou-se, então, conhecida a chamada “Nota Zimmermann”, através da qual o governo alemão procurava atrair o governo mexicano, acenando-lhe com seu apoio para reconquista dos territórios do Novo México, Texas e Arizona, Carranza negou que tivesse conhecimento dessa Nota e sustentou que o México era um país neutro. Apesar disso, propôs logo depois aos países latino-americanos o embargo de exportação para os beligerantes, o que seria sumamente prejudicial ao esforço de guerra dos Estados Unidos.

Enquanto ocorriam esses sucessos, fora votada e promulgada a Constituição de 1917, introduzindo profundas modificações nas instituições políticas, sociais e económicas do México. Aboliu-se a peonagem, o trabalho noturno das mulheres e menores de 16 anos e estabeleceu-se o salário-

mínimo. Instituiu-se a jornada de oito horas de trabalho, em seis dias da semana, a igualdade de salários, qualquer que fosse a nacionalidade, ou sexo, a participação de empregados nos lucros das empresas, a obrigatoriedade da assistência aos empregados por parte dos empregadores, o direito de greve e várias modalidades de seguros. No tocante à Igreja, a Constituição agravou as restrições impostas, pela Constituição de 1867, nacionalizando todos os seus bens imóveis, sem exceção, estabelecendo a igualdade de tratamento para todas as crenças, proibindo aos sacerdotes qualquer participação na política. As disposições constitucionais relativas ao uso da terra foram radicais. À Constituição afirmou o domínio do Estado sobre a terra, atribuindo-lhe o direito de impor qualquer restrição à propriedade particular; consagrou o princípio da divisão da grande propriedade, impôs restrições à propriedade de terra por particulares ou Companhias estrangeiras e fixou a faixa de fronteira terrestre em 100 km e a marítima em 50 km. O artigo 27 da Constituição estabeleceu que todos os produtos do subsolo, inclusive o petróleo, eram propriedades da nação, que somente os mexicanos de nascimento e os estrangeiros naturalizados poderiam obter concessão para explorar minas e extrair petróleo. Nenhuma concessão seria outorgada nas faixas de fronteira terrestre e marítima. Essas disposições constitucionais afetavam, particularmente, a exploração petrolífera, na qual estavam investidos 100 milhões de dólares de ingleses e, notadamente, norte-americanos.

Os capitalistas estrangeiros se alarmaram, apesar da Constituição declarar que “nenhuma lei teria efeito retroativo”. O governo dos Estados Unidos acolheu as reclamações dos cidadãos norte-americanos e uma Comissão do Senado foi ao México, onde procedeu a minuciosa investigação sobre as condições reinantes nos campos petrolíferos mexicanos.

De acordo com a nova Constituição, Carranza foi eleito, em 1917. No seu governo legal, aumentaram as rendas públicas e o comércio exterior.

As terras comunais foram devolvidas aos seus antigos donos. Houve abundância de alimentos e firmou-se o mercado da moeda. Mas grande parte das classes mais humildes estava descontente, pois as disposições constitucionais, que os favoreciam, permaneciam letra morta.

d. Álvaro Obregón

Um ano e meio antes de terminar o período presidencial de Carranza iniciou-se a campanha para eleger seu sucessor. Um dos candidatos era o general Obregón, que contava com o apoio do Estado de Sonora, de estrangeiros investidores no México, dos radicais e de muitos militares. Carranza opôs-se à essa candidatura e ameaçou intervir em Sonora. Rebentou, então, a guerra civil, insurgindo-se, também, os Estados do sul e de este.

Ameaçado por todos os lados, Carranza foi aprisionado e fuzilado em

maio de 1920, antes de completar seu período presidencial. Em setembro de 1920, o general Álvaro Obregón, foi eleito Presidente e empossado, organizando seu ministério com homens experimentados e capazes, como Adolfo de la Huerta, Elias Calles, José Vasconcelos e outros. Este governo realizou uma administração progressista e fecunda e melhorou as condições sociais do povo e executou um amplo plano educacional. Organizaram-se novos sindicatos de operários e retomou-se o pagamento da dívida externa.

No plano internacional, entretanto, as relações com os Estados Unidos continuaram tensas, recusando-se Wilson a reconhecer o novo governo.

Seu sucessor, o presidente Harding, concordou que o governo dos Estados Unidos não se oporia à expropriação de propriedades agrícolas norte-americanas, mediante indenização efetiva, e que as jazidas petrolíferas, que tivessem sua exploração iniciada, antes de 1917, não seriam nacionalizadas. Estabeleceram-se Comissões de Reclamações Mistas para atender reivindicações de ambas as partes e, em 31 de agosto de 1923, o governo dos Estados Unidos reconheceu o do General Álvaro Obregón. As relações entre os dois países tornaram-se cordiais.

e. Elias Catle

Eleito em 1924, Calle perseverou na execução da reforma iniciada por Obregón, com mais energia e zelo que este. Novas escolas, hospitais gratuitos, obras de irrigação e combate ao peculato e à corrupção foram a tônica do seu governo. Externamente, as controvérsias sobre as jazidas petrolíferas voltaram a afetar as relações com os Estados Unidos. O Senado norte-americano desaprovou a política do presidente Coolidge que recuou da sua atitude intransigente. O Congresso mexicano promulgou outras leis, confirmando as concessões outorgadas a estrangeiros por tempo ilimitado, sempre que a exploração delas se houvesse iniciado antes de 1º de maio de 1917 e existisse contrato, que a autorizasse antes dessa data. O governo norte-americano aceitou essas disposições, uma vez que tinha obtido o essencial, do que pretendia.

f. Portes Gil

Nas eleições de 1928 foi eleito, novamente, o general Obregón, assassinado antes de empossar-se. O Congresso elegeu Portes Gil, presidente provisório, que governaria até 1930. Portes Gil manteve a ordem pública, combateu a corrupção e o peculato, melhorou as relações com a Igreja e presidiu eleições livres, em 1929, em que foi eleito Ortiz Rubio. Estava prestes a ser institucionalizada a Revolução mexicana, iniciada com Francisco Madero, em 1910, com a reforma da Constituição de 1917, a planificação de ação governamental e ascensão ao poder do general Lázaro

Cardenas e do Partido Revolucionário Mexicano, por ele organizado sobre os escombros do Partido Revolucionário Nacional.

2. AMÉRICA CENTRAL

a. República da Guatemala

À morte de Carrera seguiu-se um período de governos instáveis até 1871, quando o liberal Justo Rufino Barrios liderou uma rebelião contra o governo conservador, no poder e, em 1873, assumiu a Presidência da República. Fez um bom governo cuidando da educação e dos transportes, mas, em 1885, decretou o restabelecimento da Federação Centro-Americana, proclamando-se seu chefe militar. Os países vizinhos, Nicarágua, Costa Rica e Salvador, alarmados se uniram e declararam guerra à Guatemala. Morto Barrios durante a guerra, sucederam-se vários presidentes sem sucessos notáveis. Em 1898, foi eleito Manoel Estrada Cabrera que governou, como ditador, até 1920. A Guatemala durante esses anos não logrou desenvolver suas potencialidades económicas. As únicas indústrias prósperas eram as exploradas por companhias estrangeiras, como a United Fruit Company. O nível de vida de sua população era baixo e a situação dos trabalhadores difícil, dadas as relações semifeudais ainda existentes entre operários e patrões. A porcentagem dos analfabetos era elevada.

b. República da Nicarágua

(l) Até o governo de José Santos Zelaya

Em 1893, os liberais de León se rebelaram e elevaram ao poder o chefe liberal Zelaya que seria, durante 16 anos, o árbitro da vida política da República e elemento de relevo na política das Repúblicas Centro-Americanas. Conseguiu que o território de Mosquitia ainda sob protetorado da Inglaterra, fosse, definitivamente, incorporado à República da Nicarágua. Recusou, também, um generoso empréstimo, oferecido por banqueiros norte-americano, incorrendo nas iras dos círculos econômicos e financeiros dos Estados Unidos.

Apesar de seus bons propósitos federalistas, teve frequentes atritos com outros Estados centro-americanos. Travou guerra contra as Repúblicas de Salvador e Honduras, aliados, e esteve em estado de permanente tensão com a Guatemala, onde o Dr. Estrada Cabrera fazia sombra à sua liderança política na América Central.

(2) A ocupação norte-americana na Nicarágua

José Santos Zelaya foi deposto por uma insurreição, ocorrida em 1909, apoiada por banqueiros norte-americanos. A Nicarágua se encontrava, então, endividada e pediu a ajuda aos Estados Unidos. Estabeleceram-se negociações entre os dois países e, em 1911, a República da Nicarágua

conseguiu vultoso empréstimo, nos Estados Unidos, consentindo como garantia dele, que funcionários norte-americanos fiscalizassem suas principais alfândegas.

No ano seguinte, eclodiu uma insurreição, apoiada por partidários de Zelaya. O presidente Diaz solicitou e obteve ajuda dos Estados Unidos. As forças norte-americanas derrotaram os rebeldes e, durante 13 anos, sempre houve na Nicarágua um contingente militar dos Estados Unidos.

O governo de Washington entendia que o Tratado de 1907, que criara o Tribunal de Justiça Centro-Americana criado por insistência dos Estados Unidos lhe impusera o dever moral de velar pela paz interna na Nicarágua, garantindo eleições livres e a existência de um governo constitucional. Em consequência, Adolfo Diaz foi reeleito, em 1912, com apoio dos Estados Unidos.

Durante esse governo, os Estados Unidos negociaram um Tratado visando a concessão do direito exclusivo de construir um canal interoceânico em troca de 3 milhões de dólares. O Senado norte-americano não aprovou o Tratado que transformava a Nicarágua em protetorado dos Estados Unidos.

Em 1914, assinou-se o Tratado Bryan-Chamorro que autorizou os Estados Unidos "a tomar todas as medidas necessárias" para proteger não só o Canal do Panamá como também os direitos sobre um canal nicaraguano, adquiridos em virtude do mesmo tratado. A assinatura desse Tratado acarretou o fim do Tribunal Centro-Americano, porquanto sua decisão favorável à Costa Rica não foi aceita pela Nicarágua e Estados Unidos.

As eleições de 1924 levaram à Presidência da República ao conservador Solórzano e à vice-presidência o destacado líder liberal Dr. Juan B. Sacasa. Essa combinação parecia garantir a paz interna da República e o governo dos Estados Unidos retirou o contingente de fuzileiros, que lá mantinha, desde 1912. Foi o bastante para que os ex-presidentes Chamorro e Diaz chefiassem uma rebelião para depô-los.

O Congresso elegeu Diaz mas Sacasa insurgiu-se alegando que a Presidência lhe cabia. Mas o Presidente Coolidge dos Estados Unidos apoiou a eleição de Diaz e enviou à Nicarágua forças importantes para sufocar a rebelião, alegando que atendia ao imperioso dever de defender as vidas e os bens de cidadãos norte-americanos, residentes no país, e que a Inglaterra e a Itália lhe conferiram o encargo de proteger seus súditos e que Juan Sacasa estava mancomunado com os mexicanos e os comunistas. Os nicaraguanos viam, porém, a situação de modo diferente. Parecia-lhes que tinham perdido sua liberdade e a oportunidade de afastar do governo a minoria conservadora, que há tanto tempo dominava o país. A União Pan-Americana, o Tribunal Mundial, a Liga das Nações não foram consultadas por Coolidge e o eminente Root, em 28 de dezembro de 1926, dizia "nos separamos da Liga, e agora estamos procedendo da mesma maneira que antes, com os mesmos métodos de antes; sós". E os países hispano-americanos tiveram

razões para suspeitar que os Estados Unidos eram por demais egoístas para tratá-los com equidade e até mesmo com justiça.

Mais tarde o Presidente Coolidge reconsiderou sua posição, concordando com a realização de eleições livres, fiscalizadas pelos norte-americanos.

Em janeiro de 1933, os últimos fuzileiros norte-americanos deixavam a Nicarágua. De todas as intervenções militares e económicas, que fizeram na área do Caribe, nenhuma outra causou tantos ressentimentos e feriu tão fundo a confiança e a amizade dos hispano-americanos, do que a da Nicarágua, que se transformou num Protetorado de fato dos Estados Unidos. Durante 20 anos, as alfândegas nicaraguanas estiveram sob permanente fiscalização dos norte-americanos. Uma Comissão, constituída de um delegado do Departamento de Estado, um nicaraguano e um representante dos portadores de títulos norte-americanos, dirigiu as finanças do país. As inversões norte-americanas passaram de US$ 3 milhões, em 1913, para US$ 24 milhões, em 1929, e o comércio, entre os dois países, cresceu quatro vezes.

c. República de Salvador

O panorama político da República de Salvador foi permanentemente perturbado pelas lutas entre liberais e conservadores, com a agravante da intromissão dos governos de Honduras. Nicarágua e Guatemala, aonde se organizava a reação contra o governo no poder.

Com a Guatemala, a república salvadorenha foi obrigada a empunhar as armas por três vezes em 1876, 1885 e 1906.

Entre 1911 e 1930 não mudou o panorama político da República do Salvador. A violenta disputa, entre liberais e conservadores, continuou. Quando o Presidente da República não era assassinado, era deposto por um general, que organizava um Governo Provisório, elegendo-se, depois, legalmente em eleições, que organizava e apurava.

d. República de Honduras

Em junho de 1895, foi assinado o Pacto de Amapala, no qual Honduras, Salvador e Nicarágua se uniram para formar a "República Maior da América Central", insistindo-se com as Repúblicas de Guatemala e Costa Rica, que tinham discordado do Pacto, para integrar a nova República.

A "República Maior da América Central" teve efémera duração, pois o governo de Salvador rompeu o Pacto, em 1898, e o da Nicarágua teve de enfrentar dura oposição contra ele.

Em 1906, o laudo arbitrai regulando limites com a Nicarágua foi conhecido. A Nicarágua não o aceitou e, auxiliada por asilados hondurenhos, invadiu Honduras. Degenerou numa guerra entre Nicarágua, de um lado, e Honduras e Salvador, aliados, de outro. A guerra terminou com a mediação

do governo dos Estados Unidos.

Seguiram-se vários governos caracterizados por uma extrema instabilidade política. Ditaduras, guerras civis, reformas da Constituição, são a tônica dos governos hondurenhos.

e. República da Costa Rica

A campanha eleitoral de 1886 marcou nova etapa na vida público da Costa Rica, pois, pela primeira vez, na República, o povo participou, diretamente, da discussão política.

Pelo esforço dos seus governantes, Costa Rica transformou-se no país mais culto da América Central. Possui excelentes estradas e dedica-se ao melhoramento da agricultura e o desenvolvimento das suas riquezas naturais.

Costa Rica é o país mais democrático da América Central: os governos que se seguiram de 1928 a 1948 foram normais, legitimados por eleições livres e democráticas, atestando o grau de maturidade política do povo e a estabilidade de suas instituições.

f. República do Panamá

(1) O movimento separatista no Panamá

Em novembro de 1821, publicou-se a Ata da Independência da Grã-Colômbia, que incorporava a Província do Panamá.

Em três oportunidades, líderes panamenhos procuraram se desvincular da Grã-Colômbia, mas sem sucesso.

Em 1849, assinou-se o Tratado Clayton-Bulwer entre os Estados Unidos e a Inglaterra sobre um canal interoceânico a ser construído na Nicarágua. Por várias razões não se iniciou a construção do canal por um ou por outro país.

Em 1878, a questão do canal assumiu grande importância, pois a Colômbia outorgou a concessão para construí-lo no Panamá a uma companhia francesa presidida por De Lesseps.

As empresas ferroviárias norte-americanas não viram com bons olhos essa concessão porquanto diminuiria em muito o trânsito transcontinental. Cresceram os temores de que a companhia estrangeira, que dominasse a zona do canal, haveria, fatalmente, de exercer influência política ou militar contrária aos princípios da Doutrina de Monroe. Em 1888, faliu a Companhia francesa de Ferdinand Lesseps e, organizou-se, então, a “Nova Companhia do Canal” que, também, não teve êxito, vendendo seus interesses aos norte-americanos. Em 1903, negociou-se o Tratado Hay-Herran, pelo qual os Estados Unidos obtinham, por arrendamento perpétuo, uma faixa de 9 km de largura, através do istmo, pagando US$ 10 milhões e uma anuidade de

US$ 250.000. Esse Tratado não foi ratificado pelo Congresso colombiano e a nova empresa não pôde se constituir.

(2) Independência do Panamá

Líderes panamenhos, inconformados com o veto do Congresso colombiano, ativaram o movimento de emancipação. Manuel Guerrero, influente líder panamenho, e um dos contratantes franceses do Canal, Varilla, foram a Washington sondar a opinião do governo dos Estados Unidos e saber se poderiam contar com seu apoio no caso de proclamar-se a independência do Panamá. Em 3 de novembro de 1903, o Estado do Panamá proclamou sua independência. Ao ter notícia do fato, o governo norte-americano determinou que forças navais apoiassem e garantissem a soberania da nova Nação. Firmou-se, em consequência, o Tratado Hay-Varilla, pelo qual os Estados Unidos obtiveram, por arrendamento perpétuo, uma faixa de 16 km de largura, através do istmo e sobre as águas adjacentes nos seus dois extremos. Pagariam US$ 10 milhões e mais uma anuidade de 250.000 dólares, pagáveis dentro de 9 anos. O Tratado assegurava a independência do Panamá, mas os Estados Unidos recebiam a soberania absoluta na faixa do Canal e o direito de fiscalizar o saneamento das cidades de Cólon e Panamá. As disposições desse Tratado levariam os Estados Unidos a intervir no Panamá durante a Primeira Guerra Mundial, em 1917 e 1918.

Às reclamações da Colômbia pela perda da sua província foram apaziguadas pelo recebimento de 25 milhões de dólares.

O Presidente Franklin Roosevelt negociou, em 1936, outro Tratado, em que os Estados Unidos renunciavam ao direito de intervir nos assuntos internos do Panamá, bem como, ao de garantir sua independência.

3. REPÚBLICA DE CUBA

a. Antecedentes

(1) Relações da Inglaterra com Cuba

Durante a primeira metade do século XIX, espalharam-se rumores de que a Inglaterra pretendia apoderar-se de Cuba.

Apesar desses rumores, o que há de verdadeiramente histórico, é que a Inglaterra nunca fez esforço sério para anexar a ilha de Cuba, pela conquista militar, pela pressão política, ou pela infiltração económica ou filantrópica. Interessava-lhe, e nisso seu propósito coincidia com o dos Estados Unidos, que n ilha de Cuba não caísse em mãos de uma potência marítima, diferenciando-se a política dos dois Estados pela oposição da Inglaterra à escravidão e ao comércio de escravos e pelo apoio dos Estados Unidos a ambos.

(2) Tentativas norte-americanas para se apoderar de Cuba

Terminada a guerra com o México, descoberto o ouro na Califórnia, assinado o Tratado Clayton-Bulwer, visando à construção de um canal interoceânico através da Nicarágua, a posição da ilha de Cuba passou a ter grande importância político-militar para os Estados Unidos, tanto no que se refere à sua política externa, como interna. Externamente, representava uma base indispensável ao domínio do mar do Caribe e, internamente, seria mais um Estado escravista a pesar na luta, que sustentavam os Estados escravistas e os Estados abolicionistas.

Tentativas para a compra da ilha à Espanha foram feitas pelos Estados Unidos mas, todas recusadas.

(3) A Independência de Cuba

A partir de 1850, crescera a população e os imigrantes começaram a se fixar na ilha. Vieram os "mayas" de Yucatan, chineses sequestrados em seu país de origem e continuou a importação de negros.

Em 1868 rebentou uma insurreição que findou em 1878 com a promessa espanhola de anistia geral e direito de representação em Madrí. A escravidão, por pressão da Inglaterra e dos Estados Unidos, foi abolida em Cuba em 1885.

Em 1895, os cubanos exigiram que as promessas feitas fossem cumpridas, e como não foram atendidos, a insurreição preparada pelos exilados cubanos, nos Estados Unidos, rebentou, em vários locais da ilha. José Martin, fundador do Partido Revolucionário Cubano e o general Maximiliano Gómez, chefe militar da Revolução, desembarcaram em Cuba, vindos de São Domingos. A guerra se iniciou.

José Marti, o teórico e organizador da Revolução, foi uma de suas primeiras vítimas, sucumbindo sem ruído e sem glória, numa pequena escaramuça. Os Estados Unidos que tinham vultosos interesses em Cuba, representados por US$ 500 milhões e um fluxo comercial anual de US$ 100 milhões, acompanhavam com vivo interesse a marcha da insurreição.

A repressão, pelos espanhóis, foi violenta e os cubanos ganharam o interior do país e desencadearam a guerra de guerrilhas.

Em janeiro de 1896, o Congresso norte-americano reconheceu a existência do estado de guerra, em Cuba, e o Presidente Cleveland ofereceu-se como mediador, o que foi recusado pela Espanha. Mc Kinley, que o substituiu, ameaçou adotar uma atitude mais agressiva no conflito.

Em face de distúrbios, ocorridos em Havana foi para lá enviado o navio de guerra "Maine", para dar proteção aos cidadãos norte-americanos lá residentes. Seis dias depois de sua chegada à Havana, o "Maine" explodiu, perecendo 260 de seus tripulantes. A imprensa norte-americana exigiu, violentamente, que se invadisse Cuba, mas Mc Kinley, preferiu negociar um armistício para a guerra cubano-espanhola, sob a condição de ser concedida a independência de Cuba. O governo espanhol respondeu que só negociaria

o Armistício se fosse pedido pelos insurretos, oferecendo a arbitragem para solucionar o incidente do “Maine”.

Em abril de 1898, o Congresso norte-americano adotou quatro resoluções, que equivaliam à declaração de guerra. Nelas se declarava: - - que o povo cubano seria livre e independente; — que a Espanha retiraria suas forças da ilha; — que o Presidente ficava autorizado a usar toda força necessária para cumprir as resoluções assentadas e, por fim, que os Estados Unidos não tinham a intenção de exercer soberania, jurisdição ou domínio algum sobre Cuba, exceto com a finalidade de pacificá-la. A guerra, que se seguiu, foi curta e decisiva. Com o apoio dos rebeldes cubanos, os Estados Unidos desembarcaram, em poucos dias, 15.000 homens na ilha, e em julho de 1898, Santiago de Cuba foi ocupada.

Pelas disposições do Tratado de Paz de Paris, a Espanha se comprometia a evacuar suas tropas da ilha, a reconhecer sua independência e cedia o domínio de Porto Rico e do arquipélago das Filipinas, aos Estados Unidos.

b. Cuba como país soberano

(1) A organização do novo Estado

Somente em setembro de 1900 o governo de ocupação convocou eleições, que foram realizadas em ordem.

Assinada a Constituição cubana, em 21 de fevereiro de 1901, o Senador Orville Platt, dois dias depois, apresentou, no Senado norte-americano, a emenda, que tomou seu nome.

A “Emenda Platt” visava, segundo Mc Kinley e Root, a dar cumprimento efetivo às responsabilidades, assumidas pelos Estados Unidos no Tratado de Paz, como fiadores da independência cubana e de sua estabilidade política e a garantir a segurança desse país. O seu texto era o seguinte:

— O governo de Cuba não celebrará Tratado ou Pacto algum com qualquer potência ou grupo de potências estrangeiras, que menoscaba a sua independência, nem autorizará ou permitirá, de modo algum, que uma potência, ou grupo de potências, se instale em qualquer parte da ilha, ou a sujeite ao seu domínio, seja para colonizá-la, ou ocupá-la para fins militares.

— Dito governo não assumirá, nem contrairá dívida pública alguma, salvo o caso em que a estimativa das rendas ordinárias da ilha, deduzidas as somas necessárias aos gastos correntes do governo, sejam suficientes para pagar os interesses da referida dívida e constituir um fundo de amortização razoável para saldá-la.

— O governo de Cuba concede aos Estados Unidos o direito de intervir para conservar sua independência, manter um governo capaz de proteger as

vidas e os bens de seus cidadãos e assegurar a liberdade individual e para fazer cumprir as obrigações com respeito a Cuba, impostas pelo Tratado de Paris (o de Paz) aos Estados Unidos e que agora recaíram sobre o governo de Cuba.

— O governo de Cuba aprovará e dará validade a todos os atos praticados pelos Estados Unidos durante a ocupação militar, manterá e protegerá os direitos que adquiriram legalmente, sob a mesma.

— O governo de Cuba executará e, até aonde seja necessário estenderá os planos já traçados e outros que sejam combinados de comum acordo, para saneamento das cidades epidêmicas e infecciosas, com os quais serão preservados de danos os habitantes e o comércio de Cuba, bem como o comércio dos portos do sul dos Estados Unidos e seus habitantes.

— A ilha de Pinos estará fora dos limites propostos na Constituição de Cuba e será determinada por um futuro Tratado a quem corresponde a propriedade da mesma.

— A fim de que o governo dos Estados Unidos possam manter a independência de Cuba, proteger seus habitantes e atender às necessidades de sua própria defesa, o governo de Cuba venderá, ou arrendará aos Estados Unidos, terras para estabelecimento de portos supridores de carvão, ou bases navais, na conformidade de acordo comum entre os dois governos.

— Para maior garantia, o governo de Cuba incorporará as cláusulas precedentes, em um Tratado permanente, que firmará com os Estados Unidos.

De acordo com a Emenda Platt, foi firmado, em 103, o Tratado de Aliança e Amizade, regulando as relações entre Cuba e os Estados Unidos, e a cessão de área em Baía Honde (estreito de Flórida) e Guantánamo, para construção de bases navais.

Durante a ocupação norte-americana, Cuba progredira sob vários aspectos; foi organizado e instalado um sistema educativo que se estendia da escola primária à Universidade. Vários estudantes e mestres cubanos aperfeiçoaram seus estudos em Universidades norte-americanas. O saneamento do país fez grandes progressos e a febre amarela erradicada4 Estradas e grande número de obras públicas foram construídas. O comércio crescera e oferecia saldos positivos, graças às tarifas especiais sobre o açúcar e outros produtos, concedidos pelos Estados Unidos.

Cuba conquistara, por fim, sua independência e ia iniciar, sob bons auspícios, sua vida soberana.

(2) *As intervenções norte-americanas em Cuba*

Os cubanos não se exercitaram muito tempo, em paz, no seu ensaio de governo próprio. A administração Palma, não teve autoridade para conduzir as eleições em 1905 em ordem e os norte-americanos intervieram. Foi organizado um governo provisório pelos norte-americanos, sendo Charles Magoon designado para assumir o governo da ilha. A administração Magoon não foi muito feliz, mas as paixões políticas arrefeceram, e, em agosto de 1907, realizaram-se eleições presidenciais, sendo eleito José Miguel Gómez. Os cubanos ficavam, outra vez, senhores de seus destinos políticos.

O governo Gómez distinguiu-se pela tolerância com que tratou seus inimigos políticos, aproveitando os elementos mais capazes do país, sem indagar de seus antecedentes políticos. As paixões políticas continuaram efervescentes, impedindo o governo de administrar, convenientemente, o país.

Em 1912, foi eleito Menocal que governou com ordem e dignidade. Derrotado nas eleições de 1916, reassumiu o governo, com o auxílio dos norte-americanos sob o pretexto de que os liberais eleitos eram germanófilos.

As eleições de 1924 foram tranquilas e imparciais e o general Gerardo Machado y Morales, saído das fileiras dos libertadores, foi eleito.

O primeiro período do governo de Gerardo Machado (1925-1933) foi construtivo e ordeiro. Embelezou Havana, estabilizou a indústria açucareira, que fornecia 80% das divisas nacionais, construiu uma autoestrada, ligando Havana às principais cidades da ilha, organizou e equipou um Exército de 12.000 homens. Combateu o banditismo, o peculato, a corrupção e melhorou as condições de segurança da zona rural. No plano político, o Presidente soube congregar, sob a bandeira do chamado “Cooperativismo”, as forças políticas do país, insistindo em condenar a reeleição, consentida pela Constituição. Aproximando-se o término de seu mandato, mudou de opinião, persuadindo o Congresso a reformar a Constituição. Aproveitando-se da reforma, Machado reelegeu-se, em 1928, para um mandato de seis anos, apoiado pelos Partidos Conservador, Popular e Liberal, controlados por ele.

Durante esses anos, foi-se arregimentando a oposição a Machado. A princípio, era constituída de descontentes e políticos contrariados em seus interesses, nem sempre muito dignos. Depois, juntaram-se aos grupos oposicionistas os estudantes universitários, os representantes de profissões liberais e oficiais do Exército. A depressão de 1929 atingiu Cuba em cheio. O desemprego, a miséria, os altos impostos criados pelo governo para custear as obras públicas criaram uma situação favorável à eclosão de todos os ressentimentos e descontentamentos. Rebentaram motins e movimentos de ruas e o governo, para enfrentá-los, promulgou a Lei Marcial, sujeitou a Imprensa ã censura prévia, fechou a Universidade de Havana, encarcerou e exilou os agitadores mais exaltados.

A oposição a Gerardo Machado se organizara em grupos terroristas,

distinguindo-se o grupo constituído pelos estudantes, idealistas, mas tendendo, marcadamente, para a esquerda. A organização secreta mais importante era o grupo secreto ABC que, em 1933, contava com 5.000 membros, entre os quais intelectuais, estudantes, homens de negócios e mulheres, dispostos a exterminar Machado e a todos os políticos profissionais de sua espécie. Cerca da metade dos membros desse grupo estava no campo, fomentando e liderando movimentos de guerrilhas. Um dos grupos mais ativos e radicais era o O.C.C.R. que se dedicava a matar funcionários do governo, policiais e a lançar bombas contra os edifícios públicos. O Exército, também, se dividira em dois grupos: um se concentrava em torno dos oficiais mais graduados e o outro era liderado por oficiais jovens, suboficiais e sargentos. Os Comunistas cubanos, orientados por um Comité instalado em Montevidéu, eram cerca de 500 e exploravam os grupos revolucionários, visando a implantar uma República Socialista Popular.

O governo dos Estados Unidos acompanhava, cuidadosamente, o desenvolvimento da situação em Cuba, sem, entretanto, intervir, diretamente, como se lhe assegurava a Emenda Platt. Dizia-se que Gerardo Machado mantinha-se no poder, contra a manifesta vontade do povo cubano, mercê do apoio das grandes corporações, que lá tinham investido l bilhão de dólares. Outros murmuravam que Machado era o administrador do feudalismo financeiro norte-americano.

A Herbert Hoover sucedeu Franklin D. Roosevelt e, em maio de 1933, o Secretário de Estado Summer Wells foi a Cuba solicitar a Machado que renunciasse. Este prometeu fazê-lo, mas logo negou-se a cumprir a palavra empenhada. O grupo ABC e outros organizaram uma greve geral, recebendo o apoio de oficiais do Exército e da Polícia. Machado compreendeu que era inútil resistir e, em 12 de agosto de 1933, fugiu de avião. Carlos Manuel Céspedes, advogado e diplomata respeitado, foi designado Presidente Provisório.

Em 5 de setembro, foi obrigado a renunciar, em face da insurreição liderada pelo Sargento do Exército Fulgêncio Batista, apoiado pelo ABC, OCCR e grupo da “Jovem Cuba”. Iniciava-se, assim, a Revolução Cubana.

4. REPÚBLICA DO HAITI

Entre 1870 e 1900, governaram cidadãos de tendências variadas em meio a graves perturbações políticas, desorganização financeira e negócios complexos, nos quais se incluía empréstimos ruinosos.

Em 1913, o governo haitiano negou-se a continuar pagando os serviços de uma empresa norte-americana, que havia obtido a concessão para construir uma estrada de ferro. A empresa apelou, então, para o governo norte-americano, pedindo-lhe que protegesse seus interesses no Haiti. Nessa época, o “National City Bank of New York” pressionava o Haiti, para que lhe permitisse ocupar-se da cobrança dos direitos aduaneiros, como já

se fazia na República Dominicana. O governo haitiano negou-se e a filial desse Banco, no Haiti, reteve os fundos que o Tesouro do Haiti tinha em depósito. O governo haitiano, em represália, fez uma grande emissão de papel inconversível e retirou do Banco os US$ 20 milhões que ali depositara como garantia do meio circulante. Nessa altura, o governo dos Estados Unidos enviou, ao Haiti um navio de guerra, que apanhou e reteve, por 4 anos, US$ 500.000 dos depósitos do Banco.

Em julho de 1914, tanto a França, como a Alemanha haviam pressionado o governo haitiano para que lhes permitisse a fiscalizar as finanças da República, a fim de protegerem os interesses dos cidadãos franceses e alemães no Haiti, havendo fundado temor de que essas Nações tomassem posse do país.

Esses fatos, além de inquietarem a população da República, muito contribuíram para agravar a crise financeira, em que se debatia há muito, e sua crônica instabilidade política. O trucidamento do Presidente Vilbrun pelo povo enfurecido foi o motivo pelo qual os Estados Unidos intervieram em 1915.

Em 1915, foi assinado um Tratado entre os governos do Haiti e dos Estados Unidos, ficando as aduanas da República sob fiscalização dos norte-americanos, os quais designaram, também, um Conselheiro para as finanças e funcionários para a Polícia. Os Estados Unidos se obrigaram, ainda, a cuidar do saneamento do país, da educação agrícola e industrial e a construir obras públicas urgentes.

Em 1918, quem exercia, realmente, o poder era o conselheiro financeiro norte-americano, mais tarde transformado em Alto Comissário, apoiado pelas forças norte-americanas.

Sob esse governo reinou a paz interna na República e houve grande progresso. Mas houve, também, queixas dos haitianos, notadamente por não se ter convocado o Congresso e pelo fato de a maioria dos altos cargos públicos serem exercidos por militares norte-americanos.

Por outro lado, os banqueiros e homens de negócios dos Estados Unidos não tinham ficado inativos. Lançaram-se à exploração dos recursos naturais do país sem darem aos haitianos uma compensação adequada. Em 1929, calculava-se que os homens de empresa norte-americanos tinha investido, no Haiti, US$ 300 milhões, sete vezes mais do que em 1915.

A depressão de 1929 atingiu, profundamente, a produção de café, no Haiti, a qual representava 98% de suas exportações. Em consequência dessa crise económica, houve greves estudantis e tumultos populares em todo o país. Novas forças navais norte-americanas foram enviadas para o Haiti, juntamente, com uma Comissão Investigadora.

Em 1930, nova Comissão Investigadora recomendou que fosse designado para Alto Comissário um civil, em vez de militar, e que os efetivos de ocupação, fossem diminuídos progressivamente.

Essas recomendações foram efetivadas, apesar dos protestos dos homens de empresa e, em 1934, sob a presidência de Franklin Roosevelt, retiraram-se os últimos norte-americanos do contingente de ocupação. A providência contentou, inteiramente, os nacionalistas haitianos, satisfez aos latino-americanos e mostrou que "boa vizinhança" não era uma palavra vã.

Os erros cometidos no Haiti, acrescidos dos praticados na Nicarágua, geraram pronunciada antipatia pelos norte-americanos em toda a Hispano Sul-América. Para citar John Barrett: "É mister confessar, por muito que nos doa, que os métodos empregados na ocupação da República Dominicana, Nicarágua e, especialmente, no Haiti constituíram durante muitos anos, apesar das boas intenções dos que as decidiram, num sério empecilho para que se estendesse, por toda a América Latina, a influência e o prestígio dos Estados Unidos".

5 REPÚBLICA DOMINICANA

a. Instabilidade política no país

Por duas vezes após conquistar a independência os dominicanos se viram sujeitos ao jugo estrangeiro: primeiro aos haitianos e depois aos espanhóis. Internamente sofreram o jugo dos déspotas nacionais; governos de caráter militarista, devorados pela ambição e sede de poder. De todos o mais tristemente célebre foi o general Ulisses Heureaux (1882-1884), que seria eleito, novamente, em 1887, mantendo-se no poder, através de reeleições sucessivas, até 1900, quando foi assassinado. Seu governo foi despótico, mas pacífico; extinguiu as insurreições com a supressão do direito de voto e de liberdade. No seu governo, entretanto, desenvolveram-se a agricultura e as indústrias e surgiram as primeiras estradas de ferro. Permitiu, porém, que milhares de trabalhadores negros analfabetos, falando inglês ou francês, vindos de outras ilhas das Antilhas, entrassem no país, fazendo concorrência aos trabalhadores dominicanos, uma vez que se contentavam com qualquer salário. Reduziu-se, portanto, ainda mais, o padrão de vida da população e agravou-se o problema educacional da República.

Os sucessivos governos de Heureaux legaram ao país uma complicada dívida pública, contraída através de empréstimos de banqueiros norte-americanos e europeus, a tal ponto que, ao deixar o governo, em 1899, não se sabia o montante dessa dívida e quanto se tinha pago. Sabia-se, entretanto, que as rendas das alfândegas estavam sendo administradas, desde 1888, pela "Caisse General de Regie", representante dos credores estrangeiros, com atribuições para arrecadar os impostos e reter a importância necessária ao pagamento da amortização da dívida pública.

Houve desacordo entre os credores europeus e norte-americanos

quanto ao pagamento dessa complicada dívida, agravado pela contínua instabilidade política dos governos dominicanos.

b. As intervenções norte-americanas

Por essa época, os Estados Unidos, vitoriosos na guerra contra a Espanha, tinham anexado as Filipinas e Porto Rico, assumido a proteção de Cuba, adquirido a Zona do Canal no Panamá, e mergulhado em cheio na intricada política internacional. As novas possessões e as responsabilidades contraídas pareciam exigir que assegurassem o seu domínio sobre o Mar do Caribe, até transformá-lo no Mediterrâneo norte-americano. E para realizarem essas novas concepções políticas era necessário se anteciparem às ações das potências europeias e asiáticas, que tinham interesses políticos e económicos de vulto no Caribe. A competição japonesa-russa, os propósitos da jovem e poderosa Alemanha, que chegara atrasada à partilha das áreas coloniais no mundo, mas não se conformara com a exclusão decorrente disso, a tensão no Marrocos, a penetração que vinham realizando no Extremo Oriente, tudo indicava que estava em jogo a segurança dos Estados Unidos e, até mesmo, seu futuro como grande nação. O Presidente Theodor Roosevelt (1901-1909) compreendeu a situação e aceitou o desafio que representava.

Theodor Roosevelt estava informado de que a situação da República Dominicana chegara a um ponto crítico, exigindo soluções drásticas. Sabia que as obrigações da República Dominicana, no exterior, ascendiam a US$ 340 milhões e suas rendas anuais não bastavam para atender o serviço de amortização dessa dívida; que os credores europeus exigiam seus pagamentos, ou direito de controlar as fontes de arrecadação para se pagarem. Os planos de Roosevelt para intervir na República Dominicana não foram aceitos pelo Congresso, mas aproveitando-se das suas atribuições de Cmt-em-chefe das Forças Armadas, enviou a São Domingos uma pequena força naval. O Cmt desta força naval, de comum acordo com o Presidente eleito, passou a atuar como arrecadador das rendas públicas. Os funcionários norte-americanos conseguiram diminuir o montante da dívida externa e o Congresso americano ratificou, em 1907, um Tratado pelo qual os Estados Unidos, se necessário, prestariam ajuda a São Domingos para manter a ordem pública, tomariam a cargo a administração de suas finanças, regularizariam suas obrigações com credores externos e internos e garantiriam a independência e a integridade do território da República.

A situação evoluiu, normalmente, até 1916, quando assumiu a Presidência, em caráter provisório, o Dr. Henriquez Carvajal, que não quis aceitar o Conselheiro Financeiro dos Estados Unidos e se recusou a firmar qualquer documento, que garantisse o cumprimento das disposições da Convenção de 1907. O governo dos Estados Unidos recusou o reconhecimento do governo de Carvajal, enviou a São Domingos uma força

naval e designou seu Comandante, o Capitão Knapp, para governar, provisoriamente, a República. O governo nacional desapareceu e a nova administração restabeleceu a ordem pública, ativou a produção e reorganizou as finanças do país, tendo oportunidade de verificar, que pelo menos 110 milhões da dívida externa eram fraudulentos.

A ocupação norte-americana, entretanto, não se fez sem protestos, os quais recrudesceram, em 1920 mas, somente no governo de Harding, em 1922, chegou-se a um acordo: designar-se-ia um Governo Provisório, que realizaria as reformas institucionais julgadas necessárias e convocaria eleições para organizar o governo definitivo. As funções executivas e policiais seriam devolvidas aos dominicanos, mas os contratos firmados com os norte-americanos seriam revalidados e forças dos Estados Unidos permaneceriam, por mais algum tempo em porto do território de São Domingos, até que fossem pagos os títulos emitidos. Em setembro de 1924, os últimos marinheiros norte-americanos deixaram São Domingos e a República ingressou na Liga das Nações.

Em 1925, a convenção de 1907 foi substituída por um tratado em que os Estados Unidos concediam à República Dominicana um empréstimo de US$ 250 milhões, dos quais 110 milhões se destinavam às obras públicas. As rendas das alfândegas continuavam sendo administradas por um funcionário norte-americano, até que fosse pago o novo empréstimo. Permanecia a proibição de aumento da dívida nacional sem autorização dos Estados Unidos.

Em 1930, o general Rafael Leonidas Trujillo, depois de depor o Presidente Vasquez, foi eleito e assumiu o governo, o qual dominou direta ou indiretamente, através de prepostos seus, até 1960. Depois de assumir a Presidência, Trujillo consagrou seu maior esforço para se manter no poder, através de uma ditadura, que se destacou pelo seu despotismo e crueldade. A oposição foi varrida por uma repressão desapiedada e tudo mais passou a depender dele: Congresso. Imprensa, Partidos Políticos e os direitos mais comezinhos do cidadão. Desenvolveu o sistema de viação, embelezou a capital, que tomou seu nome, atraiu turistas, estimulou a produção de algodão, tabaco, café, etc... No seu empenho de enriquecer, rápida e facilmente, associou-se a várias empresas agrícolas, industriais e comerciais e as protegeu, utilizando suas atribuições de Chefe de Estado. O governo dos Estados Unidos ficou em situação difícil: não podia apoiar, sistematicamente, sua maneira de governar, nem se opor abertamente a ela, apesar do rápido crescimento da dívida flutuante dominicana e de certos impostos fugirem à fiscalização do “arrecadador geral”. A solução viria, em 1940, quando o “arrecadador geral” retirou-se para os Estados Unidos, em face das disposições do novo Tratado, assinado com o governo de Manuel Troncoso (1940-1942), que extinguiu a Convenção Aduaneira de 1924, voltando a arrecadação das Alfândegas a ser feita pelo governo dominicano.

3ª FASE — TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

1. A REVOLUÇÃO MEXICANA

A Revolução Mexicana se iniciou, praticamente, com o programa de Francisco Madero, em 1910, e a Constituição de 1917. Mas só se cristalizou, depois de 1930, com os governos de Páscual Ortiz Rubio (1930-1932), de Abelardo Rodrigues (1932-1934), do general Lázaro Cárdenas (1934-1940) e Manuel Ávila Camacho (1940-1946).

Pascoal Ortiz Rubio, eleito em 1929, anunciou que continuaria a reforma agrária, pagando a devida indenização aos proprietários das terras expropriadas, imporia novas restrições à Igreja e respeitaria a propriedade de estrangeiros fixados no país. Enfrentou de início os efeitos da depressão mundial, agravados pelas más colheitas de 1929. Apesar dos tempos duros, o Presidente promulgou um novo Código de Trabalho e continuou a distribuição de terras confiscadas.

As relações com a Igreja foram difíceis mas conseguiu vencer a oposição do clero e do Papa Pio XI. O clero católico viu-se obrigado a cumprir as leis de registro, a aceitar as expropriações de seus bens e a transformação de suas Igrejas e Conventos em escolas e centros recreativos, continuando tensas suas relações com o governo. No plano internacional a República do México ingressou, em outubro de 1931, na Liga das Nações, ressalvando "que nunca havia admitido o acordo regional, mencionado no artigo 21 do Convênio". Significava isso que o México não reconheceu a Doutrina de Monroe. Em setembro de 1932, o Presidente, tendo tropeçado com dificuldades em seu gabinete, renunciou, sendo eleito pelo Partido Revolucionário Nacional o general Abelardo Rodriguez. Em 1933, o Congresso conferiu ao Presidente Abelardo Rodriguez amplos poderes para executar o "Plano Sexenal", aprovado por Convenção do Partido Revolucionário Nacional. O Plano, de tendências socialistas, visava a elevar o nível de vida das classes humildes fixar um salário mínimo para os operários, estimular a educação, acelerar a reforma agrária, executar um programa de obras públicas e melhorar as relações internacionais da República. O Presidente iniciou logo a execução do Plano Sexenal. Obrigou os governadores de Estado a cumprir as leis de distribuição de terras, fixou o salário mínimo, beneficiando 2,5 milhões de operários agrícolas e federalizou a indústria de energia elétrica.

Em 1934, iniciou-se a "socialização de educação" passando todas as Escolas a dependerem do Estado, incluindo a Universidade Nacional. Em julho de 1934, foi eleito pelo Partido Revolucionário Nacional, o partido oficial, o general Lázaro Cárdenas, de 39 anos, mestiço, que tinha, apenas, o curso primário. Apoiado pelos jovens do Partido Revolucionário Nacional

alijou de sua direção os velhos dirigentes e o transformou no Partido Revolucionário Mexicano, do qual foi o chefe inconteste.

Reestruturado o Partido oficial, o general Lázaro Cárdenas, apoiado pelo Exército e os Sindicatos operários, iniciou a execução do seu programa de governo. Afrouxou as restrições impostas à Igreja e estimulou a educação de tal forma, que, ao terminar seu governo, o número de matrículas nas escolas primárias subira de 14 para 18 milhões e a taxa de analfabetos baixara de 55% para 45%. No que respeita à reforma agrária, nacionalizou terras de propriedade de estrangeiros e distribuiu-as a 33.800 famílias, organizadas em Sociedades Agrícolas dispondo de créditos suficientes.

Por decreto de março de 1938, expropriou 17 Companhias petrolíferas norte-americanas e inglesas, das quais as principais eram a Standard Oil, a Sinclair e a Royal Dutch, com investimentos calculados entre 100 e 400 milhões de dólares, que se tinham negado a cumprir a sentença da Junta Federal de Conciliação e Arbitragem, num dissídio trabalhista com seus operários, que exigiam melhores salários.

A indústria petrolífera, no México, entrou em crise. À Inglaterra rompeu suas relações com o México e os proprietários das Companhias petrolíferas se valeram de todos os recursos legais para obterem reparação. Mas o governo mexicano, apoiado pelo povo e até mesmo pelo clero católico, tão perseguido, se manteve irredutível. O presidente Franklin D. Roosevelt e o Secretário de Estado Cordell Hull intervieram, diplomaticamente, mas a Corte do México, por decisão unânime, aprovou o Decreto de expropriação.

Em 1940, as Companhias petrolíferas aceitaram o pagamento de indenização proposta pelo governo mexicano e, em compensação, o México recebeu empréstimo para estabilizar o peso nacional.

O governo do Presidente Roosevelt, numa demonstração de boa vontade para com o México, resolveu aumentar as compras de prata, e o governo do México, em reciprocidade, concordou em indenizar as expropriações de terras, pertencentes a cidadãos norte-americanos, desde 1927.

Os Sindicatos operários, durante o governo do general Lázaro Cárdenas, gozaram de grande influência política. No último ano de seu governo, Cárdenas enfrentou a oposição dos poderosos sindicatos de ferroviários e operários petrolíferos.

Em 12 de setembro de 1940, foi eleito o general Manuel Ávila Camacho do Partido Revolucionário Mexicano, depois de ardorosa campanha eleitoral. Constava do programa de Camacho o estímulo ao desenvolvimento económico, reequipamento das Forças Armadas, implantação do Serviço Militar Obrigatório, a execução de um novo Plano Sexenal, concessão de direitos civis às mulheres e manutenção de boas relações com os Estados Unidos.

Em 1941, haviam decorridos trinta anos, desde que Francisco Madero

pregou uma linha política oposta à que vinha executando Porfírio Diaz. Durante esse período, o México fizera grandes progressos, apesar das insurreições, da controvérsia religiosa, da pressão estrangeira. Realizara-se uma Revolução, que estava longe de encerrar-se, concebida e executada por mexicanos, atentos à realidade política do país. Os resultados talvez fossem menores do que os esperados, mas bastaram para desenvolver no povo uma viva consciência nacional, o orgulho pela cultura nativa, a confiança na capacidade para autogovernar-se e uma grande altivez e independência em face de qualquer pressão estrangeira. O operariado se organizara, se instruirá e adquirira melhores padrões de vida, os rurícolas trabalhavam, em grande número, em suas próprias propriedades e mesmo os índios se sentiam filhos da comunidade nacional. Fora superado, em definitivo, o feudalismo ibérico e o imperialismo colonialista por um sadio movimento de massas, que repelira o comunismo e o fascismo e aspira a implantar, em seu país, um padrão de vida democrático, socialmente justo, próspero e plenamente soberano.

O México é hoje, uma República Federal, Representativa e Presidencialista. O Presidente é eleito por seis anos, mediante sufrágio direto e universal, inclusive o dos analfabetos. Formalmente, há cinco partidos registrados. Destes, apenas, três, têm representantes no Congresso e dos três, somente o Partido Revolucionário Institucional, o Partido Oficial, tem expressão política, de fato, contando com todos os Senadores e todos os Governadores de Estado, Territórios e do Distrito Federal.

O Partido Revolucionário Institucional, organizado, em 1946, é o resultado das transformações, que veio sofrendo o Partido Nacional Revolucionário, fundado por Plutarco Elias Calles, em 1929, transformado em Partido Revolucionário Mexicano por Lázaro Cárdenas, em 1938. O Partido Revolucionário Institucional marcou o fim da era do caudilhismo guerreiro ou demagógico e traduz a paz política que, afinal, se instalou na conturbada evolução institucional da República. Sustenta-se, apoiada no povo, nos operários e nos camponeses, arregimentados respectivamente, na Confederação Nacional das Organizações Populares (C.N.O.P.), na Confederação Mexicana do Trabalho (C.M.T.), e na Confederação Nacional Camponesa (C.N.C.). O Partido Revolucionário Institucional é a expressão eleitoral da Revolução, cabendo-lhe escolher o candidato à Presidência da República e fazer a coordenação entre este e as forças que sustentam e continuam a Revolução.

A Organização Sindical está integrada na estrutura do Partido Oficial. Participa da vida política, como uma força ativa e disciplinada, e da vida social, como órgão de defesa dos interesses de cada classe. Como toma parte ativa na elaboração da política trabalhista do governo, é de seu próprio interesse manter a paz social. As greves são propostas à Justiça do Trabalho e, somente, as autorizadas por ela são deflagradas.

O Exército, depois de haver conturbado a vida política do país, perdeu importância político-partidária, mas ganhou sua verdadeira dimensão institucional. Não faz política partidária, porque não precisa fazê-la. Hoje, é uma parcela do Poder Nacional, com larga influência na estrutura do Partido Oficial e, intimamente, entrosado na engrenagem do Poder do Estado. Nenhum Presidente do México precisa consultar os órgãos do Exército para tomar decisões administrativas ou de rotina, mas nenhum ousaria deixar de fazê-lo quando ela pode afetar os destinos e a sobrevivência da Nação.

A Reforma Agrária foi um dos objetivos permanentes da Revolução, desde 1910. Os resultados não são espetaculares, havendo, ainda, latifúndios e minifúndios remanescentes. Entretanto, a grande maioria dos rurícolas foi libertada, física e politicamente, da condição anterior de servo da terra. Há falta de créditos, de assistência técnica, de máquinas e implementos, agrícolas, de adubos e sementes, de organização para armazenamento e escoamento da produção. Mas a Reforma continua.

CONCLUSÃO

Dos objetivos primaciais da Revolução, estabelecidos, em 1910, por Francisco Madero, em sua luta contra o continuísmo de Porfírio Díaz foram, sem dúvida, alcançados: a não reeleição do Presidente da República; o estabelecimento do regime representativo popular; completa separação entre a Igreja e o Estado e a eliminação das influências políticas e económicas da primeira; parcelamento e distribuição da maioria dos latifúndios existentes no país, de propriedade de nacionais ou estrangeiros; proteção à propriedade individual; atendimento das mais prementes reivindicações dos operários, camponeses e índios; erradicação do caudilhismo guerreiro ou demagógico; recuperação e preservação de muitos recursos naturais, alienados em épocas anteriores e sua exploração por capitais nacionais. Os teóricos da democracia formal caracterizam o governo do México como uma Ditadura Constitucional, na qual o Ditador tem um período limitado de governo. Prefiro vê-lo, porém, sob os critérios, apontados por Simon Bolívar, para o melhor governo. E sob este ponto de vista é um bom governo, pois, tem estabilidade e eficiência. Talvez o México não tenha o governo que imaginou o utópico Lorenzo Zavalla, ou o "patrício" José Luiz Mora. Mas tem, sem dúvida, um regime compreendido e aceito pela maioria dos mexicanos, que deu ao México trinta anos de estabilidade política e de crescente prosperidade. Não é uma criação do idealismo utópico, de espertos profissionais da política, uma cópia servil, ou adaptada, de um figurino constitucional importado de país desenvolvido. É o resultado de lutas sangrentas e prolongadas, de conflitos sociais e políticos do passado, que nasceu e cresceu, dolorosamente, de necessidades prementes e direitas e de experiências sucessivas e renovadas, que continuam sendo vividas e corrigidas. O Estado Mexicano atual não é, certamente, o

coroamento da obra revolucionária, feita de avanços, recuos e paradas, ao longo dos decénios, mas uma etapa dela, rica em conteúdo político social e carregada de originalidade.

A Revolução Mexicana, a primeira que revelou as forças complexas e as perspectivas novas que agitam a América Latina, é uma experiência original, um fenómeno ímpar, digno de estudo e de meditação. Diferente da Revolução Cubana, que se desvirtuou sob pressões externas, transformando-se num marco da guerra fria, entre o Ocidente e o Oriente, a Revolução Mexicana se manteve dentro de sua filiação histórica e das características do povo mexicano, como exemplo concreto, na América Latina, da convivência tão difícil, entre a democracia política e a democracia económica, entre o bem-estar coletivo e o individual.

2. A REVOLUÇÃO CUBANA

Deposto o governo de Carlos M. Céspedes, assumiu o poder o Governo da Pentarquia, constituído por uma Junta de cinco membros sob a chefia do Dr. Ramon Grau San Martin, professor universitário de real merecimento, apoiado pelas sociedades secretas e os grupos militares, liderados pelo sargento-taquígrafo, servindo no Estado-Maior, Fulgêncio Batista y Zaldivar, com tendências comunistas. Em 10 de setembro de 1933, a Junta designou o Dr. Grau San Martin, Presidente da República, em face da anarquia política reinante no país. O México, a Espanha, o Uruguai e o Panamá reconheceram o novo governo, mas os Estados Unidos se negaram a fazê-lo.

O radicalismo do governo de Grau San Martin se foi acentuando, com o correr dos tempos. Determinou que, em todas as empresas, 50% dos operários fossem cubanos e interveio na Companhia Elétrica Cubana, propriedade norte-americana. Estimulados por essas medidas, os cubanos começaram a se apoderar de usinas de açúcar, em sua maioria propriedades estrangeiras, e a intranquilidade ganhou as áreas de produção. Mas ninguém estava satisfeito. Os estudantes, os operários, os elementos do Exército, que o apoiavam, pediam-lhe cada vez mais e negavamlhe o direito de negociar com governos estrangeiros, em busca de ajuda e cooperação. Era o nacionalismo xenófobo, enchendo as ruas, as fábricas, os campos de gritos e imprecações, mas incapaz de ordenar, organizar e construir. Apelou, como sempre, para o meio mais cômodo: a insurreição. Em janeiro de 1934, o então Coronel Fulgêncio Batista y Zaldivar, chefe do Exército Constitucional destituiu-o e, pura e simplesmente, designou Presidente o engenheiro Carlos Héiva, que ocupou o cargo por 72 horas, sendo substituído, ainda por decisão de Fulgêncio Batista, pelo Coronel Carlos Mendieta, veterano da Guerra da Independência.

Os estudantes, 05 radicais jovens e os comunistas se opuseram, vivamente, ao novo Presidente. Mas o grupo do A.B.C., os homens de

negócios cubanos e norte-americanos e o Exército o acolheram com entusiasmo, bem como o governo dos Estados Unidos, que, prontamente, o reconheceu. O governo de Carlos Mendieta teve de enfrentar greves estudantis, distúrbios operários, crises no Ministério, motins, mas, apoiado por Fulgêncio Batista, superou todas as dificuldades. Depois de várias postergações, as eleições se realizaram, em janeiro de 1936, sendo eleito o representante da coligação dos nacionalistas, republicanos e liberais, Dr. Miguel Mariano Gomez, que se manteve no poder enquanto Batista o apoiou; obrigado por ele a renunciar, passou o governo a Federico Bru.

Em julho de 1937, Fulgêncio Batista anunciou um amplo plano de reformas para ser realizado em três anos. O Estado interviria na produção de açúcar, de tabaco, petróleo e minerais e regulamentaria os aluguéis e salários. Concederia aos plantadores de cana-de-açúcar uma moratória para pagamento de suas dívidas e facilitar-lhes-ia créditos e outros estímulos para que produzissem. Conciliaria os dissídios entre empregados e empregadores e melhoraria as condições de vida dos trabalhadores, construindo moradias e escolas e instalando cooperativas de consumo. O lema das reformas era: “Cuba para os cubanos”. A execução desse programa foi iniciada mas, menos de um ano depois, foi suspensa, porque os grandes proprietários e comerciantes cubanos resistiram, os capitais estrangeiros abandonavam, em massa, o país e se aproximavam as eleições. Estas se realizaram, em novembro de 1939, e o resultado das eleições foi desfavorável a Batista, contrariando suas aspirações à Presidência da República. Em consequência, Batista começou a se aproximar dos grupos comunistas e falangistas, buscando o apoio de seus deputados, mediante hábeis concessões. Tendo ganho o apoio desses grupos o coronel Fulgêncio Batista y Zaldivar foi eleito, pela Assembleia Constituinte, por esmagadora maioria, Presidente da República. Tomou posse, em 10 de outubro de 1940, no mesmo dia em que foi promulgada a nova Constituição.

Entrementes, as relações com os Estados Unidos tinham melhorado. Em 29 de maio de 1934, por acordo, entre os governos de Cuba e dos Estados Unidas, a “Emenda Platt” fora revogada, firmando-se um novo Tratado. A base de “Baía Honda” fora restituída a Cuba, permanecendo, entretanto, sob controle norte-americano a de Guantânamo. O governo cubano deu franca cooperação ao dos Estados Unidos nas Conferências do Panamá, de- Havana e do Rio de Janeiro. Confiscou os navios das Potências do Eixo em portos cubanos e foi dos primeiros países a declarar-lhes guerra.

Os interesses norte-americanos, em Cuba, eram vultosos, representando 54% das refinarias de açúcar a 80% do capital das restantes, 90% das reservas de minérios de ferro, os grandes hotéis, cassinos e os investimentos subiam a mais de l bilhão de dólares. Era, também, importante para Cuba manter boas relações com os Estados Unidos, que 'lhe compravam 75% de suas exportações, funcionavam como seus banqueiros e

alimentavam sua indústria turística, importante fonte de divisas.

Em 10 de outubro de 1944, o Dr. Ramon Grau San Martin, eleito nas eleições desse ano, assumiu o poder, passando-o, em 1948, a Prio Socarrás, escolhido em eleições livres. Em 1952, o general Fulgêncio Batista y Zaldivar depôs Prio Socarrás e era eleito Presidente sem oposição. Iniciou, assim, um governo autoritário, que não tinha sequer a justificá-lo o cunho de honestidade dos anteriores. Ríspida e corrupta, a ditadura Batista descontentou a todos, inclusive aos Estados Unidos, e abriu uma larga brecha na Revolução Cubana, por onde penetrou o Partido Comunista, ávido por explorar suas contradições em proveito de seus objetivos na lula contra as Potências Ocidentais.

A oposição a Batista dividiu-se então em dois campos principais: o "insurrecionista" e o "eleitoralista". O primeiro acreditava que a luta armada era o único meio de derrubar o usurpador, e foi o responsável pelas insurreições, lideradas por Garcia Barcena, em 1953, pelo coronel Ramon Barquin, em 1956, nas quais tomou parte Fidel Castro, que liderou o ataque ao forte Moncada, em 1953, e a "Invasão" de dezembro de 1956. O segundo usava meios pacíficos, procurando criar condições para realização de eleições gerais e foi, progressivamente, absorvido pelo primeiro.

CONCLUSÃO

À Revolução Cubana se iniciara em 1932, com o programa do A.B.C, reivindicando o desenvolvimento e a proteção das pequenas propriedades rurais, a eliminação gradual dos latifúndios, a nacionalização das empresas de serviços públicos, a limitação das concessões aos estrangeiros e o tratamento preferencial para os cubanos. Em 1935, o Partido Revolucionário Cubano, o Autêntico, fundado e chefiado por Ramon Grau San Martin, baseava seu programa na trindade "nacionalismo, socialismo, anti-imperialismo". Em 1947, Eduardo Chibas dividiu o Partido Revolucionário Cubano, fundando o Partido do Povo Cubano, o Ortodoxo, advogando, ainda, uma reforma agrária limitada às grandes propriedades, a nacionalização das empresas de eletricidade e telefones. Fidel Castro era membro do Partido Ortodoxo e no seu "A História me absolverá" e "Manifesto nº l", nos quais lançou os fundamentos do "Movimento de 26 de julho", declarava, que era um ortodoxo, "fiel aos mais puros princípios de Chibas". Em 1958, Fidel Castro e os comunistas já ocupavam a mesma frente e, em 1960; já estavam fundidos. Em 1º de maio de 1961, Fidel Castro declarava que "Cuba era um Estado Socialista", transformado, acrescentamos nós, em "Cavalo de Tróia" no seio da família pública das Américas.

A Revolução Cubana é bem a antítese da Revolução Mexicana. Enquanto a segunda, mantendo-se fiel às suas origens e tradições históricas, se transformou numa solução válida para a problemática política latino-americana, a primeira abandonou sua filiação nacionalista, ao peso das

injunções internas e se constituiu na maior ameaça à possibilidade, que as nações latino-americanas defrontam, de conquistarem plena, completa e autêntica independência.

BIBLIOGRAFIA

LEVENE, Ricardo. ***História das Américas vols. 7 e 11***

MOORE, David R. ***História de La América Latina***

FRANK, Waldo. ***América Hispânica***

VILLANUEVA, A. ***Resumes de la Historia General de América***

PEREYRÀ, Carlos. ***Breve História de América***

POMBO, Rocha. ***Compêndio de História da América***

PEARCE, W. W. ***Hispanic American History***

SAMHABER, Ernst. ***Biografia de um Continente***

RAVINES, Eudócio. ***América Latina, um Continente Erupción***

VASCONCELOS, José. ***Breve História de México***

NICHOLS, R. F. ***Os Estados Unidos de Ontem e de Hoje***

NEHEMKIS, Peter. ***América Latina, Mito e Realidade***

DRAPER, Theodore. ***Marxismo Mundo Moderno, Castrismo***

ALEXANDER, Robert J. ***Aspectos Políticos da América Latina***

BARBAGELATA, Hugo D. ***História de L'Amérique Espagnole***

KAREN, Ruth. ***Os Bastidores das Américas***

EVOLUÇÃO POLÍTICA
DOS
PAÍSES LATINO-AMERICANOS

(Parte 2)

América do Sul

SUMÁRIO

I — INTRODUÇÃO

II — PRIMEIRA FASE DA EVOLUÇÃO

a — Os traços comuns da herança colonial

b — Síntese da evolução política de cada Nação

III — SEGUNDA FASE DA EVOLUÇÃO (1870 a 1930)

a — Características gerais

b — Síntese da evolução política de cada Nação

IV — TERCEIRA FASE — A FASE CONTEMPORÂNEA

a — As tendências atuais da evolução

b — As afinidades entre os países

c — Os antagonismos

V — BIBLIOGRAFIA

I — INTRODUÇÃO

Costumam os historiadores estudar, separadamente, a evolução política de cada uma das nações sul-americanas de origem espanhola. É esta uma forma legítima de encarar o problema, pois o interesse histórico se fixa, hoje, na necessidade de compreender e explicar o desenvolvimento e o progresso dessas nacionalidades novas.

Mas, em um trabalho de síntese histórica, como este, as necessidades são outras. Trata-se, fundamentalmente, de descobrir as correntes históricas, que conduziram à evolução, na aparência desordenada, desses Estados sul-americanos; de verificar até onde seus conflitos podem ser acoimados de caprichosos e absurdos, de pesquisar, em suma, o denominador comum de suas histórias.

Compreende-se, entretanto, que, para perceber o sentido histórico da evolução dos países sul-americanos de origem espanhola, como, de resto, de outros grupos quaisquer de Estados, será necessário analisá-los de per si e em seu conjunto, de fixar as diferentes etapas do processo histórico, que viveram. E isto é difícil e até certo ponto aleatório, porque, mesmo que determinado país venha seguindo, no curso de sua vida soberana, um sentido paralelo ao de outro, será normal que um tenha andado mais rapidamente do que o outro, ou que apresente pausas mais ou menos longas nas suas fases de transição. Como proceder, então?

Tomar como limite da "idade dos ditadores", por exemplo, o ano de 1870, como o fez Frede Ripp, em sua "Historical Evolution of Hispanic América", parece um tanto arbitrário, pois as ditaduras permanecem no quadro político dessas Nações americanas. Aproximar a história dos países hispano-sul-americanos da do Brasil, como procedeu Luiz Alberto Sanchez, é arriscar-se a erros graves de interpretação histórica, uma vez que o Brasil é, na América do Sul e sob o ponto de vista histórico, um mundo à parte, com formação e evolução bem diferentes dos demais, dado o caráter de sua geografia e de seu povo, carregado de originalidades e influências diversas.

Dadas essas circunstâncias e os objetivos restritos desse ensaio de síntese histórica, nós decidimos por uma solução própria. Em primeiro lugar, em que pese ao artificialismo dessa divisão, Estudaremos, separadamente, a política interna das Nações Hispano Sul-Americanas e em seguida suas relações internacionais. No quadro da política interna, distinguiremos as seguintes:

— A fase da reorganização dos Estados saídos do regime colonial, na primeira metade do século dezenove.

— A fase do desenvolvimento econômico e do progresso na estabilização política, como consequência da imigração europeia, da segunda metade do século dezenove até 1930.

— A fase contemporânea, com suas inquietações e suas contradições.

II - PRIMEIRA FASE - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS ENTRE 1826 A 1870

a. Os traços comuns da herança colonial

A Espanha plantou a semente democrática na América, quando fez funcionar em sua colônia os "Cabildos Abiertos", onde as elites "criollas" podiam discutir, com alguma liberdade, os problemas da cidade, em que viviam "como se fossem homens livres de uma Grécia recidiva". Mas fechou essa elite em uma estreita clausura política e intelectual, deixando-a ignorar tudo aquilo que pudesse, mesmo de leve, afetar à segurança do domínio da Coroa de Castela, sobre seus imensos territórios. Somente, depois de mais de 200 anos, pôde a elite "criolla" ter acesso às ideias novas, que agitavam o mundo, através de navios ingleses e franceses, que traziam panfletos e livros, de mistura com as mercadorias, que tiveram trânsito liberado pelo novo Regulamento do Comércio. Desse modo, a liberdade, como ideal; os direitos humanos, como noção social; a igualdade política dos cidadãos, como norma; chegaram como influências da Inglaterra e da França, como mensagens transoceânicas, que deviam ser absorvidas e experimentadas num mundo novo e estranho. Mas, para que essas ideias pudessem ser absorvidas, através da experiência, seria necessário que essa elite tivesse tido acesso aos altos postos da Administração Colonial, o que lhes fora negado e continuava sendo-o, desde os primeiros dias da colonização.

Os ideólogos da Revolução da Independência incorporaram aos seus conhecimentos o acervo político do Contrato Social, da Declaração dos Direitos Humanos, do Sufrágio Universal, do Direito da Representação do povo, e, até mesmo, da tradição feudal de luta contra o absolutismo, como mensagens puramente intelectualizadas, sem passar pelo crivo da crítica e da experiência própria. O ideal da liberdade, o espírito democrático, o repúdio ao direito divino dos reis contribuíram, assim, para o desencadeamento da Revolução da Independência e se impregnaram mesmo com o sopro ardente do heroísmo e dos sacrifícios, que a vitória exigiu. Mas as estruturas políticas, as instituições e os procedimentos novos, em vez de viverem, organicamente, de se adaptarem ao novo ambiente geográfico e social ocultaram-se através de um formalismo retórico e de juramentos retumbantes. As Repúblicas, que se instalaram sob essas circunstâncias, produziram mudanças, mas não provocaram transformações. As fórmulas

chegaram a corresponder às ideias, mas não tinham relação com o conteúdo, porque a teoria nunca esteve ligada à prática. A independência marcou, assim, o divórcio entre o formal e o real, o utópico e o orgânico, não alterando, em verdade, os fundamentos do velho sistema. Os homens, que se sentiram dotados de conhecimentos e capacidades para interpretar e dirigir os acontecimentos, perderam-se, sem rumo, num mar de fórmulas retóricas, de ideologias configuradas em figurinos importados, vagando ao sabor de realidade; insuspeitadas. Nesse fenômeno tão real, quão extenso, reside o primeiro traço do legado colonial às novas Repúblicas, que ingressavam na família pública do Mundo, o qual pode ser precisado, como a falta de tradição e experiência políticas próprias, que pudessem inspirar instituições bem adaptadas à realidade social de cada nacionalidade.

Mas, de qualquer forma, sobreviveu, como uma conquista definitiva, o espírito republicano. Realmente, ou apenas de modo formal, todas as Nações recém-libertadas se organizaram em Repúblicas com traços estruturais comuns. São Presidencialistas, imitando, mais ou menos, diretamente, a Constituição dos Estados Unidos, sendo o Presidente dotado de grande poder, eleito por sufrágio universal. São democráticas, pois a vontade do povo, expressa no voto, é, formalmente, a fonte primária de todo o poder. São representativas, possuindo uma ou duas Câmaras, onde o povo tem os representantes a quem delegou o poder de legislar em seu nome. São Federalistas ou Unitaristas, refletindo uma hesitação presente sempre em suas Histórias, decorrente da extensão do espaço geográfico, da dispersão da população, das ambições de líderes regionais, que cultivaram em benefício próprio as diferenças econômicas e sociais, esculpidas pelo processo histórico no seu espaço amplo e profundamente compartimentado. O repúdio às instituições metropolitanas, consubstanciado na forma republicana de governo, que todas adotaram, é outro legado comum da colonização espanhola a essas Nações.

Com a instituição da República, os indivíduos que constituíam a população colonial, antes esquecidos e oprimidos pela Metrópole, penetraram na vida pública da Nação, como cidadãos. Antigos escravos libertados pela Revolução, índios ressentidos e escorraçados para locais inacessíveis na Cordilheira, mestiços humilhados e ofendidos nos seus direitos, como americanos, pardos de todos os matizes, segregados pelo sistema de casta, todos profundamente ignorantes e pobres, viram-se, de um momento para o outro, em louvor da igualdade política, elevados às dignidades de cidadãos, em pé de igualdade política, com os “godos” e os “criollos” seus antigos senhores. Mas, que direitos eram esses e como exercê-los? perguntavam-se os mais esclarecidos. E como não podiam informar-se por si próprios, uma vez que lhes faltava instrução e qualquer traço de experiência política, tinham de ir perguntar aos antigos senhores e patrões, que durante séculos os orientaram e os ensinaram, segundo suas

melhores conveniências. E surgiu daí o intérprete dos textos legais das normas e procedimentos novos, como o intermediário forçado, entre o eleitor incapacitado para informar-se e orientar-se, politicamente, e os homens, que detinham o poder. E esses exegetas da nova ordem proliferaram no panorama político de todos os países, com larga influência nos quadros do poder, fabricando suas sentenças altissonantes, movendo a irracionalidade dos eleitores, transformando palavras ainda umedecidas pelo sangue da Revolução em vocábulos sem conteúdo, em promessas não cumpridas. A entrada do povo na vida pública das Nações como clientela eleitoral, conduzido por demagogos de todos os matizes e não como elemento político atuante e fiscalizador, é outro traço comum, herdado pelas Nações Sul-Americanas de origem espanhola.

Os grandes dignitários da Coroa foram varridos pela Revolução. Mas os grandes encomendeiros e comerciantes, descendentes de espanhóis e herdeiros de muitos de seus privilégios, alçaram-se, em maioria, aos postos de mando na nova ordem política. Muitos deles fizeram a Revolução, como meio de se assenhorarem dos instrumentos do poder, que os espanhóis lhes tinham negado e agora obtida a recompensa de seus esforços procuravam ressarcir-se dos vexames, que haviam sofrido. O povo logo os identificou, como continuadores dos colonizadores e os chamou de “patrícios”, como àqueles chamara, antes, de “godos” e “chapetones”. E o patrício, cultivando uma herança fidalga, com todas as suas grandezas e vícios, aceitou a situação, e com o mesmo desprezo que seus avoengos votavam aos antigos colonos, chamou os novos “cidadãos” de “rotos” e “cheios”, desde que não pudessem brasonar a pureza e a antiguidade de suas origens castelãs.

Mas, ao lado dos “patrícios” havia outros homens que fizeram a Revolução, alguns tão nobres, quanto eles, mas outros pouco menos que bandidos. Foram homens que, desde cedo, se deixa punindo a todos, indistintamente, com o rigor ressentido e amargo de uma vindita.

Por outro lado, o esforço militar exigido pela guerra, que se prolongava e se tornava complexa em demasia, impôs a organização político-militar das áreas libertadas e tanto os filósofos, como os guerreiros, fundidos, agora em "generais da Revolução" foram chamados a exercer funções de Governo, experiência que jamais tinham tido antes. Os generais estadistas proliferaram, então, na paisagem revolucionária e nem sempre obtiveram êxito em suas funções. Culparam, então, os civis pelo insucesso de seus planos, acusando-os de não trabalharem o suficiente para manter o fluxo de homens e suprimentos indispensáveis às frentes de batalha, esquecidos de que dia-a-dia crescia a desordem e diminuía a riqueza disponível, devorada pela guerra. O idealismo foi, assim, desaparecendo, e substituído pela autocomiseração e o egocentrismo. Os militares, obrigados a enfrentar os perigos e os sacrifícios da guerra, censuravam os civis, vistos como entregues aos ócios e aos confortos da segurança, que lhes tinham

proporcionado e defendiam. Bolívar, definindo essa situação escreveu a Santander que "O povo está no Exército e todo o resto vegeta com maior ou menor malícia" e Santander lhe respondeu "que os libertados, mais numerosos do que os libertadores, se apossaram do terreno". Nessa altura os filósofos uniformizados tinham perdido o contato com o povo e se transformado em "Marechais de Ayacucho". Eram os "Libertadores" os "Pais da Pátria". O conceito de obediência militar ao Estado se tornou subjetivo, suscetível de ser interpretado pela conveniência de cada um. A fidelidade ao bem comum passou a ser praticada como fidelidade à pessoa dos "pais da pátria". Estes, muitas vezes, julgaram-se proprietários do que acabavam de criar, como antes eram os proprietários de suas "haciendas" e se atribuíram o direito de dispor de tudo e a tudo julgar e punir. Eram ditadores, na sua forma mais primária e mais retrógrada. As possibilidades, que esse quadro melancólico, sem dúvida, mas verdadeiro, sugeriam eram imensas. E não faltavam oficiais ambiciosos para aproveitá-las.

O cenário, preparado com a desagregação completa das ideias e convocações em nome das quais se fizera a Revolução, se abriu para a entrada triunfal do "militarismo guerreiro", que predominou na fase de consolidação constitucional das novas Repúblicas. O militarismo guerreiro, personalista, carismático, violento e arbitrário é outro traço comum na evolução política das Repúblicas Sul-Americanas, nesse período.

Em conclusão, poderemos dizer que este período da evolução política dos países sul-americanos de origem espanhola foi, no seu conjunto, influenciado amplamente pela herança colonial, cujos traços dominantes, do ponto de vista político, foram:

— O divórcio entre as ideias e os figurinos constitucionais importados e a realidade político-social existente, em cada um dos países libertados do jugo metropolitano.

— O regime republicano, presidencialista, inspirado nas instituições norte-americanas foi a forma institucional adotada por quase todas as Novas Nações.

— O povo, elevado à categoria de clientela eleitoral, foi rudemente frustrado em suas esperanças por dias melhores e continuou marginalizado na vida política dos Estados recém-organizados.

— A maioria dos governantes das novas Nações saiu do patriciado urbano ou do caudilhismo rural, temperados, quase sempre, pelo prestígio militar.

— O militarismo guerreiro, gerado durante a Guerra da Independência se fez presente, transformando, na maioria das vezes, o governante, saído do Patriciado ou do Caudilhismo, em Ditador personalista.

b. Síntese da evolução política de cada Nação

(l) Venezuela

A Venezuela proclamou sua Independência em 5 de julho de 1811, organizando-se como República Federal. Submetida pelas forças metropolitanas, reafirmou sua independência em 1817. Em 1820, foi integrada na Grã-Colômbia, República Unitária, organizada por Simon Bolívar. Em 28 de dezembro de 1830, o Congresso, convocado por Don José Antônio Páez, reunido em Valência, proclamou a separação da Venezuela da Grã-Colômbia, elaborando a Constituição de 1830, pela qual a Venezuela se constituiu em República Federal sobre o território da antiga Capitania Geral da Venezuela com os limites de 1810 (*uti-possidetis* do ano X).

Seu primeiro presidente constitucional, o Gen. José Antônio Páez, um dos grandes artífices da independência da Venezuela, governou, diretamente, de 1830 a 1835, de 1839 a 1843 e de 1860 a 1863. Durante o período, em que não exerceu o poder, diretamente, Páez continuou exercendo-o de fato, durante a presidência de José Maria Vargas (1835-1837) e Carlos Soublette, o general da revolução (1838-1839).

Em 1847, outro general da revolução, General José Tadeo Monagas, "Primeira lança do Llano", acusou Páez de se acumpliciar com os godos (patrícios) e ligar-se com gente culta. Rompeu com ele e o venceu no sangrento choque de 24 de janeiro de 1847, "no qual o povo recobrou sua dignidade", segundo suas palavras. Governou Tadeo Monagas, diretamente, entre 1847 a 1851 e 1855 a 1858 e através de seu irmão José Gregório Monagas, "Primeira lança do Oriente", de 1851 a 1855. Sucederam-lhe no governo, entre 1855 e 1859, quatro governantes, que passaram pela presidência, como sombras. Em 1861, surgiu, novamente, Páez na crista de uma revolução para governar entre 1861 a 1863.

Durante os treze anos em que governou, direta ou indireta- mente, Páez exerceu de fato uma ditadura militar severa. Sua principal função foi combater os bandoleiros, que infestavam o país, após a revolução. Sustentou-se, fuzilando ladrões e vencendo os caudilhos rivais, que tentavam chegar ao poder.

Realizou, entretanto, a melhoria dos transportes, consolidando a dívida nacional e fundou o Banco Nacional. Houve pequeno progresso na educação, algumas liberdades para a Imprensa e tolerância religiosa. Intentou realizar um programa de repartição de terra, mas, apesar de ser um homem imensamente rico, depois de assenhorar-se das terras, que desejava, sustou o prosseguimento desta reforma.

Tadeo Monagas exerceu o poder de fato durante quatorze anos, também, como ditador militar. Aparentemente, influenciado pela radicalização europeia, reformou a Constituição de 1830, a fim de conciliar a tendência federalista com o centralismo. O que desejava, porém, era maior

soma de poder constitucional, a fim de enfrentar uma violenta oposição dos patrícios políticos federalistas, acabando por ser deposto, em 1858. Daí até 1870, nenhum outro governo, nem mesmo o de Páez (1861-1863) 20 do próprio Monagas (1868), conseguiu manter a ordem no país, e fazê-lo prosperar.

Coube, porém, a Tadeo Monagas instituir o sufrágio universal e libertar os escravos.

Durante o período de 1830 a 1870, a evolução política da Venezuela se caracterizou por:

— Violentas lutas entre Federalistas e Centralistas sob rótulo de liberais e conservadores, respectivamente.

— Insegurança política e social pela atuação de inúmeros caudilhos e bandoleiros com seu cortejo de atrocidades e misérias.

— Predominância de governos militaristas, de caráter caudilhista e processos ditatoriais.

(2) Colômbia

Proclamou sua independência depois da vitória de Ponte de Boyacá, como Departamento da Grã-Colômbia, organizada por Simon Bolívar, no Congresso da Angostura, em 17 de novembro de 1819. Em 1830 com a dissolução da Grã-Colômbia, organizou-se como República Unitária, sob a presidência de José Maria Obando. De 1832 a 1849 foi governado por políticos civis de formação conservadora, que se mantiveram no poder, enfrentando rebeliões motivadas por problemas regionais e religiosos e violenta oposição de caráter liberal, que defendia o federalismo. De um modo geral, foi um período construtivo para a Colômbia, notada- mente, durante a presidência de Tomás Mosquera. Os governos ampliaram as liberdades civis, impulsionaram as instituições públicas, elaboraram legislação volumosa, organizaram Missões para a integração da população indígena, favoreceram os trabalhos de estatística e organizaram a navegação no rio Madalena. Tomás Mosquera (1845-1849) negociou com os Estados Unidos o Tratado pelo qual se construiria o Canal do Panamá, resultando na independência dessa área. Em seu governo estabeleceram-se vias de transporte através do Passo de Quindio, ligando o vale do Madalena ao do Cauca. Fizeram-se esforços para reduzir a escravidão e acabar com o comércio de escravos.

Em 1848, os conservadores, divididos, permitiram que os liberais chegassem ao poder, com José Hilário Lopez (1849-1853). Sob a influência do movimento reformista, desencadeado na Europa pelos socialistas, laboristas e outros, os liberais se propuseram a democratizar a Nação. Com esse intuito, elaboraram a Constituição Federal de 1853, que concedeu ampla liberdade de palavra escrita e falada, extinguiu a escravidão, instituiu o

sufrágio universal, impôs sérias restrições à Igreja e concedeu ampla autonomia às Províncias. As Províncias se transformaram em verdadeiros Estados soberanos, deixando a União com atribuições não especificadas devidamente. Em defesa da autoridade da União Instituiu-se o "Direito de Inspeção", ou seja, a faculdade para fiscalizar as eleições provinciais. Esse fato provocou uma revolta Comandada por Tomas Mosquera, que, em 1861, se apoderou de Bogotá, e instituiu um Governo Provisório sob a denominação de Estados Unidos de Nova Granada. Tomás Mosquera, agora transformado em liberal, convocou uma Convenção, que promulgou a Constituição Federal de 1863, e o elegeu presidente para o período de 1861-1864. Os liberais continuaram no poder até 1884.

No período de 1831 a 1870, a evolução política da Colômbia foi marcada pelas seguintes características:

— Predomínio político do patriciado conservador, radicado na cordilheira, apresentando alguns homens eminentes como Don José Ignacio de Márquez, jurista de renome; D. Mariano de Ospina, homem de cultura e severas virtudes cívicas, e o General Tomás Cipriano Mosquera, um caráter vigoroso a serviço de uma grande inteligência.

— O conflito entre autoridades eclesiásticas e civis, gerando rebeliões e acabando por separar a Igreja, do Estado.

— A luta entre o espírito conservador do patriciado da área andina, e a mentalidade cosmopolita do patriciado liberal, radicado na costa, em torno da federalização e da centralização.

(3) Equador

Quando se desmembrou a Grã-Colômbia, tudo indicava que o Departamento de Quito, com suas Províncias do Equador, de Azuay e de Guaiaquil, continuaria colombiano. Mas a Convenção de Riobamba, convocada por Don Juan José Flores, caudilho venezuelano, mas quitenho de coração, refletindo, ainda, certa indecisão, proclamou a "República do Equador em Colômbia", organizada de forma unitária, da qual foi presidente o Gen. Juan José Flores.

Flores era um caudilho, mas sua cultura excedia à média da dos guerreiros da Revolução. Sabia que o Equador Unitário era uma utopia, pois, tradicionalmente, a vida da antiga Presidência de Quito esteve subordinada a dois pólos de grande poder de atração: Quito e Guaiaquil. E lá, na costa, em Guaiaquil e Monabi, dominava um homem de letras, que viajara pela Europa e os Estados Unidos, fora deputado à Corte de Cadiz, se fizera amigo de Humboldt, fora Secretário da Legação em Londres, servido por um caráter vigoroso e tenaz Don Vicente Rocafuerte, Seria difícil, senão perigoso, enfrentá-lo. Valia mais negociar, Flores negociou. Acordou com seu

adversário, fogoso republicano e liberal, que enquanto estivesse na presidência lhe daria ampla autonomia, em Guaiaquil, assegurando-lhe a vitória nas eleições, próximas, desde que lhe fosse garantida sua volta ao Exército, após deixar a presidência, com os postos e as funções que nele exercera. Assim se fez.

Flores governou, de 1831 a 1835, cedendo o lugar a Vicente Rocafuerte, que governou de 1835 a 1839. Houve, também, como era natural tratando-se de personalidades tão diversas, duas Constituições: a de Flores, em 1830; a de Rocafuerte, em 1835. Flores voltou ao poder, no período de 1839-1855, e editou nova Constituição, a de 1843. Nessa altura, o acordo com Rocafuerte fora rompido, resultando no exílio deste.

Flores parecia ter vencido, mas a oposição do "costeno" acabou por derrotá-lo, em 1845, adotando-se nova Constituição, a de 1851. Seguiu-se um período turbulento com os governos de Ramon Roca, Urbina e Robles, e nova Constituição, perturbado, ademais, pelas empresas de Freire, que, no exílio, quis estabelecer no Equador uma monarquia com príncipe espanhol, se envolveu em questões entre o Chile e o Peru, e chefiou uma expedição flibusteira à Califórnia.

Nesse momento, surgiu no cenário político equatoriano um homem inconfundível e excepcional, que abriu seu caminho para o poder com energia indomável e invulgar inteligência: Gabriel Garcia Moreno. Sendo civil, derrotou militares; desconhecendo náutica, comandou uma esquadrilha e ganhou uma batalha naval; sendo inimigo de Flores conseguiu que lhe entregasse Guaiaquil, conquistada por ele, com um golpe magistral; estando prisioneiro, evadiu-se e na mesma noite fuzilou seu carcereiro; sendo retrógrado, realizou esforços progressistas. De fato, dominou o Equador de 1861 a 1875, diretamente, ou, através de prepostos, como Jerônimo Carrion, de 1865 a 1867, e Javier Espinosa, de 1867 a 1869. Homem honesto, sinceramente católico, foi governante probo, embora, estritamente, sectário. Assinou, em 1861, a Concordata com a Santa Sé, pela qual reconheceu à Igreja os privilégios de que gozara durante o período colonial e deu ao Equador as Constituições de 1861 e de 1869. Adversário de todas as liberdades, sobretudo a de pensar, desterrou todos os opositores. Mas foi um Chefe de Estado e um bom administrador, criando escolas técnicas, industriais e politécnicas, construindo a estrada de rodagem de Guaiaquil a Quito com mais de 600 km, 100 pontes e 400 viadutos. Não houve homem mais odiado, nem mais querido. Para os liberais era a "Concordata", o homem que entregou a República ao Papa e à Companhia de Jesus; para seus adeptos foi a reação salvadora, que livrou o país da infecção protestante, injetada pelo fanatismo anglo-americano de Rocafuerte e o salvou da demagogia de Urbina. Seus inimigos, como não puderam organizar quarteladas e revoluções contra ele, acabaram por assassiná-lo, em 1875, como se libertassem Equador do próprio Satanás.

Em resumo, pode dizer-se que esse período da evolução política do Equador foi caracterizado pelos seguintes fatos:

— A rivalidade tradicional entre Guaiaquil e Quito.

— A luta entre Caudilhos e Patrícios para obter o poder político.

— O conservadorismo, restaurando a influência tradicional da Igreja.

Com a República do Equador, desfez-se definitivamente a Grã-Colômbia, que Bolívar organizara. No dizer de escritor venezuelano, terminara a difícil fusão do Quartel (Venezuela), da Escola (Colômbia) e do Convento (Equador). Apesar do tom humorístico da afirmação, não se pode negar a acuidade da observação.

(4) Peru

A independência do Peru foi proclamada pelo General San Martin, na Plaza Mayor de Lima, em 28 de julho de 1821, recebendo o general argentino o título de "Protetor do Peru". Sua primeira Constituição data de 1823, quando San Martin, vencido por Simon Bolívar, na Conferência de Guaiaquil, já se havia retirado do Peru. Depois de Ayacucho, Simon Bolívar lhe deu uma nova Constituição, semelhante a que outorgara à Bolívia, preparando a organização da Confederação Andina, com que sonhava. Bolívar, porém, teve de ausentar-se do Peru para atender aos problemas internos da Grã-Colômbia, e as forças colombianas, estacionadas no Peru se amotinaram e esta Nação ficou sob a direção de seus próprios generais. Em 1827, o general Don José la Mar, nascido no Equador, convocou um Congresso, que elaborou a Constituição de 1828 e o elegeu presidente por um período de 4 anos. La Mar interveio, na Bolívia, e depois declarou guerra à Grã-Colômbia, visando a recuperar os territórios de Jaen, Maynas e Quijos, os quais alegava serem peruanos, de acordo com o *uti-possidetis* de 1810. Essa aventura terminou com a derrota, que lhe infligiu o general Sucre, em Portete de Tarqui, e foi segui da dos Convênios de Giron. La Mar foi exilado, assumindo o poder o General Agostin Gamarra, que governaria de 1829 a 1833. Mas, havia no Peru outros generais capazes de thé disputarem o poder. Gamarra passou o poder ao general Luiz José Obergoso, mas o general Francisco Santiago Salaverry, de apenas trinta años de idade, encabeçou um movimento contra Obergoso e se proclamou Chefe Supremo do Peru.

O general Don André de Santa Cruz, boliviano, descendente dos antigos imperadores Incas, tinha grandes ambições a realizar. Alcançou o poder na Bolívia e agora, observando o que se passava, no Peru, executou um jogo político, que terminou com a organização da Confederação Peru-Bolívia, constituída por três Estados confederados: o Peru do Norte, o Peru do Sul e a Bolívia.

Cada Estado tinha um presidente e Santa Cruz era o Presidente e o Protetor da Confederação. Levando avante o seu sonho de restaurar o antigo Império Inca, Santa Cruz desencadeou uma guerra contra o Chile, sendo

vencido pelo general chileno Don Manoel Bulnes, na Batalha de Yungay, em 20 de janeiro de 1839. Foi desterrado e a Confederação dissolvida. Agostin Gamarra voltou à Presidência do Peru e um Congresso elaborou nova Constituição.

Surgiram conflitos com o Equador e a Bolívia. Gamarra morreu na batalha de Yngaví. Em 1845, o general Ramón Castillo assumiu o poder, transformando-se no árbitro da vida do Peru por 20 anos. Ramon Castillo é, geralmente, apresentado, como caudilho. Na realidade, era um patrício, que de início serviu ao Exército do Rei, combatendo contra San Martin, em Chacabuco e Maipu, e depois aderiu ao Exército da Revolução, combatendo pelos seus objetivos, em Ayacucho. Chegou ao poder, combatendo seu rival Manoel Vivanco e exerceu seu primeiro mandato de 1845 a 1851. Ganhou prestigio anistiando seu inimigo, governando com probidade, desenvolvendo os recursos naturais do país, suprimindo os tributos do indígena e abolindo a escravidão. Sob sua presidência estendeu-se a navegação marítima, construiu-se a primeira estrada de ferro peruana, estabeleceram-se redes telegráficas. A exploração em escala industrial do guano que permitiu quadruplicar a exportação desse produto, aumentar a receita, pública, pagar, pela primeira vez, parte da dívida externa do Peru, no valor de US$ 19 milhões e criar um fundo de amortização. Pela primeira vez, como pais soberano, o Peru tinha um governo e progredia, ganhando sua vida social novos tons. Foi substituído por José Rufino Echenique (1851 a 1855) em cuja presidência campearam a corrupção e a desonestidade, a notórias nas concessões para exploração de guano e do salitre. Ramón Castillo se levantou em armas contra esse governo e chegou novamente ao poder, para exercê-lo de 1854 a 1862. Mas o fez com tenaz e violenta oposição de seus inimigos, liderados por Vivanco, chefe de inúmeras insurreições. Mas o soldado, o administrador e o estadista acabaram se impondo, vencendo seus inimigos, eliminando resíduos da vida colonial, abolindo a escravidão do negro e elaborando a Constituição de 1860, que regeria intocada, a vida da República, durante 60 anos.

Encerrado seu governo, instalaram-se no Peru, a mediocridade e a indiferença com San Roman e Pedro Diez, até que, no governo de Don Juan Antônio Pezet, sobreveio um grave incidente internacional. O Governo de Madri, que não ratificara o Armistício de Ayacucho e não reconhecera, ainda, a independência do Peru, enviou à República um Comissário Especial para dirimir uma contenda entre peruanos e espanhóis, numa fazenda do interior. O Governo peruano repeliu a intervenção espanhola e o Governo espanhol, em represália, mandou ocupar as linhas Chinchas. O Governo peruano protestou e convocou uma assembleia em Lima, à qual compareceram representantes da Bolívia. Chile, Equador, Colômbia, Venezuela e Argentina, que se solidarizaram com o Peru. A Espanha fez exigências descabidas ao Peru, as quais aceitas por Pezet, não o foram pelo

povo, que, sob a liderança de Don Mariano Inácio Prado, depôs Pezet e instalou um novo governo. Nessa altura, o incidente se estendera, com a atitude do Chile, que se negou a fornecer combustível aos barcos espanhóis e teve suas cidades costeiras bombardeadas, levando-o a declarar guerra à Espanha. Essa atitude do Chile foi seguida pelo Peru, Equador e Bolívia, tendo se recusado a imitá-los a Argentina. Com a intervenção da Inglaterra, França e Estados Unidos chegou-se a um acordo honroso e reafirmou-se, naquela oportunidade, a independência das Nações do Pacífico.

Entretanto, no Peru, o Caudilho de Arequipa foi substituído por José Balta (1862-1870) que acabou assassinado durante uma insurreição, chefiada pelo General D. Torres Gutierrez. Nesse período a evolução política do Peru foi marcada pelas seguintes características:

— Predominou o patriciado militarista, saído dos quadros da revolução, cujas ambições e rivalidades se tornaram motivos cie inúmeras rebeliões.

— Problemas internacionais com a Bolívia, Colômbia e Chile, causados por propósitos de reconquista de áreas perdidas para outros Estados, ou de reconstruir o antigo Império Inca.

— Consolidação da independência, através dos recursos oferecidos pela exploração do guano e do salitre e do reconhecimento da Espanha (1862), após ter sido repelida em sua tentativa de recolonização.

(5) Chile

A independência do Chile foi proclamada, no dia 12 de fevereiro de 1818, pelo General Bernardo O'Higgins, depois de uma consulta plebiscitaria ao povo, mediante uma proclamação, que circulou, depois, sob forma de Ata de Declaração da Independência, em todos os países americanos e europeus. o'Higgins assumiu o governo com a designação de Dirigente, guiando-se por diretrizes inspiradas na Loja Lautauro, que San Martin implantara no Chile. Opuseram-se ao governo de O'Higgins os partidários dos irmãos Carrera, que olhavam com desconfiança a aliança chileno-argentina. Morto José Miguel Carreia e Rodriguez, dois próceres da Revolução da Independência de cujo desaparecimento violento foi acusado O'Higgins, este nomeou uma Comissão Constituinte, integrada por sete membros, para elaborar uma Constituição provisória. O Regimento Constitucional de Outubro de 1818, deu forma institucional à ditadura, mas esta, apesar dos benefícios políticos, econômicos e sociais que proporcionou ao Chile, não conseguiu o apoio do povo. O'Higgins decidiu, então, em 1822, convocar uma Convenção, a qual, transformada em órgão legislativo, elaborou a Constituição, promulgada em 30 de outubro de 1822. Esta Constituição, em vez de atenuar o

descontentamento popular, exacerbou-o. O General Ramón Freire, governador da Província de Concepción, desligou-se do Governo Central, no que foi seguido pelo Governador da Província de Coquimbo. Um "Cabildo Abierto" foi convocado, em Santiago, e exigiu a renúncia de O'Higgins. Este tentou defender-se perante o "Cabildo", mas acabou renunciando com inteira dignidade. Substituiu-o uma Junta de quatro membros, a qual aboliu a Constituição de 1822, mas não foi reconhecida pelas Províncias de Coquimbo, Concepción e Talca. Surgiu, assim, o movimento federalista no Chile, uma vez que as Províncias exigiam o direito de participar da designação do poder central. A Junta negociou com os revolucionários e, em março de 1823, foi assinada por todos a "Ata de União das Províncias", verdadeiro Regulamento Constitucional, tendo os plenipotenciários das Províncias, designado o Gen. Ramón Freyre. Dirigente Interino. Um Congresso, eleito pelo povo, se reuniu em 7 de julho de 1823, e em outubro deste ano tinha elaborado nova Constituirão, que foi jurada a seguir. A Constituição de 1823, embora elaborada por liberais era, em verdade, aristocrata e não agradou.

Entrementes continuava a luta com os remanescentes das forças metropolitanas, em Chiloé e a Campanha do Peru se prolongava, obrigando o Chile a despesas vultosas. Freyre ameaçou renunciar, mas o povo o prestigiou, outorgando-lhe faculdades ditatoriais. Convocou-se novo Congresso, porém, a situação se agravou com problemas religiosos e econômicos. O novo Congresso se reuniu, em 1824, mas suas sessões transcorreram em meio as conspirações, quarteladas, panfletos difamatórios, levando-o a pedir ao Dirigente sua dissolução, sendo atendido em 1825. O movimento federalista ganhou novas forças e Freyre consolidou sua autoridade com a vitória sobre o General Quintanilha, no Chiloé, que foi, afinal, anexado ao resto do país. Novo Congresso, reunido em 1826, aceitou a renúncia, que lhe foi oferecida por Freyre e lançou as bases da organização federal do país, em 11 de julho de 1826, organizando a República Federal do Chile. Os conflitos; porém, continuaram e depois de várias mudanças de governo, o Congresso encerrou suas sesses. O movimento federal, chefiado por José Miguel Infante, chegava ao fim, uma vez que ficara demonstrada praticamente sua inaplicabilidade ao país.

A aristocracia rural, (os patrícios Chilenos) até então afastada da política, se uniu ao clero e se apresentou como uma força política nova, fluindo das melhores tradições da nacionalidade.

Definiram-se as correntes políticas do país. De um lado ficaram os jovens, com um verniz europeu, exprimindo vagamente ideias de progresso e aperfeiçoamento político, os "pipolos" (liberais). De outro alinharam-se homens de tradição e de fortuna, carregados de bom senso, inimigos da desordem e da anarquia, que desejavam implantar uma autoridade central forte, que permitisse manter a ordem e assegurar a unidade do país, os

“Belucon” (conservadores).

De 1827 a 1833, travou-se a luta política, entre os dois partidos, sendo os liberais, chefiados por Freyre, derrotados pelos conservadores, sob o comando de Prieto, no combate de Lircay. A aristocracia rural chilena chegava ao poder, na crista de uma Revolução, que se consolidou no país e lhe deu largos anos de paz; e prosperidade.

Promulgou-se, com efeito, em 25 de maio de 1833, nova Constituição, que regeria a vida chilena até 1925, com pequenas alterações consubstanciando legalmente as aspirações dos vencedores de Lircay. A Constituição restabeleceu os morgadios, dotou o Presidente da República de amplos podêres e possibilidades de reeleição, os quais o transformaram num monarca eleito. hssa República autoritária, duramente criticada por muitos contemporâneos seus, provaria durando até 1925, que correspondia aos anseios e aspirações mais fundas da realidade chilena.

A descoberta em Chinarcillo de uma rica mina de prata permitiu desafogar a economia chilena e contribuiu para aliviar ás tensões políticas. Manoel Bulnes, Comandante em Chefe do Exército, substituiu a Joaquim Prieto (1831 a 1841), exercendo a presidência de 1841 a 1851. Consolidou a ordem constitucional, mediante um governo forte, sério e progressista, que acolheu dignamente a Andres Bello, o venezuelano ilustre, fazendo-o Reitor da Universidade Chilena e os escritores argentinos Sarmiento, Alberdi e Mitre expulsos de suas Pátrias pelo arbítrio dos caudilhos. Nas eleições para a renovação do Governo, em 1851, os liberais desencadearam uma insurreição, que custou 4.000 mortos, mas não conseguiram impedir a eleição de Manoel Montt. Antiliberal, Montt governou de 1851 a 1861, provocando um levante liberal, em 1859, que foi severamente sufocado e custou 5.000 vidas. Mas acabou se convencendo, de que era necessário para pacificação definitiva do país prestigiar a eleição de um candidato liberal. Graças a essa compreensão o liberal José Joaquim Perez foi eleito presidente e exerceu, também, dois mandatos sucessivos de 1861 e 1871.

Durante trinta anos de governo conservador e autoritário o Chile fez notável progresso. As áreas cultivadas foram aumentadas, introduziram-se máquinas agrícolas e técnicas adiantadas na agricultura, graças ao incentivo oferecido pelo novo mercado consumidor de trigo, aberto com a exploração do ouro na Califórnia (EE.UU). Os imigrantes europeus começaram a chegar ao Chile, estabelecendo-se os alemães em Valdívia e as áreas de Punta Arenas, e Magalhães, começaram a ser ocupadas e exploradas. A produção de prata e de cobre tomou novo impulso e a primeira estrada de ferro começou a funcionar, em 1851. Estabeleceram-se linhas telegráficas e a navegação na costa do Pacífico estendeu-se até o Panamá. As rendas públicas, apesar do crescimento das despesas do governo, ofereciam saldos positivos apreciáveis e duplicaram em vinte anos (1840 a 1860).

O movimento reformista, que se desenvolveu na Europa, entre 1830 e

1840, influenciou o Governo chileno, que cuidou seriamente da educação popular. Em 1841, havia, apenas, 50 escolas primárias, no Chile, e em 1861, elas eram mais de 1.000. Em 1850, abriu-se em Santiago, uma Escola Normal, que teve, como Diretor, o educador argentino Sarmiento e, pouco depois, fundava-se a Universidade, que teve o notável venezuelano Andres Bello como Reitor. Todos os imigrantes notáveis por seus títulos culturais, como o naturalista francês Claude Gay, foram aproveitados em destacadas funções nas escolas chilenas, enquanto se contratavam mestres e sábios estrangeiros, a fim de ensinarem no Chile.

Essa formação cosmopolita da cultura chilena e sua rápida difusão, temperada pelo espírito conservador e tradicionalista da elite dirigente da Nação, permitiu que o movimento liberal chileno se despisse do intelectualismo utópico e ganhasse idealidade orgânica, a ponto de provocar reformas de estrutura sem grandes abalos sociais. A Igreja foi separada do Estado, o direito ao voto se ampliou, as liberdades civis foram alargadas, multiplicaram-se as oportunidades de acesso aos cargos públicos e um Presidente conservador, combatido como anti-liberal, acabou por recomendar e prestigiar a eleição de um candidato liberal.

Neste período a evolução política do Chile foi caracterizada por:

— Uma imaturidade inicial, que levou o país às portas da anarquia social e política, apesar da prudência e da autoridade de Bernardo O'Higgins.

— A experiência federalista, que demonstrou a inaplicabilidade do sistema à sociedade chilena.

— A reação conservadora da aristocracia rural, que culminou com a implantação da República Autoritária, em 1833, permitindo o progresso econômico e social do país, lento mas seguro, e o aperfeiçoamento de suas instituições políticas.

— O Chile cresceu, demograficamente, e alargou as bases de sua cultura sem perder suas características tradicionais.

(6) Bolívia

Quando o Marechal Antônio José de Sucre penetrou no Alto Peru após a vitória de Ayaoucho, a Presidência de Charcas, através de manifestações ocorridas em várias cidades, tinha proclamado sua independência de fato. Mas havia vários problemas a resolver, dadas suas ligações coloniais com o Peru e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Mas Simon Bolívar, o árbitro da organização política da área, embora a contragosto, acabou por concordar, com o ato do Marechal Sucre, convocando uma Assembleia para institucionalizar o fato consumado na Bolívia. Ã Assembleia se reuniu, em Chuquisaca, no dia 10 de julho de 1825, e no dia 28 desse mês, aprovou a Ata da Independência da Bolívia.

A Assembleia aprovou a Lei Fundamental, em agosto, fez do Marechal Sucre Comandante Supremo das Forças do novo Estado, nomeou representantes junto aos outros governos sul-americanos e encerrou seus trabalhos em outubro, depois de dar a Simon Bolívar o título de Pai da República. Bolívar, em visita à Bolívia, convocou um Congresso Constitucional, que se instalou em 25 de maio de 1826 e elegeu o Marechal Sucre Presidente Provisório, apesar deste não aceitar essa investidura.

Mas, o Congresso, sob ameaça de dissolver-se, venceu a resistência de Sucre, que assumiu o Governo. Com o reconhecimento do novo Estado pelo Peru e as Províncias Unidas do Rio da Prata e a aprovação da Constituição, outorgada por Bolívar, organizou-se definitivamente a República Unitária da Bolívia.

A vitória da tendência antibolivarista, no Peru, e a ascensão ao poder do General La Mar levaram as tropas peruanas à fronteira com a Bolívia, sob o comando do Gen. Agostin Gamarra, que se opusera, ostensivamente ao reconhecimento da independência da Bolívia, pelo Peru, Os inimigos de Sucre, na Bolívia, foram estimulados por Gamarra, acabando por deflagrar uma quartelada rapidamente sufocada por Sucre ao custo de um ferimento grave. O motim era, porém, a senha para deflagração de um movimento revolucionário antibolivarista, encabeçado por Casimiro Olãneta. Sucre. ferido, acabou por passar o Governo ao seu Ministro da Guerra, José Maria Perez Urdinirrea, que teve de enfrentar, imediatamente, a invasão das forças comandadas por Gamarra.

Gamarra obteve vitórias sucessivas e firmou com os partidários de Sucre o Tratado de Piquiza, de 6 de julho de 1828, pelo qual foi convocada nova Assembleia, aceita a renúncia de Sucre e organizado um Governo Provisório.

Instalada a Assembleia Constituinte, foi por ela abolida a Constituição outorgada por Bolívar e nomeado para Presidente o General André Santa Cruz. Santa Cruz impôs a organização da Confederação Perúvio-Boliviana e acabou fazendo guerra ao Chile. Derrotado, foi exilado para o Equador. O general José Ballivian, no exercício de seu governo (1839-1847), logrou vencer nova invasão das forças peruanas e consolidar a independência da Bolívia.

Ballivian havia começado sua carreira no Exército realista, mas era um caudilho autoritário e lúcido. Reorganizou o Exército e usou todos os meios para manter seus inimigos estreitamente vigiados. Preocupou-se seriamente, com a administração pública cuidando de elevar o nível moral e intelectual do povo. Contratou professores estrangeiros, multiplicou o número de escolas, organizou expedições colonizadoras, construiu estradas. Não evitou, porém que seus inimigos, chefiados pelos caudilhos Isidoro Belzú e José Vellasco, o obrigassem a renunciar ao poder, entregando-o ao General Eusébio Guilarte.

A Guilarte sucedeu José Vellasco, (1848) que foi deposto por Isidoro Belzú, o "Leão do Norte", um caudilho da mais baixa estirpe. Arrogante, analfabeto, usando vistosos cintos c cintilantes medalhas, manteve-se no poder, de 1848 a 1855, usando todos os recursos e enchendo a República de terror. Acabou renunciando ao governo nas mãos do General Jorge Corcieva, que governaria de 1855 a 1857, sendo deposto por José Maria Linarès, homem austero e educado na Europa. Linarès, mediante o decreto de 31 de março de 1859, se fez Ditador e no mesmo instante se tornou impopular. Sem se amedrontar, enfrentou a impopularidade, o clero, os caudilhos, mantendo-se no poder até 1861, quando seus ministros, aproveitando uma enfermidade sua, lhe declararam que, por vontade deles e do Exército, deixara de ser presidente.

Sucedeu-lhe o general José Maria Acha (1861-1864), que foi deposto pelo general Mariano Melgarejo, num misto de traição e felonia. Filho do povo, educado num quartel, ascendeu no Exército, servindo a Ballivian e traindo a Belzú e Linarès, Melgarejo revogou a Constituição, extinguiu as municipalidades e centralizou todos os poderes em suas mãos. Manteve-se no poder, de 1864 a 1871, mas foi vencido pelo general Agostin Morales, encabeçando uma revolução, num sangrento choque, em 15 de janeiro de 1871. Melgarejo assinou o Tratado de 10 de agosto de 1866, que permitiu ao Chile explorar salitre no Deserto de Atacama e o Tratado de 27 de março de 1867, que concedeu ao Brasil todo o curso do rio Madeira.

A evolução política da Bolívia nesse período foi marcada:

— Pela influência do Peru, que tentava absorver sua área andina e as ameaças da Argentina, desejosa de manter íntegro o território do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

— Pelo domínio de caudilhos da mais baixa estirpe, cujas ambições de mando criaram uma permanente instabilidade política e social.

— Pelos Tratados de Limites, que iniciaram o processo de regressão territorial da Bolívia.

(7) Paraguai

Isolada no interior do continente, educada à sombra das Reduções Jesuíticas e das extensas "Encomiendas", a comunidade guarani se formou em condições sociais e geográficas bem diferentes das outras, que resultaram, como ela, da colonização espanhola na América do Sul. A rígida disciplina temporal e espiritual das Reduções Jesuíticas comunicou, particularmente, ao contingente indígena, que foi elemento de relevo na sua formação cultural e étnica, sobriedade, desconfiança, resignação, profundo respeito pelos superiores, sentimento de autossuficiência e sólidas convicções cristãs. A "Encomienda", tendo no topo da sua estratificação

social, o “Encomendeiro” e sua parentela, e no mais baixo nível os índios encomendados, pretos escravizados, mestiços e brancos assalariados, deu ao primeiro uma mentalidade senhorial, carregada de orgulho, altivez e preconceitos, e aos segundos, padrões e hábitos servis, que se traduziam em sofrimento, sem lamentações, em obediência, sem vacilações, em respeito, sombreado de temor.

A relativa autonomia de que gozara o governo de Assunção desde 1617, o uso repetido das franquias, que lhe conferiram a Cédula Real de 1537, os ressentimentos contra as autoridades metropolitanas, sediadas em Buenos Aires e a suspeita, de que a elite dirigente da Revolução no Prata quisesse fazer da cidade portuária a sucessora da metrópole, prepararam as elites crioulas da Província Guarani, para o exercício do direito de autodeterminação, que foi conquistado, em 1811, sem grandes sacrifícios de sangue.

José Gaspar Rodrigues Francia, doutor em Teologia pela Universidade de Córdoba dei Tucuman, Catedrático de Teologia e Latinidade do Real Colégio de San Carlos de Assunção, membro proeminente, operoso e esclarecido do antigo Cabildo, exerceu, inicialmente, a função de Secretário da Junta do Governo, que proclamou a independência do Paraguai. Depois foi um dos Cônsules da República e, em 1816, foi eleito por unanimidade dos votos de um Congresso, com mais de 1.000 representantes da Nação, Ditador Vitalício. Desta data, até l. 840, quando morreu, foi o Doutor Francia o homem providencial da nacionalidade, governando-a, ditatorialmente, é verdade, mas com expresso assentimento dela.

Inimigo vigilante e tenaz dos “portenòs”, que considerava os herdeiros declarados do Vice-Reinado do Rio da Prata, de seus caudilhos e do patriciado nativo, opôs-se, decididamente, a uns e a outros. Dos primeiros, isolou o Paraguai, mantendo-o numa estrita clausura, fugindo a todos os contatos com os anarquistas1 liberais do Prata. Aos segundos, quebrou a altiva e indômita cerviz, pelo confisco de suas propriedades, declarando suas famílias de ascendência mulata, fuzilando os que queriam exportar seus cabedais e impondo o monopólio estatal da erva-mate, a mercadoria de maior valor e significação no país. Em compensação, aproximou-se das camadas mais humildes da Nação, procurando minorar seus sofrimentos e defender seus direitos.

Esse advogado famoso e incorruptível, apesar do arbítrio com que governou, fez-se amar e respeitar pelo povo paraguaio e apoiado no seu espírito de sacrifício e no seu patriotismo, construiu e manteve, no centro do Continente, apesar das circunstâncias adversas, um Estado livre e soberano. A República d» Paraguai foi obra de sua vida e legado de seu Governo. O estado paternalista e onipotente, que modelou, no qual o governo se fazia temer, onde não podia ser respeitado, foi mantido e desenvolvido por Carlos Antônio Lopez e Francisco Solano Lopez, seus sucessores, Francia

criou uma Nação, mas não lhe ensinou, que existiam outras com direitos iguais aos dela. Carlos e Solano Lopez ensinaram-lhe que existiam outras Nações, mas o direito delas nada valia, quando estivesse em jogo a felicidade da Pátria guarani.

Carlos Antônio Lopez atenuou a clausura em que vivera a República do Paraguai, procurando contatos diplomáticos e comerciais com seus vizinhos. Cuidou da educação do povo e não o sobrecarregou com contribuições novas. Construiu arsenais, comprou navios e iniciou a construção de um caminho de ferro com os recursos entesourados pela poupança de Francia. Seu governo foi sem dúvida operoso e benéfico para o povo guarani.

Francisco Solano Lopez, que o sucedeu no Governo, foi um homem notável, mas não excepcional. Trabalhador infatigável, como o pai, tenaz nos seus propósitos, tinha a estimulá-lo uma ambição ilimitada e o desejo irrefreável de se fazer admirar no seu pais e no exterior. Lacônico e claro mas suas comunicações orais ou escritas, era popular entre seus soldados e com eles se misturava, frequentemente. Desconfiado, desenvolveu poderoso sistema de espionagem que Francia criara e seu pai mantivera com desvelo.

Homem de vontade férrea, de orgulho intenso, de ambição desmedida, de patriotismo exaltado, herdou os poderes imensos e a tradição política de seus antecessores. Fez do Paraguai a Prússia Sul-Americana, dando-lhe uma Marinha e um Exército poderosos, despoticamente controlados, e tentou construir na Bacia do Prata um novo Estado, com sede em Assunção, forjado nos princípios que deram vitalidade à Província Jesuítica do Paraguai e ao velho regime.

Em 1827, Francia organizou um Exército de 5.000 homens, com uma reserva de 20.000. Carlos Lopez elevou o Exército permanente para 18.000 homens e a reserva para 46.000. Solano Lopez tinha um Exército permanente de 28.000 homens, uma Marinha poderosa, construiu fortificações e equipou o território do país, mantendo uma reserva instruída de mais de 60.000 homens.

Francia e Carlos Lopez se prepararam para defender a soberania do Paraguai contra as ameaças que rondavam suas fronteiras. Solano Lopez preparava-se para projetar a soberania paraguaia na Bacia do Prata e seu nome nos fatos da História Militar do mundo.

Neste período a evolução política do Paraguai foi marcada pelas seguintes características:

—Predomínio do patriciado militarista, através de uma ditadura impessoal, bem tolerada, graças à formação peculiar de seu povo.

— Isolamento em relação aos vizinhos, estabilidade política e social e progresso econômico.

(8) Argentina

A República da Argentina proclamou sua independência de Espanha, em 1816, através do Congresso das Províncias Unidas, reunido em Tucuman, mas não se organizou, politicamente, em face das tendências políticas antagônicas, que o marcaram. Após o Congresso de Tucuman, houve uma aguda disputa, entre os partidários da República Unitária e os da República Federal. Os primeiros, recrutados entre os intelectuais e militares de Buenos Aires, desejavam fazer da Província de Buenos Aires a sucessora da Metrópole, no Prata, e os segundos, caudilhos das Províncias do interior, desejavam para suas Províncias um "status" político igual ao da antiga sede do Vice-Reinado do Prata. A competição degenerou em guerras civis permanecentes marcadas pelas Constituições Unitárias de 1819 e 1826 e pelos diversos Pactos Federais, até que, em 1853, com a vitória de Caseros chegou-se a uma Constituição Federal, que, ainda, hoje, com emendas, rege a vida da República. Mas a Constituição de 1853 não pôs fim à contenda entre a cidade portuária de Buenos Aires e as Províncias do interior, subordinadas, em seu comércio externo, à via do, Paraná e, portanto, ao porto. Somente, em 1880, com a Lei que transformou a cidade de Buenos Aires em Capital da Confederação e fez de La Plata a Capital da Província de Buenos Aires, se chegou a um precário equilíbrio político, que, os anos seguintes, não conseguiram consolidar definitivamente.

Até 1870, não adquirira, ainda, a República Argentina um grau satisfatório de homogeneidade cultural. Continuava a instabilidade política, alterava-se, rapidamente, a composição étnica da população com a volumosa entrada de imigrantes europeus, crescia o êxodo da zona rural para os centros urbanos e se iniciavam importantes transformações econômicas.

Durante o período que medeia entre a Declaração de Tucuman e a constitucionalização do país, o que hoje se denomina República Argentina foi o palco de um duelo sangrento. Os polos desse duelo estavam na cidade de Buenos Aires e nas Províncias do interior e a arma de que se utilizaram os deulistas foi o caudilho platino.

Caudilho platino foi um produto do pampa, com seus horizontes largos e abertos, e da atividade pastoril, que nele se desenvolveu nesse período. Foi um gaúcho, como os outros. O individualismo era o traço fundamental de sua personalidade, o cavalo sua arma, a planura o palco de suas façanhas.

Amava, com estranhado amor, o lugar, onde vivia, a região onde transitava e nutria seu espírito com as forças, que ligavam o espaço físico, aos costumes e as tradições de sua gente. Para ele não havia no mundo terra melhor do que a sua, povo mais forte e vigoroso do que o seu, façanhas maiores e legendas mais admiráveis, do que as praticadas ou narradas por ele. Possuía, assim, a compreensão natural de Pátria, na sua mais alta expressão.

Caudilho era um gaúcho, como os demais, nos sentimentos, nos hábitos, nos costumes, nessa compreensão telúrica de Pátria. Alguns, porém, eram mais inteligentes, mais instruídos, mais empreendedores, mais enérgicos do que outros. Decorria daí, e da necessidade de se associarem ante a falta de autoridade pública que sistematizasse suas relações e julgasse seus conflitos, a faculdade de liderança que ostentavam.

Tinham um agudo sentimento de liberdade, profundo temor a Deus, mas nada, ou pouco entendiam de ordenação social e jurídica. Confundiam a coisa pública com seus interesses particulares e muitas vezes conspurcavam aquela, em benefício destes.

Durante o perturbado período da guerra pela independência, dispunham de verdadeiros exércitos particulares e eram levados a sustentar determinadas situações políticas, centra outros, ou lutar por uma facção, ameaçada nos seus interesses. A princípio isto lhes bastou, mas logo se aperceberam da imensa força de que dispunham. Empolgaram então o governo das cidades e depois da Província. Surgiu, o Caudilho General, ou o Caudilho Governador. Neste ponto já não era mais o gaúcho sem família e profissão certa. Era o estancieiro respeitado com situação econômica definida e sólida, que sentia a necessidade de defender sua propriedade afetada pela anarquia, seus privilégios ameaçados pelos doutores da cidade, ou pelo militar de carreira, que desejava aparecer no cenário político. Surgia o Caudilho Nacional, o estancieiro-político, o militar-estadista. Por trás dele estava uma poderosa e espontânea organização, perfeitamente hierarquizada. O gaúcho peão, o índio semicivilizado, o criminoso perseguido pela justiça, os quais viviam em sua estância ou Fazenda e não tinham relações com a cidade e suas ideias, eram os soldados voluntários de seu exército. Os gaúchos do pago, normalmente, proprietários de algumas cabeças de gado, ou de terras e Comandante da Milícia local, que tinham alguma instrução e iam ao povoado para trocar impressões com seus homens representativos, constituíam os quadros intermediários. Os Caudilhos com influência nos Departamento e nas Províncias formavam o que se poderia chamar a oficialidade caudilhesca.

Já tinham algum poder, casa no campo e na cidade, eram oficiais graduados da Guarda Nacional, dividiam-se entre a Estância e os salões, mantinham relações com pessoas instruídas, liam livros e periódicos. Eram homens do campo adaptados à cidade, que tratavam os doutores com sobranceria e os gaúchos, paternalmente. Eram compadres da metade da população da Província e exerciam uma filantropia paternalista. No topo dessa pirâmide estava o Caudilho Nacional, árbitro inconteste da massa de gaúchos. Era um gaúcho por sua integração na vida da campanha e um político por suas vinculações com a cidade. Era uma espécie de centauro, um híbrido harmonioso, que unia à compreensão de um espírito ilustrado, a força primitiva. Através dele, o gaúcho da campanha intervinha na política

nacional como uma força organizada e inteligente. O Caudilho Nacional para dominar a cidade tinha a força da campanha e, para impor-se a esta, tinha a representação da cidade. Este foi o segredo de sua força e de seu sucesso na vida pública da Argentina.

Diferenciava-se do político urbano, porque podia deflagrar a força da campanha; distinguia-se do Caudilho Regional porque tinha um conceito de política nacional. São desse estofo Caudilhos como Artigas, Rosas, Flores e Urquiza.

Com a vitória de Caseros, Juan Manoel Rosas, um caudilho rural que dominara, ditatorialmente, o país, de 1835 a 1852, foi exilado para Londres, assumindo o Governo Provisório da Confederação o General Justo Urquiza, também, um caudilho rural.

Convidados por Urquiza, os governadores das Províncias se reuniram em San Nicolás de los Arroios e firmaram um acordo, comprometendo-se a regular por meio de um Congresso a organização federal da República. O Congresso se reuniu, em 8 de novembro de 1852, em Santa Fé e a 25 de maio de 1853 foi promulgada a Constituição Argentina, que dura, até hoje, com algumas emendas. Surgiram porém conflitos, entre o general Bartolomeu Mitre, governador da Província de Buenos Aires e o General Urquiza, os quais tiveram fim com a vitória de Mitre, em Pavón, em setembro de 1861. Convocadas as eleições, o general Mitre foi eleito presidente para o período de 1862 a 1868.

A função fundamental do Governo de Mitre foi consolidar a Constituição e promove rã organização dos poderes do Estado, com colaboração do Dr. Eduardo Costa, seu Ministro da Justiça.

Apesar da Guerra do Paraguai, em que lutou ao 3ado do Brasil, conseguiu esse intento. Organizou os poderes do Estado, iniciou a construção dos primeiros caminhos de ferro, tomou as primeiras medidas para fomentar a imigração e a educação do povo, na Província de Buenos Aires.

Ao governo de Mitre sucede um Governo extraordinário, na Argentina; o Governo de Domingos Sarmiento, de 1868 a 1874. Sarmiento era um discípulo de Alberdi, o grande constitucionalista argentino. Abriu as portas da Argentina à imigração europeia, procurou organizar o ensino primário, e, principalmente, ç ensino de base, criando as Escolas Normais, destinadas à formação de mestres. Criou as Escolas Militares para formação dos quadros permanentes do Exército e da Marinha, lançando os fundamentos da organização dessas Forças. Procurou dar à Argentina sua primeira Esquadra. Fez, também, esforços para o desenvolvimento econômico do país, promovendo o desenvolvimento das vias férreas, a entrada dos imigrantes, o trabalho das minas.

Mas, o problema interior — litoral continuava a agitar a vida política da Argentina. Caberia ao Governo de Nicoías Avelaneda solucioná-lo, ao

custo de uma revolução, com a Federalização da cidade de Buenos Aires, que se tornou a Capital da Confederação da Argentina, tendo a Província de Buenos Aires uma nova capital, La Plata.

Com isso vibra-se um golpe de morte no antagonismo entre o litoral e o interior, já atenuado por Mitre, com a nacionalização da Aduana de Buenos Aires, que perdeu o caráter de órgão provincial, transformando-se em órgão nacional. Coube, ainda, a Avellaneda promover a conquista definitiva da Patagônia e atacar o problema da terra, mediante uma eficiente legislação para promover a imigração e fomentar a colonização à base da terra pública.

Durante esse período, a evolução da República da Argentina foi marcada pelas seguintes características:

— Instabilidade política permanente, que não permitiu se chegasse a uma organização definitiva do Estado, em que pese promulgação de várias constituições.

— Guerra Civil permanente e violenta, entre os caudilhos rurais do interior e os caudilhos militares da cidade de Buenos Aires.

— Porfiado propósito da Província de Buenos Aires para suceder à Metrópole na Bacia do Prata, reconstituindo, como República Unitária, o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

(9) Uruguai

Durante o período colonial, o Uruguai sofreu múltiplas influências culturais. Inicialmente, foi o palco de uma luta cruenta com o indígena agressivo e tenaz, somente atenuada com o aparecimento das Missões Franciscanas de Víboras e Espinilho e a fundação de Santo Domingo de Soriano. Depois, foi o desenvolvimento dos rebanhos de bovinos, introduzidos na área por Hermandarias de Saavedra, a progressiva mudança das condições econômicas e o incremento do trabalho dos missionários, que introduziram práticas quechua-guaranis, como o poncho, o uso da erva-mate, a língua, etc., associando-os ao elemento cultura espanhol.

A fundação da Colônia do Sacramento em 1680, pelos portugueses, acarretou a de Montevidéu pelos espanhóis em 1726, como posto militar destinado à luta contra os rivais tradicionais. O prolongamento dessa luta conduziu à organização administrativa da área segundo as normas da colonização espanhola, alargando-se o quadro da miscigenação entre portugueses, espanhóis e os índios das Reduções Jesuíticas, chamados a cooperar na defesa da região.

O panorama da emancipação da Banda Oriental foi dominado pelo caudilho José Gervásio Artigas, a expressão mais alta e mais autêntica das populações dessa área, e sua luta heróica e tenaz, inicialmente, contra o Governo da Província de Buenos Aires e depois contra os portugueses.

Finalmente, em 1828, a Banda Oriental deixou de ser o clássico pomo da discórdia, primeiro, entre portugueses e espanhóis e depois entre brasileiros e argentinos, transformando-se na República Unitária do Uruguai, fiel equilíbrio político-militar na Bacia do Prata.

Mas, nesse pais novo, que se institucionalizou em 1830, ainda semipovoado, sem agricultura e pecuária organizadas, sem caminhos e meios de transporte rudimentares, como o cavalo e a carreta, sem outras grandes aglomerações humanas, além de Montevidéu, não havia no interior outra autoridade reconhecida e obedecida, além do Comandante da Campanha, chefe das Milícias locais. Aqui, mais do que na Argentina, o gaúcho livre, altivo, habituado à luta, que construiu a soberania da Nação com seus braços e o seu sangue, não podia ser enquadrado na legalidade convencional. Nada conhecendo da cidade, de sua organização, de suas ideias, desprezado pelos seus homens representativos, temendo sempre o braço longo da Lei, que julgava arbitrária e injusta, só tinha um caminho a seguir: acostar-se a um homem forte e influente da Campanha, segui-lo como seu Chefe, seu Partido, o Governo, de que ouvia falar.

Surgiram, assim, em 1836, os dois Partidos tradicionais da República do Uruguai, de tanta significação na sua evolução política e social: o Colorado e o Blanco. Derivam, ambos, da mesma fonte artiguista, mas estavam personificados por dois caudilhos: Lavalleja e Rivera. Havia entre os dois partidos elementos afins, hauridos em ideias comuns e na longa luta pela independência do Uruguai, mas havia, também, o exacerbado personalismo dos Caudilhos, que os representavam. Os elementos tradicionais tendiam a reuni-los, agrupá-los, notadamente, nos momentos de crise, mas a personalidade dos homens, que os comandavam, como coisas deles, os separavam. Torna-se, pois, difícil compreendê-los, hoje, pois as ideias básicas são as mesmas, mas deles decorrem quase sempre atitudes e ações diferentes.

Entretanto, é possível distinguir ao longo da permanente disputa entre “blancos” e “colorados” uma tendência, que poderá caracterizá-los.

O partido “colorado” parece ter sido o mais liberal, o mais ligado ao povo inculto da campanha, ao gaúcho libertário e ao índio desprezado. O partido “blanco” se ligou mais aos interesses egoístas e conservadores da cidade, só lhe voltando as costas, para ganhar novas forças na campanha, quando o desalento e a derrota o abatiam.

Era esta a situação social e política da República do Uruguai, em 1870. Dominaram-na caudilhos, encarnando tendências e ideias, que arrancaram de sua formação difícil e turbulenta. Eles eram o Governo, o Partido, o Exército. O resto eram detalhes do quadro geográfico e humano.

Mas nele continuavam vivas variadas influências culturais, como a brasileira, a argentina, a paraguaia e até a inglesa, que começavam a se consolidar.

Neste período a evolução política do Uruguai foi marcada pelas seguintes características:

— Foi palco das disputas hegemônicas do Império do Brasil e da Argentina, com profundos reflexos na sua política externa.

— Foi governado por caudilhos, que tinham como denominador comum a manutenção da soberania do país, mas divergiam fundamentalmente nos processos para realizá-la.

(10) Conclusão: As nações de origem espanhola se desprenderam, penosamente, dos quadros coloniais. A Revolução da Independência feita por uma aristocracia criola rica e instruída não teve, em verdade, a participação do povo, senão como combatente.

A anarquia política, decorrente da intervenção do "guerreiro" guindado à categoria de estadista, a entrada de uma população ignorante e pobre na arena política, a manutenção das estruturas econômicas coloniais acabaram por ensejar o surgimento de ditadores de todos os matizes, que se sucederam no poder com acelerada rapidez, às custas de insurreições sangrentas e destruidoras. Mas, nos raros períodos de calma, alguns países notadamente, o Chile e a Colômbia, organizaram suas instituições políticas e econômicas. Este trabalho em profundidade é o que se deve perceber e guardar neste panorama turbulento e atormentado, porque com ele se lançaram as sementes do futuro e se plantaram os frutos de melhores dias.

III — SEGUNDA FASE: A ERA DO PROGRESSO ECONÔMICO E DA CONSOLIDAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS (1870-1950)

a. Características Gerais

Até 1870, as guerras europeias pela unificação italiana, depois pela unidade alemã e consolidação da conquista da Inglaterra, na índia, ocuparam, demasiadamente, os Estados europeus para que se preocupassem, devidamente, com essas turbulentas Repúblicas Sul-Americanas, que davam seus primeiros passos na vida pública internacional. A indústria europeia que, entre 1840 e 1870, atravessava o "período de fundação" na Alemanha, e a "idade vitoriana", na Inglaterra, não sentira, ainda, a necessidade de alargar seus mercados de matérias-primas nem tinha entrado na fase de competição pelos mercados de consumo. Mas, em 1871, começou na Europa a "era da corrida ao armamento" com a derrota da França pela Alemanha e o aparecimento das primeiras fissuras no Império Inglês. A Itália, empobrecida, via crescer o desemprego, enquanto as indústrias da Inglaterra, da França e da nascente e poderosa Alemanha se transformavam em consumidoras insaciáveis de matérias-primas minerais,

vegetais e animais. E todos descobriram, então, novamente, a América. De um lado, foram milhões e milhões de italianos que emigraram para a América em busca de novas oportunidades. De outro, foram os grandes capitais, que nela buscaram aplicações novas em serviços públicos, mineração e exploração agrícola, pecuária e industrial. As repercussões desses dois fatos, nas Repúblicas Sul-Americanas de origem espanhola, variaram no espaço e na intensidade de seus efeitos, mas de um modo geral foram extensas e benéficas. A imigração atingiu, particularmente, os países da área meridional, mais intensamente a Argentina e o Uruguai e mais frouxamente o Chile.

As aplicações de capitais estrangeiros, através de empréstimos ou de investimentos, em concessões de serviços públicos, explorações minerais e agrícolas, incidiram, particularmente, na parte setentrional do continente, no Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, mas alcançaram, também, o Chile, Argentina e Uruguai.

A imigração foi, fundamentalmente, europeia. Até 1817, tinham imigrado mais de 5,0 milhões de italianos, espanhóis, franceses e sírios. Eram principalmente agricultores, que iniciaram, na Argentina e no Uruguai, a agricultura comercial dos cereais nobres e a pecuária intensiva com o emprego de novas técnicas. As transformações étnicas, econômicas, políticas e sociais foram imensas. A população se branquificou progressivamente, o camponês e o peão transformavam-se em operários agrícolas enquanto as reivindicações do proletariado urbano ganharam as plataformas dos partidos e o fórum dos debates públicos.

O capital estrangeiro gerou o consórcio econômico, um fator essencial e decisivo no progresso econômico e social dos países sul-americanos de origem espanhola, interferindo tanto na estrutura econômica, como na política, na tecnológica e na social.

Ao se estabelecerem nas novas Repúblicas, os consórcios visavam, apenas, ao lucro e sob esse aspecto tiveram influência retrógrada e maléfica. Preservaram a velha estrutura colonial, conservando tudo aquilo que pudesse favorecer seus lucros e a rentabilidade de seus negócios. Procederam, assim, como os capitais metropolitanos, visando apenas ao seu próprio benefício, sem pensar que o bom negócio é o que dá lucros a todos os associados. Causaram ressentimentos nacionais e despertaram um nacionalismo exacerbado, uma xenofobia estéril, danosa tanto a eles como aos próprios países em que se instalaram.

Mas, considerados sob um ponto de vista humano, os consórcios estrangeiros prestaram, também, seus serviços e foram benéficos sob muitos aspectos. Onde quer que hajam penetrado, estabeleceram o regime do assalariado, em substituição à prestação servil de serviços, institucionalizada pela “Encomienda”. Substituíram técnicas primitivas de exploração mineral, agrícola ou pecuária, por métodos modernos. Fundaram

o mercado da moeda, instituíram a assistência médica, hospitalar e escolar para os seus empregados. Os trabalhadores passaram a viver com salários mais altos e em melhores condições sanitárias, a alimentarem-se melhor e tiveram oportunidades para ascenderem a níveis de educação mais altos e mais dignos. Funcionaram, na maioria das vezes, como uma espécie de escola, em que o camponês nativo aprendeu a dormir em cama, a sentar a uma mesa, a usar sapatos. Este crédito de benefícios, comparado ao débito dos malefícios, produziu, quase sempre, um saldo positivo, que em muitas áreas, como no Chile, no Peru e na Colômbia, foi francamente fecundo.

O consórcio norte-americano, que chegou depois cio europeu, não fugiu a esse caráter econômico, mas acrescentou alguma coisa a esta folha de serviços. A técnica norte-americana, talvez pela contiguidade continental, ou pelas semelhanças das origens coloniais, ensinou às Repúblicas novas que o bem-estar não eia fruto da hereditariedade, mas uma conquista dura e difícil; que o mal-estar social não era uma maldição divina e sim consequência da ação humana; que os sul-americanos, tal como eles, próprios, possuíam energias insuspeitadas capazes de imprimir às suas vidas um ritmo acelerado de progresso, de gerar construções atrevidas, riqueza, vida confortável e bem-estar. Essas transformações econômicas e sociais contribuíram para que ingressassem na vida pública da América do Sul novas categorias sociais, as chamadas classes médias e o povo, como massa. As chamadas classes médias não tinham, na realidade, os atributos de uma classe social, pois não definiam o acesso a um modo de existência média, resultante de uma larga permeabilidade social, nem integravam seus interesses num esforço comum, visando a dar à função política suas verdadeiras dimensões e finalidades.

Em primeiro lugar, careciam de um mínimo de homogeneidade e estabilidade, pois se constituíam dos indivíduos que possuíam uma pequena reserva econômica, ou que viviam de salários, como professores e educadores, profissionais liberais, funcionários públicos, oficiais subalternos das Forças Armadas, operários qualificados, os quais tinham um padrão de vida mais elevado do que a maioria do povo. Seu elemento mais representativo não era o indivíduo, que trabalhava e entesourava, mas o que trabalhava para atender às condições de bem-estar imediato. Nascida sob a influência norte-americana, no que diz respeito à sua mentalidade política, pôs-se à frente do povo, exigindo não somente a representação política e postos de relevo na administração, mas, também, a direção dos próprios destinos nacionais. Mas, vinda em parte, dos antigos núcleos do patriciado decaído e de outros do seio do povo, através da educação e de tecnologia, era, em verdade, essa classe média um conjunto de grupos intermediários entre os grandes senhores e o povo, carecendo, de fato, de estrutura e da finalidade que caracterizam as verdadeiras classes sociais. Vinculada aos grandes senhores, de um lado, e ao povo de outro, suportava a atração e a

repulsão incessantes desses corpos sociais, entre os quais atuava. Em consequência, embora vivesse como classe média, participava da ação política, trabalhada pela indecisão e a vacilação decorrentes das contradições de sua estrutura. Conservadora por tradição e necessidade de defesa dos seus mais fundos interesses religiosos, familiares e econômicos, apresentava-se, no quadro político, aliada a todas as aventuras. Desanimava tão facilmente como se exaltava, pontilhando sua trajetória política com a habilidade oportunista e o sentimentalismo utópico, vazio de racionalidade e prenhe de ambições e fórmulas demagógicas.

Parte do povo, antes clientela eleitoral do patriciado e do caudilhismo guerreiro, espectador passivo da situação política, se transformou em massa, sob o influxo da imigração, dos movimentos espaciais de população e dos primeiros surtos de industrialização urbana. Assenhoreando-se de novas técnicas, embebendo-se de mensagens demagógicas, espicaçada pelos apelos da classe média ávida de poder, ingressou, nas associações sindicais de operários comerciários, industriais, portuários, etc. e organizou-se. Não adquiriu, porém, com essa organização, disciplina nova ou caráter de uma entidade integrada capaz de forjar seu próprio destino. Manteve-se, como coletividade de seres reunidos em organizações, as quais, apoiadas umas nas outras, buscavam, às tontas, uma saída para suas vidas e seus anseios.

Ontem, era espectador intemporal e passivo de uma realidade política; agora era uma força social em busca de seu ponto de aplicação. Despertou para a ação política num ambiente que na' conhecia, sob influências que não entendia bem, mas ouvia as vozes que a chamavam, comprazia-se com a lisonja que lhe dirigiam, as opiniões que lhe pediam e os apelos que lhe faziam. E adquiriu uma rude consciência de sua força na sua comunidade, onde todos os horizontes estavam abertos à aventura e ao futuro. Sentiu-se filha da grande massa urbana e estava pronta para bater-se por qualquer causa, em qualquer trincheira, porque se fartara da miséria e do mal-estar e descobria que ambos podiam ser combatidos e ter um fim. Não sabia quase nada e ignorava quase tudo, mas estava animada da consciência de sua força e disposta a aplicá-la.

Esses traços gerais de psicologia política podiam ser identificados com matizes mais ou menos carregados, em todas as nações sul-americanas de origem espanhola, neste período.

Outro fato político que tomou dimensões novas, neste período, foi o interamericanismo. O interamericanismo nasceu como resultante de um fato geográfico e uma conjuntura geopolítica e cresceu como um sistema de convivência social e humana, apesar de todas as suas contradições e frustrações. Em primeiro lugar, impondo-se pela evidência, havia o fato geográfico, caracterizado por uma numerosa parte da humanidade, vivendo no hemisfério ocidental num espaço amplo, separado dos outros, no mundo, pelas mais largas distâncias oceânicas. Em segundo lugar, havia um

processo histórico comum, longo e penoso, mas indivisível, caracterizado pela circunstância dessa humanidade ter-se organizado em nações soberanas, emergindo, simultaneamente, da situação de colônias, lutando de armas nas mãos por sua liberdade, sob o signo da mesma crença cristã como herdeiras da cultura ocidental, adotando todas a mesma estrutura republicana e reconhecendo os mesmos princípios de igualdade humana e democracia social. Sobre esses alicerces, fundou-se uma estrutura econômica, firmou-se uma filosofia democrática de vida e se foi forjando, lentamente, uma convivência internacional. Sem dúvida, havia enormes diferenças econômicas, entre essas nações, havia dessemelhanças de pensamento e de estilos de ação. Houve mesmo erros, que feriram fundo a convivência americana.

Reconhece-se que o interamericanismo, neste período, foi mais uma obra do Governo e dos diplomatas, do que das elites forjadoras da mentalidade nacional. Sem dúvida, a atuação dos consórcios norte-americanos, dirigidos pela iniciativa privada, ávida de lucros abundantes e fáceis, não foram os embaixadores mais qualificados para estimular a simpatia e a confiança, que seriam para o interamericanismo, o que o sangue é para as artérias. Mas é forçoso reconhecer que, nesse período, se fizeram largos progressos para orientar o interamericanismo por caminhos novos, que o mundo saxão e o latino se convenceram afinal da necessidade de aceitar, definitivamente, as imposições, da geografia e da geopolítica de forjar, com lucidez e bom-senso, um destino comum.

No primeiro período da evolução política das nações sul-americanas de origem espanhola e em grande parte do segundo, o pensamento europeu dominou sua paisagem cultural. Floresceram as concepções, os estilos de vida, as formas de criação e os modos de expressão, dominantes no velho mundo. A preocupação não era a de criar, mas a de copiar, ou traduzir o melhor possível o que de mais novo houvesse, na Europa. Preponderou a herança dos fidalgos e havia mesmo certo menosprezo pela técnica e os técnicos. O primeiro impacto, sofrido por essa situação, se operou sob a influência dos Estados Unidos, que se apresentaram como um povo de originalidade insuspeitada, dominando todas as técnicas e realizando os mais atrevidos projetos. Depois, veio o hiato da guerra de 1914-1918. O hispano sul-americano passou largo tempo sem visitar a Europa, interrompendo-se, por outro lado, o fluxo da mensagem cultural europeia. O fenômeno poderia ser temporal e reversível, se o grande cataclismo não tivesse mostrado, também, que não existia apenas uma civilização imperturbável e inatingível, no mundo. A penetração das novas técnicas, forjadas nos Estados Unidos, abriu ao mundo a era nova do automóvel, da aviação, das comunicações radiotelegráficas, das qualificações técnico-profissionais, globalizando a guerra e dando-lhe um ritmo novo, acarretando o descrédito do europeu. E com ele, iniciou-se o processo de repressão de

sua hegemonia cultural no Novo Mundo.

Estava iniciado o processo de emancipação intelectual da elite hispano-sul-americana, da qual não escapou nenhuma nação de origem espanhola. Nasceu, nelas, um novo tipo de intelectual. Não era, na maioria das vezes, portador de um diploma universitário, um perito especializado, ou um clássico nos moldes europeus.

Mais do que homem de letras, era um homem de pensamento, geralmente, comprometido nos movimentos políticos e de renovação cultural, continentais, ou nacionais. Não pretendia ser um luminar da cultura, mas desejava firmar-se, como portador de uma mensagem, de algo em que acreditava. Seu traço psicológico mais saliente era a inconformação, espicaçada por uma grande curiosidade. Era quase sempre um crítico, ou um oposicionista. Opunha-se às Universidades e às Academias, aos líderes, aos governos, mas não se pode deixar de reconhecer que era, também, um emancipado culturalmente, que queria aproveitar, sofregamente, o tempo perdido e descobrir sua própria verdade.

Estimulados pelo afluxo de imigrantes e de capitais, atingidos pelas transformações sociais e culturais em curso, os líderes políticos sentiram a necessidade de completar a conquista dos territórios de seus países e expandir suas fronteiras, mesmo ao custo de guerras, como a do Pacífico e a do Paraguai. Essas tarefas foram, naturalmente, confiadas às Forças Armadas de cada país, as quais passaram a ser empregadas como instrumento da política do Estado. Seus oficiais começaram, também, a ser formados, educados e treinados com essa finalidade e foram adquirindo o caráter de profissionais. A profissionalização significava, além de um novo papel atribuído ao oficial, a necessidade de ter a Força Armada eficiência. A primeira trouxe à baila questões de promoção, de soldos, reformas, pensões, etc., e a segunda a fundação de Escolas Militares e de estudos extensivos de Estado Maior. A disciplina militar, colocada em novos termos, criou, nos oficiais, uma mentalidade realista e um interesse novo pelos estudos e pesquisas de ordem cultural e social. Tecnicamente, os Exércitos se tornaram mais democráticos, atendendo mais às vocações e talentos reais, do que às origens e condições sociais. A nova situação de uma organização destinada ao Serviço da Pátria permitiu que as fontes antigas de recrutamento dos quadros de oficiais fossem superadas e substituídas por egressos da classe média, como filhos de médicos, advogados e comerciantes, etc. Pelo recrutamento, pelo preparo científico, pela dedicação ao serviço, os novos oficiais diferiam, profundamente, dos antigos e constituíam, sem dúvida, uma nova elite esclarecida, capaz de sacrifícios e renúncias. Na questão vital, entre a anarquia e a ordem, os novos oficiais tomaram o partido da ordem embora restassem, ainda, muitos oficiais ambiciosos, que procuravam fazer carreira através da política, da acomodação e mesmo do aulicismo. A aprovação, que os novos oficiais

deram ao avanço da tecnologia, influiu, também, em suas atitudes políticas. Continuaram aceitando os valores tradicionais da sociedade a que pertenciam, mas não desdenhavam dos valores novos que iam surgindo. Mas, nem a formação familiar, nem a formação militar, os havia preparado para a súbita aparição de grupos de trabalhadores urbanos, reivindicando, violentamente, melhores condições de vida, ameaçando destruir os próprios fundamentos de seu trabalho. Por isso, quando as multidões começavam a surgir, politicamente, como massas, os novos oficiais ficaram perplexos. Não podiam sustentar as posições tradicionais da aristocracia latifundiária e retrógrada e das oligarquias venais e hedônicas, em assistir indiferentes ao desfile de trabalhadores organizados e exigentes, prontos a combater nas ruas, se necessário, desafiando, diretamente, às Forças Armadas responsáveis pela sobrevivência da Nação. Ante a gravidade e complexidade do problema que tinham de enfrentar, os militares, já no segundo decênio deste século, voltaram à cena política. Não o fizeram, porém, como aqueles guerreiros heroicos, ignorantes e individualistas, mas sim como uma elite esclarecida e responsável, que atuava, não em nome de um general ou de um almirante ambiciosos, mas como um bloco, obediente aos seus chefes legítimos, inspirados em orientações dos Conselhos de Segurança Nacional, dos Estados-Maiores e dos Altos Comandos.

Como características gerais da evolução política das Nações Sul-Americanas de origem espanhola, neste período, apresentamos as seguintes:

— A influência exercida pelos imigrantes e consórcios estrangeiros, dinamizando recursos, criando riquezas e forjando, paralelamente, uma imagem de imperialismo econômico, ao qual se contrapôs um nacionalismo, às vezes estéril e xenófobo.

— Surgimento da classe média com função social pouco definida, mas com participação ativa na vida política da nação e ávida do poder.

— A transformação de uma parte do povo em proletariado urbano, arregimentado e organizado em associações de classe e objeto das mais variadas e contraditórias mensagens políticas, oriundas de intelectuais imaturos, ou representantes de uma classe média, que não sabia, ainda, dar à função política sua verdadeira finalidade.

— O desenvolvimento do processo de emancipação cultural da "inteligência" hispano-sul-americana e o surgimento de homens de pensamento, na maioria ainda imaturos e inquietos, mas procurando, sinceramente, soluções para os problemas de suas Pátrias.

— A crescente profissionalização da Força Armada, acarretando a tomada de consciência de sua função, como instituição, no quadro da Segurança Nacional.

b. Síntese da Evolução Política de cada país

(1) VENEZUELA

De Guzman Blanco a Joaquim Crespo

Depois de 1870, apareceram na Venezuela dois homens que restauraram a ordem pública: o General Antônio Guzman Blanco, o "Ilustre Americano", e o General Joaquim Crespo.

Gusman Blanco, filho de um jornalista radical, experimentado na tempestuosa vida política de sua Pátria, com amplos conhecimentos políticos adquiridos em outros países, aprendera a arte de manejar os homens e as coisas. Tinha a astúcia do caudilho, o método do soldado, a malícia de palaciano. Governou o país, diretamente, nos períodos de 1870 a 1877, de 1879 a 1884 e de 1886 a 1887 e nos intervalos, indiretamente, através de prepostos seus, num total de vinte anos "ordenando como um sultão e administrando como um Carlos III", segundo Carlos Pereyra.

Joaquim Crespo governou, diretamente, de 1884 a 1886, como sócio de Blanco e de 1892 a 1898 por conta própria.

— Durante esses anos, a Venezuela realizou alguns progressos internos e teve de enfrentar problemas internacionais. Deu-se proteção adequada às vidas e propriedades dos cidadãos, fomentou-se a agricultura, a mineração e as vias de transportes, cresceu o comércio externo e se reduziu a dívida pública de um quarto. Guzman Blanco construiu a primeira ferrovia do país, pavimentou cidades e as embelezou com parques e edifícios públicos suntuosos; cuidou, também da educação. Combateu, duramente, os privilégios da Igreja. Aboliu Conventos, nacionalizou seus bens, fez •dos nascimentos e casamentos atos puramente civis. Chegou, finalmente, a admitir o credo protestante e expulsou do país o Núncio Apostólico, pensando, mesmo, em estabelecer uma nova Igreja de caráter nacional. Os sacerdotes e grande parte dos católicos passaram a engrossar as fileiras de seus inimigos e à ação deles se deveu, em parte, a vigorosa oposição, que enfrentou no seu último período de governo. Guzman Blanco reformou a Constituição de 1863, introduzindo o biênio presidencial sem reeleição e a eleição do presidente por um Conselho Federal à semelhança da Suíça.

— Joaquim Crespo (1892-1898) reparou os danos produzidos no país pelos governos, que sucederam ao de Guzman Blanco e resolveu a questão de limites com a Guiana Inglesa, negociando com a Inglaterra. Como a Venezuela não aceitasse os limites traçados por Sir Robert Schomburgk, em 1840, a Grã-Bretanha rompeu relações com ela, em 1887. Crespo pediu então apoio aos Estados Unidos, cujo Governo enviou uma Nota a Londres, reafirmando os termos da Doutrina de Monroe, declarando que as questões

americanas são de incumbência dos americanos. O Presidente Cleveland enviou uma Mensagem ao Congresso, declarando que "se um país estrangeiro tomasse posse do território de um vizinho dos Estados Unidos consumava um ato ameaçador da paz e segurança desta Nação". Decidiu mais que os Estados Unidos nomeariam uma Comissão para precisar os limites em litígio e que suas conclusões se fossem aceitas pelo governo seria "dever dos Estados Unidos resistir por todos os meios de que dispunham à apropriação do território que houvesse declarado pertencer por direito à Venezuela". O mundo ficou assombrado com o tom atrevido da Nota de Olney e da Mensagem de Cleveland. Mas o Governo britânico se dispôs a cooperar com os Estados Unidos, sendo então nomeada uma Comissão constituída de representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Venezuela. Esta Comissão, ao término de seus trabalhos, reconheceu como pertencentes à Grã-Bretanha quase todo o território disputado, ficando a questão regulada pelo Tratado de 3 de outubro, de 1899.

A ditadura de Gomes

O General Juan Vicente Gomes, "O Caudilho da Paz", subiu ao poder, em 1908, quando, na qualidade de Vice-Presidente, levou o Congresso a suspender de suas funções o Presidente Cipriano Castro, (1903-1908), que fora à Europa em tratamento de saúde. Governou o país, diretamente, de 1908 a 1915, de1922 a 1929 e de 1931 a 1935 e, indiretamente, através do Marquês de Bustillo (1915-1922) e Juan Batista Perez (1929-1931), "como uma propriedade pessoal, servindo-se de homens sem responsabilidade e instrução".

— Durante o Governo de Cipriano Castro, a Venezuela se viu em dificuldades para pagar sua dívida externa. Em 1902, a Alemanha, a Itália e a Grã-Bretanha se uniram para bloquear os portos venezuelanos e exigir o pagamento dos créditos, que tinham na Venezuela. Além desses, sete outros países reclamavam, também, pagamento.

A pedido de Castro, os Estados Unidos intervieram e se reuniram, em Caracas, dez Comissões Mistas para tratar do problema. A questão foi levada ao Tribunal de Haya, que decidiu mandar pagar à Alemanha 28% de seus créditos, à Itália 7%, à Inglaterra 64% e aos Estados Unidos 3%, num montante de 16 milhões de bolívares. Esta decisão não trouxe a paz, pois os Países Baixos bloquearam os portos venezuelanos e afundaram navios de guerra da Venezuela em represália, Neste momento, se fez ouvir a censura de Manuel Drago, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, que sustentou não poder um país empregar sua frota e seus Exércitos para cobrar créditos de particulares. O 3º Congresso Pan-Americano, em 1906, resolveu submeter esse pronunciamento à Segunda Conferência de Haya, que o aceitou por maioria absoluta, passando a ser conhecido como Doutrina

de Drago. “Essa resolução expressou que: as potências signatárias convinham em não recorrer à força armada para cobrar dívidas contraídas com seus cidadãos pelos cidadãos de outros países. Este Convênio não se aplicaria no caso de o país devedor recusar ou não responder ao oferecimento de arbitragem que lhe for feito, ou, quando o houver aceito, impedir a execução do laudo dos árbitros”.

No Governo de Castro começaram também a ser outorgadas concessões de terras para exploração de asfalto, as quais se revelariam depois riquíssimas em petróleo, como a chamada concessão “Vigas”, cobrindo todo o Distrito de Colón, no Estado de Zulia, com dois milhes de hectares e a “Aranquerem” com l milhão. Essas concessões, dadas a amigos de Castro, foram vendidas depois, a Vigas, à Royal Ducht, Shell e a Aranquerem, à Standard Oil Co, por Vicente Gomes. Juan Vicente Gomes, nascido em Tachira, era um caudilho primitivo e cruel, ávido por riquezas, quase analfabeto, mas dotado de uma inteligência viva, temperada com astúcia e um agudo senso para os negócios.

Depois que assumiu o governo, em 1908, toda a economia do país passou a girar em torno de sua pessoa, de seus familiares e dos homens, que o sustentavam no Governo, Comprou centenas de propriedades, montou um matadouro particular em Maracay, deu prioridade absoluta aos produtos que de lá saíam, nos mercados venezuelanos, e acabou continuando a política petrolífera iniciada por Cipriano Castro, autorizando as mais vastas e liberais concessões petrolíferas.

Essas concessões, dadas pelo prazo de cinquenta anos, estipulavam que os equipamentos para exploração de petróleo podiam ser importados sem pagamento de impostos, mediante o pagamento de uma taxa de 38 centavos de dólares por hectare, a qual não podia ser aumentada.

Duas características marcaram esses favores. A concessão era dada pelo Presidente sem audiência do Congresso e o primeiro concessionário era sempre um parente ou amigo seu.

Em 1919, um genro seu obteve cinco concessões e as vendeu no mesmo dia a Sun Oil e logo depois vendeu outras à Standard Oil. O próprio ditador negociou as concessões Aranquerem e Vigas com a Standard Oil Co. e cem a Caribean Petroleum, da Shell, respectivamente, obtendo grandes lucros para seu bolsinho particular. Para realizar negócios desse tipo o ditador amordaçou a imprensa, encheu o Congresso de amigos seus e organizou um perfeito sistema de espionagem, que cobria todo o território.

— Cumpre, entretanto, destacar que o general Juan Vicente Gomes, em seus vinte e cinco anos de Governo, realizou, também, alguma coisa de útil. As vias de transportes foram triplicadas, manteve boas relações com os países estrangeiros, incorporou o país à Sociedade das Nações, na qual fez parte do Conselho da Liga, incrementou o comércio internacional e pagou a

dívida de 16 milhões de bolívares, arbitrada pelo Tribunal de Haya. Mas a agricultura e a pecuária entraram em declínio, ofuscadas pela riqueza petrolífera. Ao contrário de alguns de seus antecessores, o ditador morreu em sua cama, em 1935, tendo os seus bens, avaliados em 500 milhões de bolívares, sido confiscados pelo Congresso da Venezuela. Dessa rápida apresentação da evolução política interna da Venezuela, pode restar a impressão de que este é um país de brutos e ignorantes. Entretanto, nada mais falso, pois ao lado desses caudilhos personalistas havia alguns dos homens mais ilustres da América, como Andres Bello, Dr. Rafael Maria Baralt, Cecilio Acosta, Perez Bonaldes e tantos outros, que encheram de culminâncias o panorama da cultura latino-americana.

Conclusão

Em conclusão se poderá dizer que a evolução política da Venezuela nesse período foi marcado pela:

— Permanência de governantes despreparados para o exercício de suas funções, embora, naturalmente, inteligentes.

— A luta entre o federalismo e a centralização, refletida nas reformas constitucionais e nas Constituições novas, servindo de motivação ao fortalecimento do poder pessoal dos ditadores, em vez de dar solução aos problemas da Nação.

— Alguns progressos no estabelecimento de vias de transportes, nas condições de vida das cidades, no fomento das atividades econômicas.

— A alienação através de concessões muito liberais, da imensa reserva petrolífera da Venezuela, comprometendo suas possibilidades de utilizar essa extraordinária riqueza em benefício do desenvolvimento nacional e do bem-estar de seu povo.

(2) COLÔMBIA

Triunfo dos conservadores

O Partido Liberal, nos últimos anos de sua participação no governo, esteve profundamente dividido entre tendências antagônicas, apesar de ter dado à Colômbia eminentes governantes, como o Dr. Manoel Murilo Toro (1864-1868), seu mais alto e conceituado expoente. Como diziam os políticos conservadores da época e até mesmo alguns liberais, se “havia descentralizado a desordem”. Era necessário, segundo o liberal Rafael Nunez, que vinha exercendo postos no governo desde a juventude e se impregnara do espírito e das normas da tradição inglesa, reformar a Carta de Rio de Negro (1863), a fim de fortalecer a unidade da Nação e dar ao Chefe do Estado maiores poderes para governar.

Do choque entre os independentes, chefiados por Rafael Nufíez e radicais liderados por Aguiles Parra, um democrata forrado das mais altas virtudes cívicas, saiu vencedor o segundo. Mas o Partido Conservador, que apoiara Rafael Nunez, arvorando a bandeira da defesa da Igreja Católica, desencadeou a revolução, que foi vencida pelas armas, mas logrou levar ao poder Juliano Trujillo um liberal independente, que elegeria, como seu sucessor, Rafael Nunez para o período de 1880-1882. Não conseguiu porém realizar nesse período de governo a reforma da Constituição, mas o faria no período de 1887-1888.

— Em meio às dificuldades da guerra civil, Rafael Nunez proclamou a anulação da Carta de Rio Negro e fez aprovar pela maioria das municipalidades a Constituição de 1886, ainda hoje em vigor. Essa Constituição deu ao Chefe de Estado poderes exagerados, incorrendo em erros semelhantes à de 1863, que extremara o federalismo, mas estabeleceu trâmite mais fácil para sua reforma.

Com a morte, em 1894, de Rafael Nunez, que representava o traço de união entre os conservadores e os liberais, depois de ter exercido mais um período de governo (1887-L888), a luta entre as duas correntes políticas tradicionais se reacendeu e desaguou na revolução de 1899 a 1902, uma das mais longas e sangrentas das muitas que infelicitaram a Colômbia. Os liberais pediram apoio aos países vizinhos e os governos do Equador, da Venezuela e da Nicarágua os apoiaram, enviando-lhes tropas. A luta criou clima propício à secessão do Departamento do Panamá.

A secessão do Panamá

A construção de um canal através do istmo do Panamá, ligando o Oceano Atlântico ao Pacífico, interessou a Carlos V na primeira metade do século XVI e foi um dos temas tratados no Congresso do Panamá, convocado por Simon Bolívar, em 1826. Naquela oportunidade, o representante dos Estados Unidos, Henry Clay, apoiou a ideia da internacionalização do canal, proposta por Bolívar, expressando o ponto de vista de que “nenhuma Nação deveria usufruir, exclusivamente, o direito de trânsito no canal, por isso que todas deviam ter acesso a ele, desde que pagassem uma justa compensação”. Por outro lado, o Panamá, desde o período colonial, gozara de grande autonomia e resistira à sua incorporação à Colômbia, quando de sua dissolução, em 1831.

— Em 1846 os Estados Unidos firmariam com a Colômbia o Tratado de Nova Granada, pelo qual lhes foi concedido o direito de passagem e trânsito através do istmo do Panamá por meio de uma ferrovia, o que permitiu a uma Companhia Norte-americana construir o ferrocarril do

Panamá, entre 1850 e 1855. Em 1849, os Estados Unidos negociaram com a Nicarágua a abertura de um canal.

— Tendo esse Tratado trazido complicações com o Governo Britânico, os Estados Unidos negociaram com a Grã-Bretanha o Tratado Clayton-Bulwer de 1850, pelo qual a Inglaterra adquiria as mesmas regalias que aquele, em troca do compromisso de desistir de qualquer pretensão sobre a saída oriental do canal.

— Trinta anos depois, a Colômbia outorgou a uma Companhia Francesa, presidida por De Lesseps, autorização para construir um canal no istmo. Temeroso de uma interferência da França nessa área, o Governo dos Estados Unidos mudou de atitude, em relação à neutralidade da zona do canal e, em 1880, o presidente Hayes, em mensagem ao Congresso declarava: "Os Estados Unidos não podem ceder a fiscalização do canal a qualquer potência, ou combinação de potências europeias. O canal deve ficar sujeito à fiscalização exclusiva dos Estados Unidos, uma vez que se converteria em um prolongamento do litoral norteamericano".

— Entrementes De Lesseps dera início à construção do canal, mas, apesar do vulto dos capitais empregados, a obra progredia pouco e seus trabalhos acabaram sendo suspensos.

— Em 1901, foi assinado entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos o Tratado Hay-Pauncefote, que ab-rogou o Tratado Clayton-Bulwer e concedeu aos Estados Unidos o direito de fiscalização exclusiva e o de manter uma polícia de vigilância, na área do Canal.

— Até então, todas as vistas se tinham voltado para a construção de um canal através da Nicarágua, pois seria mais barata, do que através do Panamá. Mas, em fins de 1902, tendo a Companhia Francesa reduzido de US$ 109 para US$ 40 milhões, seus direitos sobre a concessão através do Panamá, o Senado dos Estados Unidos aprovou a emenda Spooner, pela qual era autorizado o Presidente Teodoro Roosevelt a comprar os direitos dos acionistas franceses da concessão naquela área.

— Em 1903, o Tratado Hay-Herram, firmado entre a Colômbia e os Estados Unidos, concedeu a este país o arrendamento perpétuo de uma faixa de nove quilômetros de largo, através do istmo do Panamá, mediante a indenização de US$ 10 milhões e uma anuidade de US$ 250.000 dólares. Mas, o Senado colombiano negou ratificação a esse Tratado e em, 3 de novembro de 1903, um pequeno grupo de panamenhos insatisfeitos com essa atitude se insurgiu contra o Governo colombiano e declarou a independência desse Departamento da Colômbia. Três dias depois os Estados Unidos reconheceram o novo Governo e firmaram com ele um Tratado, pelo qual recebiam o arrendamento perpétuo de uma faixa de 16 quilômetros através

do istmo, bem como sobre as águas adjacentes a essa faixa nos seus dois extremos. Em compensação, o Governo do Panamá recebeu a mesma indenização oferecida à Colômbia no Tratado Hay-Herram.

— O Governo colombiano acusou o Governo Roosevelt de tê-lo impedido de sufocar a rebelião, transmitindo instruções aos seus navios de guerra, ancorados em Colón, para não permitirem o desembarque de tropas no Panamá. Acusou-o, também, de ter violado o Tratado de 1846, exigindo um pedido formal de desculpa e uma indenização adequada. Teodoro Roosevelt respondeu que os colombianos se tinham mostrado incapazes de manter a lei e a ordem no Panamá, que não tinham o direito de impedir que o comércio mundial cruzasse o istmo e que à segurança e ao bem-estar dos Estados Unidos, que defendiam os interesses de todas as Nações, se tornava necessário o canal do Panamá.

— Durante vinte anos a Colômbia manteve seu protesto e suas exigências, sem lograr receptividade. Por fim, o Presidente Woodrow Wilson (1913-1921) conseguiu firmar um Tratado de pacificação com a Colômbia. Mas Teodoro Roosevelt denunciou, energicamente, esse Tratado no Senado e ele não foi ratificado. Somente depois da morte de Roosevelt, na Presidência de Warren G. Harding (1921-1923), os justos ressentimentos da Colômbia foram apaziguados. Foi assinado um Tratado, pelo qual os Estados Unidos pagavam à Colômbia, a título de indenização, 25 milhões de dólares e lhe concediam privilégios especiais no canal do Panamá.

A reação republicana

— Ao terminar a revolução de 1903, com a Secessão do Departamento do Panamá, a Colômbia estava a um passo da completa dissolução. O General Reys, que se distinguira na luta contra os insurretos, foi eleito para o período de 1904 a 1910. Procurou garantir os direitos das minorias nos órgãos regionais, ativou as relações internacionais da Colômbia e conseguiu manter a ordem, apesar da encarniçada oposição que sofreu.

Os dois governantes que se lhe seguiram Ramón Gonzalez Valência (1909-1910) e Carlos Restrepo (1910-1914) prosseguiram a obra de pacificação, iniciada por Reys.

No governo de José Vicente Concha (1914-1918) a Colômbia viveu os dias da Primeira Grande Guerra e regulou sua questão de limites com o Equador.

Manteve-se neutra durante o conflito mundial, embora fosse nítida, sua inclinação pela Alemanha. Ao incorporar-se à Liga das Nações ressalvou, expressamente, que não reconhecia a independência do Panamá.

— Durante esse período a Colômbia fez progressos substanciais na instrução e na educação. Rafael Nunez restituiu à Igreja católica a direção

do ensino, perdurando essa situação até 1936. Em 1930, estimava-se que 65% da população sabia ler e escrever. O ensino médio fora vigorosamente desenvolvido por Reys e o superior por Restrepo.

— Os Estados Unidos, depois de encerrada a questão do Panamá, passaram a inverter capitais vultosos na Colômbia, os quais, em 1930, ascendiam a mais de 260 milhões de dólares. Foram aplicados, principalmente, na exploração de recursos minerais, notadamente de pedras preciosas e petróleo.

Conclusão

Em conclusão se poderá dizer que a evolução política da Colômbia 'foi marcada nesse período:

— Pela predominância de governos civis, exercidos por homens de cultura e de inteligência, mesmo quando adotavam processos enérgicos e violentos. Mas as teses políticas em choque continuavam-se inspirando em velhas ideias francesas, como clericalismos e anticlericalismo ou sobre tópicos anglo-americanos, como federalismo e centralismo.

— A luta tradicional entre a organização federal e unitária permaneceu, servindo, não raro, de pretexto às disputas violentas do poder puro e simples. As soluções políticas sacrificaram, entretanto, a rigidez das ideias, em benefício da conciliação e da flexibilidade.

— A instabilidade política reinante no país acabou por criar o clima propício à independência do Panamá, área estratégica da mais alta significação, disputada pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, e pouco defendida pelo Governo do país.

— À Nação, sem embargo das lutas que a dividiram, cresceu demográfica, econômica, política e culturalmente.

(3) Equador

O surgimento do civilismo

Durante a ditadura de Garcia Moreno surgiu um grupo civil, culto e instruído que, ao contrário daquele, sustentava a suficiência das leis para fazer um bom governo. Esses homens estavam, porém, dispersos e sós. Com a morte do caudilho surgiram, organizadamente, na área política e conseguiram eleger um liberal católico, Antônio Borrero y Cortazar para o período de 1875 a l876. Mas a austeridade catoniana de Borrero, apesar de sua imensa popularidade, criou o ambiente propício a uma insurreição, que elevou ao poder o General Veintemilla, que restabeleceu o militarismo no país.

Durante o governo de Veintemilla (1876-18.86) foi elaborada a Constituição de 1878, que não foi cumprida, como a anterior. Mas seu período de governo foi próspero e pacífico graças à Guerra do Pacífico, ao apoio das classes mais baixas do povo. Quis continuar no poder, mas contra ele se levantou imensa reação cívica, que culminou com a eleição de José Maria Plácido Caamaño, Presidente no período de 1884-1888. Conservador da linha de Moreno, promulgou nova Constituição, e foi, substituído por Antônio Flores Jijon (1882-1892). Filho do fundador, educado na França, respeitou a liberdade de pensamento, empregou o dinheiro público no incremento do ensino e da educação, na construção de vias telegráficas e negociou o Tratado Garcia-Herrera com o Peru. Flores presidiu à eleição de seu sucessor, Dr. Luiz Cordero, poeta e político, que ensaiou os chamados governos de coalizão, em que todos partidos colaboravam na administração. Acabou renunciando ao poder, em face de um grande escândalo público, em torno da compra do navio chileno "Esmeralda", pelos japoneses, durante o conflito deste país com a China.

Os governos liberais

De 1895 a 1925, o Equador foi governado por dois poderosos caudilhos liberais-radicais: Eloy Alfaro e Leonardo Plaza Gutierrez. Eloy Alfaro governou, diretamente, nos períodos de 1895 a 1901 e de 1906-1911 e realizou todas as reformas que poderiam desejar os idealistas utópicos, incapazes de perceber as profundas realidades do povo equatoriano. Estabeleceu o matrimônio civil, o divórcio, a nacionalização dos bens eclesiásticos, a liberdade de culto e de pensamento. Mas, para se manter no poder mandava empastelar jornais que lhe faziam oposição e fuzilar os que cometiam delitos qualificados como políticos, fossem civis ou militares. A Constituição de 1897, ultraliberal, não foi cumprida, notadamente quanto às garantias dos direitos individuais. Empreendeu a construção da ferrovia de Guaiaquil a Quito, que concluiu em seu segundo período de governo.

Sucedeu-lhe o General Leonardo Plaza Gutierrez, seu velho companheiro de lutas, que governou nos períodos de 1901-1905 e de 1912 a 1916. Leonardo Gutierrez consolidou e continuou as reformas iniciadas por Alfaro, regulamentando através de legislação ordinária os dispositivos constitucionais sobre casamento, divórcio e culto. Mas, ao contrário de Alfaro, deu ao seu governo características civis. Respeitou a liberdade de imprensa e os direitos civis. Nessa altura já se separara de Alfaro e seu sucessor seria Lizardo Garcia (1905-1906), deposto por Eloy Alfaro pouco depois. Apoiado pelo Exército e pelo civilismo radical, voltou Leonardo Plaza ao poder, no qual continuou a política de viação, prolongando a estrada de ferro de Quito a Ambato.

Sua obra foi, porém, interrompida por uma revolta de negros da

Província de Esmeralda, que durou quatro anos e os acontecimentos da Primeira Grande Guerra.

À influência da Plutocracia

O governo de Leonardo Plaza contraiu numerosas dívidas com vários bancos do país, notadamente, com o Banco Comercial e Agrícola de Guaiaquil. Ao rebentar a guerra de 1914 a 1918 o Congresso Nacional decretou a Lei Moratória, que adiava a troca de papel-moeda por metal, visando a defender as reservas de ouro do país. O Banco Comercial e Agrícola, o maior credor do Tesouro, passou a emitir papel-moeda para cobrir os gastos deste e acabou por emprestar dinheiro às municipalidades, às empresas comerciais e industriais e à Imprensa. Organizou-se, assim, sob a orientação de Francisco Urbina Jado, uma completa rede de influência do Banco sobre todos os organismos governamentais, projetando-se na direção política do país. Leonardo Plaza foi obrigado a fazer um acordo com o Banco, ao indicar seu sucessor e o mesmo fizeram os governos que se lhe seguiram de Baquerizo Moreno (1916-1920), José Luiz Tamayo (19201924) e Gonzalo Córboda (1924-1925).

Em 1922, o liberalismo radical ganhou viabilidade e, em 1923, um Manifesto anunciou sua luta contra o caudilhismo, o militarismo, a plutocracia, os maiores males que minavam a vida política do Equador. Sua pregação voltou-se, fundamentalmente, para os aspectos econômicos e financeiros, pedindo urgente restrição à influência bancária privada, a criação de um Banco Nacional para unificar o papel-moeda e a derrogação da Lei Moratória, que permitira o enriquecimento das classes mais altas ocasionando a desvalorização da moeda, entravando o desenvolvimento do país e submetendo o povo aos mais duros sacrifícios. Passou-se a conspirar em todas as partes e na noite de 9 de julho de 1925 as Guarnições Militares de todo o país intimaram o Presidente a deixar suas funções por vontade do povo, efetuando-se a prisão do poderoso banqueiro Francisco Urbino Jado e do General Leonardo Plaza Gutierrez.

Organizou-se, então, o Governo Plural, através de uma Junta Governativa de sete membros civis e militares, que durou seis meses, seguida de outra constituída de civis que durou menos, ainda. A luta se travou contra os Bancos e os interesses que os apoiavam.

Vários militares jovens, líderes da transformação que se operava, sentiam-se em dificuldades para apoiarem esse Governo Plural. Acabaram por confiá-lo ao Dr. Isidoro Ayora, um dos membros da Junta, médico distinto e de notável energia e decisão, com o título de Presidente Provisório da República. Ayora enfrentou, resolutamente, os bancos, os políticos, os militares e os civis que os apoiavam. Encarcerou uns e exilou outros.

Fechou bancos e exilou donos de jornais e dessa forma preparou os elementos necessários ao saneamento econômico e político do país.

Contrataram-se os serviços do professor Eduvin Walter Kemmerer, da Universidade de Princeton, que juntamente com outros técnicos, elaborou uma série de leis sobre bancos, moeda, alfândega e fazenda, com que o que se aboliram processos coloniais e se tornaram mais difíceis o peculato e a corrupção administrativa.

A reforma Kemmerer desvalorizou a moeda, permitindo a cobrança de dívidas antigas, reduziu os débitos com os bancos e proporcionou um fluxo de receita que fortaleceu, fundamentalmente, o Tesouro. Planejaram-se e executaram-se grandes obras, criaram-se novas instituições de crédito, como o Banco Hipotecário, a Caixa de Pensões, construíram-se novas estradas e edifícios e se ativou o saneamento das cidades. Em 1928, foi convocada a Assembleia Constituinte que elaborou a nova Constituição, a décima-terceira da República e elegeu Isidoro Ayora, Presidente Constitucional.

Conclusões

Em conclusão se poderá dizer que nesse período a evolução política do Equador foi marcada por:

— Predominância de governos caudilhescos e militaristas, usando processos ditatoriais e personalistas.

— Surgimento de uma tendência liberal, que acabou se concretizando num partido político de ideias progressistas, mas pouco inspirado nas realidades do país.

— A intervenção da oficialidade jovem do país para destruir a corrupção e a plutocracia, que chegaram a dominar o Governo e a Nação.

(4) PERU

Governos civis

Assinado o Tratado de Ancón, em 1883, e concluída a evacuação do Peru pelo Exército chileno, uma onda de anarquia sacudiu o país. Os portadores estrangeiros de títulos da dívida pública se apoderaram, temporariamente, das estradas de ferro, minas, depósitos de guano e até de terras. Para atenuar essa situação foi criada, em 1890, a Corporação Peruana, que pagou integralmente a dívida peruana, avaliada em 250 milhões de dólares, convertendo-se os portadores daqueles títulos em acionistas da nova empresa, que recebeu, em compensação, o usufruto das estradas de ferro do Estado por 66 anos, livre uso de alguns portos, direito de exportação de guano e concessões de terras, devendo o Governo pagar mais 33 prestações de 80.000 libras, provenientes das taxas aduaneiras, vigorando este compromisso até 1907. O presidente Manoel Iglésias (1883-1886), que firmara a paz com o Chile, não se pôde manter no poder sendo

substituído por André Cáceres (1886-1890). A situação política continuou, porém, agitada.

Cáceres, "o General de Ia Brenas", apoiado pelo Exército, conseguiu manter a ordem e eleger seu sucessor Morales Bermudez (1890-1894). Homem honesto, enérgico, inflexível, Bermudez, iniciou o combate ao militarismo renascente, e morreu em 1894, em plena campanha por sua sucessão. A consequente disputa do poder ensejou uma crise profunda, que foi superada por Nicolas Piérola na crista de uma revolução, que o levou ao poder. Piérola conseguiu galvanizar todas as simpatias e energias da Nação, reunindo em torno da sua impressionante capacidade de liderança os democratas e civilistas. Impôs o serviço militar obrigatório, racionalizou o empirismo fazendário, dando oportunidade aos que buscavam na "montanera" meios de subsistência, condições para se incorporarem às atividades econômicas do país. Governou, como ditador, de 1895 a 1899, e na sua sucessão reviveu a tradicional contradição política do Peru: o espírito caudílhico sobrevivente na cidadania. Rejeitou sua reeleição mais continuou dominando a vida política do Peru através de seus partidários.

Eduardo Lopes de La Romana, engenheiro de Arequipa, que governou de 1889 a 1904, Manoel Candamo, Chefe do Partido Civil (1903-1904) e José Pardo y Barreda foram homens eleitos por ele e continuadores de sua luta contra o caudilhismo e o militarismo. Com Pardo, o Peru parecia ter ingressado, definitivamente, no cenário dos povos cultos e democratas. Atacou o principal problema peruano, o analfabetismo, cuidando da formação e da dignificação do professor, multiplicando as Escolas Normais e remunerando-as melhor. Promulgou a lei do risco profissional para proteção dos operários, construiu redes telegráficas, portos e estradas de rodagem na selva amazônica, fomentou a agricultura, a mineração. Baixou o Regulamento para promoção de militares, de modo a que só atingissem os mais altos postos os realmente qualificados para tanto.

No fim de seu governo o caudilhismo arrefecera e o próprio poder político de Piérola se reduzira. Presidiu eleições tranquilas nas quais foi eleito seu Ministro da Fazenda, Augusto Leguía, para período de 1908 a 1912.

Onzenário de Augusto Leguía

Com Augusto Leguía o civilismo deitou fundas raízes no Peru e a obra de Pardo continuou. No seu primeiro período de governo se entregou, ativamente, à restauração da economia peruana, executando um plano de reforma aduaneira e de fomento da produção, apesar de resistência encontrada no Congresso e dos ataques da Imprensa a serviço dos interesses contrariados. Em 1912, elevara a exportação para 9 milhões de libras com apreciável saldo na balança comercial e a receita pública a quase 3 milhões de libras peruanas. Enfrentou problemas internacionais com o Chile e a Bolívia, logrando obter soluções, que resguardaram os interesses do Peru.

— Sua sucessão foi tumultuosa e Guilherme Billinghurst (1912-1914), de tendência anticivilista, entrou em choque com o Congresso e acabou sendo obrigado a renunciar. Substituiu-lhe o General Oscar Benavides à frente de uma Junta de Governo e depois como presidente eleito (1914-1915) o qual passou o governo a José Pardo y Barreda, então Reitor da Universidade de San Marcos.

Pardo não reeditou seu governo anterior. Não cumpriu sentenças da Suprema Corte, fechou jornais e a opinião pública o abandonou.

— Em 1919, Augusto Leguía, vindo da Europa, foi eleito Presidente e exerceu o cargo até 1930. Com a experiência adquirida no seu primeiro mandato, Leguía adotou processos ditatoriais de governo, mantendo, porém, aparente legalidade. Eliminou o Congresso pardista e sancionou mediante um plebiscito a Constituição de 1919 e se dispôs a trabalhar, enfrentando múltiplos e complexos problemas. Encontrou um orçamento de 5 milhões de libras peruanas e o entregou, em 1930, com 13 milhões; o meio circulante de 7,0, em 1921, se elevou a 12,0 milhões em libras ouro. Saneou Lima, Callao e trinta outras cidades; abriu estradas interprovinciais, construiu sistemas de irrigação em extensas áreas em Canete, Olanos, Lambeyeque, canalizou o Rimac e solucionou o problema das ferrovias, cedendo-as à Peruvian Corporation. Resolveu, satisfatoriamente, a questão de limites com o Chile e a Colômbia e o país foi incorporado à Liga das Nações.

Estabeleceu a liberdade de culto, duplicou o número de escolas peruanas, melhorou a situação dos índios e das classes mais humildes, reformou a Polícia e cuidou do Exército e da Marinha.

— De todos os governantes do Peru foi Leguía o mais construtivo, o mais forte, o mais endeusado e lisonjeado. Entretanto, foi deposto por um golpe militar e caiu só, abandonado pelos amigos e protegidos e morreu num quarto de hospital com sentinelas à vista, pois nenhum governo, como o dele, foi tão discutido e negado.

Censuraram-no por ter cedido demais ao Chile na questão de Tacna e Arica e à Colômbia na de Letícia. Acusaram-no de ter vendido o Peru aos Estados Unidos, devido aos contratos assinados com a Foundation Company de Nova York, para sanear e pavimentar mais de trinta cidades, por ter entregue a direção do ensino ao doutor Hervin Bard e do Museu Nacional de Arqueologia aos técnicos do “Smithsonian Institution”, como se no Peru houvesse falta de homens capazes de realizar esses trabalhos especializados com eficiência. Verberaram-no por ter extinguido os partidos políticos que não obedeciam à sua orientação; por reformar a constituição, a fim de reeleger-se; por ter criado um mecanismo institucional, que lhe permitiu governar com eficiência num quadro legal, como se os tabus da democracia formal correspondessem à realidade da vida peruana. Censuraram-no, por

fim, pela lentidão com que conduziu as reformas sociais, por ter mantido a Universidade de San Marcos em fase de organização por sete anos, por ter destituído e exilado professores e não dar proteção adequada aos índios e aos operários.

Houve, sem dúvida, muitos erros no seu governo. Mas não se lhe pode negar o mérito de ter completado a obra iniciada por Piérola e Pardo, criando os fundamentos para que o Peru pudesse enfrentar com êxito as crises, que estavam por vir.

Conclusão

Do que foi exposto se poderá concluir que a evolução do Peru nesse período foi caracterizada:

— Pela permanência de influências militaristas no governo, entravando o aperfeiçoamento das instituições políticas e sociais do país.

— Pela atuação da elite civil, utilizando em sua luta contra o militarismo processos caudilhescos e criando a anomalia da sobrevivência do caudilho na atuação do estadista.

— Pelo progresso material do país, embora entravado pela sobrevivência de estruturas sociais e econômicas semelhantes às coloniais.

(5) CHILE

Os caudilhos liberais

Com José Joaquim Peréz (1861-1871) se iniciou uma série de presidentes de tendências liberais, a qual duraria trinta anos.

Coube-lhe enfrentar a guerra com os Araucanos, liderados por um aventureiro francês, que se proclamou rei da tribo e independente do Chile. Só seriam, definitivamente, pacificados no Governo de Domingo Santa Maria (1881-1886), que firmou com eles um Tratado, concedendo-lhes terras suficientes para prover-lhes a subsistência, o direito de se fazerem representar no Congresso Nacional e de se regerem por suas próprias leis. Teve, ainda, de enfrentar a tentativa de recolonização da Espanha e de firmar a paz com ela, em 1879, recolhendo as queixas de chilenos ilustres, que censuravam os Estados Unidos por não terem aplicado naquela oportunidade a Doutrina de Monroe.

— Sucedeu-lhe Frederico Errázuriz Zanartu (1871-1876), que realizou algumas reformas políticas, particularmente, quanto à representação das minorias no Congresso. Seguiu-se, no poder, Aníbal Pinto (1876-1881) ao qual coube o encargo de conduzir a Nação durante a dura prova que foi a Guerra do Pacífico. Ao Presidente Domingo Santa Maria (1881-1886) coube firmar a paz com o Peru e dar cumprimento às leis, que visavam a diminuir

a influência da Igreja Católica na vida política do país. Sancionou uma lei que tornou obrigatório o casamento civil e o registro de nascimento, pôs em execução outras, que jaziam arquivadas e animou os debates no Congresso, visando a separar, de vez, a Igreja, do Estado. Essa atuação do Presidente levou o Arcebispo de Santiago a excomungá-lo, bem como a todos os seus Ministros, tornando difícil a eleição do sucessor por ele indicado. José Maria Balmaceda foi eleito para o período de 1886 a 1891 e um dia antes de expirar seu período presidencial, suicidou-se na Embaixada Argentina, onde se asilara, em virtude da revolução liderada pelo conservador Almirante Jorge Montt.

Com a morte de Balmaceda se encerrou o período de governos liberais, no qual a Nação realizou substanciais progressos materiais, apesar da guerra contra a Espanha e contra a coligação perúvio-boliviana. As estradas de ferro se desenvolveram, bem como a navegação marítima. Fomentou-se a colonização do sul do Chile, oferecendo-se estímulos adequados a imigrantes europeus, notadamente alemães, incrementou-se a produção agrícola, pecuária e mineral, particularmente a do guano e salitre. Realizaram-se obras de vulto. O Exército e a Marinha foram reequipados, construíram-se muitas escolas, inclusive na área mineira, hospitais, prisões modernas e cuidou-se da preparação técnica da mão-de-obra, em escolas especiais.

Os conservadores c a experiência parlamentarista

— O Almirante Jorge Montt, Chefe do Governo Provisório, estabelecido em Valparaíso, durante a revolução, foi eleito presidente e governou de 1891 a 1896.

— Logo no início de seu governo teve de solucionar um incidente com os Estados Unidos, com os quais os revolucionários estavam ressentidos, por lhes terem negado apoio durante a revolução. Um desentendimento entre marinheiros norte-americanos da tripulação do “Baltimore”, surto no porto de Valparaíso, e populares ressentidos resultou na morte de dois marinheiros e em mais de 20 feridos. O Governo dos Estados Unidos protestou contra o que qualificou de agressão e exigiu o pagamento de uma indenização de 75,0 mil dólares e um pedido formal de desculpas, no que foi atendido pelo Governo Chileno, apesar dos protestos de parte da opinião pública.

— A transformação política mais importante do governo de Montt foi o parlamentarismo. Embora a Constituição não fosse reformada, muitas das atribuições do Executivo passaram a ser exercidas pelo Congresso nos moldes do sistema parlamentar inglês. Mas, a multiplicidade dos partidos políticos, no Chile, liderados por homens egoístas e incapazes, a ausência de quadros de administração estáveis e preparados para o exercício de suas

funções, o peculato e a corrupção extremamente difundidos, mostraram à sociedade, que a receita política, que servira tão bem à Grã-Bretanha e outros países, não convinha ao Chile. Os presidentes Frederico Errázuris Echaurren (1886-1891). Germano Riesco (1901-1906), Juan Sanfuentes (1915-1920), Pedro Montt (1901-1910) e Ramos Barros Lucco (1910-1915) não puderam, simplesmente, governar. Sem maioria parlamentar e incapacitados para dissolverem o Congresso, esperavam, pacientemente, a realização das eleições trienais, as quais efetuadas, elegiam em geral, homens vinculados com a situação anterior, que continuavam lhes opondo os mesmos obstáculos e restrições, somente removidos ao custo de favores, que não dignificavam nem o Congresso, nem o Presidente e prejudicavam, na maioria das vezes, os interesses da Nação.

— Às eleições de 1920 foram sem dúvida muito diferentes das anteriores. Um advogado de nascimento humilde, Arturo Alesandri, apoiado pela classe média e os operários, fundara a Aliança Liberal e derrotou o candidato da União Nacional, onde se encastelavam os liberais e conservadores, representantes da tradicional oligarquia rural. Como a maioria obtida por Alesandri fosse muito pequena, o Congresso nomeou um Tribunal de Honra para decidir qual dos candidatos seria empossado na Presidência. Alesandri foi vitorioso, por 151 contra 150 votos, e assumiu o Governo, em dezembro de 1920, empunhando um programa extenso e profundo de reformas sociais, a ser executado durante seu mandato de 1920 a 1925. Mas, ao tentar executá-lo, encontrou dura resistência no Senado e também na Câmara, onde os próprios deputados da Aliança Liberal lhe negaram apoio. Alesandri quis renunciar e, como não pudesse fazê-lo, obteve do Congresso uma licença de seis meses e foi para a Argentina e de lá para a Itália. Na sua ausência, a oficialidade jovem do Exército se insurgiu. O Congresso foi dissolvido e uma série de Decretos realizou parte das reformas intentadas por Alesandri, que foi então convidado a reassumir a presidência. Em 1925, reassumiu o poder e reiniciou a execução de seu programa, mediante Decretos-Leis. Mas nem ele, nem o povo chileno, desejavam um regime ditatorial. Queriam, apenas, que se criassem condições para o exercício de um Governo eficiente e democrata.

Nomeou-se então, uma Comissão para reformar a Constituição de 1833 e, em 1925, um plebiscito sancionou as emendas apresentadas por aquela. A reforma visou, fundamentalmente, a tornar a carta de 1833 mais democrata, sem prejuízo dos extensos poderes atribuídos por ela, anteriormente, ao Executivo. O período presidencial foi mantido em seis anos, mas se proibiu a reeleição. O Presidente poderia pôr em execução o orçamento, mesmo sem aprovação do Congresso e os Ministros eram de sua livre escolha e responsáveis, apenas, perante ele. Concedeu ampla liberdade de consciência e culto, não se reconhecendo mais o catolicismo como religião

do Estado. O direito do voto foi estendido a todos os homens com mais de 21 anos de idade desde que soubessem ler e escrever. Alesandri cedeu seu posto a Carlos Ibañes, que governou com o apoio do Exército e grande parte do povo, entre 1927 e 1931. Em 1930, a maioria das reformas propostas por Alesandri estavam transformadas em leis e algumas integradas na Constituição.

As questões de limites com a Argentina, o Peru e a Bolívia também tinham sido resolvidas. A classe média chilena começara a participar do governo, apoiado pelos operários e uma parte do Exército.

Conclusão

Do que foi exposto podemos concluir que esse período da evolução política chilena foi marcado por:

— Guerras com a Espanha e a coligação perúvio-boliviana, as quais causaram prejuízos materiais e humanos, mas amadureceram a consciência da nacionalidade chilena através dos esforços e sacrifícios que exigiram.

— O país prosperou, materialmente, e iniciou a criação de uma infraestrutura econômica que lhe permitisse aproveitar melhor os recursos naturais de que dispunha e aqueles que conquistou.

— As instituições políticas se aperfeiçoaram, progressivamente, procurando se adaptar às transformações econômicas que a Nação foi experimentando.

— A classe média, apoiada pelos operários e parte do Exército, começou a participar, ativamente, do Governo, influindo no aperfeiçoamento e progresso das instituições políticas e sociais do país.

(6) BOLÍVIA

Durante a Guerra do Pacífico, duas correntes se formaram na opinião pública da Bolívia; os pacifistas e os guerreiros. Os primeiros, que pregavam a paz imediata com o Chile, se transformaram no Partido Conservador e a segunda, que defendia a continuação da guerra até suas últimas consequências, no Partido Liberal.

As eleições de 1883 foram vencidas pelo rico industrial Gregório Pacheco (1884-1888), um conservador, que negociou o Armistício com o Chile, aceitando a fronteira do rio Loa, fazendo a Bolívia, um país mediterrâneo. Sucedeu-lhe Aniceto Arce (1888-1892), que construiu estradas de rodagem, ferrovias e vias telegráficas, elegendo como seu sucessor Mariano Baptista (18921896), um intelectual e magnífico orador, que estimulou a instrução pública e reorganizou o Exército. Estando no poder Severo Fernandes Alonso, que mudou a capital de Sucre para La Paz,

rebentou uma revolução liderada pelo coronel José Manoel Pando, Chefe do Partido Liberal.

— Era um dos pontos essenciais do programa do Partido Liberal manter a integridade territorial da Bolívia, como o aconselhara o Marechal José Antônio de Sucre. Mas, não podiam prolongar a situação de asfixia, em que se encontrava o país e o presidente Pando (1899-1904), acabou por aceitar a imposição do Chile e firmar o Tratado de 1904. Houve, também, dificuldades com o Brasil, que terminaram com a assinatura do Tratado de 1903 no qual a Bolívia cedeu todo o território do Acre, recebendo compensações em dinheiro e outras pequenas áreas.

Ao General José Manuel Pando (1889-1904) sucedeu Ismael Montes (l904-1909), que desenvolveu grande atividade, incrementando a instrução pública, construindo a ferrovia de Oruro a Viacha. Depois do governo de Eliodoro Villazón (1909-1913), homem ponderado, que se aplicou em reorganizar as finanças do país, e prosseguiu a construção das ferrovias previstas nos Tratados com o Chile e o Brasil, foi eleito, novamente, Ismael Montes, para o período de 1913-1917. Trouxera da França um plano de governo, cuja peça fundamental era a criação do Banco da Nação, com a faculdade exclusiva para emitir papel-moeda. Aprovado o projeto e posto em execução, foi o Banco da Nação, sabotado por outros Bancos, resultando em pânico financeiro, que trouxe grandes transtornos à vida econômica e social do país.

Dessa crise sairia o Partido Republicano, que chegaria ao poder através de uma sedição, que elevou à presidência Batista Saavedra, professor universitário e escritor, para o período de 1921-1925. Saavedra presidiu às festas do Centenário da Independência da Bolívia e efetuou, no ano de 1922, sob sua responsabilidade direta, o empréstimo Nicolaus, uma das operações financeiras mais absurdas que os norte-americanos já realizaram no Continente, por eles próprios reconhecida como tal.

Anulada pelo Congresso a eleição limpa e honesta que consagrara Cabino Villanueva, escolheu Saavedra para substituí-lo Fernando Siles, catedrático de direito civil, que governou de 1926 a 1930.

Liberais e republicanos não foram mais que nomes diferentes para denominar um grupo de homens de cultura, mas sem coesão e experiência política. Contudo inauguraram novas práticas no Governo e realizaram alguma coisa em benefício da Nação. No período em que participaram do governo, as receitas públicas foram elevadas de quatro vezes, as importações de três e as exportações de sete. Foram construídas linhas telegráficas e a extensão ferroviária cresceu. A frequência escolar se elevou de 29,0 mil para 70,0 mil matrículas.

Do que foi dito se poderá concluir que a Bolívia nesse período:

— Sofreu violenta regressão territorial passando de mais de 3 milhões de km^2, em 1825, para pouco mais de 1,0 milhão em 1930.

— Perdeu o acesso direto ao Oceano Pacífico, tornando-se um país insulado no interior do continente.

— A Bolívia, até 1880, teve dez Constituições e a desta data foi reformada em 1888, 1902, 1906, 1910, 1921 e 1931, caracterizando-se, deste modo, a inconstitucionalização de sua ordem jurídica interna.

(7) PARAGUAI

A Guerra do Paraguai deixou o país em ruínas, mas a ditadura que se instalara desde sua independência deixara de existir, promulgando-se, em 1870, uma Constituição que está em vigor, ainda hoje, com pequenas alterações. Faltava, porém, ao país experiência política para dar execução à Constituição e os primeiros anos de sua vida constitucional foram difíceis.

— Caberia ao General Bernardino Caballero, que chegou ao poder através de um golpe de estado, inaugurar um período de governos construtivos. Fizera a guerra durante cinco anos, percorrendo toda a escala hierárquica, de soldado a General, e depois de chefiar a última e desesperada resistência, ingressou na política, como fundador e chefe do Partido Nacional Republicano, os colorados. Era, sem favor, uma figura histórica e conspícua. Eleito presidente constitucional, em 1882, consolidou a ordem interna, autorizou a venda de terras públicas, fomentou a agricultura e a pecuária, instalou as primeiras indústrias de transformação, inaugurou o serviço de bondes em Assunção e criou as primeiras instituições culturais. Elegeu o general Patrício Escobar (18861890), que continuou sua obra administrativa, mas continuaria militando na política até 1912, quando morreu.

Em 1885, Antônio Taboada, em oposição ao General Escobar, fundou o Partido Liberal, completando-se, assim, o quadro partidário em que se desenvolveu a vida política do Paraguai, até nossos dias.

Durante o governo de Escobar foi prolongada a ferrovia do Paraguai a Vilarrica, criou-se o Banco Agrícola, estabeleceu-se, no Chaco, a indústria do tanino, com o pioneiro Carlos Casado e inaugurou-se a Universidade Nacional. O republicano Juan Gonzalez (1890-1893) foi deposto pelos liberais, que tomariam o poder. Juan Egusquiza (1894-1898) e Emílio Aceval (1898-1902) foram liberais, que realizaram governos construtivos.

Em 1902 o "caballerismo" retomou o poder através de um sangrento motim e o Coronel João Ezcurra assumiu-o. Seria, porém, o último presidente colorado dessa fase. Em 1904, o Partido Liberal, apoiado pelos intelectuais e o povo, se lançou à revolução e obrigou o presidente Ezcurra a assinar o "Pacto de Piliomao" com a assistência de representantes do

Brasil, Argentina e França. Esse pacto deveria transformar a vida política e social do país.

Mas, esses bons propósitos foram frustrados, embora tenha sido criado o Banco Paraguaio; o Exército reorganizado em bases modernas; desenvolveram-se as relações internacionais, aparecendo como elemento de relevo, o Presidente Manuel Gondra (19101911), professor, humanista e um dos mais eminentes internacionalistas do Continente.

Manuel Gondra foi deposto por um golpe militar e com ele se iniciou um período de anarquia, que só terminou com o governo de Eduardo Schaerer (1912-1916). Este consolidou a ordem constitucional renascente e recuperou a economia do país dilacerada pelas sucessivas guerras civis, apesar das dificuldades surgidas com a eclosão da guerra mundial de 1914-1918. O Governo de Schaerer reiniciou a política de loteamento e colonização de terras devolutas, ativou as construções ferroviárias e outorgou a concessão para construção do porto fluvial de Assunção e implantação dos transportes urbanos nessa cidade, apesar de viva oposição parlamentar e abriu a Escola Militar.

No aspecto econômico sua atuação foi multiforme, estendendo-se do saneamento da moeda, ao fomento da produção econômica e ativação das exportações. Em 1916, foi substituído pelo Dr. Manuel Franco (19161919), magistrado e educador. O Partido Liberal renovou seu programa liberal e individualista, preconizando, entretanto, a intervenção do Estado na organização econômica e social. O problema da terra foi atacado com vigor, realizando-se um plano de desapropriações e loteamentos dos grandes latifúndios através da Diretoria de Terras e de Colônias do Banco Agrícola, recém-criado para fomentar a pequena propriedade e o financiamento da produção. A nova lei eleitoral, baseada no voto secreto e no sistema proporcional, aplicada pelo governo com rigor e sinceridade permitiu, pela primeira vez, na vida política do Paraguai, que o povo votasse com segurança e liberdade marcando assim uma etapa importante na sua evolução institucional, Tendo o presidente morrido, em 1919, coube ao Vice-Presidente José Montem terminar seu mandato, normalmente.

Em meio a uma crise política do Partido Liberal foi eleito presidente Manuel Gondra (1920-1921), deposto por um golpe de estado, em 1921, e substituído por um dos mais ilustres homens públicos do Paraguai, o Dr. Eusebio Ayala. Apesar de sua grande autoridade moral, Àyala não conseguiu se manter no poder, sendo obrigado a renunciar para deter a guerra civil, que lavrou no Paraguai durante quatorze meses. Pacificados os liberais, divididos por tendências opostas, chegou ao poder o Dr. Eligio Ayala (1924-1928). Inteligente e honesto, de caráter reto, educado em centros europeus, organizou em termos modernos a administração paraguaia. Entrementes o Paraguai se tinha projetado no cenário internacional, comparecendo à primeira Assembleia das Ligas das Nações e obtido legítimo triunfo na

Quinta Conferência Pan-Americana de Santiago de Cuba com a aprovação de "Pacto de Gondra" de autoria de Manoel Gondra.

Com Eligio Ayala o programa agrário foi retomado e um projeto de criação, fomento e conservação da pequena propriedade foi sendo paulatinamente, executado, distribuindo-se num ano mais de 7.000 mil títulos de novos proprietários. Sem apelar para medidas de força e sem fechar jornais, conseguiu manter a ordem e o país viveu dias laboriosos e prósperos. Â ocupação militar do Chaco foi revigorada, criou-se a Faculdade de Engenharia, contrataram-se professores estrangeiros para a de Medicina e uma Missão Militar francesa para o Exército. Foram ampliados os hospitais e criados novos bancos e Escolas Normais. A dívida externa foi diminuída, a taxa de câmbio estabilizada e a balança comercial acusou um saldo positivo. Sucedeu-lhe na presidência o chefe do Partido Liberal, José P. Guggiarri (1928-1931) que continuou, sua administração e teve de enfrentar dois grandes problemas: o do Chaco, que se agravava e a oposição violenta dos "colorados". O incidente do fortim Vanguardia, em 1928, quase deflagrou a Guerra do Chaco, mas o progresso da Nação continuou com o prosseguimento da política agrária, das construções ferroviárias, da urbanização de Assunção, aumento das exportações e estabilidade da moeda. Criou-se a Escola Superior de Guerra a cargo de uma Missão Militar Argentina e foi continuado o programa de aparelhamento da Defesa Nacional.

O Paraguai, após um longo período de ditadura, emergiu para a vida política, democrática e constitucional, sem o necessário preparo para vivê-la.

Somente neste século conseguiu realizar progressos em suas instituições políticas e econômicas.

(8) ARGENTINA

Três gerações políticas se distinguiram na vida política argentina depois da queda de Rosas: os homens do Paraná, a geração dos &0 e os jovens de 900.

Os homens do Paraná foram aqueles, que criaram a Confederação Argentina, quando a oligarquia "portenha" recusou aceitar a unidade do país, retendo, sob seu controle a alfândega da cidade portuária.

Foram provincianos e homens de Buenos Aires, que apoiaram Urquiza. Intelectuais como Vicente Quezada, Carlos Guido Spano e velhos guerreiros da independência como Pederneras, Iriarte e outros.

Os homens de 80 foram aqueles, que atuaram e decidiram em função da unidade da nova República, conquistada em 70 anos de lutas fratricidas. Era uma geração nacional, contemporânea da diluição progressiva do velho antagonismo entre as Províncias e a Cidade Portuária.

Os homens de 900 já estão impregnados de socialismo revolucionário e pleiteiam as reformas inscritas nos programas do Partido Socialista e até mesmo do Partido Comunista.

A obra dos homens do Paraná se encerrou, praticamente, com o governo de Nicolás Avellaneda (1874-1880), com a federalização da cidade de Buenos Aires, iniciando-se, então, com o general Júlio Argentino Rocca (1880-1886) a que se creditaria aos homens da geração de 1880. O General Júlio Argentino Rocca, filho de um guerreiro da independência, nascera em Tucumán, impregnado do nacionalismo criollo e se formara naquele Exército irregular, constituído de gaúchos sob as ordens dos chefes rurais de prestígio. Combatera em Cepeda e em Pavón, enfrentara Varella e Lopez Jordan, os últimos representantes da gauchada. Como Ministro da Guerra do Governo de Avellaneda coube-lhe planejar e realizar com grande eficiência a Campanha do Deserto, incorporando ao efetivo controle do Estado 20.000 léguas de território, submeter 14.000 índios, implantar no Rio Negro a linha de fortes protetores e distribuir a seus soldados grandes extensões das terras conquistadas, o que iria permitir a ocupação e o desenvolvimento do pampa ao sul de Buenos Aires. De regresso a Buenos Aires o General Rocca era um personagem De regresso a Buenos Aires o General Rocca era um personagem de relevo nacional. Foi apresentado como candidato a Presidência da República, em oposição a Tejedor, representante do "mitrismo" nas eleições de 1880. O ambiente era de guerra civil. Mas Rocca obteve ampla maioria, Tejedor, sob pretexto de defender a autonomia da Província de Buenos Aires resistiu, apoiado por Mitre, cujo nacionalismo passou a ser localista, desde a federalização de Buenos Aires. Avellaneda se tinha, porém; preparado para essa eventualidade. Estabeleceu a capital provisória da República no Município de Belgrano e enfrentou as forças revolucionárias, chefiadas por Mitre e as derrotou. Apres,sou, então, os últimos atos que tornaram efetiva a declaração que transformou o Município de Buenos Aires em Capital Federal, fazendo aprovar a Lei respectiva pela Câmara e o Senado. Em 12 de outubro de 1880, o General Júlio Argentino Rocca assumiu a Presidência da República.

Nessa época, a Argentina, organizada politicamente, começou sua marcha para o futuro. Só nos governos de Sarmiento e Avellaneda o Exército começara a ser nacional, com corpo permanente de oficiais, formados em Escolas Militares e soldados engajados, ganhando soldos irrisórios, mas amparados e apoiados numa estrutura militar. A estrada de ferro, em desenvolvimento constante, substituirá um vasto sistema de transportes, apoiado em caminhos e carretas e destruiu as pequenas manufaturas locais, deixando sem profissão milhares de homens e mulheres, que tiravam seus sustentes dessas atividades. Essa multidão de tropeiros, tecelões, oleiros e pastores, desempregada, em consequência da concorrência dos artigos importados da Europa, não obtendo emprego, em face da presença de

milhares de imigrantes melhor qualificados para novas atividades econômicas, ingressou no Exército ou na Marinha, ou procurou nas cidades meios para subsistir. O gaúcho dos pampas se fizera soldado da fronteira com os índios, ou se transformara em peão na estância, ou na chácara, não dependendo mais de um chefe patriarcal, mas de uma grande empresa, constituída de milhares de acionistas anônimos, ou de algum imigrante italiano, ou alemão, que nos sítios e nas chácaras revolucionava a agricultura e a pecuária tradicionais.

Toda essa multidão deslocada pelo desenvolvimento econômico se faria "roquista", bem como a aristocracia latifundiária do interior, que ostentava, ainda, o escudo de Castela ou de Navarra, possuidora de grandes extensões de terra, que quase nada rendiam. E, por isso, o "roquismo" foi, intrinsecamente, nacional, federal, progressista e provinciano. Encarnou, em um momento de transição, a história de um país semibárbaro, mas autêntico e fiel a si mesmo.

A Velha Buenos Aires, a "Grande Aldeia", se transformou velozmente numa cidade moderna e a organização do Estado se completou e se consolidou com o estabelecimento da unidade monetária, do Conselho Nacional de Educação, do porto de Buenos Aires, do Registro Civil etc. Entre 1880 e 1885, entraram no país 100.000 imigrantes.

No mesmo período, foram construídos 400 kms de ferrovias e as rendas públicas duplicaram de valor. Os capitais e as influências estrangeiras penetraram em quantidade crescente no país e Rocca procurou canalizar em benefício da Nação aqueles empréstimos e numerosos investimentos, apesar de seu nacionalismo provinciano. As medidas de modernização encontraram enorme resistência da Igreja Católica, notadamente, às referentes ao Registro Civil, à secularização dos cemitérios, à organização de escolas leigas. O país conheceu um debate público de grande intensidade, convertendo-se os púlpitos em focos de perturbação política, uma vez que a resistência da Igreja Católica foi apoiada por todos os inimigos do "roquismo". Uma Pastoral do Bispo de Córdoba sustentou que o Governo não tinha faculdades para intervir na instrução pública do país. Rocca a considerou subversiva e submeteu o Bispo a um processo na Justiça Federal. Os sacerdotes, agora, apoiados pelo Núncio Apostólico, incitaram o povo a não cumprir as leis. Rocca deu 24 horas, para que o Núncio Apostólico deixasse o país e as relações com o Vaticano estiveram suspensas por 15 anos.

Rocca indicou para ser seu sucessor o Dr. Miguel Juarez Celman, Governador da Província de Córdoba e líder da Juventude liberal das Províncias e concunhado seu.

Como sempre o "mitrismo" se organizou para evitar a ascensão de outro presidente provinciano. Os católicos apoiaram os niitristás chamando Juarez Celman de "Átila Codobêz".

Apesar disso Celman foi eleito por grande maioria para o período de 1886 a 1892.

A ideologia nacional-democrática de Rocca representou um ajustamento da situação do país às possibilidades de desenvolvimento, que lhe ofereciam os países mais adiantados do mundo, em busca de novos mercados, onde aplicar seus capitais disponíveis. A de Juarez Celman seria um liberalismo-econômico ruinoso, estimulado por um período de prosperidade e de especulação sem limites. Dele participou não somente a burguesia pastoril e comercial do "pampa estrangeiro" de Buenos Aires, como aquela que ficara na fronteira, do "pampa criollo", no qual se refugiara o nacionalismo provinciano, marcando a transição para uma política econômica mais conveniente aos capitais estrangeiros. Combinaram-se, então, nessa fase, ao lado de uma postiça nacionalista na modernização da estrutura política e na educação, uma outra que punha os recursos do país ao alcance da colonização estrangeira.

As grandes levas de imigrantes invadiram os pampas argentinos; na cidade de Buenos Aires, 53% dos habitantes eram estrangeiros, em Santa Fé 28%, em Rosário 45%, Os imigrantes se agrupavam em Colônias, conservando- seus costumes, suas línguas, suas crenças, segregados da vida argentina.

Por essa época, formularam-se planos audazes para construir o "subterrâneo", instalar uma fábrica de locomotivas e outra de máquinas agrícolas. Mas, se a produção agrícola crescera de 750%, não havia capitais para a industrialização. Havia-os, somente, para a criação e agricultura.

A luta para a sucessão de Juarez Celman, combinada com a crise mundial, que atingiu a Argentina, através de falência da "Baring Brother", ensejou a sublevação liderada pela União Cívica Radical, que embora vencida, conduziu à renúncia de Juarez Celman e à ascensão de Carlos Pelegrini. A crise financeira, porém, continuou, e Luiz Saenz Pena, Juiz da Corte Suprema foi elevado à presidência. Seu governo (1892-1895) foi, continuamente, perturbado por motins e insurreições, complicadas com a questão de limites com o Chile. Desesperado, Saenz Pena renunciou e foi substituído pelo Vice-Presidente José Uriburu. Uriburu passara a maior parte de sua vida no estrangeiro no desempenho de missões diplomáticas, conhecendo bem os meandros da vida europeia com relação à Argentina. Sabia que novos capitais europeus só afluiriam à Argentina, quando houvesse estabilidade econômica e ordem interna. Persuadiu, então, o Congresso a confiar ao Governo Federal a responsabilidade das dívidas das Províncias e adotar outras medidas para restabelecer o crédito do país no exterior. Adotadas essas providências, terminou a crise financeira do país, que voltou a viver dias de prosperidade.

Entrementes, Uriburu negociara com o Brasil a questão de limites das Missões, aceitando o laudo do árbitro, o Presidente Cleveland dos Estados

Unidos. Não chegou a um acordo com o Chile, que, em outubro de 1898, enviou um ultimatum à Argentina, exigindo que a questão fosse submetida à arbitragem. Nesse clima de ameaça de guerra com o Chile, realizaram-se as eleições, nas quais Júlio Argentino Rocca foi novamente eleito presidente quase sem oposição, em 1898.

O presidente Rocca, no seu segundo período de governo (1898-1904), aceitou as exigências chilenas sobre a arbitragem do litígio fronteiriço na Patagônia. Depois de negociações muito difíceis chegou a um acordo com aquele país, através do Tratado de 1902, que submeteu a questão ao arbitramento do Governo Britânico. Em 1904, o laudo da arbitragem tinha sido cumprido e os dois países ergueram na Cordilheira andina o "Cristo dos Andes", como símbolo do propósito de manter a paz entre eles. Ao assumir pela segunda vez a Presidência da Nação o General Rocca encontrava um país bem diferente daquele que governara, nos idos de 80. A Grande Argentina de seus sonhos parecia prestes a concretizar-se. Criara-se, no país, uma indústria agropastoril complementar dos mercados consumidores da Europa. A estância e o campo reuniram o velho patriciado rural, o agricultor e criador europeus, os técnicos e operários empregados nos frigoríficos e nas estradas de ferro nas multiformes atividades dos sistemas de transportes e de comunicações, nos serviços públicos e na ampla rede comercial dos produtos agropecuários, onde fervilhavam técnicas, hábitos e ideias novas. Surgira uma classe operária na maior parte constituída de europeus, ou descendentes diretos deles, que se concentrava no perímetro urbano da Capital Federal. Em 1876, eram cerca de 123.000 operários, dos quais 9.3.000 estrangeiros, empregados em indústrias de construção civil ou de transportes. O Partido Socialista fora fundado em 1896, inspirado em ideias europeias e propagava o mito de que poderia libertar-se com suas próprias forças.

A par das transformações materiais, outras se tinham operado no plano das letras e das artes. As Universidades, reformadas por Avellañeda, continuavam a dar seus frutos, o ensino médio se desenvolvera e crescera extraordinariamente a rede escolar primária.

Ao terminar seu Governo, em 1904, Rocca enviou ao Congresso a "Lei Gonzalez", verdadeiro Código de Trabalho, que pleiteava a jornada de oito horas, a limitação das horas de trabalho para os jovens, o descanso semanal de 36 horas (sábado inglês), o salário mínimo para os trabalhadores do Estado, a supressão do trabalho noturno, a segurança e higiene do trabalho, os tribunais mistos de conciliação e outras medidas de amparo ao trabalhador. Rudemente combatido pelo Partido Socialista, apoiado pelos Conservadores, o projeto foi vencido e arquivado, levando José Ingenieros a dizer, "que isso custaria dez, vinte ou cinquenta anos de luta, para conseguir o que, agora, se recusava", e acrescente-se por mero cálculo eleitoral antiburguês. Nos últimos anos de sua gestão, Rocca apoiou a eleição a

deputado do socialista Alfredo Palácio, em oposição ao seu Secretário particular, num ostensivo apoio à força política, que começara a agitar a Argentina.

(2) Yrigoyen e o novo país

— O General Rocca foi substituído no poder por Manuel Quintana (1904-1906), um mitrista. No mesmo ano Hipolito Yrigoyen reorganizou a Comissão Nacional da União Cívica Radical, o velho partido de Leandro Além, fundado, em 1889.

Advogado do Banco de Londres e de grandes companhias estrangeiras, Manuel Quintana foi um governo cruamente oligarquia) e seria substituído por José Figueira Àlcorta (1906-1910) homem de tradição federalista. Àlcorta destruiu os últimos remanescentes do roquismo, dissolvendo o Congresso Nacional e fundando o Partido Conservador, como expressão política dos fazendeiros da Província de Buenos Aires. Enfrentou dificuldades internacionais com o Uruguai, que pleiteava a linha mediana, como a de seu limite com a Argentina, no estuário do Prata, alegando pseuda intervenção brasileira no problema, e com a Bolívia, que não quis aceitar o laudo da Argentina, arbitrando a questão, entre ela e o Peru. No plano interno repeliu, energicamente, a agitação operária, que descambara para a violência, em princípios de 1909, através de atentados pessoais ao Presidente da República e ao Chefe de Polícia da Capital.

Ao aproximar-se a sucessão presidencial apoiou a eleição de Roque Sáenz Pena (1910-1914) em oposição à União Cívica Radical. Roque Sáenz Pena fora companheiro de Yrigoyen na luta contra o mitrismo. Era um homem que nunca se envolvera em negócios escusos. Dispôs-se a governar num clima de conciliação e com esse propósito aproximou-se de Hipólito Yrigoyen, a fim de definir os princípios de uma reforma da Constituição e dos costumes e práticas eleitorais, até então vigentes. Logo que assumiu o Governo, iniciou o trabalho legislativo, a que se propusera através do Ministro do Interior. Em 10 de julho de 1914, se votou a Lei de Alistamento Geral, seguida logo depois pela Lei Eleitoral, que instituiu as listas incompletas, o voto secreto e obrigatório, visando a assegurar a liberdade do voto e a frequência às eleições. A nova Lei foi experimentada nas eleições das províncias de Santa Fé, Córdoba, Salta, Tucuman e nelas, apesar das fraudes e das pressões dos governos provinciais, a oposição logrou ruidoso sucesso, invariavelmente acatado e prestigiado pelo Presidente.

Além da Lei Eleitoral, um título de glória para o Presidente, credita-se, ainda, à sua obra de governo a ação moralizadora que desenvolveu contra a corrupção, notadamente, por ocasião da intervenção na Direção de Terras e Alfândega. Roque Sáenz Pena morreu no exercício da presidência, cabendo

a Vitorino de La Plaza (1914-1916) terminar seu mandato. Nas eleições de 1916 foi eleito Hipolito Yrigoyen, Chefe da União Cívica Radical. Yrigoyen educara seus partidários na escola do sacrifício e na mais rude disciplina partidária. A abstenção fora sua divisa eleitoral e a conspiração seu instrumento para chegar ao poder. Alcançou-o por meio de verdadeira consagração popular, através de eleições corretas e pacíficas, graças à Lei Eleitoral de 1912.

Hipolito Yrigoyen era filho de um vasco e uma argentina. Nele se fundiu o criolismo tradicional, a mentalidade do imigrante e a tradição federalista de filiação alsinista. Deputado, votou pela federalização de Buenos Aires, em 1880; fora inimigo tenaz do "mitrismo". Era um líder popular e chefe de uma "gauchada" enriquecida. Em sua educação coexistiram o estancieiro, o peão de estância, o caudilho, o demagogo e o imigrante. Seu radicalismo não se esgotou, pois, no nacionalismo provinciano de Rocca. Abarcou, também, os milhares de filhos de imigrantes, integrados, agora, na comunidade argentina, orgulhosos de seu país, sentindo-se mais argentinos, do que o próprio patriciado "criolo" e prontos para participarem, ativamente, da vida pública da Nação. Abarcou, pois, todo o povo argentino, como resultado da tradição nacionalista do interior e do cosmopolitismo da área urbana de Buenos Aires e do proletariado agropastoril das Províncias do Litoral. Era, portanto, uma síntese da sociedade argentina de seu tempo.

Chegando ao poder, como representante das classes médias argentinas, o primeiro Ministério de Yrigoyen é bem representativo destas: o Ministro da Fazenda era o diretor de uma casa de consignações, o da Marinha um engenheiro agrônomo, e da Guerra um deputado pela Província de Córdoba, o das Obras Públicas um advogado e o da Justiça e Instrução Pública um inspetor de escola primária. Ele próprio não quis abdicar de seu título de sócio do Jóquei Clube, mas nunca participou de suas reuniões. Era um grande estancieiro da Província de Buenos Aires, membro da Sociedade de Agricultura, mas nunca esqueceu os interesses da Nação.

Seu governo se caracterizou pelas medidas nacionalistas sem xenofobia, visando a firmar em bases estáveis e nacionais o desenvolvimento da Nação. A Yacimiento Petrolíferos Fiscales com o seu decidido apoio se transformou num instrumento do Estado, visando a preservar, em benefício do povo, a riqueza petrolífera do país. A construção do transandino do Norte, retomando a rota dos antigos caminhos coloniais, visou a contrabalançar a influência dos interesses britânicos, que subordinaram todos os transportes à área cultivável das Províncias do Litoral. Ao propor a Lei de Jubilação para os trabalhadores ferroviários e de proteção aos trabalhadores agrícolas feriu interesses britânicos e franceses, mas protegeu o obreiro nacional. Sua posição neutralista, durante o conflito de 1914-1918, rudemente combatida pela Imprensa franco-britânica, se

nutriu da esperança de que a nascente indústria argentina pudesse vender sua produção nesse período de crise e criar condições para enfrentar, mais tarde, a concorrência da produção estrangeira. Sua política trabalhista foi progressiva e prudente. Inúmeras leis trabalhistas foram votadas em seu governo e por sua iniciativa. Promoveu, ele próprio, conciliações entre operários e patrões e pela primeira vez agremiações operárias argentinas conduziram o pavilhão nacional em suas manifestações de rua. Mas, na greve organizada pelos anarquistas no "Talleres Metalúrqicos Vasena" (hoje Tamet), de caráter político e atentatória à segurança da população de Buenos Aires, não trepidou em entregar a repressão do movimento ao General Dellepiane, que liquidou, rapidamente, a anarquia sindicalista. Na Patagônia, onde uma greve de operários agrícolas foi debelada, rapidamente, pelos fazendeiros, apoiados pelo Exército, mediante o fuzilamento sumário de alguns líderes grevista recusou-se a acatar as exigências do Tuiz de Rio Galegos, no sentido de processar os militares e fazendeiros envolvidos naquele acontecimentos.

Yrigoyen prestigiou, ainda, a Reforma Universitária de 1918 e defendeu na Liga das Nações a posição dos vencidos e dos países fracos, através de um projeto de emendas ao Pacto da Liga, o qual não sendo aceito, resultou na retirada da Argentina dessa Assembleia.

Os historiadores argentinos julgam o governo de Yriqoven, apesar de todos os progressos realizados nesse período, o governo de uma revolução frustrada. Prefiro vê-lo, entretanto, como o governo de um caudilho popular, de um burguês nacionalista e de um fazendeiro de Buenos Aires, espelhando em suas contradições toda a imaturidade de uma nação jovem em pleno desabrochar de suas potencialidades humanas e sociais. A eleição de Marcelo Alvear contou com o apoio de Yrigoyen. O governo de Alvear (1922-1928) se caracterizou pela reativação da economia argentina, produzida pelas inversões de capitais norte-americanos, a partir de 1925, por intermédio do Banco Morgan. Cresceram as indústrias têxtil, de tabaco, e de aço e numerosas fábricas novas em função da proteção aduaneira. Mas os planos elaborados por Yrigoyen para criação do Banco Agrícola, da Marinha Mercante e da construção do Transporte Norte foram abandonados.

Hipolito Yrigoyen, apesar da forte oposição dos interesses antinacionais e de sua idade provecta, foi eleito para um novo período de governo (1928-1930). Tinha 77 anos, nunca usara um telefone, nunca fora ao cinema. Não era um homem deste século, mas era venerado, como um santo, recebendo 800.000 votos nas eleições de 1928. O patriarca estava na presidência com toda sua experiência e sua astúcia, com toda sua autoridade c sua bondade e com toda a sua habilidade e simpatia. Mas era um homem perdido nas brumas do passado, ultrapassado para a missão que lhe conferiram, sobrevivente de uma época, que a nova se dispunha a devorar. Desde os seus primeiros dias de governo enfrentou uma dura oposição a que

não faltaram as injúrias, lançadas aos quatro ventos por uma imprensa, que confundira liberdade com licença para injuriar e intrigar.

A crise econômica de 1929, a inação do Governo, que parecia mais preocupado em solucionar as crises políticas das Províncias, do que enfrentar os problemas nacionais, tornaram difícil a situação de Yrigoyen. Mesmo assim o Governo continuou a política de nacionalização das fontes de petróleo, apesar da resistência dos conservadores no Congresso. Mas conspirava-se abertamente. Em 6 de setembro de 1930, tendo Yrigoyen passado o governo ao Vice-Presidente Martinez para tratamento de saúde, o General José Feliz Uriburu, à frente das tropas aquarteladas em El Palomar, exigiu a renúncia do Vice-Presidente e assumiu o poder. Começava um novo período na vida política da Argentina. Do que foi exposto se pode concluir que a evolução política da Argentina nesse período se caracterizou:

— Pela consolidação da união e organização nacionais, embora permanecesse vivo e ativo o antagonismo litoral — interior, representado pelo "mitrismo" e "roquismo".

— O surgimento da classe média e do proletariado urbano e rural e suas alianças, visando à conquista do poder através do Partido Socialista e da União Cívica Radical.

— A luta entre os interesses estrangeiros, notadamente, britânicos e franceses e o nacionalismo "criollo", visando a alicerçar em bases estáveis nacionais o desenvolvimento do país.

A ação do Exército, que foi ganhando, progressivamente, organização profissional e feição nacional, na preservação da ordem pública, notadamente, contra as violências praticadas pelos anarco-sindicalistas.

(9) URUGUAI

O período histórico, que decorreu da paz de Caseros, em 1852, à paz com o Paraguai, em 1872, foi o mais convulso e trágico da história do Uruguai. E dentro dele o intenso e tradicional antagonismo, entre a cidade e o campo, foi uma constante. Com a morte de Venâncio Flores (1865-1868) subiu ao poder o General Lorenzo Batle (1868-1872), representante da cidade, substituído, depois por José Ellauri (1873-1875). Ellauri era um jurisconsulto e com ele subiu ao poder o doutorado nacional. Creu que, excluindo o caudilhismo do governo, eliminava-se o gaúcho e sua influência tradicional e semibárbara.

Estava enganado, pois, não se elimina uma realidade social com decretos. E à coligação dos doutores responderam os caudilhos dos campos, arregimentando as massas rurais e urbanas, e o núcleo tradicional. E como

os doutores não tinham raízes na opinião pública, nem no Exército de gaúchos, no dia 20 de janeiro de 1875, o Coronel Lorenzo Latorre, à frente da tropa, reunida na Plaza, declarou, tranquilamente, que o governo de Ellauri não mais existia e designou, como Governo Provisório a Pedro Vareila (1875-1876), o qual passou-o a Latorre, em 1876, escolhido por aclamação popular. A ditadura de Latorre, assumiu dois aspectos. Politicamente, foi despótica, cerceando todas as liberdades e submetendo a sociedade inteira a uma dura disciplina, cercando-a de uma atmosfera de terror. Administrativamente, voltou-se para o campo, fonte de riqueza e do poder econômico do país, assessorado pela Associação Rural. Garantiu a vida e a propriedade dos estancieiros, de modo tão enérgico e decidido que, em pouco tempo, se podia viajar com segurança, por todo o país. Reformou o Código Rural, dando-lhe objetividade. Criou a Direção Geral de Agronomia e o Escritório Geral de Marcas e Sinais de Gado, instituiu congressos e prêmios para os pecuaristas. Criou o Registro Civil e organizou a Instrução Criminal, o Código de Processo Civil, o Regime Penitenciário e as Chefaturas de Polícia e Políticas e mais do que tudo, reduziu para 50% os direitos de alfândega para exportação, fomentando-a. Durante seu governo, desenvolveram-se, consideravelmente, o comércio, a pecuária, a agricultura, a imigração e as vias de transportes. Além disso, Latorre dominou o caudilhismo e se assenhoreou do Exército, centralizando de fato o poder. Mas ao fazê-lo, instituiu também o militarismo. De fato, renunciou ao poder, pensando em voltar mais poderoso, através de uma eleição indireta. Mas, a Câmara aceitou tranquilamente sua renúncia e elegeu um presidente civil, apoiado pelo Exército, que se fortalecera e se tornara o árbitro da questão. Francisco Antônio Vidal (1878-1879) assumiu o governo para logo depois entregá-lo ao Coronel Máximo Santos, (1882-1886) que o passou ao General Máximo Tajes (1886-1890), o chefe militar mais prestigiado do momento.

Tajes, desejando pacificar o país, aceitou a colaboração dos civis no governo, nomeando o Dr. Júlio Herrera Y Obes, ilustre líder civilista, para o Ministério. Herrera, desde o primeiro instante, dominou o rude e pouco alfabetizado general e decidiu continuar seu combate ao militarismo, dentro cie suas próprias hostes. Inteligente, astuto e hábil não o atacou de frente. Solapou-o pela intriga, a desunião, a desconfiança e terminou por dissolver a mais forte unidade do Exército, o 5º Batalhão de Caçadores. Estava derrotado o militarismo. Júlio Herrera Y Obes foi elevado ao poder (1890-1894), onde completou, ao seu modo, a obra de Latorre, dando substância política e poder militar ao Presidencialismo nascente.

Eliminados o caudilhismo e o militarismo, todo o poder refluiu sobre o Presidente, que se tornou, de! fato, um ditador. E por isso a característica mais saliente de governo de Herrera foi a comédia do sufrágio popular, encobrindo a realidade ditatorial do Presidente.

Convenhamos que seria este um melancólico resultado para uma

revolução tão penosa, se por trás dele não houvesse outro mais significativo. E o havia, pois, o Presidencialismo urbano e doutorai do Dr. Herrera representou, também, a vitória definitiva da cidade sobre o campo. Não importa que tenha feito profissão de fé, como colorado, visando a obter o apoio da massa rural e das classes populares de Montevidéu, fazendo concessões à tradição partidária. A realidade profunda é que o gaúcho chegava ao seu fim depois de encher um século de vida política do Uruguai.

Com efeito, a partir de 1860, foram chegando ao país milhares de imigrantes europeus, notadamente, italianos. Pacíficos, laboriosos e instruídos, parte deles se radicou na cidade, ativando o comércio e a pequena indústria, alargando o mercado de serviços. Outra, mais numerosa, ganhou o campo, cultivando as terras, criando gado, com outras técnicas e com maior rendimento. Laboriosa e sobriamente os imigrantes produziram e valorizaram suas propriedades iniciais e compraram outras. Alguns de seus filhos prosseguiram nas atividades paternas, mas outros frequentavam as escolas e universidades e, uma vez formados, se dedicavam às atividades liberais e técnicas, na Capital.

Entrementes, a estrada de ferro estendia suas paralelas de aço através da campanha, alargando de igual passo a influência da cidade. Por onde ela avançava, a terra se valorizava, a estância primitiva se transformava e a produção crescia. Já não havia pastos livres, havia estâncias demarcadas, com seus pastos cercados e geridos pelo proprietário. Bois, vacas e carneiros de alta linhagem racial foram importados e se instalaram os primeiros frigoríficos. Cresceu a produção de lã e de carne e se iniciou o comércio de gado em pé. Tudo era transformação e mudança e o gaúcho não podia fugir a ela, embora resistisse, refugiando-se na miséria. Mas sua tendência era desaparecer e desapareceria, legando às novas gerações a tradição de sua destreza, de sua valentia, de sua arrogância. E através dela se perpetuaram na nova sociedade que foi surgindo, suas qualidades e seus sentimentos tradicionais, Mas ele, o gaúcho primitivo, o artista equestre, o lanceiro temerário, começava a morrer na mescla com o imigrante, absorvido pelas novas condições, que dominavam a vida no campo.

Herrera foi substituído no governo por Juan Idiarte Borda, que foi assassinado. Assumiu, então, o poder Juan Lindolfo Cuesta (1897-1899). Durante seu governo houve a insurreição de 1897, terminada com o Tratado, que entregou ao Partido Blanco, chefiado por Aparício Saraiva, o domínio político e administrativo de seis Departamentos da República, instituindo-se, de fato, dois governos: um do Partido Colorado, presidido por Cuesta, com sede em Montevidéu, o outro do Partido Blanco, chefiado por Saraiva, com sede na "Estância dei Cordobês". O governo blanco dispunha de força militar própria e procedia nos Departamentos sob seu controle sem interferência do poder constituído, sediado em Montevidéu. Ao se aproximar a sucessão presidencial, a situação se complicou e a maioria colorada, na

Câmara, elegeu presidente José Battle y Ordonez, inimigo declarado de Saraiva. Este se insurgiu, à frente de 20.000 homens, obrigando Ordonez a celebrar um pacto, que era a continuação do Tratado, assinado com Cuesta. Battle y Ordonez era um jornalista que se batera sempre pela democratização do Partido Colorado, imprimindo-lhe uma sólida orientação política. Era um homem talentoso, enérgico e de tendência social-democrática. Aceitou a imposição de Saraiva, mas não se deu por, definitivamente, vencido. Organizou e armou o Exército e quando se sentiu suficientemente forte, interveio num dos Departamentos controlados por Saraiva. A reação deste foi pronta e enérgica e a guerra civil começou. Durou vários meses com vitórias e derrotas alternadas. Mas, uma tarde, em Massoler, os dois Exércitos se encontraram numa ação decisiva. Saraiva, o último caudilho gaúcho, o árbitro do Partido Blanco, morreu, vitimado por um tiro perdido. Morto o chefe, o Exército Blanco seu submeteu e renunciou a todas as suas posições. O governo recobrou sua autoridade e o Partido Colorado sua supremacia.

Restaurada a autoridade do Governo constitucional, Battle y Ordonez iniciou sua ação reformadora a qual se estenderia pelo seu segundo período de governo (1911-1915).

No seu primeiro período de Governo, Battle y Ordonez agiu como um democrata liberal, mas no segundo, como um socialdemocrata, entrando, ousadamente, no campo socialista. Sua principal obra foi o projeto de reforma constitucional, que suprimiu o Presidente da República, substituindo-o por um Conselho, de sete ou nove membros, renovável pela terça parte, como o Senado, ou anualmente. Justificando a reforma constitucional dizia Battle Ordonez: “A presidência, tal como existe na Constituição de 1830, outorgou ao cidadão, que a exerça, um poder ditatorial de fato, o qual será usado na conformidade de sua competência e boas ou más inspirações. Por outro lado, esse poder quase absoluto estimula a ambição, as rivalidades e os conflitos, entre os homens, que se sintam em condições de exercê-lo legalmente, ou de conquistá-lo pela força”.

“O Executivo Colegiado, suprimindo o poder pessoal, suprime, igualmente, a mais aguda causa de ambição pessoal e um permanente motivo de corrupção, perturbação e conflitos políticos, A renovação anual desse alto Conselho Executivo, sobre ser democrática e republicana, diminui a possibilidade de erros na escolha dos governantes”.

A reforma encontrou muitos opositores, que se apoiaram em várias razões. Alegavam que o Colegiado era um exotismo importado, podia-se converter num corpo oligárquico e que os governos pluripessoais, como os Triunviratos, conselhos, não tinham oferecido bons resultados, salvo na Suíça, que era, enfim, aventura política difícil de ser corrigida.

Mas Ordonez perseverou em sua ideia e a propaganda do movimento reformista, iniciada na Capital, ganhou o interior. À massa colorada o

apoiou, não por convicção doutrinária, mas pela confiança que lhe inspirava o líder enérgico e capaz.

O Partido Blanco era anticolegialista, não por doutrina, mas por oposição pessoal a Battle y Ordonez. Coligado à facção colorada que se opunha ao Colegiado, não permitiu que a reforma fosse aprovada pelo Congresso. Battle não desistiu, porém. Parlamentou e negociou com seus opositores. Sacrificou mesmo, à sua fórmula do colegiado, sua posição política, renunciando às possibilidades de participação no colegiado e chegou a um acordo com seus opositores. O novo projeto de reforma constitucional criou um Conselho de Administração, renovável de dois em dois anos, que compartilhava com o Presidente eleito por quatro anos o Poder Executivo pela divisão de funções e de atribuições para designar os Ministros. Battle não poderia fazer parte do primeiro Conselho nem ser eleito Presidente.

Esse regime misto, implicando múltiplas possibilidades de conflitos, entre o Presidente e o Conselho, trazia em seu seio motivos para sua extinção pelo Golpe de Estado de 1933.

Representou, entretanto, além de um triunfo pessoal de José Battle y Ordonez, pago com o sacrifício e a renúncia do futuro político desse grande líder, a primeira vitória da doutrina colegialista no Uruguai.

Enquanto viveu Battle y Ordonez, o regime funcionou bem, escorado na sua autoridade moral e no seu imenso prestígio no Partido Colorado. A sagacidade política de Battle fazia recair a indicação do candidato a presidente em homens respeitáveis e honestos, mas sem liderança política própria, afastando, assim, os motivos para um conflito político entre aquele e o Conselho.

A Constituição de 1917, que instituiu, pela primeira vez, o Governo Colegiado, separou a Igreja do Estado e instituiu o sistema de votação multíplice para todos os homens de mais de dezoito anos e tornou possível o sufrágio de mulheres, adotado mais tarde.

Battle y Ordonez, durante seu período de Governo, estabeleceu a Suprema Corte, aboliu a pena de morte e melhorou a administração com a criação dos Intendentes. Desenvolveu o sistema ferroviário, levando a ferrovia à fronteira com o Brasil, modernizou e equipou os portos. Fomentou a educação, notadamente o ensino agrícola. Promulgou leis trabalhistas, como a que instituiu a jornada de oito horas, o salário mínimo para o trabalhador rural, proibiu o trabalho de menores. Criou o sistema de pensão e de seguro para os acidentes de trabalho. Fundou o Departamento Social do Trabalho e o Banco Hipotecário.

O primeiro governo de Ordonez inaugurou, no país, com a derrota de Aparício Saraiva, um novo estilo de governo, que daria ao Uruguai cinquenta anos de prosperidade e estabilidade política. Do que se expôs se poderá concluir que:

— O Caudilhismo e o militarismo, quase sempre confundidos, continuaram ativando na vida política do Uruguai o tradicional antagonismo entre o campo e a cidade até fins do século XIX.

— Com o advento e consolidação do civilismo, se inaugurou um novo estilo de governo, que permitiu uma rápida e tranquila evolução das instituições democráticas e republicanas no Uruguai.

— A experiência do Colegiado, combatida duramente, acabaria por se firmar como uma solução política orgânica, inspirada na realidade econômica e social do Uruguai.

IV — TERCEIRA FASE: A FASE CONTEMPORÂNEA

a. As Tendências Atuais da Evolução

(1) Atuação das classes médias

— As Classes Médias, que se foram constituindo à sombra dos governos caudilhescos, militaristas, ou oligárquicos e funcionavam como sustentáculos deles, acabaram-se emancipando e se organizando com maior ou menor vigor, nos primeiros anos deste século em todos os países sul-americanos de origem espanhola, em função das transformações econômicas e sociais, que foram sofrendo. E quando se sentiram suficientemente fortes, aliaram.se às organizações do proletariado urbano e passaram a disputar o poder às lideranças políticas tradicionais. Foi assim na Colômbia, onde chegaram ao poder com Marcos Fidel Soares, em 1918; no Peru, com Guilherme Billighurst em 1912, no Chile, com Arturo Allesandri Palona, em 1920; na Argentina, com Hipolito Yrigoyen em 1916; no Uruguai, José Battle y Ordonez, em 1911.

— Mas, apenas, no Uruguai, através de governos do Partido Colorado, sob a liderança enérgica e sagaz de José Battle y Ordonez lograram consolidar-se por meio de reformas institucionais profundas e extensas, as quais atingiram todos os aspectos da vida desse país. Nos demais, as lideranças tradicionais voltaram, agressivamente, ao poder, aproveitando a aguda crise econômica de 1929 e reconquistaram a hegemonia na direção das respectivas organizações políticas.

— As Classes Médias sofreram rudes derrotas, mas não se deixaram abater. Já nos anos que precederam à Segunda Grande Guerra, se apresentaram, como vanguardas da evolução política, utilizando os sindicatos operários, como espinha dorsal de seu poder, reclamando as necessidades de combater a influência dos consórcios estrangeiros, o poder econômico das oligarquias nacionais e de realizai, através de melhores repartições da riqueza, a Justiça Social. Copiando técnicas marxistas, ou fascistas na organização dos movimentos populares, incitaram a luta entre

"descamisados" e os oligárquicos, dos "pelados", dos "rotos" e dos "cholos" contra as "cinqüenta famílias", os "barões do café", ou de "algodão" ou do "açúcar", ostentando de igual passo um nacionalismo antitanque, no essencial, demagógico e artificial. Traziam como objetivos o incentivo à industrialização intensiva, o intervencionismo estatal no plano econômico, e o mito de repartir uma riqueza, que ainda não fora criada, no plano social. No plano político, se apoiaram na hegemonia do partido único, temperado com a outorga a outros grupos partidários, do direito de manterem uma simulação de vida democrática a par de uma tendência de intervenção na vida política de outros países, à sombra da "fraternidade hispânica", ou mesmo da "união latino-americana".

Historicamente, a primeira organização política com essas características, que surgiu na América do Sul, foi a "Aliança Popular Revolucionária Americana" organizada por Victor Raul Haya de La Torre, candidato de oposição a Luiz Sanchez Cerro na eleição de 1931, no Peru. O movimento se inspirava no Cardenismo mexicano e tinha o propósito de se transformar em um processo político, que abrangesse toda a América Hispânica. Ideologicamente, sofreu a influência do marxismo e do leninismo com a figura do "cholo oprimido" e o anti-imperialismo, como etapa inicial da transição para o Estado Aprista, revestindo um caráter, puramente, anti ianque. O Estado Aprista seria dirigido e organizado pela Classe Média e pelos trabalhadores, organizados na "Confederação de Trabalhadores do Peru", em benefício destes. Para alcançar a Justiça Social seria necessário desapropriar os latifúndios e reparti-los pelos "sem terra", nacionalizar as indústrias estrangeiras, que explorassem recursos naturais no Peru, estender às mulheres os direitos já concedidos aos homens, incorporar a população indígena à sociedade peruana mediante extensivo, programa de instrução e educação, industrializar o país e repartir melhor a renda nacional. No aspecto internacional, pregava a internacionalização do Canal do Panamá e a organização do Estado Indoamericano. Com esse programa e uma ativa minoria no Congresso, os apristas perturbaram o Governo de Sanchez Cerro (1930-1931) com greves, tumultos de rua, motins e acabaram por assassinar o próprio Presidente, sem obter, entretanto, sequer o direito de sufrágio para as mulheres. Encabeçando uma Coligação de Partidos, já despojada de suas mais evidentes taras marxistas e atenuando seu anti ianquismo xenófobo, a APRA chegou ao poder, elegendo o Presidente Bustamante Rivero (1945-1948), mas nada realizou de seu programa. Em 1952, Haya de Ia Torre parece ter obtido a maioria nas eleições, mas não foi empossado na Presidência, em virtude da insurreição militar, que levou uma Junta Militar ao poder e o entregou depois ao engenheiro Belaunde Terry (1953-1958), eleito pelo sufrágio popular.

Quase paralelamente ao Aprismo surgiu, na Venezuela, a Ação Democrática da Venezuela sob a direção de Romulo Bitencourt. Desde seus

primeiros dias foi um movimento da Classe Média venezuelana, apoiado pela Confederação dos Trabalhadores da Venezuela, organizada à base de federações sindicais, que abrangiam 1.504 Sindicatos, incluindo o poderoso Sindicato da Indústria do Petróleo e cobriam vinte Estados da Federação. Atingiu o poder, em 1945, com a eleição de Romulo Bitencourt (1945-1948), continuado pelo Governo do escritor Romulo Gallegos, que foi deposto por um golpe militar, em 1948. Governou de 1959 a 1964.

No Paraguai a ascensão da Classe Média se operou depois da Guerra do Chaco com o movimento "Febrerista", liderado pelo Coronel Rafael Franco e organizado em moldes do fascismo italiano. Chegou ao poder, em 1936, através de uma revolução, apoiada pelos Sindicatos Operários e tentou realizar as reformas que programara, sem se ater, porém, às realidades do país. O resultado foi uma crise mais aguda do que a gerada pela própria Guerra do Chaco, a qual engendrou uma série de insurreições, que desaguaram na ascensão ao poder do General Alfredo Stroessner (1954-1968).

Como arquétipo desses movimentos políticos da Classe Média, na América do Sul, se apresenta o peronismo. Foi fruto da atuação de uma sociedade militar, "O Grupo de Oficiais Unidos" (6.000), fundado pelo Coronel Juan Domingo Perón, o qual chegou ao poder através das eleições de 1946. As organizações sindicais, congregadas na Confederação do Trabalho, a estatização da beneficência, exercida por D. Eva Perón, a melhoria salarial de operários e militares, os investimentos realizados nas Províncias do Noroeste da Argentina, notadamente, Córdoba e Tucuman, o anti ianquismo, foram os suportes fundamentais da longa permanência do peronismo no poder, de 1944 a 1955. A "Confederação do Trabalho", fundada por Perón, foi a semente de uma Central de Operários, a "Agrupacion de Trabajadores Latinos Americanos Sindicalistas" (ATLAS), que desenvolveu imensa atividade trabalhista, em todo o Continente. Através de pressões políticas, econômicas e ligações trabalhistas, o peronismo penetrou, profundamente, na Bolívia, através do Movimento Nacional Revolucionário, liderado por Paz Estensoro; no Chile, por meio de acordos econômicos e por intermédio dos "agregados obreiros"; no Paraguai, transformando-se mesmo em ameaça à paz continental. Depois de ter sido reeleito, em função da reforma da Constituição de 1853, Perón logrou manter-se no poder até 1955, quando não foi mais possível suportá-lo, na Argentina. Eva Perón, uma incontestável força política no proletariado urbano argentino, graças à sua ditadura sobre a beneficência, morrera. O peculato e a corrupção eram a regra geral na administração pública. A União dos Estudantes Secundários se transformara numa fonte permanente de escândalos públicos. A crise financeira levara o Presidente a conceder à "Califórnia Argentina", mediante um empréstimo de 125 milhões de dólares, uma concessão petrolífera que ferira fundo o velho nacionalismo argentino. Tudo isso afastara do presidente as Forças Armadas

argentinas, o apoio da Igreja e mesmo o respeito dos homens de bem. A conspiração militar, que se vinha articulando, no país, desde 1951, ganhou forças e rebentou sob a liderança da Marinha. O Presidente tentou resistir, mas foi deposto, refugiando-se a bordo de uma canhoneira. Permaneceu, entretanto, o Peronismo, como uma força política ponderável na Argentina, com profundas raízes no proletariado urbano de Buenos Aires, de Códoba e Tucuman.

O Movimento Nacional Revolucionário da Bolívia, sob as lideranças de Victor Paz Estensoro e Herman Siles Zuazo recebeu várias influências. Foi uma conseqüência da Guerra do Chaco, a "Grande Humilhação", um reflexo do peronismo e recebeu apoio do comunismo. As influências da guerra se fizeram sentir nos governos do Coronel José Toro (1935-1937), do Tenente Coronel Germán Busto Becerra (1937-1939), do Major Gualberto Villaroel (1943-1946) que morreu assassinado. As influências do peronismo se refletiram na eleição de Paz Estensoro, em 1952, então refugiado na Argentina, e na revolução subsequente. À influência do comunismo se evidenciou no pacto formado, entre o Partido Comunista e o Movimento Nacional Revolucionário, no qual se declarava, que "a tomada do poder fosse por eleição, ou levantamentos de massas, daria ao Partido Comunista todas as garantias necessárias ao seu funcionamento, podendo editar diários e revistas, manter estações radiodifusoras, em ondas curtas e longas" e do apoio da Central Operária da Bolívia, dirigida por Juan Lechin, a qual foi a coluna mestra da insurreição popular, que confirmou a eleição de Estensoro. À nacionalização das minas de estanho, a reforma agrária e 'a nacionalização das concessões petrolíferas foram as primeiras medidas tomadas pelo Movimento Nacional Revolucionário. Mas, sob o impacto da realidade nacional, o Pacto com os comunistas foi abandonado e a política estatizante foi suavizada, abdicando de seu nacionalismo xenófobo e utópico.

Ao lado desses movimentos que chegaram ao poder, houve outros que abortaram. Entre estes, está o movimento liderado por Jorge Eliecer Gaitân e sua elite de intelectuais, que surgiu, na Colômbia, com a União Nacional de Esquerda Revolucionária (UNIR), uma facção extremada do Partido Liberal. Gaitân, apoiado pelos Sindicatos Operários, acabou assassinado, em 1948, desencadeando sua morte um movimento revolucionário, que terminou com a tomada do poder, em 1953, pelo General Gustavo Rojas Pinilla. A ordem interna só se consolidou, porém, com a conciliação, entre os Liberais e os Conservadores, através da Emenda Constitucional de 1958, aprovada por consulta plebiscitaria.

Sob a influência da crise de 1929, a qual gerou o mais alto nível de desemprego na vida chilena, Marmaduke Grave y Carlos Davila chegou a proclamar, no Chile, "a República Socialista do Chile" com o apoio de um "Soviet", organizado na Universidade do Chile, a qual durou, apenas, um mês, derrotada, que foi, pelo bom senso, o equilíbrio e a estrutura

tradicional da sociedade chilena. Seguiu-se a esse movimento frustrado a "Greve Geral" de 1932 e a estreita aliança do General Carlos Ibañez dei Campo com o peronismo, consagrado pela espetacular e tumultuosa visita do General Juan Domingo Perón, a Santiago. Finalmente acabou-se impondo o equilibrado tradicionalismo chileno, através do Partido democrata Cristão.

As causas profundas desses insucessos das Classes Médias residiram, fundamentalmente, na imaturidade e na ambição. A imaturidade gerou o mito e a ambição, a demagogia. E ambos desaguaram em aventuras. Para satisfazer justos anseios de massas heterogêneas com interesses distintos e objetivos díspares, recorreram a ideias e fórmulas utópicas, em vez de se aterem a um sistema de princípios e ideias, baseados na realidade de cada país. Misturaram tradições respeitáveis, reivindicações sentidas e aspirações justas do povo com práticas marxistas, procedimentos fascistas, desembocando num verbalismo revolucionário, que só tinha de novo e verdadeiro o léxico socialdemocrata. Levantando-se em defesa dos pobres contra os ricos, dos humildes contra os poderosos, acabaram tributários de ideologias espúrias e de interesses estrangeiros, apesar da sinceridade, dos bons propósitos e até mesmo dos sacrifícios, que muitos fizeram.

(2) As tendências nacionalistas

— Outra tendência da evolução política dos países sul-americanos de origem espanhola, animando seu processo político nessas últimas décadas, foi o nacionalismo ancestral, que ressurgiu agressivo com a impureza do silvestre e a potência do telúrico. Dimana, sem dúvida, do fundo de sua história, daqueles trezentos anos de opressão colonial e dos ressentimentos engendrados por eles, os quais encontraram sua formulação política no ideário da Revolução pela Independência. Brota de suas próprias entranhas, como expressão do orgulho dos conquistadores, dos sacrifícios e das renúncias exigidos pela Guerra da Independência. É autêntico. Tem vida e potência. Mas nessa vitalidade e nessa potência estão, também, as fontes de suas vacilações e de suas distorções.

— Distinguem-se três correntes no pensamento e nas atividades do nacionalismo hispano-sul-americano: o nacionalismo comunista, o nacionalismo eleitoreiro ou de circunstâncias e o nacionalismo histórico, ou doutrinário. O nacionalismo dos comunistas ou dos paracomunistas é uma forma de infiltração comunista, na América Latina, realizada por uma quinta-coluna nacional em benefício do imperialismo soviético. Distorce o orgulho nacional; faz da soberania de cada país, nesse mundo de interdependência, que é a sociedade moderna, um tabu intocável; da ajuda e cooperação econômicas, mesmo autênticas e benéficas, meros instrumentos de pressão e domínio político. É, fundamentalmente, antinorte-americano.

— O nacionalismo eleitoreiro é uma posição transitória e circunstancial, que surge e desaparece ao sabor dos interesses concretos e imediatos, visando ao proselitismo político, à eleição próxima. Participa das mais estranhas alianças, dos negócios mais escusos e das mais abjetas intrigas, contando que lhe rendam alguns votos a mais nas urnas.

— O nacionalismo histórico é, essencialmente, uma atitude. Parte da verificação de um fato e do equacionamento de um problema vital. Reconhece o fato, de que o hispano-sul-americano é, medularmente, um ocidental, que as fontes originais de seu mundo espiritual e social, de seu pensamento e modos de expressão e de seus processos de raciocinar e de idealizar, a matriz, enfim de seus valores éticos e de sua cultura, são parte do patrimônio ocidental. Compreende e aceita que a soberania de cada país já não tem, no presente e nas perspectivas do futuro, o mesmo conceito antigo, pois chegou o tempo em que cada Nação deve ceder parte de sua inalienável soberania a uma autoridade internacional, livre e voluntariamente constituída e regida por normas iguais e válidas para todos os seus membros. Tem, pois, na Organização dos Estados Americanos o instrumento adequado ao exercício dessa concepção de soberania e afirma com ela sua personalidade e seu destino nacional. Desse modo acredita que a intervenção de todos, ou da maioria dos Países-Membros dessa organização, pode e deve ocorrer num Estado a ela filiado, toda vez que a situação nele existente se constitua em ameaça à paz e à segurança de todos.

Reconhece por outro lado, que sob o impacto das transformações econômicas e sociais, ocorridas na última centúria, surgiu, na América do Sul espanhola, uma sociedade nova, que tomou consciência da necessidade de alcançar o nível de bem-estar existente em outras da própria América e da Europa. Não pretende nenhuma forma de superioridade exclusiva e não se propõe dividir os povos, ou dominá-los. Não é contra ninguém ou alguma coisa; especificamente, limita-se a considerar que qualquer hispano-americano vale, potencialmente, tanto quanto qualquer norte-americano, ou europeu, que para transformar essa potencialidade em realidade será necessário reorganizar a comunidade nacional de forma orgânica e racional, de modo que dentro dela possam coexistir e progredir as minorias ilustradas e as massas atrasadas, o lucro individual e o bem-estar coletivo, a cooperação estrangeira e o interesse nacional. Pensa que essa reorganização não se fará por meras inversões estrangeiras, como fruto de uma circunstância feliz, ou de um Governo criado por um grupo selecionado, embora animado das melhores intenções. Mas será realizada com a participação maciça, dinâmica, perseverante, organizada e lúcida de todos os cidadãos, empenhados na criação do bem-estar e de melhores condições de vida senão para todos, pelo menos para a maioria. O desafio que o defronta é o de reconstruir a velha comunidade sob critérios novos,

orientando e organizando, sob uma hierarquia de valores e de propósitos livremente aceitos, as atividades dos líderes de todos os graus, das maiorias enamoradas do progresso e ansiosas por participarem de grandes, viáveis e construtivas empresas. Deseja, enfim, realizar pacífica, ordenada e progressivamente a Grande Reforma, antes que a miséria, os ressentimentos, o desespero, desencadeiem a ruinosa, destruidora e imprevisível Grande Revolução.

(3) Infiltração Comunista

O exame da situação político-militar, no quadro mundial, conduz, sem esforço, à eleição da Europa Ocidental, do Sudeste da Ásia e da Bacia do Mediterrâneo, como sendo as principais áreas estratégicas do Globo. Pouca importância se dá, porém, a outra área de não menor significação, a América Latina. Com efeito, se nas primeiras serão travadas as grandes batalhas de uma Terceira Guerra Mundial, nesta última já se trava uma outra, sem dúvida, menos sangrenta, mas nem por isso menos decisiva, ou seja, a batalha, entre o estilo de vida democrática e o marxista-leninista, entre um mundo livre, cristão e criador e outro escravizado, ateu e materialista. E, talvez, por isso a Rússia tenha elegido a destruição do espírito Pan-Americano, como objeto essencial de sua ação política na América.

— Para os comunistas, política não é uma atividade social destinada a harmonizar os antagonismos de grupos sociais com aspirações e interesses divergentes, mas uma guerra. Guerra, que tem como finalidade destruir espiritualmente, o adversário, antes de destruí-lo, materialmente. Guerra, que tem seus princípios e seus processos, que se desenvolve segundo uma estratégia definida e táticas variáveis. A estratégia é uma só em todo o mundo e visa essencialmente a promover o isolamento das potências capitalistas, despertando resistências, fomentando intrigas, buscando isolá-las, externamente, e debilitá-las, internamente. A tática é flexível e vária, adaptando-se às peculiaridades de cada país, considerados a correlação das forças sociais e o nível de descontentamento popular. Especificamente, na América Latina a estratégia tem como objetivo isolar os Estados Unidos de seus naturais aliados latino-americanos, enquanto as táticas evoluem conforme as circunstâncias, que forem surgindo. O exemplo que tem sido oferecido aos latino-americanos é o da China, apresentada como uma civilização milenar, que foi maltratada e explorada por estrangeiros que se libertou, afinal, através da revolução comunista e elevando-se à categoria de Grande Potência graças às reformas realizadas por ela, exaltando-se paralelamente a Terceira Posição e seu cômodo neutralismo, visando ao alheamento dos Estados hispano sul-americanos do grande dilema, que defronta a humanidade.

A atividade comunista na América Latina se iniciou cedo. Remonta ao

ano de 1919, quando se fundou a Internacional Comunista, com a presença de vários representantes latino-americanos. Naquela oportunidade, Lenine entreteve longas conversações com eles e lhes fixou as primeiras tarefas a realizar nesse Continente. Depois foi a vez de Stalin, através de suas "Tarefas dos comunistas para os países coloniais e subdesenvolvidos".

Desde, então, ora avançando, ora recuando, mas sempre enérgica, realista e perseverante se vem desenvolvendo a ação política comunista na América Latina. Primeiro, fundaram-se os Partidos Comunistas pelos próprios latino-americanos. Depois esses Partidos passaram ao estrito e rígido controle do Partido Comunista Russo, através do "Bureau Sul-americano", instalado, inicialmente, por comunistas argentinos e depois transferido para Montevidéu, onde ficou sob comando direto de Guralsk, experimentado revolucionário de 1917 com larga experiência na França. Por obra e graça desse controle, cada intelectual comunista na América Latina foi transformado num repetidor de fórmulas e ideias provindas de Moscou, produzindo discursos, arengas, poemas e romances estereotipados, degradando e prostituindo, com essa técnica de asfixia mental, escritores do porte intelectual de Pablo Neruda, para citar, apenas, um exemplo.

Mais tarde, foi a organização dos Centros Operários, notadamente, nos países de forte concentração indígena. À "Confederação Sindical Latino-Americana", montada em Montevidéu, em 1929, e filiada à "Internacional Sindical Vermelha" foi entregue essa tarefa, que obteve sucesso no Peru. Em 1934, a "Conferência Secreta dos Partidos Comunistas da América Latina", reunida em Moscou, sob a presidência de Dimitri Manuilsky, assessorado pelo chinês Van Minh, fixou as diretrizes para intensificação da ação política nos países latino-americanos, visando à tomada imediata do poder. Os procedimentos a adotar, conforme o caso, seriam o eleitoral e o insurrecional e os processos a utilizar consistiam em doutrinar e corromper, explorando-se, sob esse último aspeto, a piedade e a cobiça, a bondade e concupiscência, a ambição e o cinismo dos traficantes políticos de todos os matizes.

Os resultados obtidos com o procedimento eleitoral foram importantes no Chile e em Cuba.

— No Chile, os comunistas, em aliança com o Partido Radical, arvorando as teses antifascistas, obtiveram expressivo triunfo eleitoral na Província de Cautin e conseguiram se infiltrar no Governo da República, através da eleição do radical Pedro Aguirre Cerda, ao qual sucederam os radicais Juan Antônio Rios e Gabriel Gonzalez Vilela, em cujo governo ocuparam três Ministérios. Em Cuba, entre 1940 e 1944, os comunistas lograram grande influência na administração pública, graças à aliança do Partido Socialista, sob a direção do comunista Juan Marinello, com o governo desse país.

O procedimento insurrecional foi empregado, no Brasil, explorando o

regionalismo do Nordeste, visando a transformá-lo em República independente, dilatando seu território pela Bacia do Amazonas, até Iquitos. Enquanto Luiz Carlos Prestes presidia a delegação brasileira na Conferência de Moscou, organizava-se no Brasil a "Aliança Nacional Libertadora", sob orientação do comunista alemão Ewer Arthur "Berger" com passado revolucionário na Alemanha, na França e nos Estados Unidos, cabendo o comando das ações no Nordeste a Ernesto Wolweber, íntimo de Stalin e diretor qualificado da N.K.V.D. assessorado por dois altos funcionários da "Internacional Comunista". A insurreição programada para fins de 1936, ou princípio de 1937, rebentou, prematuramente, em 1935, sendo pronta e energicamente dominada com a perda de muitas vidas preciosas. Essa fragorosa derrota comunista na América do Sul não arrefeceu a ação política da Rússia, mas a levou a mudar de tática e de processos de ação.

Nesse novo desdobramento tático comunista adotaram-se três formas de procedimentos: a ação concentrada sobre setores específicos da vida dos países escolhidos, a infiltração e o domínio das alas esquerdistas dos partidos nacionais e a conquista de posição de relevo na vida militar, política e administrativa da Nação visada.

O primeiro procedimento foi aplicado no Chile e na Argentina, visando aos quadros de oficiais subalternos, de suboficiais e de sargentos da Força Armada; na Bolívia, Peru e Equador a ação se concentrou nos círculos intelectuais e sobre as massas indígenas; na Venezuela e na Colômbia sobre os grupos negros e mulatos.

O segundo foi mais amplo e de resultados mais positivos. Os comunistas se infiltraram, por meio de agentes especialmente treinados em Moscou, mascarados de democratas sinceros e ilibados, no peronismo argentino, no ibanismo chileno, no liberalismo colombiano, na Ação Democrática da Venezuela, no socialismo equatoriano, no Aprismo peruano e no "febrerismo" paraguaio e têm sido os maiores responsáveis pela instabilidade política nos primeiros países e pela permanência do regime autoritário, no Paraguai.

No terceiro procedimento os comunistas se fizeram porta-vozes do anti-imperialismo xenófobo, motivando as mais sadias aspirações nacionais e as arestas mais vivas do orgulho nacional em cada país. Lograram ascender a altos cargos no Governo e na administração pública e na própria Força Armada em todos os países latinos americanos, notadamente na América Central e no México.

— Depois da Segunda Guerra Mundial, explorando a aliança com as Potências Ocidentais para combater o nazi-fascismo, os comunistas inauguraram a era da "Coexistência Pacífica". Nessa nova fase a palavra de ordem foi a colaboração ostensiva com o Governo constituído para acobertar a ação subterrânea, visando a demolir as instituições democráticas. Os instrumentos de ação foram, inicialmente, as Organizações Auxiliares como

a Confederar cão de Trabalhadores da América Latina, filiada à Federação Sindical Mundial, controlada por Moscou, os Movimentos da Juventude Democrática, das Mulheres Democráticas, dos Partidários da Paz, as Ligas Teatrais, as Associações de Artistas, os Clubes de Escritores, apoiados por um programa turístico, financiado por Moscou, a Praga, Bucareste, Pequim, Moscou, ou aos Congressos Internacionais sob as mais diversas denominações, visando sempre a recrutar adeptos para o Partido Comunista e as Organizações Auxiliares. Mais recentemente, os Partidos Comunistas, aparentemente, se dividiram, adotando linhas diversas: Kruscheviana, estalista, chinesa e titoista. Mas, no fundo, o comunismo continua o mesmo nas suas finalidades e nos seus objetivos, servindo, apenas, à divisão ostensiva, como meio de servir a doutrina comunista a todos os paladares.

— E enquanto a infiltração maciça e a ação pertinaz do comunismo se desenvolve, os povos sul-americanos de todos os países de origem espanhola se têm debatido num dilema "hameletiano". De um lado os estereótipos comunistas, mundo capitalista e mundo do proletariado, reacionário e progressista, primário e inteligente, entreguista e patriota, tão fáceis de aprender como utilizar o volante, os pedais e as alavancas de um automóvel. De outro, a necessidade de analisar, cientificamente, os fatos, de meditar sobre eles, de libertar-se desse colonialismo intelectual, exigindo vida austera, estudo sério, reflexão profunda para criar uma ideologia própria, um sistema de ideias, que flua da realidade da sociedade em que vivem. E enquanto os sul-americanos não aceitarem a segunda alternativa, o comunismo continuará ameaçando os valores mais caros e mais sentidos e o próprio futuro das Pátrias, que estão construindo. E não é tão difícil aceitá-la, pois, para combatê-lo, eficazmente, mediante uma ideologia própria e autêntica, que aflora da realidade social de cada país sul-americano de origem espanhola, não lhe faltam intelectuais capazes de examinar com profundidade seus problemas e deles extrair as soluções válidas, reais e austeras capazes de servirem ao futuro.

b. As afinidades entre os países Hispano-Americanos

(1) A "hispanidad"

A "hispanidad" é um denominador comum entre todos os países sul-americanos de origem espanhola. Dimana de trezentos anos de colonização espanhola, orientada pela Coroa e pela Igreja. Dela resultou um fundo cultural comum expresso na identidade da língua, de crenças e tradições, de costumes e, até mesmo, do modo de pensar, de sentir e de viver, que a evolução desses países, malgrado as vicissitudes, as rivalidades, os choques de interesses vários, atenuou, mas não destruiu.É, pois, uma afinidade de origem externa, com amplo campo de ação, de natureza total e efetividade potencial em nossos dias. Tem entrado, porém, em atividade, em oposição a

"lusitanidad", ou em defesa da Espanha nos incidentes internacionais, que a envolveram nas últimas décadas.

(2) Os cultos comuns aos heróis da independência

A guerra da Independência das Nações sul-americanas, de origem espanhola, exigiu um esforço prolongado e sacrifícios de toda ordem; Fez-se, desde o início, em toda a área de colonização espanhola. Enfrentando forte reação metropolitana, a partir de 1815, impôs a união dos esforços de todos para obtenção da vitória de cada um. Organizaram e dirigiram esse esforço dois líderes de influência continental: Simon Bolívar, no norte, e José de San Martin, no Sul.

— O primeiro depois de lutar, heroica e improficuamente, na Venezuela, viu-se na contingência de promover a libertação da Colômbia para, reunidas as forças das duas áreas coloniais, derrotar as tropas metropolitanas 110 norte do Continente. Depois, marchou com essa força para o sul e libertou o Equador e, por fim, em Ayacucho, derrotou, definitivamente, o grosso das tropas metropolitanas, na Colônia. Tornou-se, portanto, credor do respeito, da admiração e da gratidão dos povos libertados, e herói nacional tanto da Venezuela, como da Colômbia, do Equador e do Peru. Enquanto viveu, logrou manter unida a Grã-Colômbia e influiu no Governo peruano. Depois de sua morte, sua sombra legendária tem sido um traço de união entre esses países, atenuando muitos de seus ressentimentos, rivalidades e opositores de interesses.

San Martin, à frente de forças argentinas, libertou o Chile e, depois, ajudado pelos chilenos, tentou a libertação do Peru. Não a realizou completamente, mas preparou o ambiente para que Bolívar libertasse, definitivamente, essa área. É um herói nacional da Argentina, do Chile e do Peru e sua influência benéfica tem contribuído para aplainar as dificuldades que têm surgido entre a Argentina e o Chile.

— Essas afinidades de origem interna, com campo de ação sobre as comunidades, são de natureza parcial e, atualmente, de efetividade potencial.

(3) Os Sacos criados pela Grã-Colômbia

Organizada por Simon Bolívar, como um Estado Unitário, constituído com os Departamentos da Venezuela, da Colômbia e de Quito, a Grã-Colômbia foi uma entidade artificial que durou enquanto viveu seu fundador. Mas, criou laços de união entre esses três países sul-americanos os quais revivem, hoje, na "Frota da Grã-Colômbia", em acordos para o desenvolvimento econômico e, até mesmo, através de campanhas de propaganda para restauração espiritual e econômica da Grã-Colômbia, notadamente, no Equador. É uma afinidade de origem interna, de campo de

ação amplo, de natureza total e efetividade atual nos seus aspectos econômicos.

(4) Os laços criados pela Confederação Perúvio-Boliviana

Criada em 1836, por Andrés de Santa Cruz, com a finalidade de servir de instrumento político-militar para restaurar, em termos territoriais, o antigo Império Inca, a Confederação não sobreviveu à derrota militar sofrida em Yungay, em 1839. Reviveu, entretanto, sob outra forma, na aliança Perúvio-Boliviana, consertada, em 1873, a qual se oporia ao Chile, durante a Guerra do Pacífico (1879-1881). Derrotada a Aliança, a Bolívia se afastou o Peru, mas a semelhança de traços geográficos étnicos e culturais acabou por superar as divergências ocasionais. Servindo os interesses de segurança dos dois países e cimentada pelos laços históricos há uma estreita ligação entre Peru e Bolívia, a qual o Peru procurou fortalecer dando trânsito livre ao comércio boliviano pelos portos peruanos e adensando as vias de transporte que o ligam à Bolívia. É essa uma afinidade de origem interna, com amplo campo de ação, de natureza total, com efetividade atual, malgrado as desconfianças criadas, recentemente, pelo Movimento Nacional Revolucionário.

c. Os antagonismos entre os Países Sul-Americanos de origem Espanhola

Os principais antagonismos entre os países sul-americanos, de origem espanhola, decorreram de conflitos armados, que tiveram como causas principais os problemas de fronteiras, entre eles, ou de limites já fixados, mas passíveis de revisão através de pretextos criados na demarcação, ou, ainda, de divergências sobre fronteiras não solucionadas até agora.

(1) Antagonismo entre Peru c o Equador

— O primeiro conflito, entre o Equador e o Peru, surgiu, durante a existência da Grã-Colômbia e teve, como causa principal o fato de terem sido incorporados a este Estado os antigos governos de Maynas e Quijos e a Província de Jaen, sobre os quais o Peru alegava direito, na conformidade do "uti-possidetis" de 1810 e do "direito de autodeterminação" expresso pela população de Jaen, em plebiscito, realizado em 1822. O Tratado de Guaiaquil, de 1829, firmado em consequência da derrota das forças peruanas, em Portete de Tarqui e em Guaiaquil, resolveu transitoriamente essa questão. Mas a dissolução da Grã-Colômbia, com a consequente organização da República do Equador, reabriu a questão, agora, entre o Peru e o Equador. Depois de penosas negociações e de várias tentativas para submeter a questão a arbitragem, o problema foi resolvido em caráter definitivo pelo Protocolo de Paz, de Amizade e Limites firmado no Rio de Janeiro, em 1942. Entretanto, o Equador não se conformou, plenamente, com as perdas

territoriais sofridas e o Peru não abre mão do que já conseguiu. O atrito, entre os dois Estados permanece, embora sob forma potencial, podendo eclodir, novamente. É este um antagonismo de origem interna, com campo de ação, sobre o território, as comunidades nele radicadas e os recursos econômicos, de natureza total e efetividade potencial.

(2) Antagonismo entre o Peru, Bolívia e o Chile

— As relações, entre o Chile de um lado, o Peru e a Bolívia de outro, foram, sempre, delicadas. O primeiro choque, entre eles, ocorreu, durante a Guerra da Confederação Perúvio-Boliviana, contra o Chile, na qual este país defendeu sua própria soberania, ameaçada pelas manobras políticas e militares do Marechal Andrés de Santa Cruz, que pretendeu realizar o propósito "bolivariano" de organizar um grande Estado no Pacífico. A atitude chilena, em face da ameaça de recolonização, empreendida pela Espanha entre 1865 e 1866, no Peru, atenuou os ressentimentos e desconfianças surgidos entre 1836 e 1839, mas os ressentimentos permaneceram.

— A Guerra do Pacífico, que teve como principal causa o problema de limites entre os três Estados, na área do Deserto de Atacama, valorizado pela exploração do salitre e do guano, criou, em face das perdas de território que a derrota impôs à Bolívia e ao Peru, um dissídio, quase insuperável. O Peru, não se conformou com a cessão de Arica ao Chile, obtida, segundo alegam os peruanos, por complacência injustificável de Augusto Leguía e a Bolívia continuou pleiteando uma saída para o Pacífico, livre de qualquer controle ou pressão por parte do Chile. Este, por sua vez, não esqueceu os sacrifícios feitos na guerra e não parece disposto a fazer a mínima concessão sobre os territórios, que passaram à sua jurisdição depois de longas e difíceis negociações.

— Nos últimos anos, o Peru realizou um esforço militar notável na organização e no equipamento de suas Forças Armadas e o Chile, premido pelas agitações extremistas e as crises financeiras, não pôde acompanhá-lo nessa corrida armamentista. Hoje, o Peru obteve a paridade no mar e tem o maior Exército do Pacífico, ameaçando de perto a supremacia militar chilena nessa área, conquistada após a Guerra do Pacífico e conservada, como fundamental à segurança da Nação araucana.

— Nessas condições, as relações entre o Chile e o Peru permanecem tensas e as rivalidades tradicionais podem novamente eclodir nessa região.

— É este um antagonismo de origem interna, com campo de ação sobre o território, as comunidades e a economia desse país de natureza total e efetividade potencial.

(3) Antagonismo entre Paraguai e Bolívia

— A Bolívia, sempre que acordos internacionais se referiram às fronteiras do Chaco, como ocorreu com o Tratado da Tríplice Aliança de 1865 e, posteriormente, com a decisão arbitrai de 1878, que resolveu a questão de limites, entre o Paraguai e a Argentina, procurou resguardar os direitos, que alegava sobre posses nessa área.

— Depois, entrou em negociações diretas com O Paraguai as quais não lograram êxito e foram a causa principal da Guerra do Chaco (1934-1936). A questão de limites no Chaco foi resolvida pela Conferência de Paz de 1938 e a solução encontrada foi consubstanciada no Tratado de Paz, Amizade e Limites, completado pelo laudo arbitrai de 1º de outubro do mesmo ano.

— A derrota boliviana no Chaco feriu, profundamente, o orgulho nacional da Bolívia, que nunca se conformou, plenamente, com as disposições do Tratado de 1938. Por outro lado, o Paraguai, apesar de ter obtido ampla compensação territorial e o reconhecimento dos direitos, que vinha sustentando nas negociações diplomáticas, não recebeu de bom grado as pequenas perdas de território, que lhe impôs o laudo arbitrai de outubro de 1939. Acrescente-se a essa inconformidade o fato de não ter encontrado, ainda, área comprovadamente petrolífera, na região que lhe foi adjudicada por via de vitória militar.

Esses atos criaram frustração entre os paraguaios e poderão, mais cedo ou mais tarde, dar motivos a tentativas de revisão da fronteira estabelecida.

É este um antagonismo de origem interna, incidindo sobre o território e os recursos econômicos dos dois países, de natureza total e efetividade potencial.

(4) Antagonismo entre o Uruguai e Argentina

— O Uruguai surgiu, como Estado soberano, em função da luta travada entre o Brasil e a Argentina pela definição de seus limites. É, pois, um Estado Tampão, que serve à segurança político-militar desses dois países, tendo como pedra de toque de sua independência uma completa e irrepreensível neutralidade face aos Estados que separa. Desde 1828, o Brasil reconheceu, como definitiva, a existência da República do Uruguai e seus limites com esse Estado estão delimitados e demarcados. Mas a Argentina só veio a fazê-lo, em 1852, permanecendo em aberto o problema de delimitação da fronteira entre os dois países no estuário do Prata.

E sob esse aspecto os interesses da Argentina e do Uruguai se extremam, tendo como motivo de discordância a posse da ilha Martin Garcia, de alta significação estratégica, ocupada pela Argentina durante a campanha de 1851-1852. O Uruguai, visando à posse da ilha Martin Garcia, pretende

que o limite no estuário seja traçado pela linha mediana, enquanto a Argentina reivindica o canal mais profundo, que passa próximo à costa uruguaia e lhe garante a posse da citada ilha.

É este um antagonismo de origem interna, incidindo sobre as águas territoriais desses países, de natureza global e efetividade potencial. Poderiam ser levantados outros antagonismos de menor interesse, entre o Chile e a Argentina, tendo como motivo as divergências quanto à fronteira chileno-argentina, na Patagônia: entre a Argentina e o Paraguai, que não se conformou inteiramente, com sua fronteira no Pilcomayo; entre a Argentina e a Bolívia, em face do apoio, que aquela deu ao Paraguai, durante a Guerra do Chaco e ainda, entre o Peru e a Colômbia, motivado pelo problema de Letícia.

BIBLIOGRAFIA

História das Américas — Ricardo Levene e outros — 14 volumes

Breve História da América — Carlos Pereyra

Historia de la América Latina — David R. Moore

Historia General de Chile — Barros Arana

Historia General da Bolívia — Alcides Alguedas

Le Perou Contemporaine — F. Garcia Galdero

Sulamérica — Biografia de um Continente — Ernest Sanhaber

Evolución Histórica dei Uruguay — Albert Zum Field

História de la Argentina (1915-1957) — Ernesto Palácio — I e II volume

América Latina. Un Continente en erupción — Eudoscio Ravines

As transfigurações do comunismo — Sir Parcival Griffiths

Revolución y contra Revolución en la Argentina — José Alberto Ramos

História Militar del Peru — General Carlos Deliepiane — I e II volume

La Defensa del Chaco — Angel F. Rios

Mi atuación en la Campanha del Chaco — Coronel David Toro R.

A INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

SUMÁRIO

Antecedentes e causas

Primeiro Período — de 1808 a 1816

Segundo Período — de 1816 a 1824

Terceiro Período — de 1824 a 1830

ANTECEDENTES E CAUSAS

I — AS FONTES DA IDEALIDADE POLÍTICA

a) Na América Hispânica

Durante mais de dois séculos viveram as colônias Hispano-americanas sob o regime de estreita clausura política e intelectual. Mas o abrandamento progressivo do Monopólio Comercial rompeu-a pouco a pouco, permitindo que entrassem nos seus portos, juntamente com as mercadorias, as ideias que agitavam o mundo.

Elas vêm principalmente da França e da Inglaterra e encontram ambiente propicio para se desenvolverem no ressentimento dos "criolos" e nas esperanças que acalentam de ascenderem na escala política, ciosamente guardada pelos espanhóis.

O clima revolucionário formou-se, portanto, durante a própria dominação ibérica e sob sua influência, embora contra ela mesmo. As ideias liberais medradas no mundo exterior e os fatos nele ocorridos tiveram grande influência na revolução hispano-americana e na independência brasileira.

Mas as fontes ideológicas e as raízes da revolução não se encontram com exclusividade na Revolução Francesa ou na Independência Norte-Americana, de modo que a revolução dos países americanos viesse a ser mera imitação do que se passara alhures.

É preciso atentar para o papel desempenhado pela literatura espanhola sobre política, de tendência liberal e antimonárquica, contrária à monarquia absoluta e pelos escritores que se bateram pela extinção do monopólio da metrópole, para compreender que o clima revolucionário se gerou na própria Espanha e suas colônias.

Mas não faltou quem profetizasse como se daria a emancipação da América espanhola.

Um deles, Vilava, acreditava que a democracia engendraria na América espanhola, inevitavelmente, a anarquia, derramando rios de sangue e anunciando a dominação de seus déspotas.

b) Na América Portuguesa

Mais do que na América Hispânica, se fez sentir no Brasil, a influência das ideias liberais que agitaram a Europa. O hábito dos grandes senhores de mandarem educar os filhos primogênitos na Europa formou uma elite de homens de prestígio e brilho intelectual, que teve destacada participação no progresso da Independência Brasileira. É o grupo dos Andradas, é Vasconcelos, é Monte Alegre, é Cayru, são Caravelas, Olinda, Baependi,

Abrantes e tantos outros formados no grande centro universitário de Coimbra.

Lá tiveram, diante de si, três modelos, três fontes de idealidade política: a França, onde se desenvolvera a teoria dos Governos democráticos, o direito do povo ao Governo da Nação, a ideia de soberania do povo em toda sua plenitude; a Inglaterra, onde se conseguira conciliar a soberania popular e o princípio monárquico; os Estados Unidos, onde se praticava a descentralização, a defesa das liberdades locais, a constituição federativa.

II — OS MOVIMENTOS PRE-REVOLUCIONÂRIOS

a) Na América Hispânica

l — No Vice-Reinado do Prata

Destacam-se os movimentos de Antequera (1721), em Charcas, e Mompó (1733), sufocados com violência pelo Vice-Rei. O movimento de Antequera durou 4 anos e chegava mesmo a mencionar "a soberania do povo". Outra insurreição ocorreu em Comentes, cujos habitantes se queixavam da conscrição para a luta contra os portugueses.

2 — No Vice-Reinado do Peru

Desde 1724, que se manifestavam indícios, cada vez mais fortes, de desassossego na população índia, como consequência de sua constante exploração por funcionários que a obrigava a comprar gêneros imprestáveis e lhe cobrava impostos ilegais.

Condorcanqui, prestigioso chefe indígena, que se dizia descendente dos Incas, aprisionou, em 1780, um corregedor e enforcou-o em praça pública. Tomou, em seguida, o nome do último monarca inca Tupac Amaru, e proclamou a libertação do Peru. As autoridades espanholas enviaram forças para combater os rebeldes, mas foram derrotadas. Rebentou, então, num terrível movimento de vingança, o ódio do índio contra os opressores brancos. Homens, mulheres, velhos e crianças brancas foram mortos pelos índios em meio às maiores atrocidades, não escapando mesmo os padres e as igrejas.

A prisão de Tupac Amaru não arrefeceu a revolução; cidades foram atacadas e suas populações destroçadas. La Paz foi sitiada durante 109 dias e a rebelião só terminou em 1783 com a vinda de reforços.

3 — No Vice-Reinado da Nova Granada

Em 1781, em Socorro, ocorreu grave rebelião motivada por novas taxações impostas pelas autoridades reais. Foi sufocada por forças espanholas e os cabeças da insurreição foram enforcados. Foi talvez na Nova Granada que as autoridades espanholas tiveram maior dificuldade em reprimir as ideias revolucionárias, pois essa região, situada nas rotas

oceânicas para a Europa, mantinha íntimo contato com o mundo exterior. Na Nova Granada o curso dos acontecimentos nos Estados Unidos e os movimentos revolucionários da Europa eram entusiasticamente aplaudidos pelos intelectuais da facção radical. Nariño fez circular, em 1794, uma tradução da "Declaração dos Direitos do Homem", o que lhe valeu ser condenado como traidor e deportado para a África.

4 — Na Capitania da Venezuela

A tentativa mais séria foi de Francisco Miranda, venezuelano distinguido por sua inteligência e pelos serviços que prestara à causa da liberdade do mundo. Pensando que contaria na Venezuela com numerosos simpatizantes, preparou nos Estados Unidos, uma expedição para libertar sua Pátria. Não obtendo o apoio do povo venezuelano, dissolveu suas forças e refugiou-se na Inglaterra.

5 — Na América Central

As ideias de liberdade individual e independência política estimularam atividades intelectuais e a criação de sociedades literárias. No México, uma poderosa aristocracia rural e mineira. em grande parte imbuída de ideias liberais auridas nos Estados Unidos, em Universidades espanholas e francesas e no próprio Vice-Reinado, ressentida com a Metrópole e seus representantes coloniais. Jornais foram fundados para disseminar ideias novas, muitas vezes de índole republicana.

b) Na América Portuguesa

l — O Reino Negro dos Palmares

Os primeiros quilombos nordestinos foram formados era época incerta. Os motivos da formação desses quilombos assentam primeiramente nos maltrates sofridos pelos negros e no trabalho exaustivo a que estavam sujeitos. O quilombo foi, sem dúvida, um protesto contra esse regime de servidão, uma escolha entre o suicídio e a fuga.

A região escolhida pelos negros se localizava em Alagoas e um governo centralizado se estabeleceu, todos obedecendo cegamente a um Rei, o Zumbi. Os quilombos sustentaram luta contra os holandeses e depois contra os portugueses. A região só foi pacificada com o reconhecimento dos direitos fundamentais dos negros sublevados. O Reino de Palmares, constituído pelo espírito de liberdade e independência de alguns negros inconformados com a condição de servo e os maltrates que recebiam, foi a primeira sociedade livre que se procurou formar no Brasil.

2 — A revolta de Beckman no Maranhão

A instituição do Estado do Maranhão para ativar a colonização da Amazônia criou privilégios, e suscitou abusos que trouxeram constantes desordens. O abandono em que ficaram essas terras por mais de século fez delas o homísio, onde se acolheram os indígenas que não se submeteram ao colonizador.

A extinção do Maranhão como Estado e a sua subordinação à Belém provocou grande descontentamento. Em 1680 foi proibida a escravização do gentio, confiando-se aos jesuítas a sua catequese. Tendo obtido a expulsão dos jesuítas, em 1661, os colonos sentiram-se feridos em seus interesses e, mais se irritaram quando os viram aquinhoando-se na distribuição dos índios assalariados.

Coincidindo com esses acontecimentos fez-se a concessão de um contrato a uma empresa de Lisboa, conferindo-se lhe o privilégio exclusivo do comércio de todo o Estado do Grão-Pará e do Maranhão por vinte anos. Além disso o comércio dos colonos "era proibido, dando-se lhes apenas um prazo de dois anos para regularizarem os negócios pendentes, autorizando-se por outro lado essa Companhia a empregar no seu serviço os índios e a fazer no sertão, quantas entradas quisesse.

O descontentamento foi geral. Os lavradores não dispunham de braços, pois a Companhia não trazia os escravos que prometera importar; o comércio se arruinara, criando a miséria e o desemprego. As ordens religiosas, ciosas uma das outras, se uniram contra os jesuítas e o estanco, estimulando o povo a procurar um remédio que não poderia vir pelas vias ordinárias.

Em fevereiro de 1684 rebentou a revolta liderada por Manoel Beckman. Passados os primeiros instantes de exaltação, o ímpeto da insurreição decaiu acentuadamente, apesar dos esforços de Beckman para mantê-lo vivo. A repressão foi violenta sendo Beckman, junto com outros conjurados, enforcado.

Podem ser apontados como causas dessa insurreição:

— As lutas anteriores, verificadas na Capitania, dos colonos entre si, desses com os padres das Ordens religiosas, e dessas Ordens uma contra as outras, gerando uma situação de intranquilidade e desarmonia nas diferentes classes sociais.

— A mudança da capital de São Luiz para Belém, redundando em prejuízo da situação política, social e econômica da primeira.

— A política do Reino, abolindo, sem preparação prévia, a escravização do indígena e criando o monopólio comercial em benefício de particulares portugueses, arruinando a economia da região e empobrecendo o povo, de modo geral.

— A antipatia generalizada contra os jesuítas agravada pelo privilégio que lhes foi concedido na catequese do indígena, o que levou outros religiosos a insuflarem o povo à rebelião.

3 — A revolta dos Mascates (1710)

Depois de terem expulso os holandeses do Nordeste, os senhores de engenho e os fazendeiros pernambucanos, que tinham desbravado e colonizado a terra e que em sua defesa fizeram os maiores sacrifícios durante vinte e quatro anos de lutas duras e cruentas, reconstruíram Olinda que passou a ser a Metrópole do Norte, a sede do poder de fato da Colônia. Ali residiam as mais distintas famílias, homens notáveis que saíram da guerra cercados de grande prestígio, fama e poder e que se apoiavam em extensos latifúndios, numa escravaria grossa, em grande número de agregados e empregados. Adquiriram também nessas lutas, em que desajudados da Metrópole, defenderam a terra onde nasceram, a consciência de que ela lhes pertencia de fato e de direito, uma opinião que não se curvaria facilmente a nenhum outro e que iria afrontar o próprio Rei.

Criou-se, entretanto, perto dali, um outro núcleo humano, sem título de nobreza, nem posses de terra, formado de portugueses e mestiços de condições mais humildes, entregues ao comércio, ao artesanato e aos pequenos ofícios. Estabelecida no Recife, bom porto, situado nas rotas marítimas bem frequentadas, essa gente foi enriquecendo, enquanto a cidade progredia e crescia.

Os olindenses desconheciam essa gente a que chamavam pejorativamente de “mascates”, “grumetes” ou “forasteiros”. Vendiam seus produtos, compravam o que careciam, recebendo também as rendas que eram devidas à sua cidade nobre, onde estava sediado o Senado da Câmara que votava as providências de caráter regional e se entendia com as demais autoridades da Colônia e do Reino. Os recifenses, por sua vez enriquecidos, afrontavam com sua riqueza crescente aquela nobreza, que empobrecia.

O choque seria inevitável. E veio com o desejo natural de se elevar Recife à situação política e social que seu progresso exigia. Começavam pois, os recifenses por pleitear do Senado da Câmara o direito de serem nele representados. Como a aristocracia olindense lhes negasse esse direito, recorreram às autoridades coloniais do Reino, obtendo, de início, pequenos cargos e, finalmente, em 1707 o predicamento de Vila.

Mantido em segredo, esse ato se tornou público em 1710, com a ereção do pelourinho, símbolo da autoridade municipal, em Recife, na noite de 3 para 4 de março. No dia 4 se instalava o novo Senado da Vila, apesar da oposição do de Olinda, que veio incorporado, seguido de numerosa multidão, protestar energicamente junto ao Governador Sebastião de Castro Caldas

contra tamanha desconsideração. O Governador, certo de sua força, prendeu muitas pessoas importantes de Olinda e continuou com energia a executar a Carta Regia, que elevara Recife a Vila. Novos conflitos surgiram, quando se tratou de limitar os dois municípios. O Governador, insuflado pelos comerciantes de Recife, determinou novas prisões. Mas os olindenses desta vez estavam prevenidos. Resistiram à prisão, refugiando-se nos seus engenhos e fazendas. Saíram dali para marchar sobre o Recife e obrigar o Governador a refugiar-se na Bahia; destruir o Se nado do Recife; derrubar o pelourinho e os demais sinais de sua autoridade municipal. Depois se reuniram em Olinda, onde a nobreza pernambucana passou a discutir os sucessos havidos. Nesse Congresso, Bernardo Vieira de Melo propôs como único meio de se assegurar o destino da terra, que se erigisse a Capitania em República à semelhança da de Holanda ou de Veneza, argumentando que não se podia mais recuar, apresentando como exemplo o caso do Maranhão.

A proposta, no entanto, foi rejeitada. A vinda de novo governador acirrou mais ainda os ânimos, culminando com a prisão de Vieira de Melo, remetido com outros rebeldes para Lisboa. A Província só foi definitivamente pacificada em 1715.

Podem ser apontadas como causas dessa insurreição:

— A circunstância de haver ficado a cargo quase exclusivo do colono o desbravamento, a colonização e a defesa da terra, comunicando-lhe a consciência de seu próprio valor e o legítimo orgulho de seus feitos e de sua obra.

— O encontro das três raças em condições excepcionais, produzindo uma sociedade patriarcal, sólida e verticalmente estruturada, consciente de sua capacidade para gerir seus próprios destinos.

— O regime colonial, ressentindo os colonos e levando-os à consideração de que seus interesses eram inconciliáveis com os do Reino.

— O afastamento da Metrópole e seu desconhecimento das transformações sociais e políticas, que se vão operando na Colônia, agravada pela persistência com que continua a apoiar os interesses dos portugueses contra os brasileiros, que começam a se fixar em torno de novas ideias e de novas atitudes no plano político.

— O poder militar que possuíam esses fazendeiros e senhores de engenho, cujo valor foi experimentado e verificado nas lutas contra o indígena e o estrangeiro agressor.

— A influência política que vão adquirindo os comerciantes, enriquecidos como intermediários forçados no comércio entre a Metrópole e a Colônia.

— As insurreições em Minas Gerais

Em 1720, em Minas Gerais, rebentou uma insurreição em Vila Rica contra a medida tomada pela Fazenda Real de transformar o ouro extraído das minas em barras nas “Casas de Fundição” recém-criadas naquela localidade, Sabará e São João D’E1 Rei. Esse movimento foi de fundo predominantemente econômico mas demonstrou todo o descontentamento que lavrava entre as populações do centro-oeste da Colônia, em consequência da política fiscalista da Metrópole.

Por outro lado, a descoberta das minas atraíra milhares de aventureiros, das mais diversas procedências para a região das catas. Os paulistas, que foram seus descobridores depois de inumeráveis sacrifícios, se insurgiram contra a concorrência dos estranhos, tornando-se inevitáveis os conflitos entre uns e outros.

Rebentou em 1708, então, a chamada "Guerra dos Etnboabas" entre os bandeirantes e os arrivistas que denominavam de "emboaba". Foi esse um movimento nativista, pois no fundo os paulistas defendiam a riqueza que tinham descoberto contra a cobiça dos que apenas desejavam aproveitá-la, escudados nos privilégios de metropolitanos.

5 — A Inconfidência Mineira

Contribuíram para o movimento, além do fator econômico preponderante, as ideias do século XVIII. A literatura liberal, a filosofia racionalista, o sentimento revolucionário — atuaram no espírito dos homens que procuraram libertar Minas Gerais do domínio português.

Visava ele à melhoria das condições de vida impostas à colônia pelo opressivo sistema fiscal lusitano, à elevação do padrão intelectual e moral do povo, à criação de uma forma de governo já sugerida na Europa pelos filósofos e enciclopedistas. Interpretou, portanto, a atitude mental dos homens esclarecidos do mundo inteiro.

Movimento indissoluvelmente ligado à indústria da mineração, teve como causa imediata a cobrança dos “Quintos” em atraso, tributo esse orçado em 100 arrobas anuais (cerca de l .500 quilos) desde 1751.

“Quando o quinto arrecadado não chegava a estas 100 arrobas procedia-se a derrama, isto é, obrigava-se a população a completar a soma. Os processos para consegui-lo não tinham regulamento especial. Cada pessoa, minerador ou não, devia contribuir com alguma coisa, calculando-se mais ou menos ao acaso, suas possibilidades. Criavam-se impostos especiais sobre o comércio, casas de negócio, escravos, trânsito pelas estradas, etc. Qualquer processo era lícito, contanto que se completassem as 100 arrobas do tributo”.

Pode-se imaginar o que significava isto, de violência e abusos.

“Cada vez que se decretava uma derrama, a Capitania entrava em

polvorosa. A força armada se mobilizava, a população vivia sob o terror. Casas particulares eram violadas a qualquer hora do dia ou da noite; as prisões se multiplicavam. Isto durava, não raro, muitos meses, durante os quais desaparecia toda e qualquer garantia pessoal. Todo mundo estava sujeito a perder de uma hora para outra seus bens, sua liberdade, quando não sua vida".

Aguardavam eles apenas a decretação da "derrama" para darem início ao levante, quando foram denunciados por Silvério dos Reis, Brito Malharo e Corrêa Pamplona ao Governador de Minas, Visconde de Barbacena, que de tudo deu ciência ao Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos. Presos, os conjurados (1789) responderam a processo que só terminou em 1792, ano em que foram condenados à pena de degredo na África, exceção feita a Tiradentes que, por haver assumido a responsabilidade do movimento, expirou a 21 de abril de 1792, na forca, para isso levantada no Campo de São Domingos (cidade do Rio de Janeiro).

Um dos documentos mais interessantes desse movimento é o depoimento de jefferson sobre a entrevista que teve com José Joaquim da Maia nas proximidades de Nimes, na França. Conta Jefferson que José da Maia, depois de lhe dar informações sobre a situação político-social do Brasil, lhe dissera:

"Pelo que respeita à revolução, não há mais que um pensamento em todo o país; mas que não há uma pessoa capaz de dirigi-la, ou que se arrisque pondo-se-lhe à frente sem o auxílio de nação poderosa; todos temem que o povo os desampare. No Brasil não há imprensa. Os brasileiros consideram a revolução da América do Norte como a precursora da que desejam; é dos Estados Unidos que esperam todo socorro".

"Afora as armas que estão nas mãos do povo (milícias), há armazéns delas. Há muitos cavalos; mas só uma parte do Brasil admite o serviço de Cavalaria. Precisaríamos de Artilharia, munições, navios, marinheiros, soldados, oficiais; e para tudo isso estamos deliberados a recorrer aos Estados Unidos entendendo-se sempre que os fornecimentos e os serviços serão necessariamente pagos".

"Portugal, que não tem Esquadra nem Exército, não pode invadir o Brasil em menos de um ano. Se considerarmos a maneira como se tem executado uma tal invasão, não será ela muito para temer, e se falhar a primeira não tentarão a segunda. Na verdade, cortada que seja esta principal fonte de sua riqueza, apenas poderão os portugueses fazer um primeiro esforço. Há um ódio implacável entre portugueses e brasileiros. No caso de uma Revolução bem sucedida há de organizar-se um Governo Republicano geral para todo o país".

Esse documento expõe de modo completo e sintético todo o problema, vendo-o em termos nacionais, embora situe em Minas Gerais a principal fonte de recursos com que se deva contar.

6 — A Revolução de 1817

Precedendo a Revolução de 1817, mas a ela ligada, pois foi a primeira manifestação positiva da influência das ideias liberais difundidas através da Maçonaria, no Nordeste, houve a "Inconfidência Baiana" (1789). O movimento, em que se discutiram a abolição dos privilégios decorrentes da cor, a necessidade de se abrir o porto de São Salvador ao comércio internacional, não chegou a deflagrar inteiramente, pois abortou em virtude das prisões realizadas pelas autoridades metropolitanas.

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil atrasou o momento de sua Independência política, embora contribuísse para que se fizesse sem derramamento de sangue e sem prejuízo da unidade nacional, o que foi essencial para a grandeza territorial e material do Brasil de hoje. De fato, abriu horizontes tão largos ao país que a febre revolucionária que o tinha dominado se aplacou. Contribuiu, também, para que não se instalasse no Brasil uma República têmpora, para a qual os brasileiros não estavam ainda preparados. Entre o absolutismo exercido e a República desejada, mas de consequências imprevisíveis, abriu-se, em consequência, a saída salvadora da Monarquia Representativa. Essa Revolução marcou, pois, a dissociação de duas ideias que constantemente andaram juntas, em todos os sonhos revolucionários dos patriotas: a Independência e a República.

A última experiência foi feita no Nordeste através da Revolução Pernambucana, motivada pelas seguintes causas gerais:

— A decepção causada pelo Governo de D. João VI no Brasil, que perseverou nas mesmas práticas administrativas anteriores, agravadas com a presença de numerosos portugueses, que o seguiram e aqui ficaram.

— A propaganda realizada através de sociedades secretas como a Maçonaria, que vinha exercendo suas atividades desde os princípios do século XIX, em Pernambuco.

— A guerra da Cisplatina, responsável pelo descontentamento então reinante no Nordeste, consequente ao atraso no pagamento das tropas e do recrutamento, aliados à carestia geral da vida e ao empobrecimento gerado pela seca de 1816.

A Revolução rebentou em Pernambuco no dia 6 de março de 1817, em consequência de um motim no Quartel do Regimento de Artilharia, onde o Capitão José de Barros Lima matou a estocadas o Comandante dessa Unidade, Brigadeiro Manoel Barbosa de Castro, que pretendia prendê-lo. A Revolução se alastrou rapidamente, sendo constituído um Governo Provisório cora representantes de todas as classes.

A reação portuguesa se fez sentir com o bloqueio dos portos de Olinda e Recife e envio de uma expedição terrestre. A repressão foi violenta.

A Revolução de 1817 não obteve êxito, principalmente porque foi deflagrada prematuramente. O povo não aderiu inteiramente ao movimento. Faltou um chefe militar que desse organização às forças disponíveis e dirigisse com acerto as operações.

III — AS AGRESSÕES EXTERNAS NA AMÉRICA HISPÂNICA

a) A Ação dos Piratas

No chamado Mar do Sul, a ação dos piratas perturbou a vida da Colônia, mas não constituiu ameaça para a dominação espanhola.

O mesmo não se poderá dizer dos ataques que realizaram no Caribe, onde se estabeleceram os primeiros núcleos colonizadores, as bases para a penetração e a conquista da América e se concentrou todo o tráfico entre as possessões americanas e a Metrópole.

O sistema econômico, imposto pela Espanha às Colônias, criou as bases financeiras para atuação dos piratas.

Tornaram-se poderosos e depois passaram a tomar pela força aquilo que não lhes queriam dar de bom grado. Houve, então, ataques aos comboios espanhóis e depois às cidades portuárias como Cartagena, Santa Marta, Panamá e muitas outras.

À ação dos piratas juntou-se a atuação das potências em guerra com a Espanha, procurando firmar-se em terras americanas, particularmente nas ilhas que poderiam servir de base para ataques aos comboios espanhóis.

b) Os ingleses no Rio da Prata

Em 1805, os ingleses tinham aprestado uma forte esquadra para se apoderar da colônia holandesa do Cabo de Boa Esperança. Estando em guerra com a Espanha, decidiram, depois de conquistarem a Colônia do Cabo, dirigir-se a Buenos Aires na esperança de realizarem um rico saque.

Em princípios de junho de 1806, os ingleses penetraram no Rio da Prata e, sem encontrar resistência, apoderaram-se de Buenos Aires. A reação, na ausência do Vice-Rei, foi comandada por Liniers e face ao seu ímpeto os ingleses se renderam. O júbilo da população foi indescritível e o Cabildo decidiu depor o Vice-Rei e colocar em seu lugar, o chefe vitorioso Liniers. O governo inglês, porém, não desistira de conquistar a região e, em janeiro de 1807, nova tentativa se fez, atacando inicialmente Montevidéu e, após, Buenos Aires. Foram repelidos e a vitória teve a mais ampla repercussão no Vice-Reinado, contribuindo decisivamente para a luta pela independência.

O povo de Buenos Aires tinha organizado a reconquista da sua cidade e obtido êxito na operação. Um ano mais tarde tinha se imposto mais uma vez ao inimigo aguerrido e numeroso. Estava certo de sua capacidade para libertar-se dos espanhóis e para conservar a liberdade conquistada.

IV — OS ACONTECIMENTOS NA EUROPA E NA AMÉRICA DO NORTE

a) América do Norte

Foi proclamada a Independência, em 1776, sob forma republicana. Em 3 de setembro de 1783 a Inglaterra reconhecia a Independência da América do Norte por Tratado assinado em Paris. A Espanha e a França, em guerra com a Inglaterra, muito tinham ajudado os insurretos norte-americanos. A Constituição da nova República foi promulgada em 17 de setembro de 1787. De 1776 a 1796 verificou-se o Governo de Washington.

De 1797 a 1801, houve o Governo de John Adams e Thomas Jefferson.

Guerra entre a Inglaterra e os Estados Unidos de 1812 e 1814, em virtude dos ingleses estarem instigando os índios contra os norte-americanos e os desejos destes de conquistar o Canadá, julgando uma presa fácil.

b) Na Europa

1 — França

Em 14 de julho de 1789, os parisienses tomaram a Bastilha, símbolo do poder absoluto dos Reis de França. Em 1792 foi abolida a Monarquia em França e instaurada a República.

Em 1804 o Senado deu o Império a Napoleão; a França, aliada à Espanha, estava em guerra contra a Inglaterra, que mais tarde aliou-se com a Áustria, Rússia e Suécia.

Em 1807, Napoleão decreta o agravamento do bloqueio continental, declarando inimigo qualquer navio que tocasse em portos ingleses.

2 — Portugal

Em 27 de outubro de 1807, Espanha e França, pelo Tratado de Fontainebleau, concordaram em dividir Portugal que não aderira ao bloqueio. Em 30 de novembro um Exército franco espanhol invadiu Portugal sob o comando de Junot. Nesse transe a família real decidiu abandonar Portugal e refugiar-se no Brasil, o que foi realizado com a ajuda de uma esquadra inglesa em novembro de 1807.

Com a retirada de forças espanholas para se oporem a Napoleão rebentou uma insurreição no Porto contra os franceses. A Junta Provisória de Governo dessa cidade decidiu pedir socorro a Inglaterra. Em rápida campanha as forças britânicas e portuguesas derrotaram os franceses. Em março de 1809 chegou a Lisboa o General Beresford para dirigir a defesa de Portugal.

3 — Espanha

Em 1808, Carlos IV e seu filho Fernando disputavam o poder. Napoleão atraiu-os a uma entrevista em Bayonna, sob pretexto de arbitrar esse conflito e os obrigou a abdicar, mantendo-os em seguida prisioneiros. Depois fez de seu irmão José Bonaparte, Rei de Espanha, apoiando essa decisão com um Exército que invadiu o país e abriu as portas de Madri ao novo Rei. O povo espanhol reagiu e em maio de 1808 rebentou uma insurreição em Madri, que obrigou a Murat a retirar-se para trás do rio Ebro. Mas, em julho, os franceses reconquistaram Madri.

Os espanhóis, porém, continuaram a luta. A Junta de Sevilha reorganizou o Governo, procurando manter sua influência nas Colônias para onde Napoleão despachara emissários com a incumbência de obter o reconhecimento de José Bonaparte.

Em maio de 1812 as Cortes espanholas promulgavam uma Constituição de fundo liberal.

As forças francesas foram-se esgotando em combates de pequena significação, durante os anos de 1812 e 1813, e se retiraram definitivamente da península em fevereiro de 1814. Em 11 de abril de 1814 Napoleão abdicou em Fontainebleau e Fernando VII foi reintegrado no trono espanhol.

Fernando VII revogou a Constituição de 1812 e se manteria no poder até 1833 para assistir à perda do Império Colonial Espanhol.

CAUSAS DA REVOLUÇÃO DE INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA HISPÂNICA

a) Causas essenciais

(1) Os ressentimentos criados pelos processos coloniais de Espanha, particularmente, os resultantes do:

— Exclusivismo no preenchimento dos cargos públicos, deixando a elite intelectual e econômica da Colônia relegada ao plano secundário.

— O monopólio comercial, sacrificando o progresso econômico da Colônia e empobrecendo o povo de modo geral.

— Os impostos extorsivos, denunciando o propósito de uma exploração sistemática e ampla do trabalho dos colonos em proveito da Metrópole.

— O arbítrio e os desregramentos de funcionários metropolitanos, agravando, em proveito próprio, a espoliação dos colonos pela Metrópole.

— Os privilégios concedidos aos espanhóis em detrimento dos sul-americanos.

— A desigualdade social, provocando choques entre espanhóis e “criolos”, entre estes e os índios, entre os índios e brancos, entre pobres e ricos, entre os padres e os grandes proprietários.

(2) O rompimento da clausura intelectual permitindo que ideias novas penetrassem nas classes mais cultas da população e criassem nelas a esperança de, pelo rompimento com a Metrópole, obterem condições de vida mais próspera e mais feliz, sendo de notar:

— As ideias sobre liberdade de comércio, inspiradas particularmente pela propaganda dos ingleses.

— As ideias sobre a organização democrática dos Governos, introduzidas por publicações francesas, por viajantes e "criolos" que foram estudar na Europa.

— Os projetos de reforma de políticos espanhóis como o do Conde de Aranda.

(3) A Independência dos Estados da América, apoiada pela Espanha, revelando a possibilidade de se conduzir na América Hispânica uma Revolução vitoriosa e de receber ajuda da Nação Norte-Americana.

(4) O desprestígio crescente da Espanha, desde muito tempo caudatária da política francesa e impotente para cuidar do progresso da Colônia e até mesmo do suprimento das populações coloniais a braços com deficiências de toda sorte.

(5) O crescente poderio da Inglaterra nos planos militares e econômicos, e seus propósitos de fomentar uma insurreição nas Colônias Hispano-Americanas, tendo em vista a criação de um amplo mercado consumidor para seu comércio.

b) Acidentais

(1) O desmoronamento do trono espanhol e a substituição do Rei por uma Junta de Governo, não apoiada pela teoria do direito divino, criando uma oportunidade excepcional para o desencadeamento do movimento emancipador, pois o proprietário da terra se desvinculara das Instituições Coloniais.

(2) As dissensões políticas na Espanha, a luta que sustentava contra os franceses, impedindo-a de tomar medidas para deter o movimento revolucionário na América.

(3) A ajuda de Napoleão aos insurretos, desde que se convenceu da impossibilidade de impor a autoridade de José Bonaparte nas Colônias Espanholas.

(4) A vitória dos colonos sobre os ingleses no Rio da Prata, mostrando-lhes, praticamente, a possibilidade de conduzirem uma luta vitoriosa contra a Espanha, interessando, particularmente, no Vice-Reinado do Rio da Prata.

VI — SISTEMAS DE GOVERNO PROPOSTOS PARA SUBSTITUIR O GOVERNO COLONIAL

Três sistemas de Governo surgiram no curso do processo histórico, que marcou a Independência das Repúblicas Hispano-americanas: a Monarquia Constitucional, inspirada pela Inglaterra; a República Liberal, organizada sob modelo norte-americano; a República Conservadora, imaginada por Bolívar.

a) Monarquia Constitucional

Muitos foram os líderes hispano-americanos que julgaram necessário estabelecer na América Espanhola uma Monarquia de caráter transitório, que servisse de escola de Governo e de Administração pública às elites e ao povo dos Vice-Reinados, julgados por eles como insuficientemente amadurecidos para enfrentarem as dificuldades decorrentes do funcionamento pleno de um Governo Republicano.

As tentativas de organização monárquica buscaram estruturar-se de duas formas: utilizando príncipes estrangeiros para ocuparem o trono, ou personagens americanos, descendentes dos antigos Imperadores, ou que se tivessem notabilizado, como foi o caso da Insinuação feita a Bolívar pelos generais que o serviam, para que se proclamasse Imperador, ao que ele respondeu dizendo: “Yo no soy Napoléon ni quiero serio; tampoco quiero imitar a César y menos a Iturbide. Tales ejemplos me pareceu indignos de mi gloria. El título de Libertador es superior a todos los que ha recebido ei orgullo humano”.

Entre os primeiros intentos se pode apontar os de Manuel Belgrano e Rivadavia, procurando trazer à América o Infante espanhol Francisco de Paula; o de San Martin, juntamente com os dois primeiros, para fazer o Duque de Orleans o Rei Constitucional de uma Monarquia que abrangeria o Chile e a Argentina; e o do Congresso argentino, em 1819, para atrair o Príncipe espanhol D. Carlos de Bourbon, sobrinho de Fernando VII.

Como exemplo do segundo intento, aponta-se a nomeação de Iturbide como imperador do México por poucos meses.

b) San Martin c as Ideias Monárquicas

San Martin estava convencido "dos males de governar a América por meio do povo" antes de assegurar-se a independência de cada Estado. No Peru fez grandes esforços para implantar uma Monarquia Constitucional e deu ao seu Governo, nesta região, orientação francamente monárquica, não sendo bem sucedido, pois os representantes do povo reagiram contra seus propósitos.

c) À República Conservadora de Bolívar

Bolívar tinha profunda formação liberal e não era partidário da implantação de monarquias na América, embora estivesse também convencido de que o povo ainda não tinha preparação suficiente para participar do funcionamento do sistema republicano.

Pensava Bolívar que a submissão de povos americanos a príncipes espanhóis seria restabelecer, sob outra forma, o regime colonial.

Reconhecia também que "O povo se engana facilmente; toma como realidades o que são puras ilusões; toma a licença por liberdade, a traição por patriotismo, a vingança por justiça".

Estava convencido, igualmente, de que a elite sul-americana não estava preparada, "Pela prática dos negócios públicos, a representar no cenário do mundo as eminentes dignidades de legisladores, magistrados, administradores, fazendeiros, diplomatas, generais e quantas autoridades supremas e subalternas formam a hierarquia do Estado organizado com regularidade". Esforçou-se, portanto, para encontrar uma forma de Governo bem adaptada às condições políticas e sociais existentes na América Espanhola, "distante das anarquias demagógicas e das tiranias monocráticas".

Imaginou, então, sua "República Conservadora", estruturada na "Constituição Vitalícia" que outorgou ao Peru e à Bolívia, com um Presidente vitalício e a participação limitada do povo no Governo, com a qual pretendia formar a "Federação dos Andes".

PRIMEIRO PERÍODO — DE 1808 A 1816

Marcado pela eclosão de movimentos locais, inspirados por seu individualismo exagerado e pela reação da Metrópole, restaurada em seu poder, a partir de 1814.

l. Vice-Reinado da Nova Espanha

Em 1808, governava o Vice-Reinado da Nova Espanha Dom José Iturrigaray. Com a abdicação de Carlos IV, seu filho Príncipe das Asturias subiu ao trono com o nome de Fernando VII. O Vice-Rei conseguiu ocultar essas notícias, mas não pôde fazer o mesmo com a abdicação de Fernando VII e sua virtual prisão, resultando na criação de Junta de Sevilha. Conhecendo esse fato, o Cabildo da cidade do México exigiu que o Vice-Rei criasse uma Junta para governar o Vice-Reinado do México, em oposição aos ouvidores da Audiência, que pretendiam manter o governo existente. O Vice-Rei, premido entre essas duas soluções, resolveu convocar uma reunião das Corporações para decidir afinal. Nessas circunstâncias, o Dr. Gabriel Yermo em combinação com os membros da Audiência depôs o Vice-Rei, na noite de 15 de setembro de 1808. O governo foi entregue, conforme a tradição, ao

Marechal D. Pedro Garibal sem condições para exercê-lo. Foi substituído, por ordem da Junta Central de Espanha, pelo arcebispo Lizana e, depois, pelo General Venegas.

Mal o Vice-Rei Venegas assumiu o governo, rebentou, em 15 de setembro de 1810, no povoado de Dolôres, uma revolução visando à completa independência do México de há muito em articulação em Queretaro no Norte do Vice-Reinado. Precipitou-se aos acontecimentos, um sacerdote de 63 anos de idade, Dom Miguel Hidalgo, que, no chamado "Grito de Dolôres", exigiu a independência do México, encontrando ampla repercussão nas povoações vizinhas. Agindo com rapidez, Hidalgo levantou um exército de 80.000 homens na maioria indígenas ressentidos, e marchou contra a capital do Vice-Reinado. O Vice-Rei não sabia o que fazer mas o clero se pronunciou contra Hidalgo, que foi excomungado e declarado herege.

O Vice-Rei, entretanto, reunira forças e decidiu-se a enfrentar Hidalgo em Lãs Cruces a uma jornada de marcha da cidade do México. Hidalgo atacou as forças espanholas e seus homens lançaram-se contra os canhões, procurando entupi-los com seus chapéus de palha. Foi derrotado e recuou. A situação do Vice-Rei, dispondo, apenas de 2.000 homens de linha, a hostilidade por parte da população mexicana era, porém, crítica. Certamente não poderia resistir aos 80.000 homens comandados por Hidalgo, embora mal organizados e pior armados. Mas este por falta de informações, ou porque não quisesse sacrificar os seus comandados, abandonou a ideia de atacar a capital e se dirigiu para o norte do Vice-Reinado.

As deserções se iniciaram, então, nas fileiras de Hidalgo e esfriou o entusiasmo revolucionário. Foi derrotado pelo brigadeiro Félix Maria Calleja em Acapulco, em l de novembro de 1810, refugiando-se em Guadalajara.

Em Guadalajara, Miguel Hidalgo desenvolveu grande atividade. Publicou o "El Libertador Americano" explicando as razões da revolução e organizou um Governo Provisório. Enviou emissários para pedir o apoio do governo dos Estados Unidos, construiu armas para suas tropas e elevou seus efetivos para 100.000 homens. Em Calderon, Calleja atacou-o com 6.000 homens bem organizados e armados e depois de uma luta de seis horas derrotou-o completamente. Submetido a juízo, Hidalgo e outros chefes foram fuzilados em agosto de 1811.

A insurreição fora vencida, mas não a revolução e D. José Maria Morellos, sacerdote como Hidalgo, muito mais hábil e sagaz do que ele, reergueu o estandarte da Virgem de Guadalupe.

Morellos, a fim de dar unidade ao comando da revolução, convocou um Congresso para se reunir em Chilpacingo e, em novembro de 1813, tomou as seguintes decisões: considerar rompida para sempre a dependência do México com o trono Espanhol e assumir a soberania nacional, baixando leis para regular a vida da Nação e estabelecer alianças com outros países. Às medidas militares, propostas por Morellos, causaram divergências e

rivalidades entre os chefes da revolução, enfraquecendo o Exército Revolucionário, que foi derrotado decisivamente em Peruaran. O prolongamento da guerra trazia inúmeros prejuízos ao governo espanhol e, em março de 1814, o Vice-Rei Venegas foi substituído por Calleja.

Entretanto, o Congresso, reunido, agora, em Apatizingán, promulgou em outubro de 1814, a primeira Constituição da República Mexicana. Essa Constituição reconhecia a soberania do povo, adotava um sistema representativo de governo, abolia os privilégios especiais, proclamava o fim da escravidão e criava um executivo constituído por três cidadãos.

Nesse mesmo ano, Fernando VII foi restaurado no trono espanhol e fortaleceu a sua autoridade. No ano seguinte, Morellos foi capturado pelos espanhóis e fuzilado pelas costas. No mesmo dia da execução, o Vice-Rei ofereceu anistia aos rebeldes que depusessem as armas e muitos insurretos, cansados de uma luta estéril, aceitaram o indulto oferecido.

A execução de Morellos e a anistia tiveram reflexos muito desfavoráveis na Revolução. O Congresso de Techuacan, dividido por rivalidades e ambições, foi dissolvido por um motim militar. Os chefes, divididos, continuaram, porém, operando como guerrilheiros. Fernando VII nomeou Vice-Rei do México o tenente-general da armada D. Juan Ruiz de Apodaca, que assumiu o governo, em 19 de novembro de 1816. Hábil e tolerante, prodigalizou indultos e foi sufocando com segurança e prudência os focos rebeldes, deixando-os circunscritos a limites muitos estreitos.

2. Capitania Geral da Guatemala

Em 1808, a Capitania Geral da Guatemala era governada pelo Marechal Antônio Gonzalez Mollinedo y Saravia, que vinha realizando uma administração eficiente e tolerante.

Os acontecimentos, ocorridos na Espanha, em 1808, tiveram pequena repercussão na Capitania que elegeu um representante na Corte.

Em 1811, o capitão-general Mollinedo foi substituído por José Bustamante y Guerra, já conhecido por seu caráter violento e autoritário. Os acontecimentos, que estavam ocorrendo no México, foram sendo conhecidos. O capitão-general foi recebido, friamente. Depois de assumir o governo passou a exercer dura fiscalização sobre os colonos e logo surgiram os primeiros sinais de agitação e descontentamento. Na província de São Salvador, governada pelo corregedor Antônio Gutierrez Ulloa, contra quem o povo nutria ódio, o presbítero Matias Delgado, doutor em leis e teologia, liderou uma insurreição, que rebentou, na noite de 11 de novembro de 1811, na cidade de São Salvador e depôs o Corregedor. Organizou-se uma junta de governo, que se pôs em contato com as povoações vizinhas, a fim de obter apoio e ajuda; este apoio foi negado e repelido pelas povoações que solidarizaram-se com o capitão-general. Os líderes da insurreição foram presos e enviados a Sevilha.

A agitação porém continuou e, em dezembro de 1811, foi a vez de León (Nicarágua) insurgir-se chefiada pelo bispo Garcia Perez. O Capitão-General José Bustamante, informado dos acontecimentos, Agiu com habilidade. Oficiou ao bispo, lamentando o ocorrido, mas louvando sua eleição e dando-lhe poderes plenos para restabelecer a ordem. O bispo, que, intimamente, não era revolucionário, se passou inteiramente para a causa real, abafando a insurreição.

Dias após, outro movimento eclodiu chefiado pelo alcaide de Granada (Nicarágua), João Arguello, que não teve, também, sucesso.

A esta insurreição seguiram-se manifestações em Honduras, na qual o povo de Tegucigalpa exigiu, de armas nas mãos, que os Alcaides fossem, exclusivamente, crioulos, sendo atendidos.

A Constituição de 1812, determinou que os capitães-generais fossem assessorados por uma Junta Provincial de cinco membros eleitos pelos Cabildos. A Constituição foi jurada na Guatemala pelo capitão-general Bustamante y Guerra, em 24 de setembro de 1812, e logo depois se iniciaram as eleições nos Cabildos, visando a eleger seus representantes na Junta. Logo se declarou o conflito entre o capitão-general e a Junta a qual representou, junto ao Conselho da Regência contra Bustamante. A representação não foi acolhida e o conflito descambou para a conspiração, que teve seu quartel-general no convento de Belém. A conspiração foi delatada e Bustamante mandou prender e submeter a processo os conspiradores. Fernando VII, reassumiu o governo, dissolveu o Conselho de Regência, prendeu seus membros e derrogou a constituição de 1812. Restabeleceu-se o poder absoluto de direito, na Espanha, e nas Colônias. Os patriotas da revolução foram presos e remetidos para Espanha.

3. Capitania Geral de Cuba

a. ilha de Cuba

A ocupação inglesa da ilha de Cuba, em 1762, durante a Guerra dos Sete Anos, abriu-lhe uma nova era. A Inglaterra introduziu o comércio livre e estimulou a produção. Ao voltar ao domínio da Espanha, em 1762, esta quis impor-lhe as restrições anteriores. Mas os colonos resistiram e a Espanha foi obrigada a abolir algumas delas, inclusive, permitindo a abertura de novos portos, e estimulando a produção agrícola.

Em 1808, governava a Capitania, João de Bassencourt, que realizava boa administração. Acolheu bem os colonos, vindos de São Domingos e Haiti, repartiu as terras e fomentou a agricultura, notadamente, a cultura de café. Uma manifestação separatista, ocorrida, em 1811, e uma insurreição dos negros, em 1812, foram prontamente sufocadas.

b. Ilha de São Domingos

(l) Antecedentes

Desde 1697, achava-se dividida entre franceses (parte oeste da ilha) e espanhóis (na parte leste).

A convocação dos Estados Gerais por Luiz XVI, na França, produziu na ilha de São Domingos, violenta comoção. Reuniram-se assembleias de colonos, que exigiam o direito de representação para os habitantes da ilha nos órgãos metropolitanos. Essas exigências encontraram acolhida favorável entre os revolucionários franceses, que se batiam pela abolição da escravatura. A declaração dos Direitos dos Homens, de 1789, teve na Colônia duplo efeito: para os negros escravizados foi o sinal de que chegara o momento de se tornarem livres e para os proprietários de escravos o indício de que se pretendia despojá-los de uma parte considerável de seus patrimônios.

A dissolução das Assembleias provinciais organizadas pelos colonos ocasionou várias manifestações de desagrado, inclusive a rebelião, chefiada pelo mulato Vicente Ogê, mas o governador manteve a ordem.

Em 15 de maio de 1791, a Assembleia Nacional Francesa decretou que todo os negros e mulatos residentes na Colônia tinham os mesmos direitos, que os franceses, tanto para votar, como para ser representado naquela Assembleia. A repercussão desse decreto em São Domingos, foi imensa. A população branca recusou cumprir as determinações da Assembleia e os negros se levantaram, na noite de 22 de agosto de 1791, e chacinaram todos os colonos brancos em Cabo Francês. A rebelião se alastrou e mais de 2.000 brancos foram assassinados. Os negros, porém, mal armados foram duramente dizimados. Um acordo entre colonos brancos e negros levou-os a depor as armas em troca do compromisso de terem representação nas Assembleias Provinciais controladas pelos brancos. Entrementes, a Assembleia Nacional Francesa informada desses acontecimentos, anulou sua decisão anterior e conferiu às Assembleias Províncias poderes para resolver as questões pendentes. Os negros, sentindo-se enganados, voltaram à luta com redobrado ardor. As cidades de Porto de São Luís e Porto Príncipe foram conquistadas e saqueadas e seus habitantes brancos foram assassinados, inclusive mulheres e crianças. Essa notícia causou em França, grande horror, mas a Assembleia Nacional, estimulada pelos revolucionários exaltados, decretou, em 28 de janeiro de 1792, que todos os negros e mulatos, deveriam entrar em gozo imediato de seus direitos políticos, organizando uma força de 8.000 homens, superintendida por Comissários para regularizar a situação nas Antilhas.

Os comissários franceses dissolveram a Assembleia colonial e constituíram uma Comissão de 12 membros, com igual número de brancos e pretos. Foi a vez dos colonos brancos protestarem e insurgirem-se.

Os Comissários chamaram os negros e os mulatos às armas. As

Milícias negras, sob o comando de Macaya, se apoderaram da cidade de Cabo Francês e massacraram todos os brancos que lá existiam. Os raros colonos brancos, que escaparam à matança, fugiram para os Estados Unidos e a Inglaterra. Os que se refugiaram na Inglaterra pediram ao governo Inglês, que ocupasse a Ilha de São Domingos e este atendeu à solicitação. Determinou ao governo da Jamaica, que ocupasse a ilha de São Domingos e recebesse a submissão dos colonos.

(2) intervenção Inglesa em São Domingos

Em setembro de 1793, os ingleses ocuparam parte da ilha mas os comissários franceses declararam os escravos livres e confiaram aos negros a defesa da ilha, regressando à França. Os negros escolheram, então, um antigo escravo, chamado Toussaint-Louverture, para chefiá-los. Os negros, sob o comando do líder escolhido, ofereceram dura e tenaz resistência, encontrando na febre amarela, que dizimava as fileiras inglesas, um poderoso aliado. A luta continuou por anos e os ingleses, não conseguindo firmar seu domínio na ilha, celebraram um acordo com Toussaint reconhecendo São Domingos, como nação independente e neutra e lhe entregava a área ocupada. Toussaint-Louverture assumiu o governo da ilha. como representante do Governo Francês e o exerceu com prudência e energia. Restituiu as propriedades aos colonos, manteve a liberdade dos escravos, fomentou as atividades agrícolas, reabriu as Igrejas e declarou o culto católico, religião do Estado, construiu edifícios e criou um exército de 60.000 homens, organizados e disciplinados. Reuniu uma Assembleia e lhe apresentou um projeto de Constituição, que foi aprovado e promulgado em l de junho de 1801. São Domingos permaneceu como Colônia da República Francesa, mas se regeu por leis próprias.

Entrementes pelo tratado de Basiléia, de 22 de junho de 1795, a Espanha renunciara em favor da França seus direitos à posse da parte da ilha, que lhe coubera, em virtude da paz de Riswick (1697). Inicialmente, não foi possível dar cumprimento a essa disposição do Tratado devido à guerra que lavrava na Colônia francesa. Mas, em 1801, as forças de Toussaint ocuparam as principais cidades espanholas de São Domingos, sendo acolhidos em toda parte, com grandes aclamações de seus habitantes.

(3) Intervenção de Napoleão Bonaparte

Napoleão Bonaparte, Primeiro Cônsul da República Francesa, não aprovou a decisão da Assembleia de São Domingos e resolveu restabelecer o pleno domínio francês na ilha.

Toussaint-Louverture estava, porém, alerta. A esquadra francesa foi recebida, hostilmente, em Cabo Francês em 2 de fevereiro de 1802 e Toussaint-Louverture proclamou a insurreição na ilha. O general Leclerc desembarcou, em Cabo Francês, numa cidade destruída e obteve a adesão de

alguns negros. Depois de alguns meses de luta proclamou o restabelecimento da escravatura na ilha. A resistência dos negros cresceu, mas novos reforços, chegados de França e a promessa de um governo livre produziram a deserção das fileiras dos rebeldes e Toussaint-Louverture, abandonado por quase todos rendeu-se, em l de maio de 1802.

Mas, com os calores do verão, a febre amarela recrudesceu, dizimando o Exército Francês. A agitação começou a se manifestar entre os negros. Leclerc, temendo que Toussaint-Louverture estivesse preparando uma insurreição, prendeu-o, inesperadamente, e o enviou para a França, onde morreu.

Informados da prisão de Toussaint-Louverture e de sua posterior ida para a França, os negros se insurgiram. O general Leclerc morreu, em novembro de 1802, vitimado pela febre amarela, sendo substituído pelo general Rochambeau, filho de um ilustre chefe da revolução nos Estados Unidos. A luta continuou em meio das maiores atrocidades. Os ingleses resolveram, apoiar os negros, então, chefiados por Jean Jaques Dessalines. Os franceses não podiam receber reforços da Metrópole e sofriam perdas terríveis, causadas pela guerra sem quartel e as enfermidades. Cercados, em São Domingos, pela Esquadra Inglesa, que bloqueava o porto, e pelo Exército negro, em terra, o general Rochambeau capitulou. Dos 35.000 homens, que a França enviara a São Domingos, regressaram somente 5.000.

(4) Independência do Haiti

Logo que os remanescentes do Exército Francês deixaram a ilha, foi proclamada, solenemente, em l de janeiro de 1804, a independência da nova República do Haiti. O general Jean Jaques Dessalines foi proclamado Presidente vitalício da República, em 8 de outubro de 1804, e se fez coroar Imperador, com o nome de Jaques I. Foi assassinado, em 1806, sobrevindo a guerra civil.

Dessalines tentara retomar a parte espanhola da ilha de S. Domingos, que continuava ocupada pelos franceses e governada pelo general Scovard, mas não obteve êxito.

O general Ferrand, apoiado pelos Hispano-Dominicanos permaneceu no governo da ilha, realizando uma administração construtiva, até 1808.

(5) Período de 1808-1816

Quando Napoleão invadiu a Espanha, em 1808, os hispano dominicanos marcharam contra a cidade de São Domingos para expulsar os Franceses da ilha. Auxiliados pela República do Haiti e Porto Rico derrotaram as forças do general Ferrand, em l de novembro de 1808. Seu sucessor, o general Dubarquier, continuou resistindo, até 1809, quando capitulou frente aos hispano-dominicanos, agora apoiados pelos ingleses.

Entrementes, em Haiti, continuava a guerra civil. Alexandre Petion,

chefe de uma das facções, se estabeleceu, em Porto Príncipe. Outra liderada por Cristophe se organizou na antiga capital Cabo Francês, agora Cabo Haitiano. Cristophe proclamou-se Rei, com o nome de Henrique I, em 1811.

c. Ilha de Porto Rico

A ilha sofreu vários ataques dos ingleses, durante a guerra da Espanha e a Inglaterra (1796-1802), mas conseguiu repeli-los e manteve-se nela a soberania espanhola. No período de 1808-1816, nada mais de anormal ocorreu.

4. VENEZUELA E VICE-REINADO DE NOVA GRANADA

a. Os pródromos da Revolução

A atuação de Napoleão, na Europa, veio dar novo impulso aos acontecimentos. O povo repudiou a traição de Bayone e várias Juntas foram criadas para governar enquanto durasse o cativeiro de Fernando.

Em 1808, um oficial francês levou a Caracas a notícia da investidura de José Bonaparte ao trono espanhol e pediu a adesão da Capitania ao novo Rei.

Mas os venezuelanos o repeliram aos gritos de “Viva Fernando VII” e o Capitão-General, embora desejasse submeter-se aos franceses organizou uma junta de Governo, que prestou obediência a Fernando VII. Formaram-se, então, na Venezuela, três correntes de opinião: a que aceitava a investidura de José Bonaparte; a que se conservava fiel a Fernando VII e a que desejava a Independência completa da Capitania.

b. A Revolução na Venezuela

Em maio de 1809, foi nomeado como Capitão-General Emparam, que promoveu muitas prisões e medidas de repressão, provocando grande agitação na massa popular.

Chega na Venezuela a notícia da transferência da Junta de Sevilha para Cadiz, e a possibilidade da queda desta cidade sob o jugo francês. Aproveitando o ensejo, os conspiradores entram em ação; Emparam foi deposto e, em seu lugar, foi empossado um governo escolhido pelo povo.

A aceitação do novo governo não foi unânime, pois as Províncias dê Coro e Maracaibo não o reconheceram. A Junta, que se instalou resolveu combater as Províncias dissidentes e enviar a Londres e aos Estados Unidos, delegações para pedir a estes governos proteção e apoio. Por sua vez a Regência espanhola declarou os venezuelanos rebeldes e bloqueou os portos da Venezuela. As delegações enviadas em busca de apoio nada conseguiram; Bolívar, apesar de toda a sua veemência não obteve da Inglaterra o reconhecimento do novo governo venezuelano. A Junta de Caracas convocou uma Assembleia que, em 5 de julho de 1811, proclamou as Províncias Unidas

da Venezuela livres de toda sujeição, adotando a forma Republicana Federativa.

Entrementes, os realistas tinham recebido reforços e iniciaram então as operações contra os patriotas, comandados por Miranda. O terremoto de março de 1812, pelos prejuízos que causou e o pânico que levou às fileiras patriotas e a insurreição na fortaleza de Puerto Cabello, confiada a Bolívar, foram fatais à Revolução.

A capitulação dos venezuelanos foi firmada em 25 de julho de 1812; a primeira república venezuelana durara pouco mais de um ano. Bolívar asilou-se na vizinha ilha de Curaçau, então colônia britânica.

c. À Revolução em Nova Granada

Desde o início o impulso revolucionário tomara grande vulto na Nova Granada. Em 1809, o povo de Bogotá exigiu a organização de uma Junta, depondo o Vice-Rei. O movimento foi logo imitado pelas demais províncias que organizaram Governo próprio.

Cedo, entretanto, começaram as divergências entre as províncias, devido às questões do sistema de governo. A Junta de Bogotá, vendo que a maioria das províncias se pronunciava pelo governo federativo, resolve promulgar uma Constituição para o Estado de Cundinamarca que conservava o princípio monárquico, pois reconhecia Fernando VII como Rei, desde que viesse a Bogotá.

Em Cartagena, o povo rebelado declarou a independência completa da província adotando a forma republicana. A situação de Quito era, entretanto, séria. Apoiados por forças reais vindas do Peru, os espanhóis derrotaram completamente os patriotas. A Revolução fora vencida em Quito. Continuava, porém, na Nova Granada embora os realistas dominassem algumas províncias como a de Santa Marta, vital para a navegação no rio Madalena e do qual dependia Cartagena, a mais importante base dos patriotas.

d. À Campanha admirável de Bolívar (1813)

Neste momento de dúvidas e incertezas, Simon Bolívar chega a Cartagena e oferece seus serviços à Junta Revolucionária.

Desembarcando em Cartagena, em setembro de 1812, Bolívar publicou seu famoso "Manifesto de Cartagena", em que analisa a primeira fase da Revolução, apontando seus erros e concitando os Neogranadinos a restaurar a República, que ali se fundara, como condição indispensável ao êxito da causa comum. Nesse documento se declarou, frontalmente, contra o sistema federal e apontou a fraqueza do Governo, provocada pelas dissensões internas, a superstição e a ignorância do povo, a ausência de um exército organizado, como as causas principais da derrota dos patriotas em 1812.

Atirou-se à luta sem desfalecimento e, em pouco tempo, consolidou a

influência de Cartagena, limpou o Vale do Madalena e fechou a fronteira da Nova Granada a um ataque realista vindo da Venezuela. Do Governo de Cartagena obteve autorização para realizar a campanha na Venezuela.

Em maio de 1813, à frente de l .000 homens, Bolívar iniciou sua campanha na Venezuela e, à proporção que ia penetrando em território venezuelano, novas adesões ia recebendo, aumentando seu exército. Em agosto do mesmo ano entra triunfalmente em Caracas, pondo, assim, termo a sua primeira campanha. Percorrera 1.200 quilômetros, derrotara e perseguira cinco exércitos espanhóis, fora vitorioso em seis grandes batalhas, libertara o oeste da Venezuela. Os espanhóis mantinham as planícies do Orenoco e Puerto Cabello, onde recebiam por mar os recursos de que necessitavam.

e. Derrota dos patriotas

Bolívar, solicitado por vários problemas de natureza política, não se descuidou da grave situação militar. Esta não era boa pois os realistas aumentavam seus efetivos à custa do alistamento forçado e de reforços recebidos pelo mar. Embora obtivesse a esplêndida vitória de Carabobo (maio de 1814), Bolívar sofreu derrotas que o obrigaram a evacuar Caracas em julho do mesmo ano. Apesar de os patriotas terem lutado denodadamente foram completamente batidos e apenas Bolívar e uns poucos mais conseguiram sobreviver.

No dia 7 de setembro, Bolívar embarcou para Curaçau e, de lá, para Cartagena. Durante meses continuou a carnificina na Venezuela, à qual poucos patriotas escaparam. Mais uma vez triunfaram as forças realistas na Venezuela.

f. À Guerra Civil cm Nova Granada

Enquanto se passavam esses fatos na Venezuela, a guerra civil lavrava na Cundinamarca entre federalistas e unitaristas. Em janeiro de 1813, os federais foram completamente vencidos e a Cundinamarca, desligou-se da Federação e declarou sua independência da Espanha.

Entrementes, a situação mudara na Europa. Napoleão fora batido, seu irmão afastado do trono da Espanha e Fernando VII, deixou de ser prisioneiro para reocupá-lo. A notícia da restauração de Fernando VII, em 1815, intensificou o desejo dos patriotas de reunirem suas forças sob um governo federal. Bolívar recebeu a missão de submeter o governo da Cundinamarca, obtendo êxito. O governo confiou, então, a Bolívar a missão de destruir os realistas espanhóis. Bolívar não conseguiu conquistar Santa Marta, pois não contou com o auxílio de Cartagena.

Acreditando que era necessária a união de todos os patriotas para conjurar o perigo e que sua presença somente contribuía para aumentar os males, Bolívar embarca para a Jamaica. Ao

terminar o ano de 1815, toda a esperança de liberdade parecia estar afastada para a Venezuela, Nova Granada e Quito. O poder real fora restaurado por Morillo.

5. CHILE

A inquietação nesta província começara ao mesmo tempo que no Prata, isto é, em 1808. No dia 25 de maio de 1810, os chilenos depõem as autoridades espanholas e organizam uma Junta. Os seus integrantes "não se entendem e, em setembro de 1811, os liberais depõem a Junta e confiam o governo a Carrera que se proclama chefe ditatorial e estabelece uma constituição republicana.

O Vice-Rei do Peru sentindo que os acontecimentos no Chile tomavam rumo perigoso, decidiu intervir. Inicialmente as tropas realistas sofreram derrotas mas, em face das dissensões nas hostes patriotas, impõem a derrota definitiva em Rancaguá (outubro de 1814).

Carrera e O'Higgins, depois de longa e penosa retirada, refugiam-se em Mendosa, onde se achava o Coronel San Martin. Estava vencida a Revolução no Chile.

6. VICE-REINADO DO PERU

Até 1814 nada houvera de realmente ameaçador no Vice-reinado do Peru, que forneceu tropas e recursos para combater a Revolução no Chile, em Quito e no Vice-Reinado do Prata.

Em Cuzco no ano de 1814 estalou um levante, chefiado por um militar conceituado de origem indígena, Pumacahuá. A revolta se estendeu rapidamente a Arequipai e La Paz, mas foi sufocada pelo General Penzuela,

7. BRASIL

a. A vinda de D. João VI

O Brasil deixou de ser colônia em 1808. Transformado em sede da monarquia portuguesa, com seus portos abertos ao comércio internacional e com a liberdade de indústria assegurada, pode o Brasil ser considerado país independente a partir dessa data, ligado ainda à antiga metrópole por tênues laços, facilmente removíveis.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil “veio dar à nossa emancipação política um caráter que a singulariza no conjunto do processo histórico da independência das colônias americanas. Todas elas, mais ou menos pela mesma época, romperam os laços de subordinação que as prendiam às nações do velho mundo. Mas, enquanto nas demais a separação é violenta e se resolve nos campos de batalha, no Brasil é o próprio governo metropolitano que, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que faziam da colônia a sede da monarquia, quem vai paradoxalmente lançar as

bases da autonomia brasileira".

Politicamente, o Brasil tornou-se a sede da monarquia portuguesa, auferindo toda a sorte de vantagens em sua nova situação. Além disso, dadas as condições em que se efetuou a viagem da corte portuguesa para a América, houve propriamente, mais que uma simples mudança de um grupo de privilegiados, a mudança de Estado, o que tornou indispensável a criação e funcionamento no Rio de Janeiro dos órgãos da administração pública e que existiam em Lisboa, daí resultando o rápido aparelhamento do Brasil para a vida de nação autônoma.

Finalmente, quando em 1815 foi o Brasil elevado à categoria de Reino, completava-se a denominada 'Inversão Brasileira", feliz designação proposta por Silvio Romero para as novas e antagônicas condições em que ficaram situados Portugal e sua ex-colônia, a última em situação superior à sua antiga metrópole.

Duas medidas determinaram profunda modificação nas condições do Brasil: a Carta Regia de Abertura dos Portos e o Alvará da liberdade industrial. A Carta Regia foi assinada na Bahia por inspiração do notável José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairú, mas não deve ficar esquecido de que a abertura dos portos representava o único modo de Portugal continuar mantendo comércio marítimo e que constituía também insistente reivindicação britânica. Pela mesma estabelecia-se que eram admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas por navios portugueses ou de nações amigas, mediante o imposto de 24% sobre o valor de venda dos mesmos; excetuavam-se o pau-brasil e outros produtos notoriamente estancados, os quais não podiam ser objeto de comércio.

Com a Carta de 28 de janeiro — base de nossa autonomia econômica, da qual decorre a independência política, aumentou extraordinariamente o movimento de nossos portos, onde se estabeleceram muitos estrangeiros, especialmente ingleses.

O ato de 1º de abril de 1808, pelo qual ficou revogado o alvará escravizador de 5 de janeiro de 1787, que não permitia no Brasil a existência de fábricas e indústrias, constituiu outro passo importante para o progresso geral do país, deste modo habilitado a manufaturar seus produtos nativos, e vendê-los aos compradores que maiores preços ofertassem.

Portugal perdeu não somente o monopólio mas a primazia dos negócios brasileiros... Tínhamos melhor freguês: a Inglaterra. Desapareceu Lisboa, como porto intermediário, e as relações se estabeleceram entre os do Brasil e Londres, agora a bolsa comum dos produtos tropicais.

Não admira duplicassem estes de valor num ano. "Os navios, numerosos que vinham com as mercadorias da Europa, tinham de voltar com as do país, e as arrecadavam com o preço exagerado pela procura. Ao contrário, o atropelo da oferta, de quantas quinquilharias chegaram d'além

mar, ainda sem interesse para o modesto comprador, aí desvalorizou em contraste com a alta das matérias-primas elevadas na viagem de retorno Barateou-se, em consequência, o que era estrangeiro e sobrava, em proveito das coisas da terra, escassas e úteis. Enriqueceram agricultores, fazendeiros, os tropeiros que traziam as mulas cargueiras do interior para o litoral, transportando algodão e café, e esse dinheiro abundante se dissolveu nas exigências e requintes da vida urbana".

Agricultura e pecuária, mercê do livre intercâmbio comercial também apresentaram índices de extraordinário progresso, sendo de notar que o governo regencial enfrentou dois problemas ligados às atividades econômicas acima referidas: o da abertura e melhoramentos das poucas estradas existentes e o do tráfego de escravos africanos indispensáveis aos trabalhos da terra.

Em consequência da liberdade da indústria, abriram-se fábricas e oficinas em ritmo acelerado, deixando assim o Brasil de ser apenas o fornecedor de seus produtos tropicais para dar início efetivo aos trabalhos compensadores das indústrias, entre os quais fábricas de tecidos de algodão ocuparam, desde logo, lugar de destaque. Também começaram no período regencial de D. João as atividades siderúrgicas no país, com a construção da fábrica de ferro do morro do Pilar, em Minas Gerais (1808).

Por todos esses fatos, é lícito afirmar-se que o Príncipe D. João possibilitou ao Brasil os primeiros passos decisivos no sentido de sua independência completa e efetiva, com a fixação, voluntária ou inconsciente, das condições econômicas, políticas e sociais indispensáveis ao aparelhamento do país em sua nova fase de nação independente.

Aspectos prejudiciais da regência de D. João foram os privilégios de várias espécies concedidos aos ingleses, e os empregos ofertados à multidão de refugiados que acompanhou a corte em 1808, empregos quase todos sem utilidade para os serviços públicos.

A Inglaterra, por força dos tratados comerciais de 1810, adquiriu situação em extremo privilegiada, pois já fora a principal favorecida com a abertura dos portos.

As cláusulas dos tratados eram-lhe tão favoráveis que as mercadorias inglesas pagavam 15% de direitos no Brasil, ao passo que as portuguesas pagavam 16% e as demais nações 24%. Além disso, os tratados asseguravam aos interesses britânicos aqui, uma justiça de exceção, o Juízo da Conservatória dos Ingleses, cujos componentes eram escolhidos pelos comerciantes dessa mesma nacionalidade.

b. Repercussão nas Forças Armadas

Fugindo à invasão napoleônica, D. João, na presunção de que a guerra se propagaria à América, sentiu a necessidade de reorganizar e revitalizar seus meios militares para enfrentar essa ameaça. Além disso, tinha uma

política externa a executar na América. De um lado, tendia levar seu domínio à Guiana Francesa, atacando o inimigo onde lhe era possível fazê-lo. De outro, não lhe escapavam as possibilidades de consolidar a situação conquistada, em 1801, e levar a fronteira da colônia até seu limite natural, o estuário do Prata.

A criação da Academia Real Militar, com a finalidade de formar oficiais para o Exército, e o lançamento, no Brasil, dos órgãos constitutivos da Marinha brasileira, foram os fundamentos de uma Força Armada de âmbito nacional. Não era ainda brasileira, pois, nela se contavam muitos oficiais portugueses, mas já eram nacionais na sua unidade, no seu comando e na sua função.

c. Política externa...

De maneira geral, a política externa de D. João manteve-se fiel à orientação dos governos portugueses anteriores, devendo ser notado que, em seu período governamental, foi efetivado o velho sonho luso de estabelecer o limite sul do Brasil no rio da Prata.

D. João determinou a realização de duas conquistas territoriais, que foram mais tarde objeto de restituição: a Guiana Francesa, em 1809, em represália à atitude de Napoleão, e a denominada Banda Oriental.

d. Conclusões

Ao chegar ao Brasil, D. João VI encontrava a Colônia em pleno processo de desintegração político-administrativa. O poder político estava pulverizado, senão dissolvido, mercê das influências dos fatores geográficos, econômicos, sociais e militares. O Governo Geral do Vice-Rei, instalado no Rio de Janeiro, sem nenhuma autoridade de fato sobre os Capitães Generais, era uma ficção. A própria autoridade dos Capitães Generais não se exercia, de fato, além dos limites da sede do Governo, pois o que dominava no interior das Capitanias era a prepotência e o arbítrio dos grandes senhores latifundiários organizados politicamente nos Senados das Câmaras, e sem anuência de quem não era possível viver e muito menos administrar.

A instalação da Corte no Rio de Janeiro teve como consequência imediata a vivificação do poder real e a unificação do Governo, até então descentralizado, de fato, política e administrativamente. Os Capitães Generais passaram a ligar-se diretamente à Corte, que por sua vez se aparelhou para dirigi-los no exercício dos Governos regionais e locais. Por sua vez, os grandes senhores, tocados pelo prestígio da realeza, pela consciência da necessidade de protegê-la naquele transe difícil, pelos benefícios das primeiras reformas, introduzidas na vida colonial, acorreram à Corte para prestar vassalagem ao Regente, para revigorar o juramento de suas fidelidades ao trono que representava. Abriram como que um crédito de confiança ao poder real esperando que promovesse sincera e

devotadamente o progresso geral da Colônia e o bem-estar de todos.

Apoiado nessa força, o Governo se consolidou, a autoridade real se revigorou, estruturou-se de fato e de direito a unidade política, que fora uma diretriz do Governo Colonial desde a fundação do Governo Geral mas que jamais se exercitara com eficiência dadas as dificuldades, que não pudera vencer.

Por outro lado, aquele Exército miliciano, dividido e repartido pelas Capitanias Gerais, como Exércitos particulares do Capitão-General, se unificara também, obediente agora a uma chefia suprema e penetrado por um espírito profissional, que sucessivas reformas lhe foram comunicando. Paulatinamente se fora transformando num Exército Nacional e, como tal, apto a cumprir missões entrosadas em diretrizes políticas nacionais no plano interno, como no externo. Ao seu lado criara-se, também, uma Marinha Colonial, até então inexistente e que multiplicava a capacidade de intervenção da Força Terrestre, em virtude do transporte marítimo que lhe podia proporcionar.

O Governo do Príncipe Regente, em que pese sua curta duração, unificando o Governo Colonial, revigorando a autoridade real, logrando o apoio dos grandes senhores rurais, afastara os elementos que mais de perto ameaçavam a unidade colonial. Lançou portanto, os fundamentos da unidade brasileira.

Por outro lado, criando os órgãos de cúpula de um Governo Nacional, fomentando a economia da Colônia, alargando as bases de sua circulação política e social, proporcionando experiência de administração e de governo a nacionais e brasileiros, estava aplainando o caminho da Independência do Brasil e o advento de um Governo Brasileiro capaz de conduzir a unidade brasileira íntegra, através da fase de transição, que se aproximava velozmente, carregada de imponderáveis e de dificuldades de toda sorte.

Durante trezentos anos de um Governo Colonial, que só enxergava seus interesses, a unidade brasileira caminhara rápida e inexoravelmente para a desintegração. Um acontecimento imprevisível e feliz fizera do Brasil a sede da monarquia. Quatorze anos de sua permanência no Brasil seriam suficientes para afastar os mais ativos elementos desagregadores, preparar o advento da independência sem efusão de sangue e possibilitar a defesa da unidade do Brasil nos dias difíceis de sua organização econômica, política e social como Nação soberana.

8. VICE-REINADO DO PRATA

a. A Revolução de 25 de maio de 1810

Desde a deposição de Fernando VII, dois partidos se delineavam no Prata: o espanhol, chefiado por Elio, governador de Montevidéu, e o de Buenos Aires, de caráter americanista, capitaneado por alguns homens

resolutos e de inteligência. O mal-estar resultante foi habilmente explorado pelos nacionais e a ocasião surgiu com a notícia do predomínio francês na Espanha. No dia 25 de maio de 1810, o povo exigiu a renúncia do Vice-Rei e o governo foi confiado a uma Junta chefiada por Saavedra. Embora legalista, na aparência, essa junta tinha como desígnio fazer a independência do Vice-Reinado.

b. Buenos Aires tenta submeter as Províncias

A ação da Junta exerceu-se sobretudo em dois sentidos combater as tentativas de contrarrevolução fomentadas pelo elemento espanhol e promover a submissão das diversas províncias cuja reunião constituía o antigo Vice-Reinado.

A expedição enviada ao Paraguai, sob o comando de Belgrano, não pôde resistir às manobras do governador, Velasco, que a derrotou em Paraguari e Taquari. (Mar de 1811).

No Alto Peru, as forças de B. Aires conseguiram esplêndida grano, não pôde resistir às manobras do governador, Velasco, nhola de se unirem os realistas do Alto Peru com os seus correligionários concentrados com Elio em Montevidéu. Desde Fevereiro de 1811, Elio havia declarado guerra aos patriotas de Buenos. Aires embora tivesse irrompido uma insurreição na campanha articulada por Artigas.

Para reforçar os patriotas uruguaios, partiram de Buenos Aires os remanescentes das forças de Belgrano, cerrando-se o sítio de Montevidéo.

Os espanhóis, encurralados na praça, apelaram então, para D. João VI, solicitando sua ajuda apoiados por D. Carlota Joaquina (Jun de 1811).

O insucesso na empresa de dilatação do território submetido à Junta de Buenos Aires abalara sua autoridade e dissentimentos surgiram entre seus membros acusados pela população de pusilanimidade e incompetência-Criou-se um Triunvirato executivo, a antiga Junta como Poder Legislativo (1811).

c. À Independência do Paraguai

O Paraguai era a única província onde não tinha tido eco o movimento de Buenos Aires, o que se deve atribuir a duas coisas: o estado moral das populações, incultas e fanatizadas e a moderação e o acerto com que exercia o poder o governador Velasco.

Durante as conferências realizadas, para a capitulação dos portenhos, Belgrano conseguiu influir vivamente no espírito dos chefes paraguaios, Yegros e Cabanas.

Tem início, então, em Assunção a propaganda das ideias de independência, ressaltando a necessidade de mudança do governo. Uma conspiração, chefiada por Yegros, depõe o governador, que, sem elementos, não tenta resistir.

Foi organizada uma Junta com três membros: D. Pedro Juan Caballero, Yegros e Dr. Francia e, em 20 de junho de 1811, foi declarada a Independência do Paraguai não só da Espanha mas, ainda, do governo de Buenos Aires.

Após algum tempo, o Dr. Francia consegue alijar os dois outros membros e tornar-se ditador.

d. Intervenção do Brasil na Banda Oriental

(1) Os interesses em Montevidéu

Seis políticas inconciliáveis disputavam a primazia na foz do Prata: a de Buenos Aires, a de Espanha, a de D. Carlota Joaquina a da Inglaterra, a de Artigas e a de D. João VI. Buenos Aires, como já vimos, pretendia a absorção de Montevidéu, expulsando os realistas de lá para depois incorporá-la como parte da reconstituição do Vice-Reinado do Prata.

A Espanha procura ter, em Montevidéu, um ponto partida para a contrarrevolução e obter a supremacia perdida.

D. Carlota Joaquina alimentava a esperança de se fazer regente dos domínios espanhóis na América e a perda de Montevidéu seria o golpe de morte nas suas pretensões.

A política inglesa se orienta em três sentidos: enfraquecer a Espanha, pelo apoio à rebelião independentista; refrear as ambições portuguesas e de D. Carlota, sobre o estuário; estabelecer aí uma base para a garantia de seu comércio.

Em todo o complexo choque de interesses políticos no Prata, Artigas foi o único que manteve, do princípio ao fim, atitude clara e definida. Os seus princípios políticos podem ser resumidos: no federalismo e na independência incondicional, contrapostos ao unitarismo e a submissão ao estrangeiro, por parte de Buenos Aires.

Analisando a atitude de D. João em relação ao Prata, não obstante todos os seus meneios, tortuosidades e contemporizações, mau grado todos os seus avanços e recuos e apesar da pressão política e econômica que lhe fazia Londres, por intermédio de seu embaixador no Rio, Lord Strangford, sempre manteve fixa suas vistas na margem do estuário, aonde pensava levar os lindes de sua vasta colônia sul-americana. Ludibriando a esposa, negociando com Buenos Aires e esquivando-se da Inglaterra, vai coroar o seu objetivo com o tratado de 1821, que anexou ao Brasil a Banda Oriental do Uruguai sob o nome de Província Cisplatina.

Desta forma, realizava Portugal um programa traçado havia três longos séculos.

(2) A intervenção de Diogo de Souza

As operações que estavam sendo realizadas na Província de Montevidéu ameaçavam as fronteiras brasileiras, tanto mais por não se saber, precisamente, onde estas passavam. Em vista desta situação, D. João VI, instigado por D. Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, resolveu intervir.

Um exército, denominado Pacificador, ao comando de Dom Diogo de Souza, invadiu o Uruguai, até Maldonado, quando foi surpreendido com as notícias de reconciliação de sitiados e sitiantes (Out de 1811). Tal acordo parece ter sido fruto de interferência da Inglaterra, explorando o receio dos dois contendores sobre as verdadeiras intenções de Dom João VI e, particularmente, devido ao desastre que sofreram as forças de Buenos Aires no Alto Peru, em Huaqui.

Artigas não concordou com o Armistício e abandonou a região, retirando-se para Auí, na província de Entre-Rios.

D. Diogo de Souza entrou em entendimentos com as autoridades de Montevidéu e de B. Aires, exigindo delas que reconhecessem "o desinteresse, a dignidade e justiça de Sua Alteza Real".

Em 27 de maio de 1812, por exigência do Governo Brasileiro, foi assinada, em Buenos Aires, uma convenção de Armistício Ilimitado entre os beligerantes pela qual se comprometiam a não abrir luta sem que houvesse prévio aviso de três meses, o reconhecimento do Rio da Prata e Paraná, como limite entre a Província de Buenos Aires e a Banda Oriental. Esse ato constituiu o primeiro passo para fazer do Uruguai um Estado Tampão, embora não tenha sido ratificado.

A intervenção do Brasil no Prata não teve consequências imediatas, mas criou um ambiente para nova investida em 1816. Para Montevidéu representou uma trégua que lhe permitiu reunir novos elementos para resistência. Para os partidários de Artigas deu a medida das intenções da Junta de Buenos Aires, mais interessada na preservação de seus privilégios econômicos, do que na Independência das Províncias. Para os ingleses permanecia aberta a possibilidade de instalar uma Base Naval no Prata. Para a Espanha era um foco de resistência a reforçar. Portugal aguardaria nova oportunidade.

e. A atuação de Artigas

Artigas, refugiado em Auí, estreitou suas relações com os Caudilhos de Entre-Rios e Corrientes, estendendo sua influência às Missões Orientais e Ocidentais e a Córdoba.

Antes mesmo que o Exército de D. Diogo de Souza, se retirasse do Uruguai, os platinos iniciaram nova campanha contra Montevidéu, cercando-a. Artigas, que cooperava no cerco, reuniu em Fev de 1813 o Primeiro Congresso Nacional do Uruguai. Seus Deputados foram enviados à Assembleia Constituinte que se instalara em Buenos Aires e levavam

instruções para pedirem “a declaração da Independência absoluta das Colônias” e de sustentar que “a Província Oriental conservaria a sua soberania, liberdade e independência”. Com a recusa de Buenos Aires de receber os deputados orientais na Assembleia, Artigas teve a medida das intenções dos unitaristas platinos. Abandonou o sítio de Montevidéu, refugiando-se na Campanha e sublevando as províncias de Corrientes, Entre-Rios, Santa Fé e Córdoba.

Era o início da luta entre os Unitários de Buenos Aires que aspiravam suceder a Espanha no Governo do Vice-Reinado e os Federalistas que defendiam as autonomias locais e desejavam assegurar melhores condições de vida para as populações do interior, mediante igualdade de direitos com as de Buenos Aires, através de uma República Federal. Buenos Aires, sentindo-se ameaçada pelo movimento federalista das Províncias, centralizou ainda mais o Governo, substituindo o Triunvirato pelo Diretor Supremo D. Gervasio Antônio Posadas.

Posadas, ante o impacto de novas derrotas no Alto Peru, decidiu fazer um decisivo esforço para se apoderar de Montevidéu, a fim de eliminar uma das frentes de sua luta com os espanhóis. Em Jun de 1814 os platinos entravam na cidade, ocupando-a em nome de Buenos Aires.

Alvear, que havia substituído Posadas no cargo de Diretor Supremo, procura harmonizar-se com Artigas e entrega-lhe a cidade de Montevidéu. Estava Artigas no apogeu de seus sonhos de realizar o “Grande Uruguai” e, em maio, deu forma definitiva à “Liga Federal”, que compreendia sob forma federativa as Províncias da Banda Oriental. Entre-Rios, Corrientes, Santa Fé, Córdoba e as Missões Orientais e Ocidentais.

Enquanto isso, os chefes platinos não esmoreciam em seus esforços unitários e, para realizá-los, mandaram, sem sucesso, emissários à Europa em busca de um príncipe de sangue real que quisesse governar a Monarquia platina.

Por seu turno, Artigas atingira o fastígio; repelido, por Buenos Aires, em suas propostas federalistas, derrotou as forças portenhas enviadas para submetê-lo. Foi quando cometeu, por ter perdido o senso exato da realidade, a imprudência de atacar as 7 Missões do Rio Grande já incorporadas ao Brasil (1816). O revide luso-brasileiro não tardou.

f. A luta no alto Peru

Depois da vitória de Suipacha (Mai de 1811), o exército portenho sofreu a fragorosa derrota imposta por Goyeneche em Huaqui (Jun), obrigando-o a retrair até Jujuy. Nos anos seguintes, a luta teve alternativas até as derrotas contundentes impostas aos portenhos em Vilcapujio e Ayouma (Nov de 1813) pelo General Penzuela.

Em dezembro de 1813, San Martin foi nomeado comandante do exército do Alto Peru. Convencido de que as operações conduzidas contra o

Peru, por aquela direção, não teriam resultados satisfatórios, pediu e obteve sua substituição.

Após isso, as operações no Alto Peru entraram em ritmo lento, sustentadas por caudilhos.

g. À evolução dos acontecimentos políticos

O problema da organização política das Províncias Unidas do Rio da Prata foi trabalhado por duas forças divididas e antagônicas: o desígnio de Buenos Aires de manter os privilégios que lhe asseguravam sua posição geográfica e a condição de sede do Vice-Reinado e o sentimento autonomista das Províncias do interior. Esse propósito político de Buenos Aires levou seus líderes a pensar numa forma institucional capaz de preservar a unidade do Estado que se constituísse nas bases físicas do Vice-reinado, sob a liderança da cidade portuária. Seus líderes eram pois unitaristas fosse sob forma republicana, monárquica e até mesmo sob a proteção de outra Nação, exceto a Espanha. As Províncias do interior, diversificadas por contingências de ordem social e econômica, se sentiam enclausuradas pela influência do estuário, dominado por Buenos Aires. Desejavam manter suas liberdades isoladas ou no quadro das bases territoriais do Vice-Reinado. Eram, pois, Federalistas e mesmo separatistas se não se pudesse efetivar a fórmula federal.

Mas, tanto em Buenos Aires, como nas províncias do interior, as forças revolucionárias estavam divididas por tendências diversas. A Província de Buenos Aires tinha uma população dispersa, libertária, espalhada na campanha, de que a cidade portuária era centro e em completo antagonismo com a população culta e civilizada que lá vivia. A primeira representava os homens necessários à constituição da força militar para submeter as províncias do interior, a segunda o poder econômico indispensável para armá-las e mantê-las. Enquanto a campanha e a cidade não se entendessem, não cooperassem, os líderes de Buenos Aires não teriam elementos para se imporem aos chefes políticos e caudilhos do interior.

As províncias do interior tinham homens, mas não tinham •dinheiro para armá-los. Apelaram, então, para os caudilhos, chefes de bandos armados, que vagavam pela campanha, entregues ao comércio de couro, sem nenhuma educação política, sem sentimento da coisa pública, mas nacionalistas e libertários. Apoiando, inicialmente, as elites provinciais acabariam por substituí-las no Governo. Fizeram sua educação política numa luta sem quartel, de uns contra os outros, de alguns contra Buenos Aires, e embora inconscientemente, de todos contra o ideal da organização de uma grande e poderosa Nação que aproveitasse os quadros políticos e territórios do Vice-Reinado do Prata.

Foi, pois, sob pressão dessas forças antagônicas, aliada às contingências da luta contra os espanhóis e à ameaça da presença de

portugueses, sólida e tranquilamente instalada no Brasil, que se processou a evolução da causa revolucionária do Vice-Reinado do Prata no sentido de consolidar-se politicamente.

h. À Independência das Províncias Unidas do Prata

Reúnem-se em Tucuman os representantes das Províncias e elegem para Diretor Supremo Pueyrredon, e em 9 de julho de 1816, proclamam solenemente a Independência das Províncias Unidas do Prata.

Não chegou, porém, a se definir sobre a forma do Governo que se adotaria, embora estivesse a pique de optar pela fórmula monárquica, preferida por líderes de prestígio, como Belgrano e San Martin, apoiados pela maioria de seus membros. Mas nele não se tinham representado várias províncias, como as de Entre-Rios, Comentes e Santa Fé controladas por Artigas. O problema foi adiado.

A declaração de Tucuman completou a Revolução de 25 de maio. As Províncias Unidas do Prata se tinham declarado independentes de Espanha mas não tinham escolhido ainda a fórmula política, que deveria dar-lhes estrutura, como Nação soberana. A anarquia política continuaria mais acesa e mais perniciosa.

Somente em 1824 o novo Estado teria o nome de República Argentina.

SEGUNDO PERÍODO — DE 1816 a 1824

Caracterizado por meio do sentimento da união e pela compreensão de que a emancipação só seria possível se abrangesse todas as colônias hispânicas e pela ajuda dos ingleses.

l. VICE-REINADO DA NOVA ESPANHA

Ruiz de Apodaca assumiu o Governo do Vice-Reinado, em setembro de 1816, e procurou atrair os insurretos com a concessão de indultos e vantajosas capitulações. Em poucos meses a maioria dos revoltosos tinha deposto as armas.

a. A expedição de Francisco Xavier Mina

Mina há muito conspirava, particularmente, após o restabelecimento do poder absoluto de Fernando VII em 1814. Refugiado em Londres, reuniu recursos e se dispôs a ir combater a Monarquia absoluta no México. Recebeu algum apoio em São Domingos e nos Estados Unidos e, em abril de 1817, desembarcou e se apoderou da cidade de Soto La Marina.

Suas tropas, rapidamente, foram engrossadas com numerosos recrutas mas sua aventura permanecia ignorada pelos demais insurretos mexicanos. O Vice-Rei reuniu, então, forças consideráveis e Xavier Mina,

desapoiado pelos insurretos mexicanos, foi capturado e executado.

A revolução mexicana continuava, porém, ao sul com Vicente Guerrero. Em consequência da revolução de Cadiz, de janeiro de 1820, a corte espanhola decretou anistia geral para todos os processados ou presos por delitos políticos. Muitos revolucionários recobraram a liberdade e os últimos combatentes abandonaram a luta.

Tudo fazia crer que a paz fora restabelecida, definitivamente, na Nova Espanha.

b. O plano de Iguala de Iturbide

O restabelecimento da Constituição de Cadiz dividiu a opinião dos espanhóis, no México. Uns aplaudiram a medida, outros, como o Vice-Rei Apodaca, grande parte da nobreza e todo o alto clero, criam que somente um governo absoluto poderia assegurar a prosperidade do Vice-Reinado. O Vice-Rei prestou juramento de respeitar a Constituição, mas reforçou a autoridade do governo, fazendo o Marechal Pascual Linan participar dele e nomeando Agustin Iturbide, seu subcomandante.

Iturbide era mexicano de nascimento e servira à causa real combatendo os revolucionários.

O Vice-Rei confiou, então, a Iturbide a missão de pacificar as Províncias do sul onde continuava de armas nas mãos, Vicente Guerrero, à frente de seus guerrilheiros. Mas, Iturbide, desde muito, pretendia reunir todos os mexicanos e fazer a independência do México. Entrou, pois, em contato com Guerrero e obteve a sua adesão. Depois disto, anunciou, a 24 de fevereiro de 1821, no povoado de Iguala, a necessidade de conceder-se a independência do México como fato natural e irreversível. Propôs, então, um plano contendo, “três garantias” básicas, para dar ao México o “status” de um país soberano. O México seria independente da Espanha e de qualquer outra nação do mundo, constituindo-se em Monarquia Constitucional, devendo o governo ser oferecido a Fernando VII, ou a um de seus irmãos Don Carlos, ou Don Francisco de Paula e caso recusassem o trono oferecido seria chamado para assumi-lo um dos membros das famílias reais reinantes, na Europa. A união entre os espanhóis e americanos se faria sem privilégios de fortuna e distinção de casta; a religião católica seria a religião do Estado sem tolerância para qualquer outra. Propunha, além disso, a criação de uma Junta Provisória de governo sob a presidência do Vice-Rei Ruiz de Apodaca e de um Exército para assegurar o cumprimento das “três garantias” básicas.

Em l de março, os oficiais do Exército de Iturbide juraram aceitar o “Plano de Iguala”. Mas, o Vice-Rei, bem ao contrário do que supunha Iturbide, manifestou-se, francamente, contrário ao “Plano de Iguala” e se preparou para resistir. Mas o Plano ganhara, rapidamente, o apoio de chefes importantes do Exército Colonial, os quais fizeram suas tropas jurá-lo.

Enquanto o Vice-Rei perturbado e confundido tardava em tomar

providências, a Revolução, conduzida, agora, com moderação e firmeza, ganhava novos adeptos e conseguia novos triunfes. Os oficiais espanhóis insatisfeitos com o procedimento de Ruiz de Apodaca o depuseram, em julho de 1821, e elevaram a esse posto o general Francisco Novella. Mas a Revolução continuava se fortalecendo. Em 30 de julho desembarcou, em Vera Cruz, o novo Vice-Rei, tenente-general Don Juan CXDonoju, irlandês de nascimento, ao serviço da Espanha.

O' Donoju desembarcou em Vera Cruz e lançou um manifesto, anunciando sua disposição pacífica e o desejo de encontrar-se com Iturbide para resolver a situação. Iturbide e O' Donoju reuniram-se, em Córdoba, e lá firmaram um Convênio, em 24 de agosto de 1821, no qual era aprovado o "Plano de Iguala", em suas linhas gerais, ficando a cargo da Corte, que se deveria reunir no México, a escolha de um imperador mesmo que não pertencesse a qualquer casa reinante, na Europa.

O general Francisco Novella não aprovou o Convênio de Córdoba e se dispôs a resistir. Mas, depois de alguns choques com as forças de Iturbide e de ter conferenciado com este chefe e O' Donoju, resolveu não hostilizar a marcha das forças libertadoras em direção à cidade do México, onde entraram, sob aplausos da população, em 27 de setembro de 1821.

Deu-se, então, pronto cumprimento ao Convênio de Córdoba e firmou-se, em setembro de 1821, a Ata de Independência. Foi eleita uma Regência de cinco membros para exercer o governo até que assumisse o imperador escolhido e Iturbide foi eleito seu presidente.

c. Iturbide nomeado Imperador

Iturbide no governo não deu o devido relevo aos chefes que se haviam distinguido no primeiro período da Revolução e estes não ficaram satisfeitos, passando a conspiração. A conspiração foi descoberta, aprisionados os seus integrantes mas a oposição a Iturbide continuou na Imprensa e no Congresso.

A situação se agravou com a notícia de ter sido repelido pelas Cortes espanholas, o Convênio de Córdoba pois Iturbide se sentiu livre para realizar seus próprios objetivos. Na noite de 18 de maio de 1822, vários regimentos se rebelaram na cidade do México e proclamaram Iturbide imperador com o nome de Agustin I. O Congresso se reuniu para tomar conhecimento do assunto e discuti-lo. O povo encheu as ruas, vivando o imperador, e os chefes militares levaram ao conhecimento do Congresso, que tinham aclamado Iturbide Imperador. O Congresso, sob o peso dessas pressões, convidou Iturbide a comparecer ao recinto da sessão. Iturbide atendeu o convite e numa tumultuada e dramática eleição foi nomeado Imperador por 67 votos, contra 15. Imediatamente essa decisão foi comunicada às Províncias ,que a apoiaram.

d. A queda de Iturbide

A oposição a Iturbide não morrera. O Imperador reclamou do Congresso grandes poderes e este não lhe quis conceder.

Iturbide decidiu, então, em 31 de outubro de 1822, dissolver o Congresso e criar uma Junta Legislativa para substituí-lo. Reunida a Junta, se verificou, logo, que era apenas um dócil instrumento nas mãos do Imperador, referendando todos os sensatos.

O general Santa Ana, um antigo e valoroso revolucionário, sublevou a guarnição de Vera Cruz, então sob seu comando, em dezembro de 1822, contando logo com o apoio do general Guadalupe Victoria, velho inimigo de Iturbide. O Imperador enviou contra os rebeldes o general Echavarri à frente de numerosas tropas, mas este aderiu à causa dos rebeldes. Os generais Guerrero e Bravo fugiram da cidade do México e se juntaram a Santa Ana.

O Imperador consentiu, então, em convocar um novo Congresso, que se reuniu, mas não lhe deu nenhum apoio. Em face disso, Iturbide resolveu renunciar em março de 1823. O Congresso aceitou sua renúncia e lhe concedeu uma pensão de 25.000 pesos sob a condição que fosse residir na Itália. Declarou, depois, extinto o Império, organizou uma Junta de Governo, constituída de três generais, e convocou um Congresso Constituinte.

O Congresso Constituinte reuniu-se em 7 de novembro de1823, e logo tomou conhecimento de que Iturbide, depois de chegar à Itália, resolvera voltar ao México instado por seus partidários. Iturbide, realmente se dirigira a Londres e de lá comunicara ao Congresso que deixara a Itália para oferecer seus serviços a sua Pátria. Em resposta, o Congresso declarou, em abril de 1824, "traidor e fora da lei a Don Agustin Iturbide sempre que, sob qualquer pretexto, se apresentasse em qualquer ponto do território mexicano, devendo ser tratado como inimigo público do Estado".

Iturbide, ignorando essa decisão, viajou para o México e, em H de julho, tentou desembarcar incógnito, porém, foi logo reconhecido por diversas pessoas. Preso, foi condenado à morte e executado em 19 de julho de 1824.

O Congresso Federal, livre das maquinações dos amigos de Iturbide, continuou deliberando sobre a nova Constituição. Em 4 de outubro de 1824, foi promulgada a Constituição. O México se organizava como República Federal, dividindo-se seu território em Estados autônomos com legislaturas, tribunais e rendas próprias. O Poder Executivo seria exercido por um Presidente eleito com mandato de quatro anos. O Legislativo seria constituído de duas câmaras: O Senado e a Câmara dos Deputados. A cidade do México foi constituída em Capital Federal.

O Congresso Federal, antes de se dissolver, decretou ampla anistia para os delitos políticos, e elegeu o general Don Francisco Guadalupe Victoria, revolucionário de 1810, Presidente da República. O México iria

iniciar sob os melhores auspícios uma nova vida constitucional. Mas o regime federal, adotado sob a influência próxima dos Estados Unidos, seria fonte de novos transtornos para o país recém-emancipado do domínio Espanhol.

2. CAPITANIA GERAL DA GUATEMALA

Entre 1816 e 1817, a Capitania Geral da Guatemala continuou sendo governada, firmemente, pelo brigadeiro Bustamante y Guerra, que mantinha despoticamente a ordem pública. Mas, em meados de 1817, foi substituído por Carlos de Urrutia y Montoya, um velho fidalgo espanhol, que assumiu o governo em l de março de 1818. Embora adstrito às instruções recebidas da Corte, o novo governador procurou atender às reivindicações mais sentidas dos colonos, conseguindo, assim, manter a ordem na capital até o ano de 1820.

Apesar da aparente tranquilidade, os patriotas continuavam conspirando, debatendo os problemas políticos através da Imprensa. Nesse ambiente de aceso debate das teses políticas, se procedeu à posse, em março de 1821, do novo capitão-general, Gabino Gaínza.

Começaram, então, a repercutir na Capitania as notícias vindas do México, sobre a atuação do general Agustin Iturbide. Os patriotas, conhecendo o caráter egoísta de Gainza, sugeriramlhe que imitasse Iturbide e se pusesse à frente do movimento emancipacionista na Capitania. Gabino Gainza, a princípio, recebeu essa sugestão como um insulto, mas acabou aceitando-a, atento como estava à evolução dos acontecimentos no México. Em 14 de setembro de 1821, anunciou sua adesão ao “Plano Iguala” e resolveu convidar as principais autoridades para decidirem sobre o destino político da Capitania.

Reunidas as autoridades convocadas, depois de longos e ardentes debates, se decidiu proclamar a independência na Capitania, da Espanha, e organizou-se uma Junta Provisória de governo, sob a presidência de Gabino Gainza. Decidiu-se, também, convocar um Congresso Constituinte para deliberar sobre as instituições da nova Nação. Assinada a Ata da Independência, foi comunicado esse evento às Províncias e instalada a Junta de Governo. Parecia ter-se concretizado o sonho dos primeiros revolucionários.

Mas nem todas as Províncias receberam do mesmo modo a comunicação da Junta de Governo. O intendente de Leon, na Província de Nicarágua, apoiado por outras autoridades, pronunciou-se pela Independência, mas separado da Guatemala. José Tinoco, apoiado por outros patriotas, aceitou a independência de Honduras, mas esta ficaria unida ao México e não à Guatemala. Em Salvador, houve aceitação da Independência em meio a sérios distúrbios. Em Costa Rica, a emancipação foi aceita, mas um Cabildo Aberto decidiu que a Província se unisse à Nicarágua. Essas

reações diferentes, frutos de choque das mais diversas influências, provindas notadamente do México, iriam causar sérios transtornos à organização do novo Estado.

Agustin Iturbide, logo que a Revolução triunfou no México, tratou de tirar partido da divisão que lavrava na América Central, para anexá-la ao México. Comunicou a Gainza que, de acordo com o "Plano de Iguala" e o Convênio de Córdoba, a Guatemala devia se unir ao México e que o General Filisola marchava para a fronteira com instruções para apoiar o movimento unionista, que se estava processando na Capitania recém-libertada.

Aprovada pelas Províncias, foi proclamada a anexação da Guatemala ao México. A Província de São Salvador foi a única que se manifestou contra; o general Filisola resolveu submetê-la pela força. O Congresso de São Salvador decidiu, então, votar a sua anexação aos Estados Unidos, mas acabou submergido pelas numerosas tropas de Filisola.

Na Guatemala, Filisola recebeu a notícia de que Iturbide renunciara e consentiu em receber uma deputação da população da Província, que lhe pedia a separação do México. Filisola, convencido das razões apresentadas por esses deputados, baixou um decreto, devolvendo à América Central a completa liberdade de ação e convocando o povo para as eleições, determinadas na Ata de Independência. O Congresso se reuniu, em 24 junho de 1823, e proclamou que a América Central se declarava livre e independente da Espanha, do México, ou de qualquer outro Estado, e que passaria a chamar-se Províncias Unidas da América Central.

A separação da América Central do México corresponde a uma segunda independência das Províncias, que constituíram a Capitania Geral da Guatemala. A nova nação se comporia doravante de cinco Estados que esqueceram, por um período longo, as desavenças e contradições que as dividiram. O Congresso Nacional Constituinte, enquanto não se proclamava a Constituição, organizou os poderes do novo Estado criando um Executivo provisório, exercido por três cidadãos e o Judiciário com uma Alta Corte de Justiça e avocou a si o exercício do poder Legislativo. Mediante decreto, o novo governo criou os símbolos nacionais, regulamentou o gozo dos direitos e liberdade do cidadão e aboliu a escravatura. Apesar da ocorrência de algumas perturbações da ordem, foi proclamada, em 17 de dezembro de 1823, a Constituição, estabelecendo uma República Representativa Federal.

Constituíram-na os Estados da Guatemala, Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. No ano de 1824, todos os estados, menos o da Nicarágua, que só o faria em abril de 1825, tinham constituído seu governo e a nova República iniciava sua vida independente.

3. CAPITANIA DE CUBA

A capitania durante esse período sofreu não pó perturbações da ordem, em consequência dos acontecimentos, ocorridos na Espanha em

1821, como também inúmeras conspirações, inspiradas e estimuladas pelas Lojas Maçônicas.

4. REPUBLICA DO HAITI

Com o suicídio de Cristophe, em outubro de 1820, Jean Pierre Boyer, na Presidência vitalícia, uniu as Províncias do norte e do sul, unificando e consolidando a República do Haiti e daí por diante a governaria com relativa tranquilidade até 1843.

5. SÃO DOMINGOS

Em 30 de novembro de 1821, aproveitando a agitação revolucionária, que sacudia a América Espanhola, Don José Nunez de Cáceres, advogado eminente, depôs o governador e proclamou a independência da ilha com nome de Estado Independente do Haiti Espanhol. Uma Junta redigiu a Constituição, estipulando que o novo Estado seria uma República Unida à República da Grã-Colômbia, fundada por Simon Bolívar. A Constituição continha uma declaração dos direitos dos cidadãos, mas não aboliu a escravidão. Jean Pierre Boyer, presidente do Haiti, fiel à tradição política de Toussaint-Louverture, que advogava a união da ilha de São Domingos, não reconheceu a nova República e decidiu submetê-la ao Haiti. Bolívar absorvido pelos problemas sul-americanos não pôde apoiar à República de São Domingos e os haitianos ocuparam-na em 9 de fevereiro de 1822. O domínio do Haiti, sobre São Domingos, duraria 22 anos, sem embargo das divergências entre os dois grupos de população, diferenças de língua e até mesmo de raça.

6. VICE-REINADO DO PRATA E CAPITANIA DO CHILE

a. A incorporação da Banda Oriental ao Brasil

Em fins de 1815, a Banda Oriental estava submetida a José Gervásio Artigas, aliado a outros caudilhos através da Liga Federal. Sua situação, entretanto, parecia indefinida. Poderia se constituir numa Nação independente, isoladamente, ou no quadro de uma Federação com outras Províncias: poderia ser reconquistada por Buenos Aires e incorporada aos quadros políticos das Províncias Unidas; poderia se transformar numa possessão inglesa; a Espanha poderia reconquistá-la e podia ser objeto de uma intervenção luso-brasileira. Ocorreria o último caso, pois D. João VI, aconselhado pelos seus assessores, chegara à conclusão de que estava na melhor situação para intervir e que essa oportunidade poderia não se renovar.

Em meados de 1815, mandou vir de Portugal para o Brasil a Divisão de Voluntários Reais, Grande Unidade aguerrida e com larga experiência de combate.

Embora o Ministro de Buenos Aires, no Rio, tivesse comunicado ao seu Governo os preparativos portugueses para a invasão da Banda Oriental, este não ofereceu resistência à invasão projetada, pelo menos de início. D. João VI teve também o cuidado de informar à Grã-Bretanha e à Espanha que enviaria tropas à Banda Oriental para preservar a ordem e a segurança das fronteiras do Brasil, permanentemente alteradas com as correrias dos caudilhos. Fazia, assim, a cobertura diplomática de sua intervenção no estuário do Prata.

Pode-se, pois, apontar como causas da operação projetada O tradicional desígnio português de levar as fronteiras do Brasil ao Rio da Prata, as dificuldades políticas e militares que enfrentava o Governo de Buenos Aires e o rompimento do Armistício ilimitado por parte do último em 1812. Como pretexto para a invasão, foi apresentada a necessidade de manter a ordem na fronteira brasileira, aliás, uma providência urgente e imperiosa.

O Império conduziu com firmeza e prontidão a Campanha que se estendeu, desde 1816 até janeiro de 1820, quando as forças de Artigas foram definitivamente aniquiladas na batalha de Tacuarembó.

b. Evolução da situação política nas Províncias Unidas

Em 1819 foi sancionada a Constituição; era de caráter unitário e organizava um Governo do qual dependiam os governos provinciais. A reação das províncias não se fez esperar; em todas elas estalaram movimentos autonomistas.

A batalha de Cepeda (fev 1820), ganha pelos caudilhos do interior, significava a dissolução de toda a autoridade nacional no país.

A propagação da anarquia foi geral; o país inteiro foi sacudido pela guerra civil desencadeada pelos caudilhos.

Somente em 1822, Martin Rodriguez, com a mudança do cenário político pelo desaparecimento de alguns caudilhos, pode imprimir urna evolução orgânica aos acontecimentos políticos.

c. A campanha dos Andes

San Martin era, em 1816, Intendente de Cuyo (atuais Províncias argentinas de Mendoza, San Juan e San Luiz). Desde algum tempo compreendera que os fundamentos do poder militar espanhol, na América do Sul, estavam no Peru e que sem destruí-lo inteiramente não se conseguiria de modo definitivo a Independência das Províncias Unidas do Prata.

Concebeu, então, uma manobra estratégica que consistia, em seus traços gerais, no seguinte:

“Manter-se na defensiva no Alto Peru (atual Bolívia) e conquistar, através dos Andes, uma Base de Operações no Chile. Organizada essa nova

Base se transportaria pelo Pacífico ao Baixo Peru (atual Peru) para bater o grosso Exército espanhol, destruindo-o".

Organizou, então, o Exército dos Andes, um pugilo de soldados altamente treinados e compenetrados de sua missão.

O movimento foi iniciado em Jan de 1817 com a transposição dos Andes, pelos desfiladeiros e passos, e em 12 de fevereiro travava-se a batalha de Chacabuco com a vitória de San Martin.

Dois dias depois, San Martin entrava em Santiago recusando a chefia do governo em benefício do O' Higgins.

d. À Independência do Chile

A vitória de Chacabuco não consolidou o domínio dos patriotas no Chile pois a proximidade do poder real no Peru ensejou a reação dos espanhóis. A campanha reiniciou-se com o desembarque de poderosos reforços realistas ao norte do Chile.

Consultando a opinião pública, O' Higgins proclama a independência do Chile no dia 12 de fevereiro de 1818, primeiro aniversário da batalha de Chacabuco.

Após a derrota em Cancha Rayada, os chilenos e argentinos, comandados por San Martin, consolidam na batalha de Maipu (abril de 1818) a independência recém-declarada.

A batalha de Maipu repercutiu sobre o poder espanhol no Peru, obrigando suas forças militares a se confinarem nessa área, impedindo-as de reforçarem os realistas em outros teatros. Desafogou, também, a situação militar do Vice-Reinado do Prata com a diminuição da pressão no Alto Peru.

7. A CAMPANHA DE SAN MARTIN NO VICE-REINADO DO PERU

Proclamada a independência do Chile, estava concluída a primeira parte do plano de San Martin. Era preciso, agora, transportar as forças combatentes pelo Pacífico, dominar as costas peruanas e desembarcar às portas de Lima, numa ofensiva fulminante, contra os exércitos realistas.

San Martin fora a Buenos Aires em busca de recursos e encontra ali uma situação caótica. Recebeu ordem de abandonar a luta e concentrar seu Exército em Buenos Aires, a fim de conter a anarquia e defendê-la contra os espanhóis que, vindos do Alto Peru, ameaçavam o território argentino.

San Martin resolveu desobedecer às ordens recebidas. Põe em marcha a esquadra chilena de Cochrane e consegue desembarcar perto de Lima, desorientando o Vice-Rei, que apressadamente, retira as forças espanholas do Alto Peru. A partir desse momento, o grande general não mais encontrou resistência e entra gloriosamente em Lima, proclamando a independência do Peru no dia 27 de julho de 1821.

San Martin não desejava o poder mas o Cabildo de Lima conferiu-lhe o título de Protetor do Peru. Preocupado com o governo, San Martin deixou

de tomar medidas militares contra as tropas realistas do Alto Peru e, assim, os patriotas sofrem uma séria derrota em Jauja (março de 1822). Este desastre teve grande influência no curso da guerra, pois, com ele, foi-se avolumando a impopularidade de San Martin, agravada com a disputa de Guaiaquil e das medidas rígidas impostas por ele contra o povo de Lima.

Conhecedor das censuras e murmurações que lhe faziam e desejoso de assegurar a qualquer preço a independência dos países sul-americanos, tanto mais que no momento se sentia incapaz de remover por si só as dificuldades crescentes, procurou San Martin obter uma entrevista com Simon Bolívar, o libertador das Províncias do Norte.

8. VICE-REINÀDO DE NOVA GRANADA E CAPITANIA DE VENEZUELA

a. Campanha de Bolívar em 1816 (Segunda)

Não conseguindo o auxílio da Inglaterra, Bolívar, após passar oito meses em Jamaica, seguiu para Haiti, onde constituiu forte amizade com o presidente da república, Petión. A cidade de Port Prince transformou-se no refúgio de todos os emigrados que se reuniam em torno de Bolívar.

Bolívar pensava em desembarcar, de surpresa, no continente, usando como Base de Operações a ilha de Margarita. Levantar novas tropas e dirigir-se ao vale do Orenoco para organizar nova Base, donde iniciaria suas operações contra os realistas. A 31 de março de 1816 teve início a expedição com a conquista da ilha Margarita. A expedição daí partiu e o desembarque efetuou-se nas costas de Cumaná. A falta de apoio do povo e, principalmente, as dissensões entre seus generais, prejudicam a ação. Em agosto de 1816, a expedição havia fracassado e Bolívar retorna ao Haiti.

b. Nova Campanha de Bolívar (Terceira)

Os patriotas da Venezuela, reconhecendo que lhes faltava um chefe capaz de coordenar suas operações, decidiram convidar Bolívar a vir reassumir seu posto.

Em l de janeiro de 1817 desembarca novamente na Venezuela, abrindo a campanha nas margens do Orenoco. Em julho, Bolívar conquista Angostura e aí estabelece seu quartel-general, tomando medidas enérgicas, o que consolida a sua autoridade. Para emprestar ao seu governo militar e ditatorial um caráter de estabilidade constitucional, providenciou Bolívar a convocação de um Congresso que só se reuniu em fevereiro de 1819.

Foi esse um passo importante para a criação de um grande estado; a autoridade de Bolívar havia obtido a sanção do povo e seu novo título teve grandes efeitos.

Após isso, Bolívar passa a cuidar das medidas militares e nesse intuito concebe um novo plano para derrotar os realistas.

A impossibilidade de bater os realistas de Morillo, na Venezuela, leva-

o a pensar, primeiro, na libertação da Nova Granada e, após, retornar a sua terra natal. O plano é grandioso pois exigia a transposição dos Andes por caminhos onde ainda hoje não existem estradas. Após percorrer 450 quilômetros, reorganiza suas tropas e em agosto de 1819 derrota os realistas na batalha de Boyacá.

Com exceção da Presidência de Quito (Equador atual), cessava o domínio espanhol na Nova Granada. Em 17 de dezembro de 1819 foi proclamada, pelo Congresso de Angostura, a nova República da Grã-Colômbia pela União da Colômbia, Venezuela e Quito (quando libertada).

c. A libertação da Venezuela

O exército patriota havia aumentado consideravelmente seus efetivos e material. As forças espanholas ainda eram numerosas na Venezuela e o general realista Morillo esperava ainda aumentá-las com um exército que sabia estar sendo preparado em Cadiz. Entretanto, a situação interna da Espanha impede-o de receber estes reforços, pois as tropas se revoltaram e obrigaram Fernando VII a jurar uma Constituição (jan de 1820), Morillo propôs, então uma trégua, que, afinal, foi acertada em Trujillo, em novembro de 1820, com duração de 6 meses. Retirou-se, após, para a Espanha, ficando La Torre como comandante das forças realistas.

A adesão aos patriotas da cidade de Maracaibo, fez com que La Torre considerasse como quebra do armistício, reiniciando-se a luta. A batalha de Carabobo (jun de 1821) decidida em favor de Bolívar, termina praticamente a dominação espanhola no norte da Grã-Colômbia.

Restava, apenas, libertar o Equador.

9, A LIBERTAÇÃO DO EQUADOR

Em outubro de 1820, o governo de Guaiaquil, então subordinado, ao Vice-Reinado do Peru, sublevou-se. Surgiram, logo, na opinião pública três correntes: a que desejava a incorporação de Guaiaquil ao Peru; a que preferia sua união com a Colômbia, e a que desejava ver a cidade portuária transformada em Nação independente. Assim divididos os patriotas pediram auxílio a Bolívar e a San Martin e organizaram forças para defender a cidade contra os espanhóis de Quito e levar a Revolução ao interior. Bolívar envia Sucre enquanto San Martin determina a Santa Cruz que o reforce com tropas peruanas.

À 24 de maio de 1822 trava-se a batalha de Pechincha com a derrota completa dos realistas. O povo de Quito aceita sua reunião à Grã-Colômbia.

Em Guaiaquil, porém, parte da população, representada principalmente pelos comerciantes, resistiu à incorporação à Grã Colômbia, apesar da presença das forças de Sucre. Bolívar, informado dessas dificuldades, decidiu intervir pessoalmente. No dia 11 de julho chegou a Guaiaquil.

San Martin, por sua vez, foi informado desses acontecimentos e que Bolívar tencionava estender sua influência militar até o Peru. Verificou então que a solução para esses problemas só poderia ser encontrada num encontro pessoal com ele. Essa decisão ia, aliás, ao encontro dos pensamentos de Bolívar que aceitou imediatamente o alvitre de San Martin.

10. À ENTREVISTA DE GUAIAQUIL

No dia 26 de julho de 1822 reuniram-se os dois grandes líderes da Revolução. Os temas principais que deviam ser tratados compreendiam: discutir a sorte da cidade de Guaiaquil e trocar ideias sobre a forma de governo que deveriam adotar as Nações sul-americanas de origem espanhola.

A sorte de Guaiaquil já estava decidida desde que Bolívar enviara ao Cabildo um conselho para que aceitasse sua incorporação à Grã-Colômbia e lançara retumbantes proclamações, louvando os cidadãos a ingressarem na nova República.

San Martin mostrou-lhe a necessidade de enviar suas forças ao Peru, onde o grosso do Exército realista se encontrava praticamente intato. Bolívar, pretextando não poder enviar forças para fora do território colombiano sem audiência e licença do Congresso, lhe ofereceu três Batalhões. Era muito pouco, retrucou San Martin. Mas, não aumentou essa oferta, mesmo quando San Martin se ofereceu para combater sob suas ordens.

A segunda conferência realizou-se, como a primeira, a portas fechadas, no dia 27, e durou quatro horas. Discutiram-se os assuntos do temário, particularmente a organização que se deveria dar à Hispano-Sul-Americana independente. San Martin propôs-lhe que se organizassem monarquias constitucionais, moldadas na Inglaterra e com leis norte-americanas. Bolívar retrucou-lhe que a monarquia na América, com reis americanos ou estrangeiros teria sempre um caráter feudal, em que os negros e os índios não passariam de servos. Ele preferia a forma republicana, embora estivesse certo de que os americanos não tinham suficiente educação política para adotá-la e que havia o perigo do caos e da anarquia.

Ao terminar a segunda conferência, Bolívar apresentou a San Martin uma carta do Tenente-Coronel Juan Maria Gómez, Secretário da Legação da Colômbia em Lima, informando-lhe que se produzira um levante no Peru, sendo deposto Monteagudo, substituto do Protetor do Peru. San Martin respondeu-lhe: “Se isto aconteceu, irei para a Europa e darei adeus eterno à América do Sul”.

As informações de Bolívar eram corretas. No dia 25 de julho de 1822 um levante popular, apoiado pelo Cabildo, pediu a renúncia do Ministério e aprisionou Monteagudo, que depois foi obrigado a emigrar para Guaiaquil.

Quando San Martin regressou a Lima, em 18 de agosto, resolvera afastar-se definitivamente do cenário político do Continente. Segundo Mitre, essa resolução fora consequência de se ter convencido de que a opinião pública no Peru se tinha fatigado dele e que o próprio Exército se desligara de sua liderança, que já não era mais um homem necessário e que, em tais circunstâncias, prestaria um serviço à causa da América eliminando-se como homem público.

No dia 20 de setembro, abriram-se as sessões do Congresso que San Martin convocara antes de sua ida a Guaiaquil. Nesse dia, San Martin depôs perante o Congresso os poderes civis e militares de que se achava investido e retirou-se para sua casa de campo. Naquela mesma noite embarcou, em Ancón, destino ao Chile, deixando uma proclamação que circulou no dia seguinte. Nela declarava que estava cansado de ouvir dizer que se ia coroar rei, que era perigosa para as nações jovens a presença de um soldado feliz, que seus serviços eram suficientemente recompensados com a satisfação de haver cooperado para a liberdade do Peru e do Chile.

As entrevistas de Guaiaquil, reunindo os dois grandes chefes da Revolução Hispano-Sul-Americana, tiveram como consequência: a incorporação de Guaiaquil à República de Grã-Colômbia, violando o Estatuto do "Uti possidetis" de 1810 e abrindo um precedente para outras alterações; definira a forma de Governo republicano como a que melhor convinha às Nações Hispano-Sul-americanas; o crescimento do prestígio de Bolívar e a sua projeção ao Sul do Continente.

11, A LIBERTAÇÃO DO PERU

Com a retirada de San Martin, competia agora a Bolívar completar a obra da libertação, pois os realistas ainda resistiam.

Permanecia confusa a situação no Peru esgotado pelas operações da guerra e dilacerado pelas convulsões provenientes das ambições dos políticos tais como Riva Aguero e Torre Tagle, que dividiam o governo.

Deste estado anárquico, aproveitou-se o Vice-Rei La Serna, agora em Cuzco, e apoiado em dois esforçados auxiliares, Valdés e Canterac, desencadeia a reação realista.

Em 1823, a situação era precária para os revolucionários, pois os espanhóis haviam retomado o Alto Peru e o sul e tinham 20.000 homens em armas. É neste momento que Bolívar resolve intervir pessoalmente (setembro de 1823). O Congresso confere-lhe poderes ditatoriais e ele unifica o governo e reorganiza as forças.

A situação dos realistas, porém, não era boa, pois faltava unidade às suas fileiras. Desde a revolução de Cadiz (1820), que duas correntes se formaram no Exército: uma constitucionalista e outra absolutista.

Assumindo a ofensiva, Bolívar lançou-se em busca dos espanhóis. A cavalaria patriota de Miller foi lançada em exploração e, em agosto de 1824,

encontra-se com os cavalarianos de Canterac na famosa batalha dos ginetes — Junin — com vitória dos patriotas.

Por fim, em dezembro de 1824, trava-se a batalha de Ayacucho de ampla vitória para os patriotas em cujas fileiras achavam-se colombianos, chilenos, peruanos, argentinos e brasileiros (destacamento do Cel. Abreu).

A batalha de Ayacucho selou definitivamente a derrota das forças espanholas na América do Sul, consolidando a independência das nações hispano-sul-americanas.

12. À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

a. Regência do Príncipe D. Pedro

A questão do regresso de D. João para Lisboa, especialmente a partir de 1815, quando não mais existia a ameaça de Napoleão à segurança dos tronos europeus, passou a ser assunto de maior interesse para os portugueses que viam seu país a braços com grave crise. Era realmente lamentável a situação de Portugal, pelos seguintes motivos: o déficit; o custo de vida; a decadência do comércio; a dilapidação dos dinheiros públicos e a desmoralização das instituições políticas, consideradas por grande número anacrônicas e decrépitas; a tirania da regência; as queixas dos nobres, dos burgueses e das classes armadas. A parte mais esclarecida da opinião, além de considerar anacrônicas as instituições governamentais, inspirava-se nos princípios do liberalismo que empolgavam os povos europeus, e assim pensava que a constitucionalização do país, significaria a solução de todos os problemas.

Em tal ambiente, teve início a revolta do Porto (24-8-1820) onde os revolucionários, vitoriosos, constituíram uma Junta Provisória aos quais foi atribuída a incumbência de redigir a Constituição. Lisboa aderiu logo ao movimento.

A notícia dos acontecimentos alcançou grande repercussão no Brasil. Pará e Bahia aderiram ao movimento imediatamente; no Rio a tropa revoltou-se (26-2-1821), em face da visível hesitação do Rei, exigindo adesão ao regime constitucional. D. João VI jurou, em tão difícil situação, a Constituição que se estava elaborando em Portugal.

A partir dessa revolta, D. João passou a pensar em sua volta para Portugal, pois ficara abalado com o movimento rebelde do Rio. Realmente, fez publicar, a 7 de março, o decreto que atribuía ao príncipe D. Pedro a Regência, anunciando assim sua próxima partida. A notícia da volta da Corte produziu grande impressão e determinou o início de um intenso movimento nacionalista, no qual foi preconizada, insistentemente a Independência.

Era grande a agitação nacional quando a 21 de abril reuniu-se o Corpo de Eleitores, com o objetivo de discutir as instruções dadas a D. Pedro para o exercício de suas funções regenciais no país.

Sem prática de reuniões deliberativas, exacerbados pela paixão partidária, os eleitores exorbitaram ao formular exigências inaceitáveis, tais como o direito de escolher ministros, a adoção temporária da Constituição, exame de bagagem do Rei que se retirava. Pela força das armas, D. Pedro dissolveu a reunião, demonstrativa, pois, do estado de espírito dos brasileiros.

Assim, num ambiente de agitação nacional, partiu para a Europa (em 25-4-1821) o rei D. João VI, deixando seu filho D. Pedro como Regente, numa situação extraordinariamente difícil.

Apesar das dificuldades, oriundas do estado de penúria do Banco do Brasil, da queda verificada nas atividades comerciais e de oposição dos elementos portugueses que aqui ficaram, Dom Pedro revelou-se bom administrador. Diminuiu suas próprias despesas; realizou a reforma da justiça; decretou leis asseguradoras da propriedade particular; aboliu a censura dos livros entrados no país. Entretanto, a hostilidade das Cortes era manifesta. Propuseram medidas violentas para reduzir o Brasil à antiga situação de colônia: extinção de vários órgãos administrativos (29-9-1821); declararam os governos provinciais do Brasil independentes do Governo do Rio e diretamente subordinados a Lisboa. Exigiram, finalmente, que D. Pedro viajasse para a Europa, a fim de completar sua educação foi esse o pretexto alegado.

O último decreto, chegado ao Rio em dezembro, emocionou o povo brasileiro, que compreendeu perfeitamente seu duplo objetivo: fazer retroceder o Brasil à condição de colônia e subtrair o Príncipe à influência dos patriotas brasileiros.

Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa, além de muitos outros, formaram o Clube de Resistência, e procuraram, de acordo com D. Pedro obter o apoio, em Minas e São Paulo, para o movimento contrário à partida do Príncipe.

À 9 de janeiro de 1822, José Clemente Pereira, Presidente do Senado, leu no Largo do Paço (atual Praça 15 de Novembro), a representação dos cariocas, redigida por Frei Sampaio, do Convento de Santo Antônio, à qual respondeu D. Pedro assim: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico”. A resposta foi desobediência formal às cortes portuguesas e significou, pois, uma aliança formal com os brasileiros e um prenuncio da próxima e inevitável independência.

A tentativa de Jorge de Avilez, comandante das tropas portuguesas, em obrigar D. Pedro a cumprir o decreto e partir do Brasil redundou em completo malogro (fevereiro de 1822). Daí em diante, começou a ação de José Bonifácio de Andrade e Silva, no sentido de afirmar, por atos iniludíveis, o desejo de separação dos brasileiros. Assim devem ser consideradas as seguintes medidas: formação de um Conselho com representantes de todas as províncias; necessidade de aprovação prévia de D. Pedro para qualquer

lei emanada de Portugal entrar em vigor no Brasil; as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil, sem autorização do Regente, seriam declaradas inimigas. Procurando definir claramente os objetivos políticos do Ministério formado por D. Pedro e do qual era José Bonifácio a principal figura, dois manifestos apareceram: o primeiro (1-8-1822), redigido por Ledo e dirigido aos brasileiros, pedia a união das províncias do Norte às do Sul, e o outro (16-8-22), de autoria de José Bonifácio, solicitava às nações estrangeiras que estabelecessem relações com o Brasil, enviando embaixadores.

Em virtude de desentendimentos políticos verificados em São Paulo, D. Pedro, que já obtivera êxito em Minas ao cogitar de idêntica solução, dirigiu-se a Santos visando apaziguar os ânimos e restabelecer a união entre os partidários de uma orientação política. Durante a viagem, novos despachos das Cortes chegam ao Rio: nulidade do decreto de D. Pedro convocando os procuradores das províncias e processo dos membros da Junta de São Paulo que haviam redigido a proclamação exigindo a permanência do Príncipe entre nós.

Na tarde de 7 de setembro, um sábado, à margem do riacho Ipiranga, D. Pedro, que regressava de Santos, recebeu as comunicações da Corte e decidiu imediatamente declarar o Brasil separado de Portugal, dizendo para a sua comitiva: “Laços fora, soldados: As Cortes querem mesmo escravizar o Brasil. Cumpre portanto, declarar desde já sua independência. Desde este momento estamos definitivamente separados de Portugal. Independência ou morte seja a nossa divisa; o verde e o amarelo, para sempre, as nossas cores nacionais”.

Deste modo, é razoável considerar-se o episódio glorioso de setembro como o ato de encerramento do processo de separação entre o Brasil e Portugal, cujo longo ciclo evolutivo possui, sem dúvida, muitos outros igualmente significativos para simbolização de nossa independência; a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil (1808); elevação do Brasil à categoria de Reino (1815); a partida de D. João VI para Portugal (1821); o dia do “Fico”; os dias dos manifestos de rompimento em Portugal e muitas outras datas igualmente sugestivas e gloriosas.

b. À Guerra da Independência

Um dos primeiros problemas do Governo de D. Pedro I foi o de reconhecimento de sua autoridade por todo o país. "A Independência estava proclamada, mas ainda não estava feita, pois a soberania da nova ordem política não se estendia ainda por todo o Brasil. Era preciso, de início, reorganizar Exército e Esquadra. Para prover aos interesses da defesa militar, cuidou logo o Governo de abrir em todo o país uma subscrição patriótica, destinada a criar a Marinha de Guerra, aumentando o número de navios com que já contava. Não apelou em vão para o sentimento dos

brasileiros, e em pouco tempo conseguira, à custa dos donativos, preparar duas flotilhas, que entraram logo em ação nas províncias do norte e no extremo sul do Império. Para aumentar as forças de terra não era suficiente o recrutamento forçado. Teve de lançar mão de medidas que eram as únicas a que podia no momento recorrer; admitiu nas fileiras do Exército, e com o prévio consentimento dos respectivos senhores, escravos africanos. Formou ainda um regimento de estrangeiros, ingleses e austríacos quase todos, com um estado-maior especial; e não hesitou mesmo em ir buscar às prisões os sentenciados de certos delitos, oferecendo-lhes o perdão se quisessem entrar para o Exército.

Concedeu, ainda, aos soldados portugueses, o prazo de quatro meses para se decidirem entre aderir à causa dos brasileiros e ficar ou permanecer fiel a Portugal e retirar-se. Aos que aderissem seria dada anistia" (Rocha Pombo, “História do Brasil” 4º vol.).

As tropas portuguesas que ainda ocupavam a capital da Bahia e as províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Cisplatina não quiseram aceitar a autoridade do novo Governo de D. Pedro, transformando assim a anterior questão de fidelidade ao Governo de Lisboa, ou ao Rio de Janeiro, em guerra da independência para os brasileiros.

Na Bahia é que a luta foi mais intensa.

A propaganda das Cortes entre os portugueses da Bahia e a receptividade que encontrou entre os conspiradores da Inconfidência Baiana (1798) deflagraram uma insurreição de parte da tropa de linha, chefiada pelo Tenente-Coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães. O Marechal Felisberto Caldeira Brant, tentou resistir, mas a força legal foi desbaratada. Organizou-se, então, uma Junta de Governo, na qual nove membros eram portugueses e três brasileiros, que jurou fidelidade à Junta Provisória de Portugal.

Com a partida de D. João VI, essa Junta não reconheceu a Regência estabelecida no Brasil e passou a entender-se diretamente com a Junta de Portugal, jurando a Constituição promulgada pelas Cortes. Nas eleições da nova Junta a influência portuguesa ainda foi muito grande, dado o sistema de eleição indireta, em três graus, predominando, na Junta eleita, franca fidelidade às Cortes. Com a aproximação das novas eleições a Junta se desmandou em violência e perseguições para assegurar a reeleição. Mas, apesar disso, foi eleita uma Junta de tendência brasileira que se apressou em expressar sua fidelidade ao Regente D. Pedro e nomeou Freitas Guimarães Governador das Armas.

Disso se valeram os portugueses na Bahia para destituir a Junta. Alegando que o Brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Mello era mais antigo do que o Brigadeiro Freitas Guimarães (recém promovido por aclamação) fizeram com que aquele exigisse o cargo de Governador das Armas. A Junta tentou resistir, mas foi vencida em consequência do motim de 18 de

fevereiro, de origem obscura, mas que beneficiou os partidários das Cortes. Freitas Guimarães foi preso, a abadêssa Joana Angélica de Jesus foi morta, quando defendia a integridade da clausura de seu Convento, e os portugueses se apoderaram da Junta, apoiados pelo Brigadeiro Madeira de Mello. A maioria dos patriotas se refugiou na região de Recôncavo e D. Pedro, em 17 de junho, enviou a Madeira de Mello uma Carta Regia, intimando-o a abandonar a Bahia e regressar a Portugal, lançando, igualmente, uma proclamação aos baianos concitando-os a lutar contra a tirania desse Brigadeiro. Madeira de Mello não deu atenção aos dois documentos e reclamou reforços a Portugal.

Em julho de 1822, partiu do Rio de Janeiro, uma esquadrilha naval conduzindo o Brigadeiro Labatut a fim de assumir o comando das forças brasileiras que já cercavam os portugueses em Salvador. Em fins de outubro, já declarada a Independência, Madeira de Mello recebeu reforços, vindos de Portugal, e decidiu romper o cerco. Travou-se, então, a Batalha de Pirajá, em que os portugueses foram completamente derrotados.

Somente em julho de 1823, com o agravamento do cerco pela esquadra de Cochrane, os portugueses abandonaram Salvador.

O Piauí, Maranhão e Pará submeteram-se, também, à esquadra, comandada por Cochrane, que contou com a colaboração decidida dos patriotas brasileiros.

Também na Cisplatina, houve conflito sério.

As tropas de ocupação estavam divididas em dois grupos antagônicos: um, favorável a Portugal, chefiado por Álvaro da Costa; outro, comandado por Lecor, que apoiava a Independência do Brasil. O bloqueio do porto de Montevidéu pelos navios de Rodrigo Lobo, levou os portugueses a capitularem em novembro de 1823.

Nas lutas acima referidas, teve papel destacado a Armada Imperial, cuja atuação é assim comentada por Pedro Calmon: “A guerra da Independência concentrou-se em três regiões: a Bahia, o Maranhão e a Cisplatina. Tirou-lhe, porém, o caráter de luta autônoma, das forças locais contra a guarnição portuguesa, g Armada que, em seu auxílio, aparelhou o Governo do Rio de Janeiro, exatamente para assegurar a integridade do Império. Esta dependia do restabelecimento das comunicações marítimas, tanto em forma de reação à Esquadra da Metrópole, que bloqueava os portos do norte, como pela importância da cabotagem para a economia, a defesa e a união das províncias. O Imperador e José Bonifácio foram incansáveis nesse trabalho de opor à frota portuguesa outra que a afastasse daqueles portos”. (Em “História do Brasil”, 4º vol.).

Consequência desse trabalho foi o Brasil possuir, em breve espaço de tempo, respeitável e eficiente marinha, cujos chefes, engajados pelo Governo Imperial para substituir os velhos marinheiros portugueses, tantos serviços prestaram ao novo país.

c. Constituição de 1824

Antes mesmo da proclamação formal da Independência, em junho de 1822, José Bonifácio havia convocado os governadores das províncias para uma Assembleia Constituinte; depois, eleitos os deputados, em quase todas as províncias, reuniu-se a Assembleia, no Rio, a 3 de março de 1823.

A Assembleia compunha-se de 90 deputados, alguns dotados de cultura mas todos ignorantes das praxes parlamentares, ciosos de suas atribuições, vaidosos de sua força política, resolvidos a manter seu prestígio e tirar a autoridade de Pedro I. Representavam, em quase totalidade, os interesses econômicos da lavoura. Orientava-os uma diretriz política: evitar por todos os meios a recolonização que a presença do príncipe português poderia facilitar.

Características do trabalho dos constituintes: limitação dos poderes do Imperador, restrições aos estrangeiros, concessão de direitos políticos baseada na capacidade financeira. Desde o início, verificaram-se choques entre a Assembleia e D. Pedro, que foram agravados depois que os Andradas abandonaram o Ministério e passaram para a oposição, mantendo violenta campanha contra o Imperador.

A 30 de agosto de 1823, apareceu o projeto de Constituição, de autoria de Antônio Carlos, com 282 artigos.

Um caso policial, a agressão efetuada por 2 militares portugueses em um boticário brasileiro acusado de ofensa, foi transformado em caso político pela oposição e, após dias de violenta crise política, D. Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte (12-11-1823), ao mesmo tempo que instituía o Conselho de Estado, composto de 10 membros, para fazer uma Constituição duplicadamente liberal, segundo afirmou.

O Conselho de Estado trabalhou rapidamente, aproveitou o projeto de Antônio Carlos e assim completou sua tarefa a 11 de dezembro. A Câmara do Rio de Janeiro adotou o projeto e sugeriu que outras fizessem o mesmo; assim, a 25 de março de 1824, Pedro I outorgou e jurou a Constituição.

Inspirada nas cartas políticas da época, a inglesa e a francesa, teve como grande virtude a mobilidade, que permitia a adoção de várias leis importantes, sem necessidade de reforma, e continha uma inovação, a instauração do Poder Moderador, privativo do Imperador, e que foi um dos principais fatores da estabilidade política em todo o Segundo Reinado.

A nação era dividida em províncias e governada por quatro poderes: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador.

O Executivo era exercido, em nome do Imperador, pelo presidente do Conselho de Ministros, responsável, juntamente com os demais Ministros, perante o Legislativo; o mandato dos deputados era de quatro anos, podendo a Câmara, atributo do poder Moderador, ser dissolvida quando houvesse necessidade de reajustamento político. A Constituição tinha tendências

centralizadoras, não dava praticamente autonomia às províncias, cujos presidentes eram escolhidos diretamente pelo Imperador.

Em resumo, era uma Constituição bastante adiantada para a época, inspirada nas outras Constituições já existentes, com os defeitos de procurar organizar a dominação das classes rurais na política brasileira e excessiva má vontade contra os estrangeiros, justificável, sem dúvida, na época difícil, para nós, em que foi elaborada, mas prejudicial em outras oportunidades de nossa história.

d. Periodização do processo da Independência Brasileira

O processo histórico que conduziu à Independência do Brasil pode ser visto, desenvolvendo-se nos seguintes períodos:

(1) Primeiro período

Correspondente à chegada de D. João VI até a Revolução do Porto, em 24 de agosto de 1820. Esse período é marcado, particularmente:

— pela instalação de um Governo Nacional no Brasil com todos os seus órgãos de cúpula, determinando a unificação política da Colônia e revigorando a força aglutinadora do trono;

— pela elevação do Brasil à categoria de Reino com o privilégio de ser a sede da monarquia;

— pela nacionalização do Exército Brasileiro, até então constituído por forças regionais obedientes aos Capitães Generais das Províncias respectivas. A criação do Quartel-General da Corte, dos órgãos de base dos serviços, dos comandos de Armas, encarregados do emprego das forças subordinadas ao Secretário da Guerra, deu unidade ao Exército, transformando-o numa Força Armada de caráter nacional, capaz, portanto, de cumprir missões no quadro político de conjunto;

— pela criação da Marinha Brasileira, que permitiria um lapido deslocamento das forças terrestres;

— pela experiência de Governo que proporcionou a alguns líderes políticos brasileiros que serviam à Monarquia Portuguesa.

(2) Segundo período

Entre a Revolução do Porto em 24 de agosto de 1820 e o regresso de D. João VI a Portugal, em 26 de abril de 1821, caracterizado particularmente:

— pela receptividade que o movimento liberal português encontrou nas elites brasileiras e que acabou por obrigar o monarca a aceitar a Constituição;

— pela divisão da opinião luso-brasileira em três correntes: a que desejava a preservação dos podêres absolutos do monarca e defendia sua permanência no Brasil, a que aconselhava o monarca a aceitar os fatos consumados e adaptar-se às novas condições, regressando a Portugal com todos os membros da família real, constituída por portugueses liberais e alguns brasileiros; a que propugnava pela aceitação da Constituição, mas exigia que o monarca continuasse no Brasil ou, no mínimo, que o Brasil tivesse um estatuto político igual ao de Portugal no quadro do Reino Unido, de que participavam os brasileiros liberais e alguns portugueses mais avisados.

(3) Terceiro período

Abrangendo a instalação da Regência até a capitulação das forças portuguesas de Avilez, ocorrida em 12 de janeiro de 1822, caracterizada pela tentativa de recolonização do Brasil pretendida pelas Cortes e marcada pelos acontecimentos seguintes:

— a lei que criou as Juntas Provinciais com faculdade de ligarem-se diretamente às Cortes, o que equivalia a fracionar politicamente o Brasil, reconduzindo-o à situação em que o encontrou D. João VI;

— a criação dos governadores de Armas, nomeados diretamente pelas Cortes e a elas subordinadas, o que equivalia a quebrar a unidade do Exército Brasileiro e a colocar suas forças sob o comando de oficiais portugueses da confiança das Cortes;

— juramento da Constituição por D. Pedro sob coação de Avilez;

— a ordem para que o príncipe regresse à Europa, seguida de sua desobediência, apoiado pelo povo de São Paulo e do Rio de Janeiro, ocorrida em 9 de janeiro de 1822;

— pressão de Avilez visando obrigar D. Pedro a regressar a Portugal. Resistência de D. Pedro, apoiado pelas forças brasileiras;

— o envio das forças portuguesas para Praia Grande.

(4) Quarto período

Abrangendo os atos da Regência desde a criação do primeiro Governo Brasileiro até a expulsão total dos partidários das Cortes, em fins de 1823. Esse período corresponde ao da reação brasileira visando a separar o Brasil de Portugal e foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

— criação do Governo Brasileiro, em 17 de janeiro, tendo José Bonifácio de Andrada e Silva na Secretaria do Reino, Justiça e Estrangeiros;

— o embarque das forças de Avilez para Lisboa, em 16 de fevereiro de 1822;

— a convocação dos Procuradores das Províncias, em 16 de fevereiro, visando a neutralizar a divisão política do Brasil imposta pelas Cortes;

— a exigência do "cumpra-se do Regente" para terem aplicação no Brasil as ordens e leis emanadas das Cortes de Lisboa, em 21 de fevereiro;

— a proibição do desembarque de forças portuguesas sob o comando do Vice-Almirante Francisco Maximiliano de Souza, ocorrida em 1º de março; aceitação do título de Defensor Perpétuo do Brasil, em 13 de maio; a instalação do Conselho de Procuradores e a convocação da Assembleia Constituinte de 2 de junho de 1923;

— o Manifesto de 6 de agosto, dirigido às Potências Europeias, historiando a luta entre a Regência e as Cortes e a nomeação de representantes do Brasil em Londres, Paris e Berlim;

— a reunião do Conselho de Estado, em 2 de setembro, sob a presidência da princesa D. Leopoldina, e o envio de uma mensagem a D. Pedro, anunciando as medidas projetadas pelas Cortes para submetê-lo;

— o grito do Ipiranga;

— a luta militar na Bahia, no Piauí, no Maranhão, no Pará e na Cisplatina, encerrada em novembro de 1823, com a vitória de Lecor em Montevidéu.

(5) Quinto período

Abrangendo a campanha pelo reconhecimento da nova Nação e os problemas de organização Política, encerrados em sua primeira fase com a Constituição outorgada em 25 de março de 1824.

TERCEIRO PERÍODO — 1824 a 1830

Caracterizado pelo ajustamento do mapa político das antigas colônias espanholas.

1. REPÚBLICA FEDERAL DO MÉXICO

Guadalupe Victória, presidente eleito, em 1824, cumpriu integralmente o seu mandato, fazendo boa administração.

A eleição presidencial de 1828 foi impugnada pelo general Vicente Guerrero, candidato derrotado na proporção de um voto para nove. Apoiado pelas Lojas Maçônicas do rito York, Vicente Guerrero derrotou seus inimigos e foi empossado pelo Congresso na Presidência da República. Descendente de "pardos", era revolucionário antigo e tenaz, resolveu cumprir as

estipulações do "Plano de Iguala" e abolir a escravidão, logo após assumir o governo. Teve de opor-se a uma tentativa de reconquista da Espanha, encarregando o general Santa Ana de defender o território do país. Santa Ana enfrentou os espanhóis e os derrotou, consagrando-se como herói de relevo nacional.

O general Santa Ana, aliado ao Vice-Presidente Augusto Bustamante, encabeçou uma rebelião contra Vicente Guerrero, que foi morto. Augusto Bustamante foi elevado a Presidente, em 1830, e governaria, despoticamente, até 1832.

2. À REPÚBLICA FEDERAL DA AMÉRICA CENTRAL

O governo de Manuel José Arce, eleito pelo Congresso da República, teve um ano de tranquilidade. Mas o fato de estarem sediados, na cidade de Guatemala, o Governo Federal e o estadual daria origem a divergências entre os dois chefes de governo que culminaram com a destituição e prisão do governador do Estado da Guatemala. A medida foi recebida, desfavoravelmente, nos demais Estados e Arce, visando a reforçar sua autoridade, dissolveu o Congresso. O governo de São Salvador, inicialmente, procurou apoio nos demais Estados para restabelecer o império da constituição. Não o conseguindo, agiu militarmente contra Arce sendo derrotado e São Salvador foi dominado.

O governo Federal, informado de que Honduras não estava de acordo com essa política, mandou invadi-la e afastou o governo hondurenho. Rebentou então, nova insurreição em São Salvador e as forças de Arce foram batidas, negociando-se um acordo para pôr fim à guerra civil. O acordo fracassou pois São Salvador reivindicava ser a sede do governo federal.

Francisco Morazan, senador por Honduras, resolveu tomar a frente do movimento pelo restabelecimento das práticas federalistas. Apoiado pelos governos da Nicarágua e de São Salvador e, aproveitando-se do dissídio entre os líderes guatemaltecos, conseguiu, em abril de 1829, prender Arce e outras autoridades. O Congresso elegeu José Francisco Barrundia para Presidente.

Durante esse período os Estados de Costa Rica e Nicarágua ofereceram panoramas diferentes. Costa Rica, com Juan Mora, gozou de paz e tranquilidade, prosperando e estabilizando seu governo. A Nicarágua esteve dilacerada pela rivalidade entre Leon, sede do governo, e Granada que desejava sê-lo. Desencadeou-se a guerra civil entre os governos, que se constituíam nas duas cidades e as tentativas de pacificação das outras cidades, não tiveram êxito. Caberia a Morazan pacificar o Estado da Nicarágua.

3. CAPITANIA GERAL DE CUBA

Um 1825, os emigrados cubanos, remanescentes das conspirações desbaratadas pelo capitão-general Francisco Dionisio Vives fundaram a Junta Protetora da Liberdade Cubana, sediada no México, com a finalidade de promover a independência da Capitania. Essa Junta recebeu decidido apoio de autoridades mexicanas, inclusive do Presidente da República Guadalupe Victória, que incumbiu o general Santa Ana de organizar, uma força destinada a conquistar Cuba. A expedição foi abandonada em virtude dos reforços recebidos pelos espanhóis, mas a ideia foi retomada, mais tarde, com o apoio de Simon Bolívar. Esse projeto foi combatido pelos representantes dos Estados Unidos, no Congresso de Panamá, os quais temiam a abolição da escravatura, em Cuba, bem como a possibilidade de que essa ilha viesse a ser dominada por franceses ou ingleses, ameaçando a segurança da República norte-americana. Apesar disso, os preparativos continuaram contando, agora, com o apoio dos próprios habitantes, de Cuba.

Entrementes, a Espanha tomara providências para reforçar o seu domínio em Cuba. O capitão-general Vives desbaratou outras conspirações e manteve a sua autoridade.

4. REPÚBLICA DO HAITI

Jean Pierre Boyer deu impulso às instituições públicas e fez promulgar vários decretos e Códigos; atraiu a emigração de negros dos Estados Unidos e fomentou as atividades comerciais.

São Domingos continuou dominado pelas forças haitianas. Boyer proibiu as relações comerciais de qualquer natureza, entre São Domingos e os demais países de língua espanhola, fossem livres, ou dominados. Feriu o orgulho de famílias tradicionais, exilou os inimigos reais ou supostos do governo haitiano e confiscou os bens dos ausentes. Fechou a Universidade de Santo Thomaz de Aquino e tratou os dominicanos com tanto rigor, que tornou a unificação impossível.

5. A REPÚBLICA DE BOLÍVAR

Sucre, depois da vitória que selou a independência do Peru (batalha de Ayacucho), marchou em direção a Chuquisaca e La Paz, sem encontrar resistência. Convoca uma Assembleia que, em 10 de agosto de 1825, proclama a Independência do Alto Peru, contra a vontade de Bolívar.

Em 25 de maio de 1826, foi promulgada a Constituição elaborada por Bolívar com pequenas alterações. Essa Constituição reconhecia a existência dos podêres Eleitoral, Legislativo, Executivo e Judiciário. O Poder Eleitoral era exercido diretamente pelos cidadãos que elegeriam o Poder Legislativo, composto de três Câmaras.

O Poder Judicial administraria a Justiça e seus magistrados seriam escolhidos pelo Poder Legislativo, em lista de dez cidadãos eleitos pelos diferentes Colégios Eleitorais.

O Poder Executivo seria exercido por um Presidente, Vice-presidente e três Secretários de Estado. O Presidente da República, eleito pelo Poder Legislativo, em caráter vitalício, seria irresponsável e escolheria com aprovação do Legislativo os Vice-presidente e Secretários (Ministros) que seriam responsáveis pelos seus atos perante o Poder Legislativo. Em seus comentários a essa Constituição, dizia Bolívar: "O Presidente da República vem a ser, com nossa Constituição, como o sol, que firme em seu centro dá vida ao Universo. Sua autoridade deve ser perpétua, porque nos sistemas sem hierarquia se necessita, mais do que em outros, um ponto fixo ao redor do qual girem os cidadãos e os magistrados, os homens e as coisas. Para a Bolívia este ponto é o Presidente Vitalício. Nele se fundamenta toda a ordem, sem se temer sua ação. Cortou-se lhe a cabeça para que ninguém tema suas intenções e ligaram-se lhe as mãos para que a ninguém violente. Os limites das atribuições constitucionais do Presidente da Bolívia são os mais estreitos que se conhecem: apenas nomeia empregados da Administração, comanda o Exército na paz e na guerra. A Administração pertence inteira aos Ministros responsáveis".

Pensava o Libertador que essa Constituição era a que convinha a povos recém-saídos do regime tirânico dos espanhóis e que impediria os assaltos ao Poder por meio de revoluções para a conquista da Presidência, uma vez que o poder do Presidente era mais aparente do que real. Os líderes hispano-americanos diriam, entretanto, que sua Constituição não era mais do que um instrumento forjado por ele próprio para perpetuar-se no poder. Um notável sociólogo venezuelano (Vallenila Lanz) escreveu, porém, em nossos dias: "A História comprova que a Lei Boliviana era a única que prevaleceria com proveito para estabilidade política, o desenvolvimento econômico-social e a consolidação do sentimento nacional, se os ideólogos não lhe houvessem oposto sempre os princípios anárquicos que legitimaram ambições de uns e os impulsos desordenados de outros, dando bandeira às revoluções e perpetuando junto com a anarquia a necessidade do tirano".

Pouco depois o Congresso Boliviano deu à nova República o título de "República de Bolívar".

O destino da Constituição de Bolívar foi o mesmo de quase todas as outras da América espanhola; terminou em tumulto, sendo substituída por outra que provou ser inferior tanto na redação como na eficácia.

6. O CONGRESSO DO PANAMÁ.

Bolívar, em 1810, quando de sua missão a Londres, dizia que "as diferentes Províncias da América se constituiriam numa Liga Anfictiônica como os gregos". Em 1815, na sua Carta de Jamaica, ventilou a mesma ideia. Em 1818, apresentou-a oficialmente ao Congresso de Buenos Aires sob a forma de "um Pacto Americano que reunisse todas as Repúblicas".

Em 1818, San Martin, por sua vez, com o propósito de realizar o

equilíbrio entre as forças da Santa Aliança e as novas nações sul-americanas, assentou o princípio da união do Chile, da Argentina e do Peru, estabelecendo-se um Congresso Central, constituído de representantes dos três países de modo a promover a aliança e federação perpétua deles. San Martin enviou emissários para pedir a adesão do México, Guatemala. Colômbia. Províncias Unidas do Rio da Prata e Chile.

Bolívar, por outro lado, continuava trabalhando pela vitória de sua velha ideia que, em linhas gerais, coincidia com a de San Martin.

Em 7 de dezembro de 1824, dois dias antes de Ayacucho, Bolívar dirigiu às nações sul-americanas, inclusive ao Brasil, unia circular convocando-as para uma reunião, em Panamá, a fim de assentarem as medidas para a organização de um sistema de garantias que, na paz ou na guerra, consolidasse o grande poder das nações sul-americanas. Todas as nações aceitaram esse convite.

Santander, Presidente em exercício da Grã-Colômbia, convidou, também, os Estados Unidos, Grã-Bretanha e a Holanda para participarem da Conferência, à revelia de Bolívar.

Entretanto, acontecimentos posteriores impediram que algumas das principais nações convidadas, como o Brasil e as Províncias Unidas participassem dessa conferência.

De fato, libertado o Peru, o Governador espanhol de Chiquitos pediu ao Governador de Mato Grosso a proteção do Império. Este aceitou o pedido, em 13 de abril de 1825, mas o Governo Imperial o recusou, em 13 de agosto. O Governo da Bolívia, porém, já tinha comunicado o fato a Bolívar, em 3 de julho, o que deu margem às suas desconfianças com relação ao Brasil.

Por outro lado, Alvear pretendeu, em 1825, aliciar o apoio de Bolívar "contra os planos que já começava a desenvolver o Imperador" (refere-se ã Cisplatina). Bolívar respondeu que aceitaria o plano de ação conjunta se as Províncias Unidas aderissem ao Congresso do Panamá, pois isso "levaria o Imperador a temer que aquele Congresso tomasse parte ativa na questão pendente com aquela República". Ia mais longe. Pretendia, simultaneamente, expulsar Francia do Paraguai e para isso já mandara fazer reconhecimentos no rio Pylcomaio, o melhor caminho que conduziria suas forças àquela Província.

Não convinha a Buenos Aires que o Libertador levasse ao Paraguai suas legiões veteranas. Opôs-se, portanto, à ideia de Bolívar em 19 de novembro de 1825, e se esquivou de comparecer ao Congresso, nomeando um delegado que lá não apareceu.

A questão da Cisplatina afastou assim o Brasil e as Províncias Unidas do Congresso do Panamá. O primeiro já recebera o convite com reserva, dada a singularidade de seu estatuto político na América do Sul e as desconfianças que suscitava, e pelo temor de que lá se fosse debater a questão da ocupação da Banda Oriental. O segundo, para evitar uma intervenção de Bolívar no

Rio da Prata, de consequências imprevisíveis.

No dia 22 de junho de 1826, instalou-se em Panamá o Congresso convocado por Bolívar com os delegados da Grã-Colômbia, Guatemala, México, Peru e representantes da Inglaterra e Holanda. Dos dois delegados nomeados pelos Estados Unidos, um morreu em Cartágena e outro chegou atrasado. Os delegados da Bolívia, do Brasil e da Argentina não compareceram, também escudados em pretextos. O Chile estava em plena anarquia. O Secretário de Estado dos Estados Unidos havia dado instruções ao representante dessa nação para que "não aceitasse, em nome de seu país, a ideia de um conselho anfictiônico investido de poderes para decidir as controvérsias entre os diferentes Estados Americanos ou para regular de qualquer forma sua conduta". O representante inglês devia "impedir a formação de uma Liga Americana sob a égide dos Estados Unidos".

O Congresso do Panamá estava destinado, desde os passos iniciais de sua convocação, ao fracasso, em vista das desconfianças e dos interesses que dividiam os que dele iriam participar. Essa situação se agravou logo no início das deliberações, quando o Peru pediu lhe fosse incorporado o porto de Guaiaquil e o México propôs anexação de algumas províncias da Guatemala e de Cuba ao seu território.

Atribuiu-se o insucesso do Congresso de Panamá, que representou a antecipação de um século da Sociedade das Nações e Organização dos Estados Americanos, aos seguintes motivos: receio de que Bolívar, quisesse fazer-se Chefe da Confederação e até mesmo organizar um grande império na América do Sul, tendo em vista, particularmente, suas ideias sobre a Unidade e não a União da América de língua espanhola; os interesses contraditórios da política norte-americana e inglesa, chamados a participar da Conferência por Santander; a falta de amadurecimento das elites políticas sul-americanas para penetrar em todo o alcance futuro deste ato político que pretendia estabelecer um novo Direito Público Internacional, baseado na arbitragem.

Uma das teses do Congresso dizia respeito à libertação de Cuba e de Porto Rico, ainda sob domínio espanhol. Mereceu solene embargo do Presidente Adams, dos Estados Unidos, uma vez que não lhe convinha a perspectiva de uma guerra no Mar das Caraibas. O reconhecimento da república negra do Haiti e a declaração de liberdade dos escravos eram outras teses desagradáveis aos Estados Unidos.

Como primeiro passo para a união americana, previa Bolívar a abertura do canal do Panamá e sua interamericanização, transformando-se o Panamá, ligado então à Grã-Colômbia, num território americano comum.

7. A DESAGREGAÇÃO DA GRA-COLÔMBIA

Desde que foi promulgada a Constituição de Cucutá, em 30 de agosto de 1821, a Venezuela deu mostra imediata de descontentamento. Reiniciava-

se, na República, a antiga luta entre os Vice-Reis e os Governos, entre os Cabildos e as Audiências. Formou-se, desde então, na Venezuela um partido que se opôs ao estabelecimento provisório da Capital e à marcha centralizante, cada dia mais pronunciada, do Governo Central.

Uma revolução promovida por Paez, um dos grandes colaboradores de Bolívar, foi apaziguada em pessoa pelo Libertador.

A ausência de Bolívar do Peru ensejou a eclosão de um movimento revolucionário, em Lima, fomentado por Santander.

Assumiu, então, o Governo do Peru, o General Santa Cruz que revogou a Constituição Bolivariana e restabeleceu a de 1823. O Peru livre, agora, da dominação espanhola e da tutela colombiana, lutaria por suas reivindicações territoriais não atendidas na Entrevista de Guaiaquil.

Fomentada por La Mar, substituto de Santa Cruz, rebenta uma revolução na Bolívia que depõe Surre. Santa Cruz assumiria mais tarde o governo boliviano e seria o responsável pelo estabelecimento, em 1830, da Confederação Peru-Bolívia.

Resolvido o caso da Bolívia, La Mar voltou-se contra a Colômbia, a fim de incorporar as províncias de Guaiaquil e Maynas, sendo porém derrotado por Sucre.

Enquanto isso, na Colômbia abria-se a luta entre Bolívar e Santander. Bolívar apoderou-se do governo, suspendeu o regime constitucional e declarou-se Ditador. Em setembro de 1828, conspiradores aliciados por Santander tentaram assassinar, sem êxito, o Libertador.

Santander foi exilado e renasceram com mais vigor as sugestões para que Bolívar proclamasse a Monarquia na Colômbia, coroando-se Imperador. Ele, porém, não quis ser rei e recusou, como de outras vezes. Aceitou, entretanto, que se convidasse o Duque de Orleans para fundar a Monarquia na Colômbia. Era a desforra de San Martin.

A França, porém, não concordou com os desejos de Bolívar.

Em abril de 1830, Bolívar entregava o governo da Grã Colômbia que logo após iniciava a sua desintegração.

A Venezuela separou-se em setembro de 1830 e o Equador em março do mesmo ano. A Grã-Colômbia fora devorada pelo caos que San Martin previra e Bolívar desafiara.

Ambos morreram pobres, esquecidos e sós.

GUERRAS ENTRE AS NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS

SUMÁRIO

1 — CAUSAS GERAIS DESSAS GUERRAS

2 — GUERRA ENTRE O PERU E A GRÃ-COLÔMBIA (1828-1829)

3 — GUERRA DA CONFEDERAÇÃO PERÜVIA — BOLIVIANA CONTRA O CHILE (1836-1839)

4 — GUERRA DA ESPANHA CONTRA A FEDERAÇÃO CHILE-PERU-BOLIVIA-EQUADOR (1865-1866)

5 — GUERRA DO PACIFICO (1879-1881)

6 — GUERRA DO CHACO

GUERRAS ENTRE AS NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS

l — CAUSAS GERAIS DESSAS GUERRAS

As causas gerais dessas guerras encontram-se na própria colonização espanhola. A terra da América do Sul era uma propriedade do Rei de Castela e não do governo espanhol. Assim sendo o rei doava as terras a seu bel-prazer, sem a preocupação de estabelecer, rigorosamente, os limites das diferentes doações. Doava, descrevia, rapidamente, os limites no texto da Carta Regia, que criava a circunscrição político-administrativa sem a delimitação exata, uma vez que tudo aquilo lhe pertencia. Visava, apenas, à colonização da terra, utilizando a iniciativa privada e a experiência dos súditos da Coroa de Castela.

Durante o período colonial, essas circunscrições político administrativas se foram multiplicando e seus limites se modificando, sem que houvesse ato rescisório, que sancionasse essas modificações.

O Vice-Reinado do Peru, por exemplo, quando foi criado, abrangia todas as terras da América do Sul, menos a Capitania Geral da Venezuela, que dependia da Audiência de São Domingos, ligando-se, assim, ao Vice-Reinado do México.

Em 1739, foi finalmente, reconstituído o Vice-Reinado da Nova Granada, sendo estabelecidos os limites, entre este e o Vice-Reinado do Peru. Esses limites, dado o pouco conhecimento geográfico da área, foram, apenas, indicados nos textos, que criavam a nova circunscrição político-administrativa. Corriam pelos limites da Presidência de Quito, Governo da Colômbia e Governo da Venezuela. Mais tarde, o Vice-Reinado do Peru sofreu nova modificação. Criou-se o Vice-Reinado do Prata.

Houve, então, nova delimitação, e, no caso, o Vice-Reinado do Prata avançou até o Pacífico, pois a ele foi incorporada a chamada Presidência de Charcas, que incluía a Província do Potosi, a qual se estendia até ao Pacífico, entre o rio Loa e o Deserto de Atacama. Estabeleceram-se, então, novos limites para o Vice-Reinado do Peru.

Criaram-se depois a Capitania Geral do Chile e Capitania Geral da Venezuela, com novas modificações.

Em todos esses casos, os limites das novas circunscrições político-administrativas eram traçados vagamente. Não havia preocupação de estabelecê-los com nitidez e às vezes, os limites anteriores não eram revogados por um ato expresso.

O Peru, por exemplo, quando se fosse constituir em Estado, baseados em títulos emanados do Conselho das Índias, poderia reivindicar a posse de todas as terras da América do Sul, porque, realmente, houve um período bastante longo, entre 1542 e 1739, em que o Vice-Reinado do Peru jurisdicionava todas essas terras.

Por outro lado, além dos grandes Vice-Reinados, isto é, dos

organismos de cúpula, havia outros, que tinham também funções jurídicas e políticas. Era o caso das Presidências, que eram Audiências, nas quais seu Presidente exercia também a função de governante da área. Eram, pois, órgãos executivos e judiciários e sob este último aspecto, subordinados diretamente ao Conselho das índias. Foram criadas como órgãos da Justiça colonial, depois receberam atribuições de fiscalizar as altas autoridades do Governo, por fim e em alguns casos, houve a justaposição do poder executivo ao poder judiciário. Acontecia que, para efeito de organização dos novos Estados, o território de uma Presidência, ou melhor, os limites desse território podiam ser levados em consideração. Por outro lado, havia os Bispados e os Arcebispados, delimitados pelo Conselho das índias, em alguns casos, antes mesmo que funcionassem os órgãos da administração. Foi o caso, por exemplo, do Paraguai, em que o Bispado funcionou, antes que se estabelecesse o chamado Governo de Guaíra.

Essa imprecisão na fixação de limites de territórios coloniais viria se constituir num problema sério, quando os países se tornassem independentes. Naturalmente, a primeira dificuldade verificada foi a multiplicidade dos limites, que se poderiam atribuir a determinada circunscrição administrativa colonial, conforme o período encarado. A primeira ideia, que surgiu, foi a de fixar uma data para apreciação desses limites. Essa data foi fixada no ano de 1810, isto é, o ano em que praticamente, se iniciou a Revolução pela Independência da América Espanhola. Quanto ao ponto-de-vista jurídico o fundamento em que se baseou foi o do "uti possidetis".

O direito do "uti-possidetis" vem do direito romano, e significava, no caso da América-Hispânica, que a nação surgida da Revolução teria a propriedade do território, em que se tinha estabelecido a antiga circunscrição, ou governo administrativo, que lhe deu origem, no ano de 1810.

Embora houvesse algumas violações, esse princípio passou a ser um PRINCÍPIO DE DIREITO na América Hispânica, depois da independência dessas Nações, figurando por exemplo, na primeira Constituição da Venezuela, como estado independente: "de acordo com o 'uti possidetis' em 1810, o território da Venezuela abrange o território da antiga Província Real e Capitania Geral da Venezuela".

Assim, com base no princípio em questão, as Nações que surgiam de antigas Capitanias Gerais teriam, como limites, os dos territórios das antigas Capitanias Gerais, no ano de 1810, como foi o caso da Venezuela e do Chile.

As Nações que surgissem de antigas Presidências teriam como limites de seus territórios os da antiga Presidência, no ano de 1810, como foi o caso do Equador e da Bolívia.

As Nações que surgissem de Intendências teriam como limites os dos territórios da antiga Intendência, no ano de 1810, como foi o caso do

Paraguai.

Finalmente, as Nações que surgissem dos Vice-Reinados teriam como limites os dos territórios dos antigos Vice-Reinados, no ano de 1810, como foi o caso da Argentina, do Peru e da Colômbia.

Todavia, da adoção desse princípio de direito surgiu um problema seríssimo, como o de precisar esse limite entre países da mesma origem, baseado em títulos, nos quais a descrição deles aparecia imprecisa, quando não contraditória. Quando o território disputado não tinha significação política ou econômica, era um Deserto ou uma área desocupada, coberta de florestas, ou um pântano, a discussão de seus limites ficava, no domínio da diplomacia.

Ao aparecerem elementos econômicos de grande significação nesses territórios, o problema extravasava do plano diplomático para o militar, porque os esforços diplomáticos, mostrando-se ineficientes, os países interessados apelavam para a guerra, na solução da questão. Foi o que ocorreu, por exemplo, entre o Chile e a Bolívia, com referência ao Deserto de Atacama, ou, entre a Bolívia e o Paraguai, no que concerne ao Chaco e com outros Estados da América do Sul. O dissídio inicial resultou da imprecisão dos textos das Cartas Regias. Agravou-se com o conhecimento do valor econômico desses territórios. Houve, ainda, outras fontes de dissídios, como o decorrente da não observância do "uti-possidetis" de 1810, por Bolívar, no caso de Guaiaquil. De acordo com a Carta Regia de 1802, os Governos de Guaiaquil, Maynas e Quijos deveriam ser incorporados ao Peru. Quando esse país se tornou independente, em 1822, podia, claramente, reivindicar a posse dos territórios de Guaiaquil, Maynas e Quiios. Mas, San Martin abriu mão desse último território, surgindo daí a disputa entre o Peru e Equador, agravado pelo fato de o Peru pretender reaver também a Província de Jaen que, em 1822, optara pela soberania do Peru, de acordo com o princípio da autodeterminação.

O Equador, porém, não reconheceu os direitos do Peru, transformando-se numa área de perturbação na América do Sul.

A Bolívia, também, teve uma formação política muito tumultuada. Inicialmente, pertenceu ao Vice-Reinado do Peru, depois passou a pertencer ao Vice-Reinado do Prata e, em 1810, estava subordinada a esse último. Por outro lado, a Bolívia constituía uma área de transição do ponto-de-vista geográfico. Participava da Cordilheira dos Andes, da Bacia do Amazonas e da Bacia do Prata e ligava-se, ainda, ao planalto brasileiro. Promoveu sua independência de acordo com o direito de autodeterminação. Sucre consagrou o fato consumado e Bolívar, apesar de combater a iniciativa de Sucre, acabou aceitando-a. Criou-se, então, a Bolívia, no interior do Continente, sujeita a essas atrações políticas e geográficas divergentes. A discussão dos limites territoriais constituiu, como se vê, causa fundamental das Guerras havidas entre Repúblicas Hispano-Sul-Americanas do Pacífico e

também na área do Prata.

As negociações diplomáticas, entre os dois confrontantes, apoiados em documentos absolutamente idôneos e respeitáveis, eternizavam-se, originando, não raro, soluções violentas. Entre o Chile e a Argentina houve grave disputa pela fixação de limites na fronteira da Patagônia. Estiveram às portas da guerra, mas acabaram resolvendo o problema, mediante arbitramento. Ainda, hoje, porém, perduram os ressentimentos entre esses dois países, tendo em vista a fronteira no Estreito de Magalhães.

Confirmando, ainda, a afirmação de que os dissídios sobre limites foram uma das causas gerais de todas as guerras havidas entre países Hispano-Sul-Americanos, podemos incluir o caso do Paraguai com a Argentina. Em 1767, quando os jesuítas foram expulsos, foi organizada a Província das Missões, subordinada ao Governo de Buenos Aires. Mas, depois, as Missões foram divididas, ficando uma parte subordinada ao Governo do Paraguai e outra, ao Governo de Buenos Aires. Mais tarde, todas as Missões tiveram um governador: Velasco Ibarra. Tendo sido esse governador nomeado Intendente do Paraguai, em 1803, uma Cédula Real determinou que a jurisdição do Intendente do Paraguai se estendesse, também, sobre toda a área das Missões. De acordo, pois, com o "uti possidetis" de 1810, o Paraguai podia aspirar a posse de todo o território das Missões até o Arapei, incluindo, também o território dos Sete Povos das Missões, no Brasil. Reivindicou este território por várias vezes, mas a Argentina nunca lhe reconheceu esse direito. Em 1865, conseguiu do Brasil, no Tratado da Tríplice Aliança, que fosse reconhecida a sua posse sobre esses territórios, esbulhando, nitidamente, o Paraguai. No Tratado de 1865, o Brasil reconheceu, como fronteira da Argentina como o Paraguai, o rio Paraná até a confluência com o Paraguai.

Permitiu, além disso, que a Argentina avançasse, no Chaco, até a região da Baía Negra, isto é, viesse confrontar com o Brasil na região oeste de Mato Grosso.

O Conselho de Estado tomou conhecimento do Tratado e verificou o quanto tinha o Brasil sido generoso com a Argentina nas negociações para o estabelecimento do Tratado da Tríplice Aliança. O Governo Imperial deu então ordens aos nossos representantes diplomáticos, para limitar a pretensão argentina, no Chaco, ao Pilcomaio, pelo menos. Mas a Argentina, garantida por esse Tratado, resistiu às sugestões brasileiras. A questão continuou até 1870, quando se negociou o Tratado definitivo de paz, em separado, com o Paraguai, ao custo quase de uma guerra com a Argentina. Só depois da mediação do General Mitre, conseguiu-se submeter ao arbitramento do Governo dos Estados Unidos o litígio entre o Paraguai e a Argentina, o que opinou em favor das pretensões do Paraguai e, portanto, em favor da posição do Brasil. Assim mesmo, o Paraguai perdeu sua fronteira natural, sua fronteira histórica com a Argentina, que é o rio

Bermejo e não o rio Pilcomaio. A Argentina avançou até o rio Pilcomaio e colocou-se no lado oeste de Assunção, aproximando-se, portanto, das nossas áreas vitais, que ficaram ao alcance de seus meios aéreos.

Outra causa que atuou, de modo geral, nestas guerras foi a instabilidade política. Os patrícios sul-americanos de modo geral quando lutaram pela independência, tinham em mira assenhorarem-se dos instrumentos do Estado para, à base desse domínio, assegurarem os privilégios e as concessões, que tinham recebido, durante o período colonial. A maioria dos Presidentes desses países combateu, inicialmente, ao lado dos realistas, como por exemplo os do Peru, que governaram logo depois da independência. Só depois da intervenção de San Martin puseram-se ao lado dos patriotas. Criou-se, então, particularmente, nos Estados do Pacífico, uma grande instabilidade política. Quase todos esses Caudilhos tinham combatido juntos, seja no campo realista, seja no campo patriota, resultando, portanto, que se apoiavam, mutuamente. Quando, por exemplo, dois caudilhos entravam em luta, no Peru, o vencido se refugiava na Bolívia, ou no Equador. Nesses países, com o auxílio e complacência do antigo companheiro, que estava na Presidência da Bolívia, ou do Equador, armava-se e voltava ao ataque ao seu próprio País. Esse prática criou uma situação de suspeita e de desconfiança de um governante, em relação a outro. Essa situação de instabilidade política está, pois, na base de todas essas guerras, pelo menos naquelas que, imediatamente, se seguiram à Independência, como a guerra entre a Confederação Perúvio-Boliviana e o Chile.

Outro aspecto dessa instabilidade política foi a posição de prestígio que esses países desfrutaram durante o período colonial. O Peru foi, durante todo o período colonial, o núcleo básico da administração colonial na América do Sul e durante a Guerra da Independência funcionou como base militar da reação metropolitana.

Só em 1822, começou a ser submetido, mas mesmo assim, o exército espanhol permaneceu intacto, no Peru, e só foi destruído, em 1824. Ora, era natural que essa situação, no Peru, repercutisse de duas formas: uma em relação à Metrópole, que pensava, apesar da independência da Colônia, que ainda podia contar com a lealdade dos peruanos e outra em relação ao próprio Peru, que se habituara, durante trezentos anos à ideia de ser a primeira área de valor político, econômico e militar do Pacífico e não desejava abandonar essa posição.

Em oposição ao Peru começou, porém, a surgir o Chile. Durante o período colonial fora Capitania pobre, sem expressão econômica, sem nenhum relevo político com suas despesas administrativas pagas, em grande parte, pelo Vice-Reinado do Peru. Mas, tivera uma colonização diferente, conseguira promover uma Revolução mais orgânica e logo começou a desenvolver-se social e economicamente. Além disso, o emprego de navios a vapor permitiu que os portos chilenos ganhassem expressão muito maior do

que os portos peruanos. O navio a vapor podia vencer o Estreito de Magalhães, em qualquer época do ano e, naturalmente, vinha comerciar com os portos, que lhe ficavam mais ao alcance. O Chile começou a exercer a função de entreposto distribuidor de mercadorias, ao longo de toda a costa do Pacífico, função esta que antes coubera ao Peru, através do porto de Callao. O Chile se foi desenvolvendo. O Peru sentindo cada vez mais, que estava sendo suplantado, procurou defender sua posição antiga. Ainda, hoje, esse fato é uma realidade política do Pacífico; o Chile e o Peru disputam a supremacia no Pacífico e essa hegemonia se situa fundamentalmente, em termos navais. Quem possuir a superioridade naval nessa área, possui implicitamente, a superioridade política porque nada se pode fazer em matéria de transporte sem o domínio do mar. Esse fato ficou explícito durante a Guerra da Independência e seria confirmado no decorrer da Guerra do Pacífico. Durante a Guerra da Independência, enquanto San Martin não conseguiu, através de Cochrane, os elementos navais suficientes para conquistar a superioridade do mar, não pôde desembarcar, no Peru e submeter esse país. Na Guerra do Pacífico, o Chile começou interiorizado em Forças Navais e sofreu sua primeira derrota. Tão logo conseguiu obter o domínio do mar, ganhou a guerra, porque pôde levar suas forças a lio, desembarcar mais ao norte, enquanto os peruanos estavam limitados em seus movimentos pelas dificuldades de transporte ao longo da Cordilheira, onde as vias terrestres eram poucas e descontínuas. Finalmente, outra causa geral dessas guerras, foi a tradição dos homens fortes da Independência, particularmente, aquela tradição deixada por Bolívar, da constituição de grandes Estados. Santa Cruz foi um dos corifeus desta ideia. Não há dúvida que tentou estabelecer uma grande Confederação no Pacífico. Essa ideia vive, até hoje, tanto nos países do Caribe, como no Pacífico, se bem que estes estejam muito mais distantes de sua realização, em consequência dos dissídios sérios, entre o Peru e o Chile, entre o Peru e a Bolívia e outros. Pensa-se, ainda hoje, numa Confederação que reúna a Bolívia com o Peru, ou a Colômbia com o Equador.

2 — GUERRA ENTRE O PERU E A GRA-COLÕMBIA (1828-1829)

a — Causas da Guerra

À guerra das colônias espanholas contra a Metrópole foi conduzida, em seus aspectos gerais, por dois grandes chefes: o general José de San Martin e o general Simon Bolívar. O primeiro, à frente das forças, recrutadas, organizadas e equipadas pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1814 e 1817, transpôs os Andes e derrotou as forças espanholas, sediadas na Capitania Geral do Chile na batalha de Chacabuco, em fevereiro de 1817, e na de Maipu, em abril de 1818, sendo proclamada a independência do Chile. Com o apoio do Governo do Chile o general San Martin organizou

uma expedição no porto de Vai paraíso e, em agosto de 1820, desembarcou no Peru, logrando ocupar Lima, em 1822, e proclamar a independência do Peru, sem conseguir, entretanto, destruir o grosso das forças espanholas muito numerosas nessa área.

O general Simon Bolívar depois de uma difícil campanha, contra os espanhóis, na Capitania Geral da Venezuela, conseguiu conquistar a base de operações de Angustura, em 1817, onde ativou o recrutamento e a organização de seu Exército- Com as forças reunidas em Angustura, Bolívar decidiu levar a guerra ao Vice-Reinado de Nova Granada para apoderar-se dos recursos em ouro e prata ali existentes e equipar definitivamente seu Exército, a fim de se impor aos espanhóis na Venezuela. Transpôs os Andes colombianos, em 1819, e derrotou os espanhóis na batalha de Boiacá e proclamou a independência do Vice-Reinado da Nova Granada. Com suas forças reorganizadas, graças aos recursos reunidos em Bogotá, voltou à Capitania Geral da Venezuela para destruir as forças espanholas reunidas, na Batalha de Carabobo, em 1821. De acordo com suas ideias políticas organizou, então, a Grã-Colômbia, com os Departamentos da Venezuela e da Colômbia, já libertados, e o de Quito, ainda, sob o domínio espanhol. Bolívar, atendendo a apelos, que lhe fizeram os revolucionários de Guaiaquil, enviara um Destacamento sob o comando do general José Antônio de Sucre para apoiar a Revolução nessa área. O general Sucre, auxiliado pelas forças do general Andres de Santa Cruz, enviadas por San Martin, em atenção, também, ao pedido dos revolucionários de Guaiaquil, derrotou as forças espanholas na batalha de Pechincha, em 1822, libertando a Presidência de Quito.

Bolívar, informado desse sucesso, se dirigiu para Quito, onde proclamou a anexação da Presidência de Quito à Grão-Colômbia, de acordo com as disposições constitucionais, que a organizara.

Nessa altura, interveio o general San Martin em defesa dos interesses do Peru. O Peru se julgava herdeiro direto do território do antigo Império dos Incas, o Tehuantisuyo, que se estendia de Quito ao Rio Maule e de Tumbez a Tucuman ou, no mínimo, do território do antigo Vice-Reinado do Peru, na conformidade do “uti possidetis” do ano de 1810.

E de acordo com esse último critério, aceito por Bolívar, as Províncias de Guaiaquil, Maynas e Quijos, que acabavam de ser incorporadas à Grã-Colômbia, deviam pertencer ao Peru, uma vez que a Cédula Real de 1802, mandara incorporar ao Vice-reinado do Peru, os Antigos Governos de Guaiaquil, Maynas e Quijos, então pertencentes à Presidência de Quito, parte integrante do Vice-Reinado da Nova Granada, desde 1739. Além disso, a Revolução de 1822, em Guaiaquil, fora deflagrada pelas forças peruanas, destacadas no território deste Governo e o general San Martin, apoiara, imediatamente, a Revolução mandando àquela cidade, Bernardo Monteagudo e o coronel Luzuriaga. Desejando esclarecer essa questão e

obter do general Simpn Bolívar, recursos em tropa para enfrentar as forças metropolitanas concentradas em Cuzco, Jauja e Alto Peru, o general San Martin combinou com ele um encontro na cidade de Guaiaquil. Esse encontro se realizou nos dias 26 e 27 de julho de 1822 e constituiu um dos pontos culminantes da Guerra da Independência. San Martin não conseguiu obter recursos militares substanciais de Bolívar, mas este aceitou a sugestão de uma consulta plebiscitaria para decidir qual o Estado que teria a jurisdição sobre o Governo de Guaiaquil se a Grã-Colômbia, ou o Peru. O plebiscito, se realizou em agosto de 1822, e o povo de Guaiaquil se manifestou favorável à soberania da Grã-Colômbia.

O general San Martin descontente com o rumo que os acontecimentos vinham tomando e não desejando, que suas divergências com Bolívar, retardassem a destruição definitiva do grosso das forças metropolitanas, intato no Peru, se afastou do cenário político daquele país, deixando a Bblivar a missão de ultimar e consolidar sua independência.

Bolívar interveio, então, com o peso de suas tropas numerosas e experimentadas e derrotou os espanhóis na batalha de Ayacucho, em dezembro de 1824, firmando no campo de batalha um Armistício, que representava o reconhecimento tácito da independência de todos os países sul-americanos de origem espanhola.

Em 1825, Bolívar concordou com a organização da Bolívia, como Estado independente das Províncias Unidas do Rio da Prata e do Peru, contrariando, frontalmente, os desejos de alguns chefes militares peruanos de incorporar ao Peru, pelo menos, as Províncias da área andina da Bolívia-Bolívar, eleito pelo Congresso, Presidente Vitalício do Peru, lhe impôs a Constituição de 1826, semelhante àquela outorgada à Bolívia e se retirou do Governo para atender problemas internos da GrãColômbia. Disso se aproveitaram seus inimigos, no Peru, para promover uma insurreição da força colombiana lá estacionada, em 28 de janeiro de 1827, afastá-lo da Presidência da República do Peru, restabelecer a Constituição de 1823, que abolira, e eleger o general José de La Mar, Presidente do Peru, em sua substituição.

Bolívar tentou resistir através de partidários seus, no Peru, mas seu representante ali, Armero, foi expulso do país. O Governo peruano se negou a pagar a dívida de 3,5 milhões de pesos, correspondente ao auxílio prestado pelo Governo da GrãColômbia à independência do Peru exigindo a devolução imediata dos territórios de Jaen, Maynas e Quijos já incorporados à Grã-Colômbia.

Do que se expôs, sucintamente, se pode concluir que as causas da guerra entre a República do Peru e a República da Grã-Colômbia foram as seguintes:

— O propósito de chefes militares peruanos, inspirados na política de equilíbrio político-militar entre os Estados recém organizados de estabelecerem a jurisdição do Estado peruano sobre o território do antigo Império dos Incas, o Tehuantisuyo, ou no mínimo do antigo Vice-Reinado do Peru, de acordo com o “uti-possidetis” de 1810.

— A reação dos chefes militares do Peru à política de Bolívar, a qual emprestavam o propósito de submeter todo o Continente à dominação da Grã-Colômbia.

— A exigência feita à Grã-Colômbia de devolução imediata dos territórios de Maynas e Quijos, pertencentes ao Peru, de acordo com a Cédula Real de 1802 e o “uti-possidetis” de 1810 e o da Província de Jaen, que se manifestara, em 1822, pela soberania do Peru, os quais continuavam sob o domínio da Grã Colômbia.

— As repetidas manifestações de parte da população da Província de Guaiaquil favoráveis à sua incorporação ao Peru.

— A expulsão do ministro plenipotenciário da Grã-Colômbia, Armero, do Peru e a recusa do Governo deste país de pagar a dívida de 3,5 milhões de pesos, exigidos pela Grã Colômbia, como indenização das despesas realizadas durante a guerra da independência.

— A intervenção do Governo peruano, na Bolívia em 1827-1828, da qual resultou a deposição do Marechal José Antônio Sucre, da Presidência deste país.

b — Síntese das operações

(1) Operações marítimas 4

Em 19 de setembro de 1828, o Governo peruano mandou bloquear a costa colombiana, desde Machala até Panamá. Graças ã superioridade naval de que dispunham, no Pacífico, os peruanos se assenhoraram, rapidamente, do domínio do mar, destruindo as corvetas Colombianas “Pichincha” e “Guaiaquilena”. No dia 21 de novembro, o almirante peruano Guisse, com seu pavilhão na fragata "Presidente" e reforçado pela corveta “Liberdad” e a goleta “Peruana” surgiu com sua Esquadra, frente ao porto de Guaiaquil e iniciou o bombardeio das obras fortificadas e navios, que o defendiam. No dia 24, as defesas do posto tinham sido neutralizadas, mas a morte do almirante Guisse, retardou sua ocupação, que só se realizou em 20 de janeiro de 1829, em virtude de uma insurreição dos habitantes da cidade, apoiada por parte das forças colombianas, que a defendiam.

Ocupado o porto, o coronel Prieto foi nomeado Governador Geral e enviou várias expedições ao interior para destruir remanescentes de forças colombianas, chegando a ocupar Cuenca.

(2) Operações terrestres

(a) — Situação Geral

Desde o início das operações, a situação política na Grã Colômbia era muito difícil. Em Popayan, os Generais colombianos Obando e Lopez se rebelaram contra Bolívar, ocupando Pasto, tomaram posição defensiva no rio Juanambu e colocaram-se à disposição do General La Mar.

Em Bogotá, rebentou a insurreição, chefiada pelo Vice-presidente da Grã-Colômbia, Francisco de Paula Santander, contra Bolívar, sem obter êxito. Em Guaiaquil, a 3ª Divisão Colombiana, comandada pelo Coronel Bustamante, fez causa comum com a insurreição popular e expulsou da cidade as autoridades bolivarianas e se entregou aos peruanos, sem luta.

No Peru, bem ao contrário, a opinião pública apoiou, vivamente, o General La Mar. Organizou-se um Exército de 12.500 homens, dos quais 4.500 entraram em operações ativas e o restante constituiu o Exército de reserva.

O General Gamarra, depois da invasão da Bolívia, estacionou em Areguipa, pronto para operar.

(b) As forças em presença

O General La Mar decidiu concentrar suas forças, que constituíam o Exército do Norte, na fazenda de Tambo Grande, a fim de aguardar as de Gamarra. Em 28 de novembro de 1828, as forças peruanas transpuseram a fronteira da Grã-Colômbia e, a 10 de dezembro, ocuparam Loja. Somente em janeiro chegavam à Loja as forças de Gamarra.

O Exército do Norte numerava, então, 7.500 homens e o General Gamarra foi nomeado Comandante-em-Chefe, ficando La Mar, como Diretor da Guerra.

Por sua vez, Bolívar conseguira aquietar Paez e dominar a insurreição em Bogotá. Designou Sucre, que regressara da Bolívia, Comandante-em-Chefe do Exército, que estava se concentrando na Província de Azuay e ativou o recrutamento. Organizou, também, um Exército de Reserva, que estacionou na Província de Pasto. Essas forças não chegaram a intervir na guerra, porque foram detidas no rio Juanambu pelo General Obando, rebelado e às ordens de La Mar.

Em fins de janeiro, as forças peruanas estacionavam em Saraguro, sob o comando de Gamarra, e as colombianas, em Cuenca, sob o comando de Sucre.

(3) Síntese das operações

Ainda em janeiro, Sucre enviou parlamentares a La Mar, a fim de negociar a paz, sem obter sucesso.

Em 13 de fevereiro, o General Sucre desencadeou um ataque de

surpresa sobre os peruanos em Saraguro, logrando destruir parte de seus efetivos e apoderando-se de armas e outros materiais. Em seguida, ordenou a retirada de suas forças para Cuenca.

Os peruanos, em conseqüência, avançaram para o Norte e, em 21 de fevereiro, ocuparam Jiron com o grosso da tropa, cobertos em Portete de Tarqui, contraforte da cordilheira, que cortava todos os caminhos. Sucre, que se encontrava a 15 km de Portete, decidiu atacar a cobertura peruana. Marchando durante a noite, atacou ao clarear do dia, logrando completo sucesso.

Em face dessa vitória, Gamarra e Sucre assinaram o Convênio de Jiron, pelo qual as forças peruanas deviam evacuar o Equador e entregar Guaiaquil. As forças do Gen. Gamarra iniciaram a retirada, cruzaram o Maçará e chegaram à Piura.

Em Guaiaquil, o Comandante da Esquadra peruana e governador da cidade decidiu não cumprir o disposto no Convênio de Jiron, sem ordens diretas de Lima. O governo peruano aprovou, plenamente, esse procedimento e decidiu continuar a guerra com o Exército de Reserva.

O General Sucre reforçou as forças colombianas e sitiou Guaiaquil. Em 19 de maio, houve um duro combate nas proximidades dessa cidade e Bolívar assumiu pessoalmente o comando das forças colombianas.

Entrementes, o General Gamarra, em Piura, articulava uma rebelião contra La Mar. O movimento rebentou, simultaneamente, em Piura e Lima, obtendo êxito. La Mar foi preso e exilado e o General Gamarra assumiu o poder.

Negociava-se, em Piura, o Tratado de Guaiaquil, quando o General Cerdeno, comandante das forças peruanas de Guaiaquil, entregou esta cidade aos colombianos, em 11 de julho de 1829.

O Tratado de Paz e Limites de Guaiaquil, também chamado de Piura, datado de 16 de outubro de 1829, estabeleceu que os limites entre o Peru e a Grã-Colômbia seriam os mesmos existentes, em 1810, entre o Vice-Reinado do Peru e o de Nova Granada.

O Protocolo de 11 de agosto de 1830 definiu os limites mencionados no Tratado de Guaiaquil, em termos geográficos, descrevendo-os como passando por Tumbez, Maçará e o Rio Marañon-Amazonas.

Estava, assim, terminada a Guerra entre o Peru e a Grã Colômbia.

c — Às consequências da Guerra

Essa guerra, na qual se revelaram as profundas divergências, que trabalhavam a Grã-Colômbia, apressou a dissolução desse Estado, organizando-se então, definitivamente, as Repúblicas da Venezuela, da Colômbia e do Equador.

Resultaram desse fato problemas de fronteiras, que constituíram as consequências mais importantes dessa guerra:

— questão de fronteira entre o Peru e o Equador;

— questão de fronteira entre o Equador e a Colômbia, e

— questão de fronteira entre o Peru e a Colômbia.

(1) Questão de fronteira entre o Peru e o Equador

O Equador, separado da Grã-Colômbia, julgava-se herdeiro do território da Presidência de Quito e da fronteira sul da Grã-Colômbia.

Da Presidência de Quito, de acordo com o "uti-possidetis" de 1810 e da fronteira sul na conformidade do Tratado de Paz e Limites de 1829 e do Protocolo de 1830.

O Peru alegava direitos sobre as Províncias de Maynas e Quijos na conformidade do "uti-possidetis" de 1810 e sobre a Província de Jaen de acordo com o direito de autodeterminação, expresso por esta, em 1822.

Os direitos alegados pelos dois Estados eram válidos e respeitáveis, mas se firmavam em critérios diferentes, embora houvesse um denominador comum o "uti-possidetis" de 1810 e o Tratado de Guaiaquil, invocado pelo Equador.

Cumpria, pois, verificar qual o limite entre o Vice-Reinado do Peru e o da Nova Granada, em 1810. E, nesse ponto, tudo dependeria da interpretação a ser dada às disposições da Cédula Real de 1802.

Neste particular, o Peru sustentava que a transferência da jurisdição das Províncias de Maynas e Quijos, em 1802, da Presidência de Quito para o Vice-Reinado do Peru, fora completa, abrangendo os aspectos políticos, eclesiásticos e militares.

O Equador, por seu turno, contestava, alegando que essa transferência fora parcial, abrangendo, apenas, a jurisdição eclesiástica e militar e, que não houvera secessão política das Províncias, em relação à Presidência de Quito.

Nesse ambiente, se iniciaram as negociações, que se prolongaram pelos anos de 1841 e 1844 sem se chegar a um acordo. Resolveram os litigantes apelar para arbitragem do Rei da Espanha, sem, contudo, concretizarem essa resolução.

Enquanto isto, agentes peruanos rebuscavam os arquivos coloniais, visando a fundamentar melhor os direitos peruanos, baseados na Cédula Real de 1802.

O Equador, temeroso de que essas buscas colhessem provas irrefutáveis, concordou, no Tratado de 2 de maio de 1890, com o domínio do Peru sobre Tumbez, Jaen e a região de Iquitos, reservando-se, entretanto, o acesso ao rio Amazonas pelos rios Santiago-Marafíon. Essa solução não satisfez, ainda, o Peru, que negou ratificação ao Tratado, convindo por fim os dois governos, em 1904, em submeter a pendência à arbitragem de Afonso XIII, Rei da Espanha. Em 1910, essa nova tentativa foi encerrada, pois as

duas partes continuavam discordando sobre o mérito da questão.

Ocorreu, então, nessa época, o primeiro oferecimento de mediação dos Estados Unidos, da Argentina e do Brasil. As negociações consequentes culminaram, em 1924, com o Protocolo, no qual o Equador e o Peru concordavam em submeter a questão à arbitragem do Governo dos Estados Unidos. Esse protocolo não chegou a ser executado.

Mas, os esforços dos mediadores prosseguiram e, em 1936, foi assinada, em Lima, a Ata de 6 de junho, ficando decidido revigorar o Protocolo de 1924 e conferir aos Estados Unidos a arbitragem da questão.

Realizaram-se várias Conferências sem nenhum resultado concreto.

Em 1940, o Peru se decidiu a resolver a questão pela guerra. Em julho invadiu o território do Equador e, numa rápida campanha militar, chegou às portas de Quito.

Os mediadores, que continuavam acompanhando os acontecimentos, conseguiram a suspensão das hostilidades pelo Acordo de Talara, de 2 de outubro de 1941. A esse acordo, seguiu-se o Memorando de 4 de outubro de 1941, solicitando aos litigantes que retirassem suas forças para 15 km, atrás da linha estipulada na Ata de Lima.

O Peru resistiu e o Brasil adotou uma atitude firme, declarando que não reconhecia nenhum valor à invasão e estava decidido a conseguir a desocupação do território invadido até a linha de 1936. Nessa altura, o Governo chileno juntou-se aos esforços dos três mediadores. Nesse ambiente, realizou-se no Rio de Janeiro, a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos onde, à margem do temário da Conferência, foi tentada uma solução da questão.

As negociações foram penosas em face das exigências do Peru e conduziram a fim melancólico: a imposição ao Equador da linha descrita no Protocolo de Paz e Limites, de 22 de janeiro de 1942, semelhante à de 1936, mas custando ao Equador cerca de 13.000 km2 de território.

Não ficaram, porém, dirimidas as divergências entre o Equador e o Peru. Elas persistiram na região do rio Lagartococha em torno da sua nascente e na área Zamora-Santiago, na qual variam os critérios para demarcar os limites entre a Quebrada de San Francisco e a confluência Yaupi-Santiago.

O povo equatoriano tem reagido, violentamente, através da Imprensa e do Congresso contra a conduta de seus representantes na reunião de Consulta de 1942 e os incidentes na linha de fronteira têm sido numerosos.

Atualmente, o Equador continua a pleitear seus domínios na área amazônica, visando a obter plena soberania e segurança em seu acesso ao Marañon. Por seu lado o Peru defende, intransigentemente, a execução fiel e completa do Protocolo de 22 de janeiro de 1942, assegurando que jamais consentirá em dar ao Equador uma saída pelo Marañon, em detrimento de direitos, que fará respeitar por todos os meios.

(2) Questão de fronteira entre o Equador e a Colômbia

O Equador reivindicava da Colômbia, de acordo com o "uti-possidetis" de 1810, o território de jurisdição da antiga Presidência de Quito.

A Presidência de Quito, na conformidade do Real Decreto de agosto de 1563, se estendia até Buenaventura, na costa do Pacífico e até Buga, no interior, além da cidade de Cali. Abrangia a rica e fértil região de Popayan e o vale superior do Cauca, desmembrado do Tribunal de Santa Fé de Gogotá (criado em 1548 e elevado no ano seguinte à Presidência).

A Carta Fundamental de 1830, que declarou constituída a República do Equador, lhe atribuía o antigo território da Presidência de Quito.

Mas, logo depois, determinava que esse Estado "se una e confedere aos demais estados da Colômbia para formar uma só Nação, com o nome de República da Colômbia".

Ao se constituir a República da Nova Granada, coube ao Vice-Presidente José Maria de Marquez chegar a um acordo preliminar com o Equador sobre o litígio fronteiriço, e evitando uma ação armada do Equador.

Nesse acordo, os dois governos convieram em traçar uma linha de limites na conformidade da Lei Colombiana de 1824 sobre a divisão territorial da Grã-Colômbia. Não se chegou, a precisá-lo em termos geográficos.

A insurreição contra os decretos da supressão dos Conventos Menores, chefiada pelo Padre Villota, e depois explorada, politicamente, pelo General José Maria Obando, contou com o apoio do General Juan Flores, chefe de estado equatoriano, o qual desejava modificar o Acordo de 1832.

A questão surgida no Panamá, desde o contrato para construir a estrada de ferro do Panamá, com Francisco Klem, em 1846, até a independência da República do Panamá, em 1903, aliada à crescente tensão das relações perúvio-equatorianas e da instabilidade política na Colômbia e no Equador, relegaram a um segundo plano o litígio fronteiriço entre o Equador e a Colômbia.

Em 1904, o Equador assinou um Tratado com o Brasil, visando a preservar os seus direitos na área, em que deveriam confluir seus limites com os dó Peru e os da Colômbia, em face do litígio, que vinha mantendo com o Peru, o qual deveria ser submetido à arbitragem do Rei de Espanha.

Em 1916, os Governos do Equador e da Colômbia chegaram a um acordo definitivo sobre limites, os quais foram fixados desde o rio Carchia ao Rio Amazonas.

(3) Questão de fronteira entre o Peru e a Colômbia

Desde 1845, que o Peru se considerava lindeiro com a Colômbia na Bacia do Amazonas e, nessa convicção, assinou com o Brasil o Tratado de Limites de 1851, o Acordo de 1874 e o Tratado de Limites de 1909.

Em 24 de março de 1922, sob a presidência de Augusto Leguía, o Peru assinou com a Colômbia o Tratado SalomonLozano, definindo os limites entre as duas Repúblicas.

Como houvesse nesse Tratado cláusulas, que contrariavam o Tratado de 1909, entre o Brasil e o Peru, o Governo brasileiro procurou acautelar seus direitos. As gestões diplomáticas conduziram, então, à assinatura da chamada Ata de Washington, de 4 de março de 1925, sob os auspícios do Secretário de Estado norte-americano Charles E. Hughes, na qual ficaram dirimidas todas as questões pendentes.

d — A questão de Letícia

Na conformidade do Tratado Salomon-Lozano, de 24 de março de 1922, coubera à Colômbia uma área de cerca de 4.000 km2, entre os rios Maranon e Putumaio, onde se localizava a pequena povoação de Letícia, com cerca de 500 habitantes. Essa área fora cedida à Colômbia, juntamente com um pequeno corredor, de modo a lhe permitir atingir, diretamente, o rio Amazonas, mediante compensação de território e outras, depois de entendimentos com o Brasil.

Quando Augusto Leguía deixou o poder, em 1920, a opinião pública peruana criticou, severamente, suas liberalidades para com os interesses estrangeiros, notadamente, a cessão territorial feita à Colômbia, considerada verdadeira traição.

Durante o governo de Luís M. Sanchez, em 1º de setembro de 1932, alguns soldados e civis peruanos se apoderaram do povoado de Letícia.

O governo peruano logo reconheceu a ocupação. O governo colombiano protestou, pedindo ao Peru a imediata evacuação da área. Enviou notas ao governo dos Estados Unidos e aos signatários do Pacto de Paz de Paris, chamando a atenção deles para as obrigações contraídas pelo Peru, ao assiná-lo, de não recorrer à violência.

O Peru informou à Liga das Nações que uma frota colombiana estava subindo o rio Amazonas. A Comissão Permanente Pan-Americana de Conciliação e Arbitragem, estabelecida pela 5ª Conferência Pan-Americana de 1923, interpôs seus ofícios amistosos, bem como as potências do ABC (Argentina, Brasil e Chile).

O Brasil se ofereceu para tomar, temporariamente, sob sua proteção a área litigiosa. O Secretário de Estado norte-americano Stinson convocou uma Conferência, em Washington, em janeiro de 1933, e enviou uma Nota ao governo peruano, na qual lhe censurava ter usado o recurso das armas e declarava não reconhecer a ocupação de nenhum território pela força.

Em 17 de fevereiro de 1933, o Governo da Colômbia, apoiado no artigo 15 do “Convenant” apelou para a Liga das Nações. Em consequência, o Conselho da Liga decidiu, em 21 de janeiro, examinar o problema, juntamente com o do Chaco. Em 25 de maio, representantes da Colômbia e

do Peru se reuniram em Genebra e aceitaram a recomendação do Conselho da Liga das Nações para que cessassem as hostilidades. Uma comissão constituída de um representante dos Estados Unidos, outro do Brasil e da Espanha, iniciou, em junho de 1933, o estudo do problema.

Em 19 de maio de 1934, os governos da Colômbia e do Peru aceitaram a chamada "fórmula Mello Franco", Ministro do Exterior do Brasil, firmando-se um Acordo, que foi ratificado em 27 de setembro.

O Acordo reconhecia os limites fixados pelo Tratado de 24 de março de 1922, entre o Peru e a Colômbia, ratificado em 23 de janeiro de 1928.

O Peru expressou seu pesar pelo procedimento de suas tropas irregulares.

A zona de Letícia foi desmilitarizada e devolvida à Colômbia e restabelecida a navegação livre nos rios da Bacia do Amazonas.

3 — GUERRA DA CONFEDERAÇÃO PERÚVIO-BOLIVIANA CONTRA O CHILE (1836-1839)

a — Causas da Guerra

Esta guerra, que durou de 1836 a 1839, se originou de desentendimentos de ordem financeira e da instabilidade política reinante nesses países, logo após a Independência.

Remontando às lutas pela Independência, verificamos que as forças metropolitanas foram derrotadas, em 1824, na Batalha de Ayacucho, que marcou a consolidação da Independência nos países da América do Sul espanhola. Em 1825, reuniu-se a Assembléia de Chuquisaca, na área de Charcas, sendo proclamada a Independência da Bolívia, ficando Sucre como seu governador, fato aceito por Bolívar, que outorgou uma Constituição ao novo Estado. Voltando ao Peru, Bolívar impôs-lhe, também, essa Constituição. Mas, quando foi à Venezuela sufocar a pretensão de Paez de separar este país da Grã-Colômbia, o General La Mar, no Peru, deu um golpe-de-estado visando a revalidar a Constituição de 1824 e declarou guerra à Colômbia tendo em vista reconquistar os territórios de Maynas, Quijos e a Província de Jaen, que alegava pertencerem ao Peru. Foi, porém, derrotado em Portete dei Tarqui, e em consequência substituído pelo General Gamarra.

Gamarra não demorou no governo do Peru, pois, após uma revolução, foi deposto pelo General Luiz José de Orbegoso que, pouco depois, teve de enfrentar uma rebelião chefiada pelo General Felipe Salaverry, comandante da praça de Callao.

Enquanto isso, na Bolívia, estalou também uma rebelião fomentada pelos próprios peruanos, sendo Sucre substituído por Santa Cruz.

Gamarra, após sua derrota no Peru, refugiou-se na Bolívia, com o apoio de Santa Cruz. Desejoso de reassumir o governo do Peru, Gamarra pediu o apoio da Bolívia, e, em troca, aceitou as propostas de Santa Cruz

para reunir em uma federação o Alto e o Baixo Peru. Aceitou, aparentemente, pois jamais pensou subordinar sua política à de Santa Cruz, de quem era rival dissimulado.

Assim apoiado, Gamarra transpôs o rio Desaguadero, tendo recebido o apoio de 2 divisões peruanas, que abandonaram Salaverry. Com estas duas divisões Gamarra possuía elementos suficientes para enfrentar seja Salaverry, que continuava em Lima, seja Orbegoso, que permanecia em Arequipa. Sua situação era favorável a partir desse momento.

Sabedor de que Gamarra havia transposto o Desaguadero e tendo notícias da atividade de Salaverry, em Lima, Orbegoso decidiu oferecer ao General Santa Cruz sua submissão e as tropas que lhe eram fiéis.

Santa Cruz aceitou este novo convênio (junho de 1835), mais eficiente e vantajoso, e abandonou seu compromisso com Gamarra, de quem desconfiava. Realmente, nessa época, Gamarra achava-se em confabulações com Salaverry para enganar Santa Cruz. Este auxiliava Gamarra, somente para deter os alarmantes progressos de Salaverry, cuja consolidação no governo seria o fim da sua projetada Federação.

Gamarra, ofendido com esta atitude de Santa Cruz, resolveu oferecer seus serviços a Salaverry, pondo-se, incondicionalmente, às suas ordens.

O Ditador aceitou a oferta. Santa Cruz marchou, então, contra Gamarra, derrotou-o no Combate de Yanacocha e ocupou Cuzco, dominando todo o sul do Peru (agosto de 1835). Depois de várias operações, inclusive com transporte feito por mar, Santa Cruz derrotou as forças de Gamarra e Salaverry reunidas em Socabaya (fevereiro de 1836).

Depois das vitórias de Yanacocha e Socabaya, Santa Cruz, de acordo com Orbegoso, resolveu organizar a Confederação Peru-Bolívia, projeto que vinha acariciando desde o tempo em que governou o Peru, como delegado de Simon Bolívar. Era uma ideia pregada por Bolívar e que encontrava fundamentos em razões geográficas, étnicas, econômicas e políticas, mas fortemente hostilizada pelos generais peruanos.

Santa Cruz convocou então três Assembleias, que se reuniram em Sicuani, para o sul peruano, em Tapacari para Bolívia e em Huara para o norte-peruano. Essas Assembleias funcionaram no ano de 1836 e aprovaram o plano da Confederação dos Três Estados:

— o norte-peruano, com os Departamentos de Amazonas, Junin, Libertad e Lima. Foi eleito Presidente Orbegoso;

— o sul-peruano com os Departamentos de Arequipa, Puno, Cuzco e Ayacucho;

— a Bolívia.

O sul-peruano foi confiado a Tristan, a Bolívia a José Maria Vellasco, ficando Santa Cruz com o título de Protetor da Confederação.

Santa Cruz, descendente de uma princesa inca, unificara o velho Império e poderia, agora, partir para a conquista do Chile.

A situação política do Chile, após a sua independência, era difícil. O' Higgins, muito combatido, renunciara, seguindo-se um período de guerra civil, até 1833, quando foi estabelecida a primeira Constituição, de caráter autocrático, inspirada nas tradições de Bolívar.

Sobreveio um período de relativa estabilidade, alicerçada pela atuação de Diego Portales, educado na Europa e de alta linhagem fidalga.

Conseguiu Portales a almejada consolidação política, por meio do policiamento do Exército, através da criação de uma Guarda Nacional, que se lhe contrapunha e afastando das fileiras todos os oficiais, que se envolveram em política. Portales pressentiu o perigo, que representava para o Chile, a Confederação Perúvio-Bòliviana, que poderia, no mínimo, criar embaraços ao desenvolvimento político, econômico e social do país.

Durante a guerra civil chilena, o General Ramon Freyre, liberal, fora derrotado e se refugiara, em Lima. Aí, obteve navios, com o apoio de Santa Cruz e pretendeu desembarcar na costa chilena, mas não obteve êxito e caiu prisioneiro. Portales percebeu tratar-se de uma manobra de Santa Cruz para incorporar, sem luta, o Chile à Confederação, concretizando seu sonho de reconstituir, o antigo Império Inca.

Por outro lado fora alta, financeiramente, a contribuição chilena para a independência do Peru, inclusive armando a expedição do General San Martin, que permitiu às tropas de libertação se deslocarem de Valparaiso para Pisco, depois para Ancon e Huacho. Após a independência, o Chile procurou cobrar essa dívida ao Peru, bem como o empréstimo, que fizera ao Peru, repartindo, com ele, o que lograra obter dos ingleses.

Além disso, no aspecto comercial, o que se via era, aos poucos, o porto de Valparaiso sobrepujar em importância o de Callao. O Peru sentiu a forte concorrência chilena e iniciou represálias econômicas ao Chile, através de taxações do trigo chileno. Defendendo-se, o Chile taxou da mesma maneira o açúcar peruano, que importava. Essa guerra de tarifas criou uma tensão entre os dois Estados, que os conduziu, finalmente, à guerra.

Em consequência do que foi exposto, ligeiramente, podemos assinalar:

(1) Como causas gerais (remotas) dessa guerra:

A tradição bolivariana da formação de Confederação dos Estados do Pacífico, retomada por Santa Cruz, sob a forma de reconstituição em termos físicos do antigo Império dos Incas.

— A instabilidade política reinante, no Peru, na Bolívia e no Chile, criando condições, para que o General Santa Cruz, como Presidente da

Bolívia, conseguisse dominar politicamente o Peru, aproveitando-se dos desentendimentos e lutas de seus caudilhos militares.

— A organização da Confederação Peru-Bolívia, tendo como seu dirigente supremo o Marechal de Zepita, Andres de Santa Cruz.

— A camaradagem de armas, existente entre os antigos generais da Revolução, oriunda do apoio dado pelo Chile à libertação do Peru e forjada nos sacrifícios da Guerra da Independência.

(2) Como causas particulares (imediatas)

— A rivalidade comercial entre os portos de Callao e Valparaiso, este beneficiado pela entrada em serviço dos navios a vapor, pondo em perigo a supremacia, que o Peru sempre tivera no Pacífico.

— As exigências do Chile, ao Peru, sobre o pagamento das dívidas da Guerra da Independência e de parte de um empréstimo que lhe fizera a Inglaterra, a qual foi cedida ao Peru.

— A ameaça, representada pelo poder econômico e militar da Confederação Peru-Bolívia, a independência do Chile.

— O início da estabilidade política, no Chile, em consequência da promulgação da Constituição de 1833 e da atuação de Diego Portales.

— O fato do General Ramon Freyre, líder federalista chileno, em luta com o governo unitário do Chile, ter utilizado navios peruanos, saídos de Callao, sofrendo o controle de autoridades peruanas, em sua mal sucedida tentativa de desembarcar em costas chilenas, ter levado o Governo chileno a acreditar que ele era instrumento da política revisionista de Santa Cruz, em relação ao Chile.

b — Síntese dos acontecimentos político-miliares

Diego Portales, um homem forte e inteligente, sentindo a manobra que se esboçava contra o Chile, através da Confederação, logo que teve provas de que o general Ramon Freyre estava sendo auxiliado pelo Governo da Confederação, organizou uma pequena esquadra sob o comando de Vitorio Garrido e a enviou ao porto de Callao para obter explicações. Esta esquadra aprisionou alguns navios peruanos, no porto de Callao, mediante um golpe de mão e Santa Cruz protestou, enviando ao Chile uma missão diplomática, que não obteve êxito.

Em represália, Santa Cruz mandou, imediatamente, prender Lavalle, representante chileno no Peru. Ato contínuo, o Chile enviou nova esquadra, sob o comando de D. Mariano Egana, com a missão de apresentar ao Peru uma espécie de “ultimatum”, no qual exigia:

— Indenização pelas despesas que teve, para combater a expedição do general Ramon Freyre.

— A dissolução da Confederação Perúvio-Boliviana.

— Pagamento do empréstimo inglês e das despesas feitas para ajudar a independência do Peru.

Naturalmente, Santa Cruz não aceitou essas condições, mas contemporizou, porque era um homem hábil, embora extremamente ambicioso. Ao Chile não interessava a contemporização e declarou guerra ao Peru, iniciando a mobilização de seus recursos, embora não tivesse conseguido galvanizar a opinião pública do país. Ocorreu, então, o incidente, conhecido por insurreição de Quillota, em que ficou patenteado o reflexo da intervenção do general Santa Cruz, no Chile. Diego Portales, como primeiro-ministro do Gabinete Chileno, fora passar em revista a guarnição de Quillota, quando ali ocorreu uma insurreição, sendo Portales feito prisioneiro. As tropas da guarnição de Valparaíso marcharam contra as de Quillota, mas o Comandante destas mandou fuzilar Portales. Houve, então, total reviravolta na opinião pública chilena, que se levantou em peso, decidida a realizar um esforço mais decisivo para fazer a guerra à Confederação.

O balanço das forças dos beligerantes apresentava-se favorável à Confederação. Peru e Bolívia possuíam cerca de 4,0 milhões de habitantes e o Chile, apenas 2,0 milhões. Peru e Bolívia tinham uma receita de exportação de cerca de sete milhões de pesos e o Chile, apenas, dois milhões. As Forças Terrestres da Confederação pareciam ser, também, muito mais aguerridas, experimentadas e de maior efetivo, do que as chilenas. Quanto às Forças Navais, as do Chile se restringiam aos bergatins, “Aquiles”, os navios aprisionados em Callao (Arequipano e Orbegoso) e alguns navios mercantes armados. As Forças Navais do Peru dispunham de navios de guerra como o “Libertad”, “Congreso”, “Yanachocha” e várias goletas.

Desde a criação da Bolívia, como Estado soberano, as Províncias Unidas do Prata lhe tinham apresentado reivindicações, fundamentando-as no direito, que alegavam ter, sobre o território de Tarija e uma parte do Chaco. Ameaçado, agora, pela Confederação, o Chile procurou explorar essas reivindicações, lançando as Províncias Unidas do Prata, contra a Bolívia.

As Províncias Unidas do Prata, depois de algumas negociações com o Chile, declararam guerra à Bolívia, em 19 de março de 1837 e passaram logo à ação ofensiva. Duas insurreições, ocorridas na Província de Cordoba, contra o Ditador Juan Manoel Rosas, retardaram e enfraqueceram essa ação ofensiva e os platinos, após invadirem Tarija, foram derrotados em Humahuaca e pouco depois batidos, definitivamente, em Montenegro, pelo General Braun, em 24 de junho de 1838. O Ditador Rosas decidiu, então,

retirar suas forças de Tarija, adiando a realização de seus propósitos revisionistas, no que se referia à Bolívia.

Apesar de estar, em inferioridade, o Chile organizou uma expedição, sob o comando do Almirante Blanco Encalada. Essa expedição, na impossibilidade de desembarcar na área de Lima, dada a presença das fortificações de Callao, desembarcou uma parte de suas forças em Arica e o grosso em Quilca. Daí o almirante Blanco Encalada dirigiu-se à Arequipa, que ocupou, facilmente. Os confederados concentraram o grosso de suas forças em Puquina, enquanto um destacamento cortava as ligações dos chilenos com sua esquadra.

Blanco Encalada, cercado, negociou o Tratado de Paucaparta, em 17 de novembro de 1837, no qual o Chile reconhecia a Confederação Perúvio-Boliviana, se obrigava a retirar suas forças do Peru e a devolver os navios aprisionados por Garrido. O Peru reconheceu a dívida do empréstimo inglês, mas não o fez quanto à correspondente aos gastos, que o Chile realizara para auxiliar a libertação do Peru, em 1820, e nos anos seguintes.

O Chile não cumpriu todas essas exigências e organizou uma nova expedição, desta vez sob o comando do General Manuel Bulnes, que foi mais feliz. Bulnes desembarcou ao Norte de Lima, reforçado a essa altura, por forças do General Gamarra, que estava exilado no Equador. Derrotou Orbegoso, que defendia Lima, e ocupou-a. Santa Cruz reuniu forças, retomou Lima e perseguiu Bulnes, que, no dia 20 de janeiro de 1839, derrotou suas forças, em Yungay. Com essa derrota as forças do general Santa Cruz se retiraram, perseguidas por Bulnes, e foram vencidas definitivamente. O Chile dominou a situação. O General Santa Cruz foi exilado para Guaiaquil.

Gamarra, reconhecido pelo Chile como Presidente provisório do Peru, reuniu um Congresso, em Huancayo, o qual declarou insubsistente a Constituição de 1834, desfez a Confederação e proclamou a Constituição de 1839. Gamarra foi eleito Presidente do Peru, em 1840, e Santa Cruz recebeu uma pensão para viver em Londres.

Ainda como consequência, houve uma guerra entre a Bolívia e o Peru, uma vez que Gamarra, que tinha sido derrotado pelo General Santa Cruz, no início da organização da Confederação, desejava, agora, aproveitar-se da instabilidade política reinante na Bolívia para levar os limites do Peru às lindes do antigo Vice-Reinado. Mas, o novo governador da Bolívia, General José Ballivián, enfrentou-o e derrotou-o na batalha de Ingavi, em novembro de 1841. A Bolívia desligou-se, definitivamente, da Confederação e reiniciou sua vida soberana. Disse, por isso, que a Batalha de Ingavi marcou a segunda independência da Bolívia, uma vez que abortaram, pela segunda vez, os propósitos peruanos de incorporação da Bolívia ao Peru, dós quais foi corifeu o General Andrés de Santa Cruz e outros, fiéis à tradição da Confederação do Pacífico, imaginada por Simon Bolívar.

c — Como consequências dessa guerra podemos apresentar

— A destruição da Confederação Peru-Bolívia e a consolidação da independência chilena, no plano externo.

— O crescimento do prestígio político e militar do Chile ameaçando, seriamente, a posição até então predominante, desfrutada pelo Peru.

— A consolidação da independência da Bolívia através da vitória obtida sobre os propósitos unionistas do Peru, na batalha de Ingavi.

— Ressentimentos entre o Chile e o Peru e entre este e a Bolívia.

4 — GUERRA DA ESPANHA CONTRA A FEDERAÇÃO CHILE — PERU — BOLÍVIA — EQUADOR (1865-1866)

a — Causas da Guerra

Nos anos de 1865 e 1866 não houve propriamente uma guerra, mas um incidente sério, entre a Espanha e o Peru, o qual envolveu todas as nações da costa do Pacífico e até mesmo a Argentina. As causas, de origem econômica e política, remontam à época da Independência.

As forças espanholas, derrotadas ria batalha de Ayacucho, assinaram, representadas pelo General La Serna, um armistício com as forças patriotas, comandadas pelo General José Antônio de Sucre. Este, com sua generosidade costumeira, fez apenas, o armistício do ponto de vista militar, mas garantiu aos espanhóis a indenização das despesas, que tinham feito durante a administração do Peru no período da Guerra da Independência. Desse modo, a Espanha se julgava com direito a essa indenização. Por outro lado, a Espanha não fora alijada de todas as áreas do Continente. Permanecera na América, ocupando Cuba e a Ilha de Porto Rico e não reconhecera, de direito, sua derrota. Continuou considerando as Nações Hispano-Sul-Americanas como Colônias, ou pelo menos, Reinos, que ainda se mantinham vinculados à Coroa de Espanha. Até 1864, não havia reconhecido a independência do Peru. Em 1846, o general Ramon Castillo, que governava o Peru, foi informado de que a Espanha se preparava para promover a recolonização do Peru, apoiada no Equador. Informou disso os outros Governos sul-americanos, pedindo-lhes agissem, sempre, de comum acordo. Mais tarde, em 1861, os espanhóis reconquistaram São Domingos, entregue, sem luta, pelo seu Presidente, general Santana, demonstrando suas possibilidades e seus propósitos de promover a recolonização de algumas áreas hispano-sul-americanas. O general Ramon Castillo, Presidente do Peru, protestou e alertou as outras nações sul-americanas, visando a evitar novas anexações. Em 1863, o Presidente Castillo negou também seu beneplácito a um cônsul, acreditado pela Espanha, no Peru, alegando ser esse diplomata um notório inimigo deste país.

Em 1865, apareceu no Pacífico uma esquadra poderosa, comandada pelo almirante Pinzon, trazendo um diplomata espanhol com o título de "Comissário Especial". Dirigia-se ele ao Peru, para apurar um incidente ocorrido com um espanhol na fazenda de Talambo, no vale do Jaquetepeque e promover negociações, a fim de receber a dívida, que o Peru tinha com a Espanha, resultante do Armistício de Ayacucho.

Diga-se de passagem que a Espanha considerava o Armistício de Ayacucho como uma trégua. Não o reconheceu como um Tratado de Paz. Tinha-o como urna trégua, entre as suas forças e as forças patriotas, querendo afirmar, com isso, que, para ela, as Nações, que se tinham constituído na área do Pacífico, continuavam sendo suas Colônias.

Esse Comissário, Salazar y Mazarredo, se apresentou ao Governo peruano, reivindicando em primeiro lugar, a prisão de determinados cidadãos peruanos que tinham morto o espanhol em Talambo e, em segundo, o pagamento das dívidas alegadas.

Naturalmente, o Governo peruano, representado pelo general Juan Antônio Pezet, não admitiu as reivindicações do Comissário Espanhol, nem lhe reconheceu esse título, uma vez que o Peru não era mais Colônia da Espanha, tendo passado o tempo, em que o Rei para lá mandava seus Comissários, Juízes de Residência e Visitadores. No momento, o Peru era Nação independente, que só reconhecia esse diplomata espanhol como Plenipotenciário. O representante espanhol Salazar y Mazarredo responsabilizou, então, o Governo peruano, pelo que pudesse ocorrer e sem outras explicações abandonou Lima, refugiando-se no navio almirante da Esquadra. Dois dias depois desse incidente, a Esquadra espanhola desembarcou tropas nas Ilhas Chinchas, produtoras de guano, riqueza, que na época, sustentava a economia do Peru, aprisionou sua guarnição e o transporte de guerra peruano "Iquique" e arriou a bandeira peruana dos próprios nacionais na ilha.

O Governo de D. Juan Antônio Pezet, depois de protestar, inutilmente, junto ao Governo espanhol, se viu obrigado a entrar em entendimentos com o almirante Pinzon. Este se comprometeu a desocupar as ilhas Chinchas desde que o Peru lhe pagasse, de imediato, três milhões de pesos, a título de indenização das despesas realizadas por sua Esquadra e reconhecesse o Comissário Especial. Esse acordo não só abalou, profundamente, a opinião peruana, como levantou a opinião pública de todos os países da costa do Pacífico, que viram, no incidente com o Peru, um precedente que, de futuro, poderia atingir a cada um deles.

Em consequência do humilhante tratado assinado pelo general Vivanco e o almirante Antônio Pareja, que substituíra Pinzon, houve uma insurreição no Peru. O governo de Pezet foi substituído pelo chefe da insurreição, coronel Mariano Prado — Prefeito de Arequipa.

b — Síntese das atividades militares

Os chilenos protestaram contra a ocupação das ilhas Chinchas e impugnaram o tratado Vivanco-Pareja. O representante espanhol no Chile acolheu bem a gestão chilena, mas o almirante Pareja sentiu-se ofendido e mandou bloquear cerca de 50 portos chilenos.

O Chile, depois disto, resolveu tomar atitude mais ativa. Em vez de simples protestos, proibiu que os navios espanhóis se abastecessem nos seus portos. Fareja desconheceu essa proibição, chegou ao porto de Valparaíso e exigiu que seus navios fossem abastecidos. O Chile recusou. Fareja deu 48 horas para ser cumprida essa exigência, na qual incluiu mais o hasteamento do pavilhão espanhol, na fortaleza de Valparaíso e nos prédios oficiais da cidade.

O Chile, naturalmente, em face das exigências descabidas e humilhantes, declarou guerra à Espanha, apesar de possuir apenas uma corveta, a "Esmeralda", enquanto a Espanha possuía uma Esquadra, constituída de várias unidades. Mas, a corveta chilena habituada a navegar junto às costas de seu país, perseguida pela canhoneira espanhola "Cavalonga", conseguiu, num lance feliz, aprisioná-la. O Comandante Fareja sentiu-se tão desmoralizado, que se suicidou.

Substituiu-o, no comando, o brigadeiro Castro Mendez Nunes, que havia chegado ao Pacífico, trazendo reforços, que incluíam as fragatas encouraçadas "Almanza" e "Numância".

Entrementes, o Presidente Manuel Prado iniciara gestões para formar com o Chile uma aliança defensiva e ofensiva, a qual foi ratificada pelos dois governos, em 14 de janeiro de 1866. Convidados a aderir a essa aliança, firmaram, sucessivamente, o Tratado respectivo, os governos da República do Equador, em 30 de janeiro, o da Bolívia, em 22 de março. O Presidente Prado, do Peru, por sua vez, declarou guerra à Espanha e anulou o Tratado Vivanco-Pareja, logo depois de firmada a Aliança com o Chile.

O Peru reforçou, imediatamente, a Esquadra Chilena com seus navios, enquanto apressava a marcha dos seus encouraçados "Huascar" e "Independência", adquiridos na França e que haviam zarpado de Brest, em 17 de janeiro de 1866.

O Brigadeiro Mendez Nunes não ficara, porém, inativo. Não tendo conseguido interceptar os navios peruanos em movimento, de Callao para o sul, decidiu enfrentar as forças navais inimigas, reunidas na costa chilena, para acolherem os navios peruanos, que vinham da França. Travou-se, então, o combate naval de Abtao, em 7 de fevereiro, retirando-se os navios espanhóis para Valparaiso. Em 31 de março, Mendez, depois de enviar avisos ao corpo diplomático, bombardeou durante três horas o porto de Valparaíso.

Depois desse bombardeio, que levantou um protesto unânime do corpo diplomático, Mendez Nunes dirigiu-se a Callao e tentou fazer o

mesmo. Mas, Callao era uma fortaleza poderosíssima, que lhe infligiu perdas muito maiores do que as causadas no Chile. Depois disto, dirigiu-se para San Lorenzo para reparar avarias e, em 10 de maio, abandonou as águas do Pacífico por ordem da Espanha, que sofreu violenta pressão da opinião pública internacional, inclusive dos Estados Unidos e da Inglaterra.

c — Consequências Gerais

É preciso notar nesta guerra uma consequência importante. Representou uma trégua no quadro das rivalidades e conflitos que existiam entre as Nações do Pacífico, as quais os esqueceram para se unirem num esforço comum de defesa de suas soberanias ultrajadas, ou apenas, ameaçadas.

A presença da Espanha e a sua atuação nas águas do Pacífico mostrou, materialmente, a possibilidade de uma tentativa de recolonização e uniu, num gesto de defesa mútua, todas as Nações dessa área.

Reapareceram, assim, aqueles velhos anseios de Bolívar e de San Martin, visando a organização de um sistema de segurança coletiva entre os países da América do Sul, intentados, sem êxito, na Conferência de Panamá, em 1824.

A Argentina protestou contra a ocupação das ilhas Chinchas, mas se negou a subscrever o Tratado da Quádrupla Aliança em face dos problemas que enfrentava na área platina.

O Chile demonstrou, mais uma vez, a determinação de defender sua soberania, qualquer que fosse o adversário a enfrentar, granjeando, inclusive, a simpatia da opinião pública internacional, e decidiu aparelhar sua esquadra.

O Peru, depois da hesitação inicial de seu governo, encontrou no seu povo o apoio indispensável à defesa de sua honra nacional ultrajada, pelo Tratado Vivanco-Pareja e confirmou sua tradição de primeira potência naval do Pacífico. A Espanha, em face do seu insucesso, reconheceu, mais tarde, a independência do Peru, o que se negara a fazer até então.

S — GUERRA DO PACÍFICO (1879-1881)

a — Causas da Guerra

A chamada Guerra do Pacífico foi um conflito, travado entre o Chile de um lado, o Peru e a Bolívia aliados, do outro, no período de 1879 a 1881.

A origem dessa guerra está ligada à questão de limites, entre aqueles países e, principalmente, às questões de ordem econômica.

Sobre a primeira causa, vale a pena recordar, como se apresentava, neste trecho, a costa do Pacífico, do ponto de vista político-administrativo, durante o período colonial.

Os limites, mais ou menos definidos, eram o rio Loa até Quillaga e daí

por um linha reta até encontrar as nascentes daquele rio, entre o Vice-Reinado do Peru e a Intendência de Potosi. Entre essa Intendência e a Capitania-Geral do Chile, o limite era definido pelo rio Paposo e deserto de Atacama, este com cerca de 1.000 km de extensão. As Constituições chilenas de 1822, 1828 e 1833 (esta vigente ao ser iniciada a guerra) diziam que o território do Chile se estendia do despovoado de Atacama até o cabo de Horn. A Província chilena mais setentrional era, de acordo com a sua organização política, a de Coquimbo, e seu limite norte era o Deserto de Atacama.

A Intendência do Potosi fora parte da Presidência de Charcas, que, inicialmente, estivera subordinada ao Vice-Reinado do Peru e fora incorporada, em 1776, ao Vice-Reinado do Prata. Mas, o Vice-Reinado do Peru continuou com jurisdição eclesiástica e militar sobre o Deserto de Atacama até o paralelo de 25º. O rio Paposo, segundo o Vice-Rei Fernando Abascal, era limite comum aos Vice-Reinados do Peru, Vice-Reinado do Prata e Capitania-Geral do Chile.

Quando o Chile e a Bolívia se tornaram independentes, herdaram, respectivamente, os territórios da Capitania-Geral do Chile e da Presidência de Charcas e o problema da determinação de suas fronteiras passou a ser tratado diplomaticamente. O Chile reclamava a área do paralelo de 20 para o sul e a Bolívia reivindicava a área do paralelo de 26º para o norte. Cada país apresentava títulos de posse das áreas respectivas. Ocorreu, entretanto, que exploradores chilenos descobriram o guano, no Deserto de Atacama, e uma lei chilena de 31 de outubro de 1842 declarou de propriedade nacional os “guaneiros”, que existissem na Província de Coquimbo, no litoral de Atacama e ilhas adjacentes. A Bolívia, logo que conheceu essa lei, protestou, mas o Governo chileno não a derrogou, fazendo com que a goleta chilena “Janequao” hasteasse a Bandeira da República em Punta dei Anganos, assinalando, dessa forma, o limite norte da República. A Bolívia continuou com suas gestões diplomáticas, mas o Chile começou a exportar o guano como adubo, para os mercados estrangeiros, e, em consequência, toda a área disputada ganhou grande significação econômica. A Bolívia propôs, então, ao Chile, em 1857, o paralelo de 25º como limite sul, mas o Chile exigiu o de 23º. A Bolívia propôs, em consequência, que a questão fosse submetida à arbitragem da Inglaterra, sem lograr aceitação para sua proposta. Nessas alternativas se produziu a guerra com a Espanha e a formação de Quádrupla Aliança com o arrefecimento de todas as divergências e ressentimentos entre os dois países. Na presidência de Melgarejo, que ascendera ao poder com o auxílio dos chilenos, a questão tomou outro rumo.

Entrementes, o Peru havia descoberto espessos depósitos de salitre nas Províncias de Tacna e Tarapacá.

O guano e o salitre, este tratado por técnicos alemães, revelaram-se de alto valor comercial e, embora sob exploração predatória, passaram a participar com 75% da receita do Peru.

Mas, os chilenos descobriram, também, o salitre no Deserto de Atacama, em imensos depósitos, e a prata, até então, ignorada.

Com a intensificação da exploração do salitre pelos chilenos, empregando técnicas mais aperfeiçoadas, passou este produto a fazer concorrência ao "guano" e ao salitre peruanos, ameaçando a economia do Peru. Este concordou, então, em admitir capitais chilenos na exploração do salitre de Tarapacá.

A Bolívia, por sua vez, acompanhava, com atenção, a atividade dos mineradores chilenos na região de Atacama, explorando parte das riquezas, que pretendia lhe pertencerem. Renovou seus protestos junto ao Chile e, em 1886, chegou-se a um acordo inicial, graças ao Presidente Melgarejo, da Bolívia, mediante o Tratado firmado em 10 de agosto de 1866.

O Chile reconheceu a posse da Bolívia ao norte do paralelo de 24º e esta a posse chilena ao sul desse paralelo. Além disso, o Tratado estabeleceu o usufruto em comum da exploração de todas as substâncias minerais entre os paralelos de 23º e 25º. Asreceitas das taxas de exportação seriam divididas entre os dois países. O Chile pagaria, assim, cerca de quarenta mil pesos pela exploração da região entre os paralelos de 24º e 23º, recebendo da Bolívia o que correspondesse à exploração de produtos entre os paralelos de 24º e 25º.

Realizado o acordo, o Chile inverteu cerca de 1.000.000 de libras na região de exploração. Foram fundadas as cidades de Antofagasta, Mejillones, Tocopilla e Cobija e se iniciou, em grande escala, a exploração do salitre e da prata.

A Bolívia, entretanto, não deu cumprimento total ao acordo celebrado. Aumentou as taxas de exportação na sua área e não pagou a parte chilena. Foi celebrado, então, novo acordo, em 1874, segundo o qual o Chile reconheceu a posse definitiva da Bolívia ao norte do paralelo de 24º e a Bolívia, a posse chilena ao Sul do referido paralelo e prometeu não aumentar mais as taxas em sua área entre os paralelos de 24º e 23º. Em 1875, firmou-se um Convênio estabelecendo que qualquer reclamação, surgida na execução do Tratado de 1874, seria objeto de arbitragem.

Em 1873, o Peru decidiu tirar partido da exploração de salitre pelos chilenos, na Província de Tarapacá e decretou o monopólio desse produto. Exigiu, e o Chile concordou, que toda a produção de salitre fosse negociada por intermédio do Governo Peruano. Em seguida promoveu a compra, sem contestação por parte do Chile, de todas as instalações chilenas nessa área, mediante pagamento parcelado. Como não pudesse pagar a dívida contraída, expropriou as instalações chilenas e não pagou a indenização devida. Ainda, assim, o Chile não reagiu, pois reconhecia a soberania peruana na área de Tarapacá e de Tacna.

Para tomar essa medida, o Peru assinara, em 1873, um Tratado de Aliança ofensiva e defensiva com a Bolívia, o qual permanecia em caráter

secreto.

Em 1876, assumiu o Governo da Bolívia Hilarión Daza, caudilho de baixa estirpe, extremamente atrabiliário. Como medida para melhor se beneficiar da exploração chilena do salitre na área de Atacama, apoiado pelo Congresso boliviano, desrespeitou o Tratado celebrado em 1874 com o Chile e aumentou as taxas de exportação, passando as empresas mineradoras a pagar dez centavos por quintal de salitre exportado em vez de 10%, como fora estabelecido no Tratado. Corria, então, o ano de 1878 e o Chile notificou o Governo boliviano de que a nova taxa violava o Tratado de 1874 e apelou para o arbitramento. Não sendo atendido, resolveu apoiar a Companhia de Salitre de Antofagasta em sua resolução de não pagar as taxas fixadas e pedir rescisão do contrato.

Em face disto, Hilarión Daza, sentindo-se apoiado pelo Peru, desapropriou as jazidas da Companhia Antofagasta, colocando-as em hasta pública. O Chile enviou uma nota "ultimatum" à Bolívia, dando-lhe prazo para responder taxativamente "se aceitava ou não" o arbitramento para decidir sobre a rescisão do Contrato da Companhia. Como não recebesse resposta no prazo estipulado o Chile organizou um Destacamento sob o comando do Corqjiel Sotomayor e ocupou a área de Antofagasta, em 14 de feve-ayro de 1879, bloqueando os portos de Tocopilla e Cobija.

A Bolívia declarou guerra ao Chile e, ato contínuo, tornou público o Tratado Secreto, que tinha com o Peru. O Chile, por sua vez, declarou o estado de beligerância com a Bolívia em primeiro de março e pediu satisfações ao Peru. Este confirmou a existência e a validade do Tratado com a Bolívia, levando o Chile a declarar-se em guerra com o Peru, em 5 de abril de 1879. Iniciou-se, assim, a chamada guerra do Pacífico.

Do que foi exposto, sumariamente, podemos apresentar como causas dessa guerra:

A indefinição dos limites, entre o Chile e a Bolívia, na área do Deserto de Atacama, mercê da imprecisão dos limites coloniais entre a Intendência do Potosi e a Capitania Geral do Chile e da aplicação do "uti-possidetis" de 1810, erigido em doutrina para definição do território dos Estados, que surgiram da Revolução da Independência e da jurisdição militar e eclesiástica, atribuída ao Vice-Reinado do Peru sobre essa área, até 1808.

— A descoberta do "guano" e, posteriormente, da prata e do salitre, por exploradores chilenos nessa área, e o valor adquirido pelo salitre na balança comercial chilena, despertando na Bolívia o propósito de participar adequadamente da exploração dessa riqueza, em área, que sustentava pertencer-lhe.

— A competição que o guano e o salitre chilenos passaram a fazer, nos mercados internacionais, aos produtos similares produzidos pelo Peru, nas Províncias de Tacna e Tarapacá, levando esse país a admitir a participação

de capitais chilenos na exploração desse produto para, escorado em Tratado de Aliança com a Bolívia, expropriá-las, posteriormente, sem indenização.

— A incapacidade da Bolívia para explorar as riquezas descobertas em áreas que lhe pertenciam, no Deserto de Atacama, mercê de sua posição geográfica e da instabilidade política, levando-a, a fazer concessões exageradas ao Chile, mediante tratados e convênios, que não pretendia ou não podia cumprir.

— A violação pela Bolívia dos Tratados de 1866 e, posteriormente, do Tratado de 1874 e Convênio de 1875, obrigando o Governo chileno a defender as empresas industriais chilenas, que tinham investido vultosos capitais na exploração do salitre, confiadas na validade das concessões, que receberam e na garantia de tratados assinados pelos governos do Chile e da Bolívia, as quais tiveram seus bens expropriados, unilateralmente, pelo Governo boliviano.

— A ocupação de Antofagasta por forças terrestres chilenas, seguida do bloqueio naval de Tocopilla e Cobija.

b — Síntese das operações

(1) As forças em presença

O Chile, por essa época já era uma nação poderosa e ameaçava o poderio peruano, particularmente, no domínio do mar. Desde a guerra com a Espanha, procurara modernizar e ampliar sua Esquadra. Mandou construir na Inglaterra a corveta “O’Higgins” e a “Chacabuco”; comprou na Espanha os navios couraçados "Vitória" e “Arapiles” e nos Estados Unidos o “Idaho”. Entre 1874 e 1875, foram incorporados à Esquadra dois couraçados modernos, gêmeos, de 3.560 Tdw, o “Blanco Encalada” e o “Almirante Cochrane”. Dispunha, ainda, de dez transportes a vapor da Companhia Sul-Americana.

Contava com cerca de 2,5 milhões de habitantes e seu Exército numerava 2.500 homens, bem instruídos e equipados. Em 1878, as exportações chilenas subiram a 31,9 milhões de pesos e as importações a 25,2 milhões.

O Peru tinha na sua fragata “Independência” de 2.000 t. construída na Inglaterra, seu principal navio de guerra, além de um monitor blindado muito veloz, o “Huascar” e navios de madeira, como o “Union”, o “Pilcomaio”, o “Ataualpa” e o “MancoCapac”, estes dois últimos de 2.100 t., do mesmo tipo, adquirido nos Estados Unidos. A Bolívia não possuía Esquadra.

Relativamente à população, o Peru tinha três milhões de habitantes e a Bolívia dois milhões, perfazendo um total de 5,0 milhões de habitantes, o dobro da população chilena.

Quanto ao Exército, o Peru tinha 5.600 homens em armas e a Bolívia tinha 3.000 homens. Mas o comando, a organização e o equipamento dessas forças deixavam muito a desejar. Da população da área salitreira da Bolívia, 95% eram chilenos. Na Província de Tarapacá, com cerca de 55.000 km2 e população de 26,6 mil habitantes, 17.000 pessoas eram peruanas e mais de 75% das restantes eram chilenas.

Verifica-se, portanto, que o balanço das Forças Terrestres era, quantitativamente, favorável à Aliança e o de Forças Navais mais favorável ao Chile. Quanto aos aspectos geográficos do Teatro de Operações, o balanço era, até certo ponto, favorável ao Chile, pois se encontrava mais próximo dos primeiros objetivos das operações militares.

O Chile, isolado no fim do Continente, podia receber suprimentos da Europa, através do estreito de Magalhães e fiscalizar o recebimento de suprimentos pelo Peru e Bolívia, daquela procedência. Além disso, o Chile possuía instalações próprias no Deserto de Atacama, uma população já identificada com essa região, ao contrário da população boliviana, habituada à vida do planalto. O Peru, por sua vez, teria dificuldade para concentrar e suprir suas forças na área desértica de Tarapacá sem o domínio do mar. O Chile já contava com razoável efetivo de população na área. Graças a essa situação, o Chile ocupou, quase sem resistência, toda a área salitreira do Deserto de Atacama, na primeira fase da guerra. Enquanto essa operação se processava, o Chile continuava mobilizando suas forças e negociava com o Peru.

(2) Operações Marítimas

Logo que foi declarada a guerra ao Peru, o Chile sentiu a necessidade de destruir a Esquadra peruana, a fim de adquirir liberdade de ação nas águas do Pacífico.

No combate naval de Iquique perdeu a corveta de madeira “Esmeralda” e o Almirante Pratt foi morto heroicamente, mas conseguiu neutralizar o “Independência” - navio capitânea da Esquadra peruana, encolhando-o.

Mas o almirante peruano Artur Grau, no comando do “Huascar”, empreendeu resoluta guerra de corso, atacando portos chilenos e causando inúmeras perdas e danos às instalações de caráter vital para prosseguimento das operações, notadamente, em Antofagasta. Em 8 de outubro de 1879, o “Huascar” foi aprisionado e morto seu bravo comandante o Almirante do Pacífico, Artur Grau, numa operação, em que interferiu quase toda a Esquadra Chilena.

Daí por diante, o Chile contou com grande superioridade naval e domínio do mar. Desenvolveu suas operações em terra com ampla liberdade para suprir suas forças.

Antes de declarar guerra ao Peru, o Chile, rapidamente, ocupou o Deserto de Atacama, sem que a Bolívia pudesse interferir.

(3) Operações Terrestres

Ocupada, rapidamente, a área do Deserto de Atacama, o Chile fez de Antofagasta sua base para empreender as operações e conquistar a Província peruana de Tarapacá. O único inconveniente, apresentado por essa região, era a escassez de recursos, notadamente, de água, uma vez que a Bolívia não possuía condições para reconquistá-la. Conquistado, porém, o domínio do mar, esse inconveniente foi, inteiramente, superado, pois o Chile dispunha de transportes marítimos suficientes para suprir suas forças em víveres e ferragens, sendo a água potável obtida com a utilização das águas do mar, graças ao equipamento de condensação, existente no porto de Antofagasta.

Os chilenos concentraram, pois, em Antofagasta o grosso de suas forças, no valor de cerca de 16.000 homens, ocupando com destacamentos poderosos, Tocopilla, Mejillones e Cobija. Um destacamento, sob o comando do coronel Lago, cobriu a reunião do grosso no curso inferior do rio Loa, cortou a ligação da Bolívia com Tarapacá e excursionou com êxito até Huanchaca, cortando as ligações da Bolívia com a Argentina.

O Presidente do Peru, General Mariano Ignacio Prado, nomeou o general Juan Buendia, Comandante-em-chefe do Exército. Este decidiu concentrar suas forças na Província de Tarapacá, onde havia cobertura, desde o início da tensão diplomática. À concentração se operou em Iquique, com destacamento em Pisagua. Em Arica, foi concentrado um Exército de Reserva no valor de 4.000 homens, dispondo Buendia, em Iquique, de cerca de 4.000 homens prontos para operar.

A Bolívia, dada a falta de vias de transporte, se decidiu a reforçar, apenas, a atuação do Peru. O Presidente da Bolívia, general Hilarion Daza, assumiu o comando do Exército e decidiu concentrá-lo na Província de Tacna. Depois de vencer, em 12 dias, os 450 kms, que separam La Paz de Arica, os primeiros elementos do Exército boliviano chegaram a Tacna, em 30 de abril de 1879.

Em fins de outubro de 1879, o general Buendia dispunha ern Tarapacá de cerca de 10.600 homens, dos quais 9.600 eram de Infantaria, com reservas no valor de 6.000 homens, em Tacna, onde se instalara o Quartel-General do Diretor Supremo da Guerra, cargo desempenhado pelo Presidente Prado, secundado pelo General Hilarion Daza, Presidente da Bolívia.

As forças chilenas, reunidas no Deserto de Atacama, constituíam o Exército do Norte sob o comando do General Erasmo Escala e numeravam cerca de 10.400 homens. O Exército de Reserva, reunido nas proximidades de Santiago, numerava 5.200 homens. Havia, ainda, um Destacamento com cerca de 1.800 homens, fazendo face à permanente revolta das tribos de

Arauco e depósito de substituição.

O objetivo chileno era, inicialmente, ocupar as Províncias de Tarapacã e Tacna para depois levar a guerra ao coração do Peru, em Lima. Depois de larga discussão foi eleita a área de desembarque na Província de Tarapacá. Escolheu-se a região, entre Pisagua e Junin, devendo o grosso desembarcar em Pisagua.

Os Aliados, por sua vez, haviam dado grande atenção à defesa de Pisagua, uma vez que era o porto de acesso a Tarapacá e de ligação com Arica.

O comboio de transporte chileno foi constituído com quatorze navios de transporte, escoltados pelos encouraçados "Cocrirane" e "O'Higgins" e duas corvetas. Conduzia 9.200 homens. Passou ao largo de Pisagua, na noite de l para 2 de novembro de 1879 e pela manhã de 2, os encouraçados iniciaram o bombardeio das baterias, que defendiam o porto. Cerca de onze horas as Forças Terrestres desembarcaram em Playa Blanca e mais tarde, em Junin, e se apoderaram do Alto do Hospício. Em face desse êxito, o General Buendia determinou a retirada de suas forças e os chilenos ocuparam Pisagua, privando os peruanos de suas ligações com Arica, colocando-os em grave situação militar.

Com a posse de Pisagua, os chilenos desembarcaram o restante de seus meios e tomaram disposições para alargar a cabeça de praia. O coronel Sotomayor, à frente de 6.000 homens, ocupou a campina de Dobres, apoderando-se de parte da estrada de ferro de Pisagua a Água Santa e dos poços de água da região.

Informado desse insucesso, o General Prado reuniu o AltoComando. Decidiu-se, então, que o General Buendia atacaria os chilenos em Dolores, em combinação com as forças bolivianas, que seriam transportadas por estrada de ferro para Arica e daí para Tana, donde marchariam para o sul, a fim de cortar as ligações de Dolores com Pisagua e atacar os chilenos pela retaguarda.

Colocado entre os dois grupamentos de força do inimigo, o General Escala decidiu manobrar em posição central. Atirou suas forças contra Buendia e as derrotou em 19 de novembro de 1879, no combate de Dolores e depois voltou-se para o norte para enfrentar Hilarion Daza. Este, informado da derrota dos peruanos, se retirou, precipitadamente, de Tana para Arica e dali para Tacna, deixando que os chilenos ocupassem toda a Província de Tarapacá.

Em face dessas derrotas sucessivas, a opinião pública do Peru entrou em ebulição. O Presidente Prado transportou-se para Lima, onde tomou algumas providências, mas não conseguiu aplacar as manifestações de descontentamento. D. Nicolas Piérola aproveitou essas circunstâncias e com o apoio da Guarnição de Lima se proclamou Chefe-Supremo da República. As forças bolivianas de Tacna tinham, por sua vez, perdido toda a confiança em

Hilarion Daza e se sublevaram. Hilarion Daza fugiu para Arequipa, onde informado dos acontecimentos em Lima e de que, em La Paz, lavrava também a insurreição, embarcou para a Europa. O General Narciso Campero substituiu Daza, na Presidência da República da Bolívia.

No Chile, a autoridade do Presidente Aníbal Pinto se firmou, definitivamente. Seu Ministro da Guerra, General Sotomayor, verdadeiro responsável pelo êxito da operação, em face de desentendimentos com o General Erasmo Escala, pediu demissão do cargo, mas o Governo e o povo chilenos exigiram que continuasse no desempenho de suas funções.

Com a ocupação de Tarapacá, o Chile coroou seu primeiro objetivo de guerra e obteve maiores recursos para continuá-la. Como o inimigo se mostrava disposto a resistir, discutiram-se novos planos de operação. De início, os chefes chilenos estudaram o ataque direto a Lima, mas acabaram se fixando na ideia de ocupar Tacna e Arica, antes de levarem a guerra à área de Lima.

Os Aliados, por sua vez, trataram de reorganizar suas forças. O Contra-Almirante Lizardo Montero, designado por Prado para substituir Buendia, no Comando do Exército, foi confirmado nesse posto pelo Ditador Nicolás Piérola, apesar de ter nele um inimigo pessoal e político. Narciso Campero, Presidente da Bolívia, assumiu o comando do Exército desse país. Nicolás Piérola determinou, ainda, a criação do Segundo Exército peruano, que devia se reunir em Arequipa e Moquegua e ficaria sob seu comando pessoal.

Depois de algumas operações preliminares, sob a forma de incursões e bombardeios de portos peruanos, como Mollendo e Arica, as forças chilenas, no valor de 13.000 homens, desembarcaram em Ilo e Pacocha, ao norte de Arica, e logo depois apoderaram-se de Moquegua. Estava iniciada a campanha de Tacna.

Os desentendimentos entre o Ministro da Guerra, General Sotomayor, e o General Erasmo Escala, acabaram por impor a substituição do Comandante-em-Chefe pelo General Manoel Baquedano, o vencedor de Moquegua.

Decidida a ocupação de Tacna e depois de reunidos os meios necessários, o General Baquedano iniciou o movimento preliminar para atingir seu objetivo. Depois de uma marcha de 60 dias, através do deserto, o Exército chileno, com 20.000 homens, ocupou sua base de partida em Quebrada Hondo para atacar as forças da Aliança, que se tinham instalado no Alto de La Alianza, em defesa de Tacna.

Em 26 de maio de 1880, travou-se a batalha, na qual se empenharam cerca de 35.000 homens, com perdas, que subiram a 8.000 homens, dos quais 5.000 chilenos.

Com a vitória obtida em Alto de La Alianza, os chilenos conquistaram todo o sul do Peru até a linha do rio Moquegua Permaneceu em mãos aliadas,

somente, o porto de Arica, defendido por parte do Primeiro Exército peruano sob o comando do Lizardo Montero, mas bloqueado pela Esquadra chilena.

O porto de Arica estava muito bem defendido por organizações costeiras e os canhões do encouraçado "Manco Capac", transformado em fortaleza flutuante. Além disso, o Morro de Arica de 206 metros de altitude, que domina o porto pelo sul e os cerros Cabras e La Cruz, mais ao Sul, estavam poderosamente fortificadas. Os efetivos, encarregados da defesa da praça, contavam com 2.000 homens, sob o comando Coronel peruano Francisco Bolognesi, que recebeu instruções para defender a praça até o último homem, fazendo-a voar pelos ares se necessário.

O General Baquedano, em perfeito acordo com o almirante La Torre, comandante da Esquadra, que bloqueava o porto de Arica, organizou uma divisão de 6.500 homens, sob o comando do Coronel Lagos, para atacar a praça. No dia 7 de junho de 1880, fortemente apoiado pelo fogo da Esquadra, foi iniciado o ataque, ao amanhecer e, já, às nove horas, cessava a luta em todos os setores, flutuando a Bandeira chilena no Morro de Arica, saudada pela explosão do "Manco Capac", afundado pelos seus tripulantes, com poderosas cargas de dinamite.

Com a conquista de Arica, o Chile completou a ocupação do Sul do Peru. As operações entraram em ritmo lento e os chanceleres europeus se movimentaram para pôr fim à guerra. Os Governos da Inglaterra e dos Estados Unidos, através de seus embaixadores em Lima, Santiago e La Paz, conseguiram reunir os plenipotenciários dos três países beligerantes a bordo do "Lackawanna", navio de guerra norte-americano, fundeado no porto de Arica, numa Conferência de Paz. A primeira reunião realizou-se, em 22 de outubro de 1880. Outras se lhe seguiram, sendo apreciada a proposta peruana, para que tudo voltasse à situação de antes de 14 de fevereiro de 1879, exigindo ainda indenização pelos prejuízos causados pela guerra, que foi tachada de injusta. O Chile exigiu, por sua vez, a ocupação definitiva dos territórios perúvio-bolivianos até o rio Camarones (paralelo 209), a ocupação temporária de Tacna e de Arica e uma indenização de 20 milhões de pesos.

Em face de propostas tão dispares a Conferência se encerrou, sem que se chegasse a um acordo. A Bolívia ofereceu ao Chile, a Província de Tacna e de Arica, em troca de uma Aliança, mas aquele país recusou participar dessa manobra divisionista. E a guerra continuou.

Dissolvida a Conferência de Arica, o Governo chileno, apoiado pela opinião pública, iniciou os preparativos para a conquista de Lima. Decidida a ofensiva, iniciou-se a mobilização de um Exército de 50.000 homens, dos quais 30.000 deviam operar sobre Lima. Escolheu-se a região ao sul da Capital do Peru, como área de desembarque.

Organizado o Exército de Operações, forte de 30.000 homens, sob o comando do general Baquedano, se iniciaram as operações, em 12 de

novembro de 1880, com o embarque do primeiro escalão de forças em Arica, visando a ocupar os vales do Ica. Pisco e Chincha. Em 30 de novembro, essa operação preliminar, estava terminada, sem encontrar resistência séria. Em 7 de dezembro, se iniciou o transporte do grosso do Exército, partindo de Arica e, a 27 desse mês, as últimas unidades desembarcaram na área, com destino ao vale do rio Lurin, ao sul de Lima. Ali, foram bem acolhidos por inúmeros colonos chineses, radicados nessa região.

O Ditador Nicolás Piérola tinha, entretanto, desenvolvido grande atividade. Foram organizados quatro Corpos de Exército com cerca de 24.000 homens, os quais constituíram o Exército de Lima, encarregado da primeira linha de defesa, chamada San Juan e mais dois Corpos de Exército, somando 6.000 homens, constituindo o Exército de Reserva, encarregado da segunda linha de defesa, em Miraflores. Contava-se mais com o Exército de Arequipa, "Colunas Volantes", constituídas por policiais e uma "Coluna de Honra", organizada com oficiais. Todas essas forças estavam sob o comando de Nicolás Piérola, que se entendia, diretamente, com os comandantes de Corpo de Exército, sem embargo de terem sido designados comandantes, do Exército de Lima, o General Vargas Machuca e do Exército de Reserva, o Coronel J. N. Vargas. Essa original constituição do comando iria produzir maléficos frutos, na fase aguda das operações. Além disso, profundas e poderosas fortificações foram organizadas ao Sul de Lima.

Concentrado o Exército, na região de Lima, o General Baquedano iniciou seus reconhecimentos, visando a precisar a posição defensiva peruana, travando-se, então, os combates de Rinconada e Pampa Grande. Em 13 de janeiro de 1881, foi desencadeado o ataque. A resistência foi dura, mas as posições peruanas foram sendo conquistadas sucessivamente. Em 14 de janeiro de 1881, a primeira linha de defesa foi conquistada com cerca de 6.000 baixas peruanas e a 4.000 chilenos e o Exército chileno precisava reorganizar-se. Isidoro Errázuriz foi mandado ao Morro Solar, para parlamentar com Piérola, visando à obtenção de um Armistício. Em Lima, a expectativa era grande e o Corpo Diplomático, reunido por iniciativa do Ministro da Itália, decidiu abrir negociações formais. Depois de obter o consentimento de Piérola, uma delegação se reuniu com os chilenos no Quartel-General de Chorrillos. Não se chegou, porém a um acordo e, no dia 15, as operações foram reiniciadas.

Reorganizadas suas forças, graças à trégua obtida em 14, o General Baquedano, no dia 15 de janeiro, atacou a linha de Miraflores e em fins de jornada tinha conquistado a segunda linha de defesa peruana e aberto o caminho para Lima. Nessa cidade, a situação era caótica. As massas populares insatisfeitas com seus dirigentes fizeram recair toda sua cólera sobre os chineses. Bairros inteiros, habitados por eles, foram saqueados e incendiados. O Alcaide de Lima, coronel Torrico, em face dessa situação, resolveu, acompanhado de alguns plenipotenciários estrangeiros, dirigir-se

ao Quartel-General inimigo, para entregar a cidade aos chefes chilenos. Na tarde do dia 17, o General Baquedano organizou uma Divisão sob as ordens do General Saavedra, nomeado Governador de Lima, e ocupou a cidade. No dia 18, a Divisão Lynch ocupou Callao e o General se instalou no Palácio do Governador em Lima.

Entretanto, parte das forças, que tinham defendido Lima, logrou retirar-se, sob às ordens de Piérola e se dirigiu para o interior, visando à continuação da guerra. Outras forças foram levantadas por Montero e o Exército de Arequipa sob o comando de Pedro Solar estava intacto.

Mas, as dissensões políticas não tardaram a surgir. Garcia Calderon se levantou contra a autoridade de Piérola, sendo apoiado pelo Exército de Arequipa e o Almirante Montero, Em conseqüência, Piérola abandonou o país, dirigindo-se para a Europa e Garcia Calderon assumiu o governo. Mas o Coronel Cáceres se rebelou em Ayacucho e Calderon abandonou o poder, sendo substituído por ele, que se firmou no Governo.

Os chilenos promoveram, metodicamente, a ocupação dos pontos estratégicos de toda a costa e reduziram o Exército de ocupação para 20.000. O Presidente Domingo Santa Maria, que substituíra Aníbal Pinto, resolveu ativar as providências, visando à paz com o Peru. As operações contra os remanescentes das forças peruanas foram retomadas, com a organização de vários Destacamentos, que acabaram obtendo uma grande vitória em San Pablo, em 13 de julho de 1882, destruindo as forças do Coronel Cáceres. Em face dessa derrota, o General Miguel Iglésias lançou um Manifesto à Nação, mostrando a necessidade de se chegar a uma paz definitiva com o Chile. Esse manifesto sofreu violenta repulsa por parte da população peruana do interior e a luta continuou até a ocupação de Arequipa, em 26 de outubro de 1883, com a derrota definitiva das forças do Almirante Montero.

Entrementes, o General Miguel Iglésias fora reconhecido pelos chilenos, como Governador do Peru e assinou, em 20 de outubro de 1883, o Tratado de Paz com o Chile o qual tomou o nome de Tratado de Ancon. Uma Assembléia Constituinte, convocada por Miguel Iglésias, aprovou o Tratado de Ancon, em 28 de março de 1884. O General Campero, Presidente da Bolívia, assinou um Tratado de Trégua com o Chile.

Como consequência das negociações para assinatura desse acordo, as tropas chilenas de ocupação tinham iniciado a evacuação do território peruano, a qual terminou, em agosto de 1884. A guerra durara, a partir do dia 15 de fevereiro de 1879, cinco anos e seis meses.

As principais disposições constantes do Tratado de Ancon foram as seguintes:

1ª) O Peru cedia ao Chile, perpétua e incondicionalmente, o território da Provincia litorânea de Tarapacá, cujos limites são a quebrada do rio

Camarones ao norte e a quebrada do rio Loa ao sul, o território da Bolívia a este e o Oceano Pacífico a oeste (artigo 2º).

2ª) O território das Províncias de Tacna e Arica continuava de posse do Chile e sujeito à legislação e autoridades chilenas, durante o prazo de dez anos, contados da data, que se ratificasse o Tratado. Expirado esse prazo, um plebiscito decidiria, em votação popular, se o território da referida Província ficaria, definitivamente, sob a soberania do Chile, ou se continuaria fazendo parte do território peruano. O país a que fosse anexada a dita Província pagaria ao outro dez milhões de pesos, em moeda chilena de prata, ou soles peruanos de igual valor daquela (artigo 3º)

Um protocolo especial anexo ao Tratado, estabeleceu a forma como se realizaria o plebiscito e o prazo para pagamento da indenização prevista.

3º) Às ilhas de Lobos continuariam sob administração do Governo do Chile, até que produzissem um milhão de toneladas de guano, findo o que seriam devolvidas ao Peru. O Governo do Chile declarava que cedia ao Peru, desde o dia da ratificação deste Tratado, 50% do guano produzido nas Ilhas de Lobos (artigo 10º).

4º) As relações comerciais entre os dois países subsistirão no mesmo estado de antes de 5 de abril de 1879 (artigo 11). A fim de evitar que os governos chileno e peruano entrem em competição, comercialmente, na venda do guano se determinaria, previamente, por ambos os governos de comum acordo, a proporção e as condições a que sujeitar o comércio desse adubo (artigo 5º).

Havia outra disposição sobre a indenização de atos praticados pelo Chile sob jurisdição marcial do Exército.

c — Consequências gerais da Guerra

O Chile, amplamente vitorioso na guerra, levou suas fronteiras terrestres à quebrada de Camarones, incorporando ao seu território a Província peruana de Tarapacá com 55.000 km^2 e a área do Deserto de Atacama, com 78.000 km^2, transformada, então, na nova Província chilena de Atacama.

Dispondo, então, das maiores reservas mundiais de salitre, transformou-se no maior produtor mundial de fertilizantes naturais, explorando, igualmente, o cobre, a prata e o iodo, encontrados nos territórios conquistados, ressarcindo-se, amplamente, dos prejuízos causados pela guerra e lançando os fundamentos de uma economia próspera e sólida.

Firmou, definitivamente, sua posição de potência militar do Pacifico e manteve sua ampla superioridade naval nesse mar, ganhando de igual passo o respeito e a admiração das Nações irmãs do Continente e de outros países

do mundo.

O esforço realizado durante a guerra, na qual o povo e Governo se identificaram em torno de um objetivo comum, amalgamou de vez o sentimento nacional e amadureceu a consciência cívica da nacionalidade, fazendo do Chile uma das Nações mais coesas e homogêneas do Continente.

O Peru perdeu sua Província de Tarapacá com seu imenso potencial econômico e sofreu vultosos prejuízos na guerra, entrando numa fase de instabilidade econômica e política da qual custaria a se refazer.

Com suas forças armadas desorganizadas e desprestigiadas pela esmagadora derrota, perdeu sua posição de liderança política e militar no Pacífico e teve de enfrentar um duro período de tensão diplomática com o Chile para resolver o problema da Província de Tacna e Arica, que fora adiado pelo Tratado de Ancon.

A pendência em torno da posse definitiva das Províncias de Tacna e Arica se transformou numa fricção continental, que abrangeu vários países sul-americanos e os Estados Unidos. De fato, quando se expirou, em 1894, o prazo de dez anos para realização do plebiscito, nem o Chile, nem o Peru, mostraram grande interesse em realizá-lo, tendo em vista a situação interna do segundo e o fato, para o primeiro, de que a União Pan-americana fixara, como princípio de política internacional do Continente, que não se considerava legítima nenhuma anexação de território, realizada pela força das armas. Em 1898, o Chile, sob a pressão da ameaça de uma guerra com a Argentina, resultante da áspera discussão em torno da fronteira chilena-argentina, na Patagônia, assinou um Convênio, fazendo concessões ao Peru, o qual não foi aprovado pelo Congresso chileno. Os dois países sofriam com a indefinição dessa questão, mas desejavam, antes de enfrentá-la, decisivamente, fortalecer suas posições. O Peru, sob a presidência de Eduardo Romana, procurou reaparelhar-se e contratou os serviços de uma Missão Francesa. O Chile não ficou atrás, contratou os serviços de uma Missão Alemã e procurou aproximar-se da Bolívia, a fim de negociar com ela um Tratado de Paz, à base do Tratado de Armistício de 1884.

Nessa situação o plebiscito foi adiado por vinte anos, mediante novo Convênio, assinado entre o Chile e o Peru, em 1902.

Sobreveio, então, a Primeira Grande-Guerra e o Chile acumulou saldos substanciais em divisas estrangeiras com o comércio de salitre. Aproveitando-se da crise, criada pelo Armistício de 1918, voltou a pressionar o Peru, chegando mesmo a mobilizar suas forças, em 1920. Não alcançou resultado e as eleições desse ano levaram ao poder Arturo Alessandri, candidato das massas populares, que imprimiu ao Governo do Chile novas diretrizes. Em 1922, o Presidente dos Estados Unidos, Warring G. Harding (1921-1923) convocou uma Conferência da União Panamericana, em Washington, na qual se decidiu, que a questão da realização, ou não do plebiscito, seria arbitrada pelo Presidente Harding. O laudo arbitrai do

Presidente dos Estados Unidos, então Calvin Coolidge (1923-1929), tornado público em março de 1925, se pronunciou pela necessidade de realizai o plebiscito, do qual participariam todos os habitantes da Província de Tacna e Arica, desde que soubessem ler e escrever e que lá residissem, há mais de dez anos, contados de 1922, quando a questão fora submetida à arbitragem. O laudo arbitrai favorecia a tese chilena e em compensação, o árbitro dispôs que a zona de Tarata passasse imediatamente à jurisdição do Peru. A decisão arbitrai foi acatada pelo Chile e o Peru e o General Pershing, que representara os Estados Unidos na comemoração da Batalha de Ayacucho, foi escolhido Presidente da Comissão do Plebiscito. Logo nas primeiras reuniões da Comissão, surgiram inúmeras dificuldades e a data da realização do plebiscito foi várias vezes adiada. As queixas sobre o retardamento do plebiscito foram muitas e partiram de ambos os litigantes. O general Pershing foi substituído no seu cargo pelo general Lassiter, graças às gestões chilenas. Lassiter, em 1926, declarou que as condições impostas à realização do plebiscito tornavam-no impraticável. Nesse ambiente, surgiu a proposta do Secretário de Estado norte-americano Kellog, sugerindo que Peru e Chile renunciassem aos direitos alegados e que a área em litígio fosse cedida à Bolívia, mediante indenização, ficando Arica com o seu bastião fortificada, sob o mandato de uma Comissão Internacional. A proposta visava a converter Arica em porto franco e zona desmilitarizada e contentar os três antigos beligerantes, mas a Comissão Internacional, ficando sob controle dos Estados Unidos, criava condições para que esse país se firmasse numa posição vital da costa do Pacífico, o porto de Arica. O Chile não aceitou a proposta, sendo apoiado pela Argentina e as negociações foram suspensas, indefinidamente. Corria o tempo e grandes modificações iam ocorrendo na política interna do Peru e do Chile. Em 1927, Carlos Ibafíez foi elevado à Presidência do Chile (1927-1931) e confiou ao seu Ministro do Exterior, Rios Gallardo, a missão de retomar as negociações interrompidas com o Peru, no que foi secundado pelo Secretário de Estado norteamericano Kellog. Em julho de 1928, os plenipotenciários dos dois países se reuniram, em Washington, e à base de uma proposta oferecida pelo Presidente Herbert Hoover (1929-1930) chegaram a um acordo definitivo para resolver a questão de Tacna e Arica. Esse acordo se converteu no Tratado de 1929, assinado pelos Governos do Chile e do Peru e num Protocolo Complementar, contendo entre outras as seguintes disposições básicas.

O território de Tacna e Arica foi dividido em duas partes: Tacna para o Peru e Arica para o Chile, traçando-se o limite para os dois territórios, de Concórdia para este, distante dez quilômetros da estrada de Ferro Arica — La Paz. O Chile cedia ao Peru, perpetuamente, os direitos sobre os canais Uchusumaca e do Maruí, também chamado Azucarera sem prejuízo de sua soberania na parte do aqueduto em seu território e do direito de servidão cedido ao Peru (artigo 2º).

O Governo do Chile construiria, a sua custa, dentro de 2.575 metros da baía de Arica, um molhe para atracação de navios, um edifício para agência aduaneira e uma estação terminal para estrada de ferro de Tacna, estabelecimentos e zonas essas onde o comércio do Peru gozaria de ampla independência (artigo 59).

O Governo do Chile entregaria ao Peru, no momento da troca de ratificação desse Tratado, seis milhões de dólares de indenização, todas as obras públicas, executadas ou em execução e bens de raiz, localizados no território, que passou à soberania do Peru (artigo 59). Os dois Governos se comprometeram a respeitar os direitos privados, adquiridos legalmente, nos territórios, que ficariam sob suas jurisdições, incluindo a estrada de ferro de Tacna e Arica, que, ao término do contrato, passaria à propriedade do Peru (artigo 7º).

O Protocolo Complementar dispôs mais, que não seria cedida, sem acordo entre eles, à terceira potência, a totalidade, ou parte do território, que obtiveram em virtude do Tratado e não se construiriam, sem acordo entre eles, novas vias internacionais através deles. Enquanto se construía o porto peruano de Arica, o Peru utilizou, livremente, as instalações existentes, ratificando-se a liberdade de desembarcar pessoas, mercadorias e armamentos. O Morro de Arica foi desartilhado e nele construído, à custa do Chile, o monumento simbólico previsto no Tratado.

A Bolívia, depois da ocupação de Lima, assinou um Tratado de Trégua com o Chile, o qual foi transformado, depois de assinado o Tratado de Ancon, no Tratado de Armistício de 1884. A Bolívia defendera, calorosamente, durante a negociação do tratado, seu propósito de manter uma saída para o mar, mas acabou cedendo ao ultimatum, que lhe enviou o Chile, para entregar a esse país sua Província costeira do Deserto de Atacama. Não abandonou, porém, a tese de "Arica para a Bolívia" e, em 8 de maio de 1895, no Tratado de Paz e Amizade e no de Transferência de Território e Protocolos Complementares, o Chile se obrigou a transferir à Bolívia os territórios de Tacna e Arica se sobre eles viesse a adquirir soberania permanente ou, no caso de solução dessa questão lhe ser desfavorável, ceder à Bolívia "Caleta Victor" até a quebrada de Camarones. À Bolívia, porém, não satisfez essa expectativa de direito e conseguiu do Chile o compromisso constante do Protocolo, de 9 de dezembro de 1895, de que a "cessão definitiva do litoral da Bolívia, em favor do Chile, ficaria sem efeito se o Chile não entregasse à Bolívia, no prazo de dois anos, o porto da costa do Pacífico previsto no tratado de Transferência". Esse Tratado e mais o de Comércio de 1895 foram aprovados pelo Congresso dos dois países, promulgados pelo executivo chileno, mas o Chile subordinou o cumprimento definitivo desses atos à aprovação do Protocolo de 1895 e o da troca de ratificações de 30 de abril de 1896, os quais permaneceram nos arquivos do Congresso, invalidando todas as negociações anteriores.

Em 1898, o Chile foi informado de que a Bolívia, em Tratado Secreto com à Argentina, cedera a este país a Puna de Atacama, em compensação do apoio que daria às gestões, que fazia junto ao Governo chileno. Disso resultou uma grave crise nas relações chileno-argentinas e chileno-bolivianas, uma vez que o Chile alegava caber-lhe o território da Puna de acordo com o Tratado de Armistício. A tensão cedeu, porém, com o arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, que reconheceu como válida a cessão territorial de Puna de Atacama à Argentina.

A solução da questão de fronteira, entre a Argentina e o Chile, dada pelo laudo arbitrai do Rei da Inglaterra, em 1902, a importância do Peru para se opor ao Chile, levaram a Bolívia a retomar as negociações com esse país em termos de conciliação. Negociou-se nesse ambiente o Tratado de Paz e Amizade, entre o Chile e a Bolívia, no qual a Bolívia reconheceu como definitiva a cessão de sua Província do litoral ao Chile e este se comprometeu a construir a estrada de ferro Arica — La Paz. Em 1913, foi inaugurada a ferrovia Arica-La Paz e tecnicamente a questão estava encerrada. Mas, a Bolívia, periodicamente, vem-se insurgindo contra seu enclausuramento no interior do Continente, resultante das disposições do Tratado de 1904. Em 1920, apelou para a Sociedade das Nações para que julgasse nulo o Tratado de 1904, mas o Chile arguiu a incompetência desse organismo internacional para apreciar a questão. A Bolívia opôs restrições à decisão chileno-peruana, constante do Protocolo anexo ao Tratado de 1929, de não permitir a construção de novas estradas de ferro através do território da Província da Tacna. Em face disto a questão permanece aberta, criando um foco de tensão nas relações entre o Chile, o Peru, a Bolívia e a Argentina.

A atitude correta e neutra do Brasil, durante todo o desenrolar desses fatos, evitando os conchavos e os acordos secretos com quaisquer dos países neles interessados, revigorou o crédito de amizade e confiança, que o Governo e o povo chilenos lhe abriram em consequência da Nota com que o Governo brasileiro protestou contra o bombardeio de Valparaíso pela Esquadra espanhola, em 1866, contribuindo para consolidar as ótimas relações, mantidas pelos dois países sem prejuízo das que mantém com os demais.

GUERRA DO CHACO

a — Causas da Guerra

(1) Origens do conflito

As origens da guerra do Chaco se situam no período colonial, quando esse território se encontrava sob o domínio da Espanha, em plena fase da colonização.

Ao Rei da Espanha, como proprietário de todos os territórios da América espanhola, interessava mais a colonização, do que o colonizador,

pouco lhe importando que as terras pertencessem a esta ou aquela "Gobernación". Dessa forma, os títulos régios, não raro, atribuíam a um Adelantado ou Governador direitos, que já tinham sido outorgados a outros sem declarações rescisórias posteriores.

Em consequência, quando as antigas "Gobernaciones" se constituíram em Estados soberanos e tiveram de definir os seus limites territoriais, surgiram entre elas inúmeros conflitos de direitos, apoiadas as partes litigantes em títulos e razões muito respeitáveis. Em muitos casos, esses litígios territoriais foram, facilmente, dirimidos. Mas, em outros, como entre a Bolívia e o Paraguai, a questão arrastou-se durante anos, através de sucessivas e improfícuas negociações diplomáticas, que foram deixando as marcas das desconfianças e dos ressentimentos cada vez mais profundas. Enquanto isso, os territórios disputados iam sendo colonizados e humanizados, sendo descobertas novas riquezas, que lhes deram valor econômico e acentuada importância social e política. E nesse ponto, o conflito se extremou, pois já não se tratava apenas de perder ou ganhar alguns quilômetros de terras desabitadas, ou desconhecidas, mas de áreas de grande valor econômico potencial.

E as negociações diplomáticas, que a princípio tinham o aspecto morno das resistências passivas, ganharam calor e agressividade, escudadas em ostensivos preparativos militares, na ocupação preventiva das áreas disputadas e mesmo em ações agressivas, que só não se transformavam em "causu belli", em virtude da mediação dos neutros. Chegou-se, assim, ao incidente de Pitiantuta, consequência do ato impulsivo de um oficial boliviano, a que o Paraguai respondeu com energia, num ato de força, que se multiplicou em outros praticados pela Bolívia, generalizando-se, o conflito local e criando o estado de beligerância. Rebentava, assim, a guerra entre a Bolívia e o Paraguai, sob as vistas de povos amigos, que se esforçaram, sinceramente, por evitá-la, a fim de preservarem a paz e união americanas.

(2) Síntese dos direitos alegados

(3) Paraguai

O Paraguai formava, a princípio, um só Governo com o rio da Prata, do ponto de vista geográfico, político e eclesiástico. Por Cédula Real de 16 de dezembro de 1617, foi, porém, dividido em dois Governos: um com as cidades de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, Conceptión dei Bermeto, e o outro, que se chamou Guairá, com capital em Assunção, compreendendo essa cidade e as de Villa Real, Villa Rica de Espírito Santo e Jerez. O nome Guairá transformou-se em Paraguai. Deste modo o primitivo Governo do Àdelantado Don Pedro de Mendoza ficou repartido em três seções: Santa Cruz de La Sierra, Buenos Aires e Paraguai.

O Território de Santa Cruz de La Sierra confinava, ao S, por uma linha que ia da Lagoa Xaraies, pelas encostas das Serras da Província de Chiquitos, até o rio Parapity, separando-se, assim, do Chaco, que, antigamente, se chamava Paraguai.

Esses limites não sofreram alterações, durante o regime colonial. Além de numerosos textos, citam para comprová-los o seguinte: "as modificações de 1783 da Real Ordenança de Intendentes não alteraram as fronteiras dos governos anteriores, que conservaram todo o território da jurisdição de seus antigos bispados".

Em resumo, segundo convicção dos paraguaios, pertencia-lhes a zona marginal ocidental do rio Paraguai. Para eles no Chaco Boreal só existia uma questão de limites com a Bolívia, que ficaria resolvido com fixação de fronteira comum.

(b) Bolívia

A Real Cédula de 17 de dezembro de 1743 mandou considerar os limites de Santa Cruz de La Sierra, pelos rios Paraguai e Pilcomayo. Cabia-lhe, pois, de direito, todo o território a W do Paraguai e ao N de Pilcomayo, que era o das antigas Missões de Chiquitos.

O direito histórico da Audiência de Charcas está comprovado pelo mapa de Azara, oferecido ao Cabildo de Assumpción, a pedido deste, em 1793. Sem nenhum protesto, Azara, na descrição geográfica, diz o seguinte: “El limite dei Paraguai por ei ocidente es ei mismo Paraguai, por no tener posesiones en ei Chaco”. Por expressa disposição do rei da Espanha e do Vice-Rei de Buenos Aires (Texto de 21 de maio de 1801) era, terminantemente, proibido ao Governo do Paraguai fazer expedições e invadir território do Chaco, alheio à sua jurisdição.

(c) Conclusão

A Bolívia, de fato, exerceu domínio com ocupação descontínua, na parte W do rio Paraguai da Baía Negra até, talvez, a foz do rio Apa.

O Paraguai conservou o domínio da margem W do grande rio até a foz do Pilcomayo e da margem Nordeste deste até, pelo menos, Estero Patino.

Era esse o pensamento dos plenipotenciários bolivianos e paraguaios, quando celebraram o primeiro Tratado de Partilha do Chaco, que não surtiu efeito prático.

(3) Esboço das negociações diplomáticas e da ocupação militar

Durante as negociações, entre Argentina e Paraguai, após a guerra da Tríplice Aliança, o Governo boliviano tentou intervir no processo arbitrai, a cargo do Presidente dos Estados Unidos, Rutherford B. Hayes, a fim de resguardar seus direitos. Mas o árbitro recusou a tentativa de intervenção boliviana, alegando que fora escolhido para dirimir um litígio entre aquelas

duas Repúblicas, em que a Bolívia não era parte. Expressou, porém, a esperança, de que seu laudo obtivesse o apoio não só dos dois países, diretamente interessados na questão, mas da própria Bolívia. A Bolívia parece ter-se conformado com o laudo arbitrai, consubstanciado no Tratado de 3 de fevereiro de 1876, conforme se depreende do Manifesto de 26 de fevereiro do Presidente da Bolívia, por ocasião da Guerra do Pacífico.

O primeiro Tratado de ajuste de fronteiras do Chaco, entre a BOLÍVIA e o PARAGUAI, foi firmado, em 15 de outubro de 1879, e é conhecido como tratado UIJARRO-DECOUD. Desprezando a discussão dos títulos e direitos, alegados pelos disputantes, chegou-se à divisão do território em litígio por uma linha reta, representada pelo paralelo de 22º de latitude sul, que partia da boca do rio APA até encontrar o rio PILCOMAYO, cabendo ao PARAGUAI 4.136 léguas quadradas ao S dessa linha, renunciando ao território, entre esse paralelo e a Baía Negra. Marcaram o prazo de dezoito meses para ratificação do Tratado e comprometeram-se a designar, oportunamente, os demarcadores dos limites definitivos.

O Paraguai não ratificou esse Tratado, mas o Congresso boliviano o aprovou. Em 16 de fevereiro de 1887, foi negociado o Tratado TAMAYO-ACEVAL, por iniciativa da Bolívia, o qual dividia o território contestado em três seções. A primeira seção compreendia o território, entre o braço principal do rio PILCOMAYO e o paralelo, que, partindo da margem do rio PARAGUAI, em frente à boca do rio APA, vai encontrar o meridiano de 63º W do meridiano de Paris. A segunda seção, entre essa linha e o paralelo que passa uma légua ao norte do forte Olimpo, prolongada até o dito meridiano de 63º. A terceira seção, entre essa linha e o paralelo da Baía Negra. Ao Paraguai caberia a primeira seção e à Bolívia a terceira. Quanto à posse da área da segunda seção seria decidida por arbitragem. Foi escolhido, como árbitro, o Rei Leopoldo II da Bélgica e ficou assentado que o laudo seria definitivo e obrigaria ambas as partes. O prazo de ratificação foi de doze meses, devendo as Notas retrospectivas ser trocadas em Assunção. Apesar dos desejos de pôr término à questão, nenhum dos dois Estados ratificou o Tratado, 110 prazo estabelecido. Um Protocolo prorrogou o prazo por nove meses, mas, pouco antes que espirasse a prorrogação, o Paraguai ocupou a área da Baía Negra (ou Porto Pacheco para os bolivianos), decorrendo daí a rotura de relações entre os dois países, provocada pela Bolívia. Em novembro de 1894, depois de laboriosa negociação, foi firmado outro Acordo, conhecido como Tratado ICHASO-BENITEZ, fixando o limite entre as duas Repúblicas por uma linha reta que, partindo de três léguas ao Norte do forte Olimpo, atingisse o rio Pilcomayo, no ponto de intercessão dele com o meridiano de 619 28' oeste de Greenwich. Desta vez, a Bolívia esperou que o Paraguai manifestasse concretamente seu desejo de ratificar o Tratado e, como esse se perdesse em longas protelações, acabou por denunciá-lo. Interrompeu-se aí a fase de negociações diretas, procurando os dois países,

daí por diante, os “bons ofícios” de outras Nações.

Em 12 de janeiro de 1907, por intermédio de E. ZEBALLOS, Ministro do Exterior da Argentina, foi assinado, em Buenos Aires, o Convênio Pinilla-Soler, em que ambas as Nações se propunham submeter à arbitragem da Argentina o território em litígio, fixando, desde logo, o que ambos os Governos consideravam como de posse pacífica. A zona sobre a qual deveria o árbitro pronunciar-se seria a compreendida ao norte, pelo paralelo de 20" 30' e a linha que o Paraguai pleiteasse, ao sul; no interior, a zona seria delimitada pelo meridiano de 61º, 30º ou 62º oeste.

Apesar da repulsa da opinião pública, o Congresso boliviano aprovou-o, o mesmo acontecendo ao do Paraguai. Mas, na sua execução, surgiram tantas dificuldades, que o Acordo caducou. As negociações, entre o Paraguai e a Bolívia, foram reatadas, em-1913 pelo Protocolo MUJIA-AYALA, no qual os dois Governos se comprometiam a chegar a um acordo no prazo de dois anos. Esse prazo se prolongou até 1917 e nada foi feito. Em 1827, sob os auspícios do Governo argentino, instalou-se em Buenos Aires, uma conferência de Plenipotenciários, das duas Nações, para resolver a pendência. Mas, foram tais as exigências do Paraguai, que a Conferência encerrou seus trabalhos, antes de tê-los, praticamente, iniciado.

A BOLÍVIA acabou se convencendo de que sua complacência era um estímulo às exigências paraguaias. A partir desse ano, incrementou a ocupação militar do território, no que foi imitada pelo PARAGUAI. Aproveitando, então, os bons ofícios oferecidos pela Comissão de Neutros reunida em WASHINGTON, propôs a BOLÍVIA, em nota de 24 de julho de 1931, o estudo imediato de um pacto de não agressão, que servisse de garantia às negociações posteriores. Aceita a sugestão pelo PARAGUAI, a Comissão iniciou seus trabalhos em 11 de novembro desse ano, com o exame das propostas oferecidas pelas delegações das duas Nações.

Quando se examinava uma proposta de Mr. WHITE, Presidente da Comissão, eclodiu o incidente de PITIANTUTA, que teve como consequência a paralisação das negociações pela retirada das delegações dos países interessados. A reação do PARAGUAI, desencadeada, em 15 de julho, já era o prelúdio de guerra.

Daí por diante todos os esforços da Comissão de Neutros e dos Governos Americanos se orientaram no sentido de reconduzir os dois litigantes ao caminho das negociações pacíficas. Mas tudo foi em vão, pois tanto a BOLÍVIA como o PARAGUAI tinham decidido resolver pelas armas o que não fora solucionado pela Política.

(4) Notícias sobre a ocupação militar

Entre 1901 e 1903, o PARAGUAI aproveitando-se das dificuldades da BOLÍVIA na Campanha do ACRE, avançou suas posições sobre o rio OTUQUIS, fundando ali, em fins de 1901, o Fortim PÁTRIA e, em janeiro de

1903, o Fortim GALPON.

A partir de 1903, a BOLÍVIA, que vira o PARAGUAI recuar sempre na ratificação dos acordos, como se quisesse ganhar tempo para avançar na ocupação militar do território, que considerava seu, mudou de atitude e iniciou francamente a construção de fortins, fundando em 1903 os de BALIVIAN, GUACHALA, LINARES, MAGARINOS, ESTEROS, ao longo do PILCOMAYO. Mais tarde foram fundados SORPREZA e ARCE. Houve protestos e negociações diplomáticas mas eles lá ficaram.

Depois dos incidentes de 1928, os fortins CASTILLO, RÃMIREZ, LARA e YLIRA foram ocupados, como uma ameaça na direção de BOQUERÓN, das colônias MENNONITAS e da ferrovia de CASADO.

Os fortins, plantados de aguada em aguada, ao longo das estradas, exerceram o papel de marcos da penetração, de um e outro dos contendores.

Do lado da BOLÍVIA essa penetração obedeceu aos seguintes eixos:

Via Norte: — SANTA CRUZ-ROBORÉ — PUERTO SUAREZ.
Via Centro: — LAGUNILLAS — CHARAGUAS — INGAVI.
Via Sul: — TARIJA — VILA MONTES — BALIVIAN.

Com a construção do caminho BALLIVIAN — TEZÉN — PLÀTANILLOS — ARCE, assegurou os suprimentos às guarnições desses fortins, ao mesmo tempo que procurou ligar os fortins de ROBORÉ, SAN JUAN, VITRIONES e MARISCAL SANTA CRUZ ao N, com os de PLÀTANILLOS — BOLÍVAR — JAYCUBAS e LOA ao S.

Do lado do PARAGUAI as vias de transporte, aproveitadas na penetração, foram as seguintes:

ASSUNÇÃO — CONCEPTIÓN

CONCEPTIÓN — NANAWA

PINASCO — NANAWA

PORTO CASADO — COLÔNIAS MENNONITAS

BAIA NEGRA — VANGUARDIA.

(5) Os incidentes militares no CHACO

Muitas agressões e incidentes desagradáveis aconteceram no Chaco, a partir de 1927, reeditando outros mais antigos, como o que praticou o Paraguai em 1886/88, contra PUERTO OLIMPO e a ocupação militar do PILCOMAYO, pela BOLÍVIA, em 1905. Destes, porém, os mais importantes, os que maiores ressentimentos causaram foram os seguintes:

(a) Incidente do Fortim VANGUARDIA

Depois do incidente de GALPON, resultante da prisão do Coronel GUTIERREZ, Cmt da 5ª Div. Boliviana, ocorrido em 1/7/1928, a guarnição do fortim boliviano Vanguardia foi atacada, a 5 de dezembro desse ano, por uma força paraguaia, tendo 20 mortos e vários feridos, enquanto os agressores tiveram, apenas, um morto e 4 feridos. Desse incidente resultou o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países e a intervenção da Convenção de GONDRA, instituto criado na conferência de SANTIAGO, em 1923, para prevenir conflitos entre povos americanos.

A Bolívia, ofendida pela agressão paraguaia, recusou a intervenção da Comissão e numa ação de represália retomou os escombros do fortim Vanguardia incendiado pelos paraguaios, e atacou a linha de fortins, que esse mantinha ao N do rio PILCOMAYO, apoderando-se de BOQUERÓN, VALOIS RIVAROLA, GENERAL GENES e MARISCAL LOPES, fazendo muitos prisioneiros.

Em consequência, ambos os contendores mobilizaram suas forças e a guerra pareceu iminente, não tendo eclodido, mercê da mediação de governos do Velho e do Novo Mundo, que conseguiram, que as duas nações submetessem a pendência a uma Comissão de Investigação e Conciliação, que se reuniria em Washington. Essa Comissão, pelo protocolo de 12 de setembro de 1929, reconheceu que a agressão partira do Paraguai e estabeleceu que a Bolívia devolveria o fortim BOQUERÓN e o PARAGUAI reconstruiria o fortim VANGUARDIA, sendo reatadas as relações diplomáticas, entre os dois países. Mas, a Comissão não conseguiu que a Bolívia e o Paraguai aceitassem um pronunciamento arbitrai sobre a questão do CHACO, o que deixava bem viva a causa do conflito. E isso se patenteou, em 1930, através de novos incidentes e de uma franca preparação militar da BOLÍVIA, revelada na agitação da opinião pública, no crescimento dos efetivos e das despesas militares e no estacionamento de novas forças ao N, do rio PILCOMAYO.

O PARAGUAI, por sua vez, tomou medidas semelhantes, reforçando sua guarnição no CHACO, havendo mesmo quem insinuasse pretendera ele se apoderar de PUERTO SUAREZ, sede da 5IJ Div. Boliviana, passando por território brasileiro.

(b) Incidente de PITIANTUTA

Procurava a Comissão de Neutros de WASHINGTON, em 1932, reconduzir os dois países ao caminho de um entendimento pacífico, quando uma força boliviana ocupou o fortim PITIANTUTA (Carlos A. Lopes), no dia 15 de junho de 1932, alegando que estava abandonado e encontrava-se em sua zona de ocupação. O Paraguai, em consequência disso, retirou-se da Comissão, em 7 de julho, no que foi seguido pela Bolívia, logo depois. Em 15 de julho, as tropas paraguaias, previamente preparadas desencadearam um ataque, retomando PITIANTUTA e recalcando as forças bolivianas

apanhadas de surpresa, em extensa frente.

Os bolivianos por sua vez, em melhor estado de preparação militar, refeitos da surpresa, passaram à ofensiva, retomando PITIANTUTA, apoderando-se de CORRALES, TOLEDO, CARAYA, BOQUERÕN e FALCON. De posse dessa linha, passaram a consolidá-la, entregando-se, ao mesmo tempo, à organização de suas retaguardas. Era o estado de beligerância franco, embora não houvesse, ainda, uma formal declaração de guerra.

(6) Conclusão

Do que se expôs, poderá concluir-se que as causas da guerra do CHACO foram as seguintes:

— Indefinição dos limites entre a Presidência de CHARCAS e o Governo de GUAIRA, durante o período colonial, originando a questão de limites entre a República da Bolívia e a do Paraguai, no CHACO.

— As perdas territoriais sofridas pela República da Bolívia, para o Chile, a Argentina e o Brasil e as que sofreu o Paraguai, em consequência da Guerra da Tríplice Aliança exacerbando o sentimento nacional nesses países, levando-os a atitudes intransigentes no período de negociações diplomáticas.

— A progressiva significação econômica, que foi ganhando o Território do CHACO, notadamente após a descoberta de ricas jazidas petrolíferas, pela STANDARD OIL de NEW JERSEY, em CAMIRI.

— Os repetidos insucessos das negociações diretas, entre os dois países e mais tarde dos esforços desenvolvidos pelos países amigos, criando permanentes tensões entre os Governos e o povo dos dois países litigantes.

— A ocupação militar do CHACO, a qual deu margem a choques e incidentes entre as Guarnições Militares dos dois países, nessa área, acabando por configurar, por sua extensão e violência, a situação beligerante de fato.

b — Teatro de Operações

(1) Situação geográfica relativa

Os centros de poder da Bolívia e do Paraguai gravitam, respectivamente, em torno de LA PAZ — ORURO — COCHABAMBA e de ASSUNÇÃO - VILA RICA. As distâncias desses centros ao fortim BOQUERÓN, que pode ser considerado, como região central do TO, guarda uma relação de 3/1, o que deu ao PARAGUAI decidida vantagem, no apoio às suas forças em campanha.

Em relação aos centros de produção no estrangeiro, dos quais dependiam os beligerantes para aquisição de armamento, de munição e

outros suprimentos básicos, a distância, entre os portos dos Estados Unidos e o de ARICA, no CHILE, passando pelo Canal do Panamá, era menor, do que para Assunção, na proporção de 1/2 favorável, pois, à BOLÍVIA.

Já na comparação das vias de transporte, entre a ARGENTINA e os beligerantes, particularmente as de BUENOS AIRES — TARIJA e BUENOS AIRES — ASSUNÇÃO a relação é de 5/3 favorável ao Paraguai.

Desse exame poderemos concluir que:

— A Bolívia podia receber materiais de guerra e outros suprimentos dos EE.UU., mais rapidamente do que o PARAGUAI, desde que tivesse divisas com que adquiri-los. Além disso, poderia a Bolívia, graças à sua contiguidade territorial com o CHILE e o PERU, receber recursos desses países, o que lhe foi, particularmente, útil, quando do bloqueio dos neutros, que prejudicou mais ao Paraguai, do que a ela.

— Quanto ao suprimento e ao recompletamento das forças em operações, no CHACO, o Paraguai gozou de facilidades muito maiores do que a BOLÍVIA, em consequência das maiores distâncias que esta tinha de vencer.

(2) Espaço geográfico

O Chaco Boreal tem a conformação de um coração, limitado a E. pelo rio Paraguai, a S W pelo rio PILCOMAYO, a W pela Serra de AGURAGUE e ao N e NE pelo rio OTUQUIS, representando uma superfície aproximada de 325.000 km2, pouco maior do que a do Estado do Rio Grande do Sul.

O rio Paraguai, navegável em toda sua extensão, era uma excelente via de transporte, aproveitada exclusivamente pelo PARAGUAI, que, ao longo dele, montou suas bases. A Bolívia, embora dominasse os rios Pilcomayo e Utuquis, não pôde aproveitá-los, dada a inavegabilidade dos mesmos.

A Serra de Agurague, colocada entre a linha TARIJA — VILLA MONTEZ e SANTA CRUZ DE LA SIERRA, funcionava como um divisor das vias de transporte, que se dirigiam ao CHACO, dificultando os transportes entre os centros de produção e o TO, impondo a SANTA CRUZ DE LA SIERRA a função de suprir as forças, que se encontrassem na parte NE do TO, o que ela faria mal, em virtude do aspecto desértico, do despovoamento, a escassez de caminhos e estradas, existentes na bacia do OTUQUIS.

Enquanto isso, a região oriental do Paraguai achava-se, estreitamente, vinculada à Ocidental, dispondo da excelente longitudinal, constituída pela via navegável do rio PARAGUAI.

Assim sendo, enquanto a Bolívia, para atacar em linhas convergentes, teria de realizar um agrupamento prévio de suas forças, servindo-se de longas vias transversais de transporte, o Paraguai poderia atuar em linhas interiores e, se necessário, em linhas divergentes para W, N, NW.

Por outro lado, o espaço geográfico favorecia, também, o Paraguai, do

ponto de vista humano, uma vez que os núcleos de população boliviana se situavam na meseta andina, em altitudes que variam de 3.500 a 4.000 m, enquanto os do Paraguai não alcançavam 700 m. Desse modo, os paraguaios teriam maior facilidade, do que os bolivianos para se adaptarem às pressões existentes no CHACO, uma vez que estes estavam habituados a pressões médias baixas, muito diferentes daquelas, que iriam encontrar no TO.

As temperaturas existentes no TO, também, beneficiavam mais aos paraguaios do que os bolivianos, embora impusessem grandes dificuldades a ambos os contendores. De fato, no verão, particularmente, nos meses de dezembro a janeiro, a temperatura escaldante embaraçava e, por vezes, paralisava as operações de maior vulto. A desidratação excessiva, o acre cheiro de pólvora e o pó aumentavam a sede, que a água salobra utilizada, mais agravava, dando ao problema da água caráter grave, exigindo medidas e providências especiais.

Essas condições repercutiram na própria organização das forças, com a criação de unidades de sapadores, encarregadas de cavar poços profundos em busca de água potável.

Esses pontos d'água, seja um simples poço, seja uma lagoa, ou mesmo um bosque de "Yby'á" (árvore da água), adquiriram foros de acidentes capitais do terreno e não raro seriam objetivos de sangrentos combates. O Chaco é, em grande parte, coberto de uma vegetação, sob a forma de "montes" (bosques) ou de "campestre". O paraguaio, acostumado a penetrar nos densos bosques da região oriental, seja para colher mate, seja para explorar a madeira, seja para cultivar em terreno virgem, não se sentia oprimido em meio dessa vegetação e seus movimentos através deste terreno eram rápidos e silenciosos, guiando-se pelo sol, pela umidade dos troncos e pelo próprio instinto. Ao contrário, o boliviano, acostumado a outros ambientes, não se adaptou a essa região com tanta facilidade.

Assim sendo, a vegetação do TO era uma aliada poderosa do Paraguai e um inimigo acérrimo do boliviano, constituindo isso uma grande vantagem em favor do primeiro.

Nesse terreno de densa vegetação, atravessado por estradas e caminhos escassos, as chuvas entorpeciam o movimento motorizado, obrigando, não raro, ao uso de carretas puxadas por bois, ou grande comboios de cargueiros. Dadas as condições do solo, as águas das chuvas não se infiltravam, nem se escoavam com facilidade, estagnando-se em lagoas, charcos, pirizais, favorecendo o desenvolvimento de insetos e dos mosquitos vetores do paludismo, endemia existente no TO e responsável por grande número de perdas.

(3) Recursos humanos e econômicos

Do ponto de vista humano, a Bolívia tinha um efetivo de população, nitidamente, superior ao do Paraguai na proporção de 3/1. Mas, se

considerarmos a etnografia dessa população, verificamos que a do Paraguai era mais homogênea e coesa, uma vez que a da Bolívia se repartia em grupos, mais ou menos fechados, falando línguas diferentes e tendo costumes, tradições e anseios diversos. Ambos os povos possuíam excelentes qualidades, ainda que se pudesse distinguir nos paraguaios maior sobriedade. Convém, ainda, lembrar que a maioria da população boliviana, constituída de mestiços e índios, era dominada pelo vício de mascar a coca.

Os recursos, existentes no TO, passíveis de aproveitamento local, não eram de grande monta, reduzindo-se ao aproveitamento de madeira abundante em trabalhos de fortificações e de algum gado. O Paraguai, nesse ponto, era favorecido, pois as Colônias Mennonitas, encravadas no TO, tinham uma produção apreciável de cereais e algodão.

No que respeita aos recursos econômicos e financeiros, a vantagem estava do lado da Bolívia, em consequência da sua produção mineral, muito bem recebida nos mercados internacionais e fonte ponderável de moedas cambiáveis.

(4) Organização militar

As condições geográficas do TO tiveram ampla repercussão na guerra, impondo adaptações ria organização das unidades, suas dotações de material e nos processos de combate a empregar.

O revestimento vegetal do CHACO e as dificuldades de obter-se água no verão e a abundância dela no inverno, a escassez das vias de transportes, em confronto com a pobreza dos efetivos e as dificuldades para armá-los, equipá-los e supri-los, impuseram condições especiais à organização das forças e ao planejamento e conduta das operações, dando-lhe um caráter senão original pelo menos diverso do que até então se tinha visto.

Com efeito, a organização militar teria de ser leve e flexível, pois unidades de grandes efetivos, pesadamente armadas e equipadas, encontrariam grandes dificuldades para se movimentar e manobrar, nesse terreno difícil.

A Artilharia, dada a raridade dos observatórios nesse terreno plano e coberto e a falta de cartas, encontraria fortes restrições de emprego, particularmente, nas ações ofensivas, quando, dificilmente, se poderia balizar a linha alcançada pela Infantaria.

Os morteiros, mais facilmente transportáveis e podendo marchar com os primeiros escalões da Infantaria, teriam, ao contrário, inúmeras oportunidades de emprego.

As dificuldades de se obterem informes, aliadas à organização rudimentar do Estado-Maior, imporia a utilização crescente da Aviação de Reconhecimento, que prestaria excelentes serviços.

O conhecimento do terreno e a habilidade para nele se orientar e construir picadas, a capacidade para adaptar-se às condições do clima,

variando do calor tórrido do verão, ao frio intenso e excesso de chuvas no inverno, determinaram a organização de unidades de sapadores, de construção de poços e o uso de um equipamento muito leve, reduzido ao estritamento necessário e de fardamento adaptado ao clima.

A extensão das frentes de operações e os pequenos efetivos eliminaram, desde o início da guerra, a possibilidade de se realizarem operações em frentes contínuas.

Operou-se, então, ao longo dos eixos de penetração e as operações foram conduzidas por grupamento de forças, que só dispunham de raras vias transversais para estabelecerem ligações laterais. Apesar disso, em cada Exército, as operações obedeceram sempre a um plano de conjunto, visando à conquista de objetivos bem definidos. A Guerra do Chaco teve, assim, o caráter de uma luta de grupamento de forças com amplas possibilidades de manobra, assemelhando-se, na forma, às campanhas napoleônicas.

c — Potencial militar dos beligerantes

A Bolívia, ao iniciar-se a guerra, dispunha de organização militar mais ampla, de recursos financeiros mais abundantes, de um Exército ativo de maior efetivo e melhor armado, do que o Paraguai.

A instrução do Exército era, no entanto, rudimentar, como se poderá ver no trecho de uma parte do Major MOSCOSO, que atribuía o êxito paraguaio na retomada do fortim PITIANTUTA ao emprego de “uma arma de grande potência e relativo alcance até esse momento desconhecida pelo Exército boliviano”. Tratava-se, em verdade, do Morteiro Stokes Brandi, de 81 mm, caracterizado, nessa parte, como "arma surpreendente e terrífica, que causou efeito gradual e decisivo no moral de uma fração ponderável dos defensores, particularmente, sobre os recrutas, cujo espírito foi rudemente amolecido, até ao ponto de contagiar as tropas vizinhas e os próprios oficiais, que, não podendo mantê-los em seus postos, se retraíram sem ordem superior”.

Como vemos, somente a falta de instrução adequada poderia explicar, em 1932, o desconhecimento de uma arma largamente empregada em todos os Exércitos e o efeito psicológico que produziram meia dúzia de seus tiros.

Desde muitos anos, as Escolas Militares bolivianas vinham sendo orientadas por Missões Militares estrangeiras, havendo no seu Exército muitos oficiais competentes.

Apesar da declaração do estado de beligerância, a Bolívia não decretou a mobilização geral, chamando, apenas, algumas classes para o serviço militar, apesar da existência de armamento e equipamento estocados e a necessidade de realizar uma seleção cuidadosa aconselhassem que se fizesse um apelo maciço ao potencial humano do país. Além disso, os critérios políticos e partidários predominaram na seleção do pessoal, levando às fileiras do Exército em Campanha os elementos menos capazes da

população, como os índios apáticos e indiferentes, envenenados pela coca, que entraram com 80% do efetivo e os mestiços (Cholos) espertos, sonsos e com rudimentar formação cívica, que contribuíram com 10%.

O branco, elemento mais culto e capaz da população, só foi aproveitado, convenientemente, mais tarde, quando as derrotas sucessivas impuseram ao Governo boliviano a decretação da mobilização geral.

O Major Antônio Gonzales diz "que só com excessiva boa vontade se poderia chamar de Exército Paraguaio o pequeno aglomerado de homens armados, sem nenhuma instrução militar, organização, Estado-Maior, quadro de oficiais e suboficiais, existentes, em 1931, provido de um material ridículo pela quantidade, qualidade e estado de conservação".

Mas, o Exército paraguaio possuía, ao iniciar-se a guerra, um grupo de oficiais altamente instruídos, o que lhe permitiria vencer suas deficiências iniciais e adquirir, pouco a pouco, a organização, o treinamento e a eficiência de um pequeno, mas aguerrido Exército.

Embora não tivesse preparado, convenientemente, a Mobilização, o Paraguai soube realizá-la, séria e eficientemente. Antes mesmo de 3 de agosto de 1932, data do Decreto de Mobilização Geral, foram chamados, por meio de Cartas Individuais, os homens recém-desincorporados, o que permitiu elevar ao efetivo de guerra as Unidades da ativa e mesmo dar efetivo a algumas de segunda formação.

O Decreto de Mobilização, estipulando cotas a serem fornecidas pelos Municípios, constituídas de homens que já tinham servido, levantou um contingente de reservistas, que, após curto período de treinamento, pôde entrar em ação. Finalmente, a seleção profissional dos contingentes de voluntários, orientada no sentido de só serem incorporados ao Exército os que tivessem aptidão e não desfalcar a mão-de-obra civil, executada com seriedade e adstrita a critérios puramente militares, trouxe para as fileiras elementos realmente úteis, conservando nas tarefas de produção aqueles que lá deviam permanecer.

Pôde, assim, o Paraguai utilizar nas melhores condições possíveis seu minguado potencial humano, tirando dele o melhor partido.

d — Plano de Campanha dos Beligerantes e Concentração

(1) Bolívia

Apesar de dispor a Bolívia, desde muitos anos, de um Chefe de Estado-Maior-Geral de grande fama, o general Hans Kundt e do permanente estado de tensão política em que vivia, em consequência dos contínuos incidentes havidos no Chaco e de sua mudança de atitude, incrementando a ocupação militar desse território, visível a partir de 1903, não se tem notícia de que os órgãos, encarregados de sua segurança externa, tenham elaborado um Plano de Campanha com as características de seriedade, que, nessa época,

já apresentava esse planejamento básico.

Conhece-se o esboço de um Plano de Operação, elaborado pelo Ten-Coronel Angel Rodrigues, Chefe da Seção de Operação do EMG, o qual não foi aprovado pelo "Capitan del Ejército" (Presidente da República), quando lhe foi apresentado pelo general Kundt, Chefe do EMG. As linhas gerais desse Plano estabeleciam

— Mobilização de 10.000 homens para cobrir a linha Boquerón — Arce. Posteriormente, um retraimento progressivo (durante três meses) dessa força até Ballivian, atraindo, assim, o Exército Paraguaio nas direções de Saavedra — Ballivian e Platanillo — Ballivian.

— Simultaneamente, com o estabelecido, anteriormente, haveria a constituição, em Ingavi, de uma massa operativa de quatro divisões (20.000 h) para tomar a ofensiva na direção de Puerto Olimpo e pressionar para o Sul, a cavaleiro do rio Paraguai.

Além disso, esse plano continha referências sobre as despesas de guerra, estimadas entre oito e dez milhões de "Soles" e a organização de um sistema de transportes, que se apoiaria numa base mínima de 600 caminhões.

A concentração boliviana, no início das hostilidades, apresentava os seguintes aspectos de N. para S:

— 5ª DI escalonada ao S de PUERTO SUAREZ entre o rio PARAGUAI e OTUQUIS

— 3ª DI cobrindo o setor de ROBORÉ — MADREJON

— 4ª DI na região dos fortins "CAMACHO" e "PLATANILLOS"

— 7ª DI na região dos fortins de "ZENTENO, MUNOZ e SORPREZA".

— As 4ª e 7ª DI constituíam o 1º Corpo de Exército, com o QG em MUNOZ; mais tarde as 3ª e 5ª DI passaram a depender, também, do Comando do 1º CEx, com o grande inconveniente de que as ordens e informações do Cmt do Corpo, dirigidas a essas Divisões excêntricas, deviam ser transmitidas por intermédio do EMG, sediado em LA PAZ.

— Além dessas GU, outros grupamentos de forças se encontravam em VILLA MONTES, CHARAGUA e BALLIVIAN. Nessa época, parece fora de dúvida que o EMG da Bolívia estabelecera a diretriz operativa seguinte:

— Partindo de TOLEDO e BOQUERÓN, tomar a ofensiva na direção de ISLÃ POI — Coronel Martinez — Puerto Casado para ocupar Puerto Casado.

— Cobrir essa ofensiva ao N, com ações de fixação partidas de Puerto Suarez, sobre Baía Negra; de Madrejón-Flórida, para ocupar o fortim "Coronel Bogado" em condições de prosseguir daí para a Baía Negra, ou na direção "General Diaz" - Puerto Olimpo.

— No setor contíguo ao rio Pilcomayc seria conduzida uma defensiva ativa na linha Falcon — Gondra — Nanawa, a fim de cobrir, pelo S, a ação principal e a região de Munoz, centro capital de vias de transporte.

(2) Paraguai

Não se conhece, mesmo em esboço, um Plano de Campanha do Exército paraguaio, embora possuísse oficiais com capacidade para elaborá-lo. Parece, entretanto, fora de dúvida, que, não possuindo a República os recursos humanos, econômicos e financeiros, de que dispunha a Bolívia, os quais ditaram sua ofensiva, adotaram os paraguaios, inicialmente, uma atitude de defensiva estratégica sem prejuízo das ações agressivas de âmbito tático, que a situação aconselhasse.

A concentração paraguaia, no início das hostilidades, apresentava os seguintes aspectos:

— 1ª DI, em organização, na região de POZO AZUL — ISLÃ POI

— Destacamento da Baía Negra, com cerca de 400 h

— Destacamento NANAWA da ordem de 500 h. Logo depois da retomada de PITIANTUTA, o general Estigarribia, Cmt da 1ª DI, em ofício de 12 de julho de 1932, oferecia ao Governo as seguintes sugestões:

— Ocupar fortemente PITIANTUTA com 2ª RI;

— Completar a mobilização da 1ª DI;

— Converter a Escola de Suboficiais num RI;

— Completar a mobilização dos R C e preparar a de outros 3 RI;

— Designar o Cmt-em-Chefe do Exército com faculdades para dirigir as operações de acordo com um plano objetivo e sob sua única e exclusiva responsabilidade.

— Iniciar as operações antes que os grupamentos de força da Bolívia tivessem ultimado sua reunião, para execução do plano boliviano, que era do seu conhecimento.

No dia 23 de julho, o Brigadeiro da Reserva, general Manoel Rojas, foi designado Cmt-em-Chefe. Esse general estava em franca oposição ao general Estigarribia, no que se referia à defesa do Chaco, pois, advogava a ideia de que essa defesa só poderia ser conduzida, com êxito, sobre as próprias margens do rio Paraguai, enquanto o general Estigarribia se batia para que ela fosse feita a W do rio e tão longe dele, quanto o permitissem as forças disponíveis.

Essas divergências causaram grande contratempo às operações iniciais e terminaram com a nomeação do general Estigarribia como Cmt-em-Chefe das forças, que operavam no Chaco.

(1) Síntese das operações

(1) Entre setembro de 1932 e outubro de 1933

Em suas operações iniciais, os bolivianos tinham conquistado uma extensa linha de fortins e ameaçavam a área de concentração do Exército Paraguaio na região de Isla-Poi.

No início do mês de setembro, os paraguaios tinham reunido um efetivo de 10.000 homens e tomaram a ofensiva na direção de Isla-Poi — Boquerón, visando à conquista de Boquerón, indispensável à segurança de sua área de concentração. Depois de pesada luta, que durou cerca de vinte dias, os paraguaios ocuparam Boquerón, em 29 de setembro. Infligiram 2.000 perdas aos bolivianos e apoderaram-se de 200 armas automáticas, uma Bia Art. 75 mm, munições e fuzis, que foram logo distribuídos às unidades de nova formação. Essa vitória, além de exaltar o moral do Exército paraguaio, provou, praticamente, o acerto da orientação do general Estigarribia, na conduta das operações e teve como consequência a conquista, dos fortins Toledo e Corrales, em meados de outubro, de Castilho e Arce, em fins de outubro, Bolívar, Loa e Jayucubas, em princípios de novembro.

Os bolivianos fizeram esforços desesperados para manter Boquerón, mas não lograram o menor êxito, seja pela falta de oportunidade no lançamento dos contra-ataques, seja pela fraqueza dos elementos encarregados de realizá-los. Perderam muitos oficiais e suboficiais e um material precioso, que lhes iria fazer muita falta.

O Comandante do Exército Boliviano, general José L. Lanza, foi substituído pelo general Hans Kundt, então Chefe do Estado-Maior Geral, que expediu novas diretrizes para as operações, visando a ocupar Puerto Casado. A ofensiva boliviana foi desencadeada, em fins de dezembro de 1932, na direção de Puerto Casado, mas logrou, apenas, êxito reduzido, como o da reocupação de Platanillos, Bolívar, Corrales e Zenteno. Em janeiro, a ofensiva foi ampliada para o setor sul, visando à conquista de Nanawa. Em julho de 1933, os bolivianos atacaram Nanawa com poderosas forças, que incluíam quatro carros de assalto, lança-chamas, mas nada conseguiram.

Os paraguaios, durante toda essa fase das operações, mantiveram-se na defensiva, organizando novas Grandes Unidades. Em fins de setembro, estavam em condições de retomarem a ofensiva e vibrar nos bolivianos um golpe esmagador, na batalha de Zenteno — Campo Via.

(2) Entre outubro de 1933 e novembro de 1934, Manobra de Zenteno — Campo Via

Vencendo a batalha defensiva, que se estendeu por quase um ano e tendo, progressivamente, reunido meios, que lhes permitiram assumir a iniciativa das operações, os paraguaios a usaram para impor esmagadora derrota ao Exército Boliviano.

Aproveitando-se da situação favorável da linha de contato, que criou um saliente no dispositivo boliviano, e da superioridade de meios que

reuniram, os paraguaios iriam tentar a destruição das melhores forças do inimigo, obrigado a tomar uma atitude defensiva e dispondo de fracas reservas locais e gerais.

A manobra, concebida pelo general Estigarribia, foi uma manobra de ala, com uma ação desbordante inicial, seguida de um amplo envolvimento das retaguardas inimigas a ser realizada por um exército de 3.500 homens, apoiados por 22 tubos de artilharia cujos aspectos essenciais foram os seguintes.

A decisão inicial, regulando a execução da primeira fase da manobra, comportava as seguintes ações:

— "Engajamentos" sucessivos, visando à localização da posição de resistência do inimigo.

— Ataques locais, visando a aferrar as reservas inimigas, seja na tamponagem dos intervalos vigiados ou mal defendidos, seja no reforçamento de regiões capitais ameaçadas, esgotando, assim, suas possibilidades de prolongar os flancos.

— Ação frontal de rotura, executada, simultaneamente, com ação desbordante sobre o flanco NW do dispositivo inimigo, visando ao cerco e à destruição das forças, que defendiam o saliente de ZENTENO.

— Exploração do êxito obtido na direção de MUÑOZ.

As forças bolivianas no valor de 12.000 homens, apoiados por 36 tubos de artilharia e 3 aviões, defendiam uma frente de 70 km com fracas reservas locais e gerais. O flanco Sul da posição apoiava-se no fortim de F. Rivarola e no flanco N W havia um espaço de cerca de 20 km, fracamente vigiado. A posição defendia a área de manutenção de SAAVEDRA — MUNOZ, barrando as direções NANAWA — SAAVEDRA, CAMPO ACEVÀL — ZENTENO e ARCE — ZENTENO — SAAVEDRA, apoiando-se nos "bosques" e "campestres" que cobriam inteiramente o terreno.

Nesse dispositivo defensivo avultava a importância do saliente de ZENTENO, envolvido por E e N pelo dispositivo inimigo, com o flanco NW mal definido e ligações precárias com o 2º CEx, cujo grosso se achava a 40 km a NW. Caberia ao Cmt do 1ª CEx a defesa do restante da frente, inclusive de uma direção que interessava, também, à manutenção do acidente capital de ZENTENO.

(a) Período de 23 de outubro a 17 de novembro

Nesse período, os paraguaios desencadearam sucessivos ataques em todas as frentes, particularmente, nas direções CAMPO ACEVAL — ZENTENO e POZO FAVORITO — ZENTENO, visando a fixar as forças inimigas e procurar na posição um ponto fraco para montar a ação de rotura. Localizaram, assim, a Posição de Resistência e seu flanco a NW, bem como uma região mal defendida face à GONDRA.

As forças bolivianas defenderam bem suas posições, tendo sofrido perdas severas. O comando-em-chefe foi obrigado a intervir, constantemente, seja empregando suas reservas próprias, seja reforçando as GU mais fortemente pressionadas, com elementos retirados de outras, que sofriam ações menos intensas.

No momento em que as forças paraguaias intensificaram seus esforços na ala W do dispositivo e deram maior amplitude à ação que desenvolviam, os bolivianos estavam, praticamente, sem reservas, impossibilitados, portanto, de se lhes oporem com êxito.

(b) Período de 18 de novembro a 11 de dezembro

Nesse período, as forças paraguaias envolveram o flanco NW do dispositivo defensivo do inimigo, cortando as vias de transporte do fortim ZENTENO, obrigando a 9ª DI boliviana a retirar-se, precipitadamente. Entrementes, a ação frontal, desencadeada na região de GONDRA, logrou romper a frente inimiga, fazendo junção com a massa desbordante, na região do km 22 da estrada de ZENTENO — SAAVEDRA. Fechava-se, assim, o cerco sobre as 4ª e 9ª DI bolivianas, que foram destruídas, ficando aberto o caminho para MUNOZ.

Cumpre acentuar a ação do Comandante-em-Chefe do Exército Paraguaio, sobrepondo-se a todas as dificuldades, inclusive as oriundas de deficiências de comandos subordinados. Seguindo de perto a ação, certo do êxito da manobra em curso, tomou todas as providências para lhe dar a devida impulsão, sempre atento à reconstituição das reservas, que empregou com energia e oportunidade.

A falta de meios de transporte não lhe permitiu dar a necessária mobilidade à massa de manobra desbordante e explorar a fundo o êxito obtido, destruindo 1º CEx boliviano, que conseguiu evitar o cerco, ao custo de perdas severas.

O Comandante-em-Chefe boliviano, subestimando a capacidade ofensiva do adversário, não sentiu o perigo, que se desenhava na ala NW de seu dispositivo e não determinou em tempo a retirada de ZENTENO. Posteriormente, submergido pelos acontecimentos, renunciou em momento de crise, à conduta da operação, deixando a 9ª DI entregue a sua própria sorte.

Por sua vez, o Cmt da 9ª DI não foi feliz na sua decisão de juntar-se à 4ª DI, fazendo; involuntariamente, o jogo do inimigo. Melhor teria agido, se tivesse tentado abrir caminho a cavaleiro da estrada ZENTENO — SAAVEDRA para restabelecer a posição defensiva no km 22, aproveitando as condições favoráveis do terreno. Com essa vitória, os paraguaios ganharam terreno até a linha Canada ei Carmen — Picuiba.

Nos primeiros dias de novembro de 1934, as forças dos beligerantes tinham realizado, no campo de batalha, um conjugado de forças, tendo como eixo a região de Canada ei Carmen. Ao S, os 3º e 1º Corpos de Exército de paraguaios, reforçados pela 8ª DI/2º CEx, defrontavam 1º CEx boliviano, reforçado pelas 10ª e 2ª DI, atuando a cavaleiro do eixo Ballivian — Samayhuate — Villa Montez; ao N, o Corpo de Cavalaria boliviano, enfrentando o 2º CEx (— 8º DI) paraguaio, atuando a cavaleiro da direção Santa Fé — Picuiba — Camacho, tendo como objetivo Camacho. Cada um dos adversários realizou a superioridade de forças sobre a direção eleita como decisiva e estava pronto para iniciar a ação ofensiva.

Note-se, no entanto, que os paraguaios concentraram o grosso de suas forças na região, que servia de eixo ao sistema de forças, podendo, portanto, operar em linhas interiores, enquanto os bolivianos, além de deixarem um núcleo de forças ponderáveis, o 3º CEx, em posição excêntrica ao sistema teriam de percorrer grande distância para trocarem suas tropas para outra direção de atuação.

(3) Entre novembro de 1933 e janeiro de 1934. Manobra de El Cartnen — Yrendague

O Comandante-em Chefe do Exército paraguaio, depois da vitória de Zenteno — Campo Via, explorou vigorosamente o êxito obtido, levando, audaciosamente, suas forças para NW até uma linha, que, em média, distava da anterior, 170 km, ameaçando elementos vitais do poder militar do inimigo. O esforço despendido foi colossal, exigindo da Nação e de seu governo grande sacrifício.

No momento, em que o adversário, refeito de golpe inicial, adquiria forças superiores às do Paraguai e se preparava para devolver o golpe recebido, o povo e o governo desta Nação, embora confiassem, plenamente, no Chefe Militar, que já dera provas de sua capacidade, estavam receosos e inquietos.

Mas essa inquietação não alcançava o Comando-em-Chefe, que prosseguiu imperturbável na execução do Plano de Campanha, que se traçara, perseguindo com invulgar tenacidade o objetivo final: a destruição das forças inimigas e a ocupação do Território do Chaco.

O general Henrique Penaranda substituirá o general Hans Kundt, no Comando-em-Chefe do Exército boliviano, após a derrota sofrida em Zenteno — Campo Via.

Com louvável capacidade, reorganizou suas forças, conduziu sem perdas sérias uma retirada difícil e exigiu do Governo um esforço de guerra melhor organizado e mais intenso.

No momento, dispunha de um Exército, que aprendera a fazer a guerra, combatendo em situação difícil, melhor armado e mais numeroso, do que o do adversário. Gozava da confiança do Exército, mas suas

dificuldades com a Direção da Guerra eram grandes e dia-a-dia se acentuavam. Defendendo, intransigentemente, as prerrogativas do cargo, contra interferência nem sempre feliz do Presidente da República, sentia que o Governo aguardava, apenas, urna oportunidade para substituí-lo no Comando.

No momento, em que se vão iniciar as operações, os bolivianos dispunham de 50.000 homens e 96 peças de artilharia, enquanto o Paraguai contava, apenas, com 30.000 homens e 48 peças de artilharia.

Os paraguaios tinham alongado suas vias de transporte e os caminhões de que dispunham eram em número insuficiente. O suprimento d'água no eixo de Camacho — Picuiba — Carandaity era difícil, pois na região existiam apenas as fontes de Yrendague. Os suprimentos eram escassos e os estoques nos depósitos avançados não iam além de 5 dias de consumo.

Os bolivianos tinham encurtado suas vias de transporte, tendo-se aproximado de suas bases em Villa Montez e Charagua. Tinham adquirido grande número de caminhões e reorganizado o serviço de saúde.

O general Estigarribia, apesar da inferioridade de suas forças e de algumas derrotas locais sofridas, não perdeu a iniciativa das operações. Embora pressionado pelos receios do governo e do povo paraguaios, que temiam um desastre irremediável, em face do vulto e da importância dos preparativos da Bolívia, perseverou na sua atitude ofensiva. Tirando partido da situação de conjunto, concebeu uma manobra em linhas interiores, cujas ações essenciais foram as seguintes.

Apercebendo-se da situação desfavorável, em que se encontrava a 10ª DI boliviana, quase isolada no flanco N W do dispositivo inimigo, cobrindo o acidente capital de Canada Oruro, o Comando paraguaio montou uma manobra de duplo envolvimento sobre essa GU. Desencadeada de surpresa, logrou êxito completo, destruindo as forças, que defendiam o flanco NW do dispositivo, abrindo caminho para D'ORBIGNY, cuja posse significaria o envolvimento das forças inimigas, que se batiam em Ballivian.

A exploração do êxito não pôde ser feita com a rapidez necessária, em virtude da falta de meios de transporte, mas foi suficiente para sustar a ação ofensiva boliviana sobre a direção Sanfa Fé — Picuiba — Camacho, desencadeada pelo Corpo de Cavalaria.

Essa decisão do inimigo veio entrosar-se, satisfatoriamente, no plano de Comando paraguaio, dando-lhe tempo para reagrupar suas forças e completar a manobra em posição central, que concebera.

Reunindo os meios necessários na região de La Faye, montou nova manobra de envolvimento sobre o grosso das forças inimigas, que operavam no eixo Carandaty — Picuiba — Camacho, visando a apoderar-se de surpresa da região de Yrendague, área crítica de manutenção do inimigo, em virtude de existirem ali os poços d'água de toda a região. A posse de Yrendague, realizada após uma marcha de 60 km, através de mato espesso, aliada à

ausência dos Cmt de GU inimigas, levou o pânico às forças adversárias, que retraíram, celeremente, para o N, abandonando feridos, prisioneiros e materiais.

A dupla vitória de El Carmen e de Yrendague, coroando, o êxito da manobra, concebida pelo general Estigarribia, foi na apreciação do Cel Aquiles Vergara Vecunha, oficial chileno, combatendo ao lado dos bolivianos, "construída sobre os erros da Direção de Guerra da Bolívia" e representa "os melhores pilares de sua obra de condutor de Exército".

Prescrevendo às forças, que defendiam a frente de Ballivian, uma atitude puramente defensiva, apesar de possuir aí superioridade de meios, o Comando boliviano permitiu ao inimigo montar com toda a tranquilidade a manobra de El Carmen, cuja defesa estava mal articulada com a do restante da frente. O resultado foi a destruição da 10ª DI e de parte da 2ª DI e a retirada do 1ª CEx para Cururenda, uma vez que ficara ameaçado de cerco pelo corte das estradas de Campo Jurado — Carandaity e F. D'Orbigny — Villa Montez.

A ordem para que o C Cav detivesse seu movimento ofensivo para S era uma imposição da situação, criada a W, uma vez que não tinha possibilidade de intervir, com oportunidade, sobre o flanco N do inimigo, e, quanto mais para o Sul progredisse mais exporia seu flanco W e retaguarda a uma ação por parte dele.

A perda de Yrendague, apesar de sua importância logística, não era do molde a determinar um retraimento precipitado do CEx e do Corpo Cav. Essa, foi mais consequência de falta de assistência à tropa por parte dos Comandos responsáveis, do que desse êxito do inimigo.

De fato, comandar, eficientemente, uma tropa a 200 km de distância, mesmo que a ela se esteja ligado por fartos e abundantes meios de comunicação é difícil, para não dizer impossível, particularmente, num período de operação ativa. Informado do sucesso do inimigo, em Yrendague, o Cmt do Corpo de Cav deu ordens, através de seu oficial-de-ligação, que chegaram, completamente, deturpadas aos executantes. Por sua vez, alguns oficiais, mais interessados em salvar o material de artilharia do que a tropa, utilizaram os meios de transportes existentes para levá-los, à retaguarda, dando à tropa uma sensação de desprezo e abandono, que foi o elemento fundamental na elaboração do pânico, que se seguiu e que se tornou desde logo incontrolável!

Perdeu, assim, o Comando boliviano qualquer possibilidade de organizar uma retirada e com ela o controle completo de suas forças, que só iriam se constituir na linha ALGODONAL — SANTA CRUZ DE LA SIERRA. Em fins de janeiro de 1935, os paraguaios tinham conquistado CAPIRENDA e CARANDAITY.

Ficaram, assim, as forças bolivianas repartidas em dois grupos: um operando na região de BOYUBÉ, — CHARAGUA — AMBORÉ, apoiando-se nos

recursos, vindos de Santa Cruz de La Sierra; outro, que se batia na região do rio PILCOMÀYO, defendendo Villa Montez, suprido pela via de transportes Villa Montez — Entre Rios. Entre esses dois grupos existia um espaço de 80 km dominado pelos paraguaios.

(4) Terminação da guerra

Durante todo o mês de fevereiro continuou a pressão paraguaia, que culminou com a ocupação de Charagua, no dia 15 de março.

Por essa época, o comando boliviano, graças aos recursos humanos e materiais, que facultou a mobilização geral, decretada após a derrota de El Carmen e Yrendague, tinha montado uma nova ofensiva.

Essa ofensiva foi desencadeada no dia 16 de abril, obrigando os paraguaios a abandonar Charagua e Boyubé, sendo sustada em consequência do progresso das negociações diplomáticas em curso, em Buenos Aires.

As negociações diplomáticas, iniciadas em Buenos Aires, em consequência das recomendações da Assembleia da Sociedade das Nações, de 24 de novembro de 1934, a cargo de uma Comissão Neutra de Controle, da qual faziam parte representantes da Argentina, Chile, Peru, Uruguai (membros da Sociedade), Brasil e Estados Unidos (convidados) tinham feito alguns progressos. Graças à habilidade e ao tato diplomático do Ministro do Exterior do Brasil, José Carlos de Macedo Soares, chegou-se a um acordo, o qual foi consubstanciado no Protocolo, de 11 de junho de 1934, assinado pelos mediadores e os doutores Tomás Manuel Elio, pela Bolívia, e Luiz A. Riart, pelo Paraguai.

— No Protocolo que foi concertado "ad referendum" dos respectivos governos foram fixados princípios e regras, destinados a tornar definitiva a solução temporária do conflito.

O grupo mediador ficou autorizado a convocar imediatamente a Conferência de Paz, a qual caberia promover a resolução do conflito entre Paraguai e Bolívia, por acordo direto, entre as partes, e no caso de não alcançar êxito, por meio do arbitramento da Corte Permanente de Justiça Internacional de Haya. Os beligerantes concordaram em suspender as hostilidades, durante doze dias, tomando por base as posições ocupadas pelos respectivos Exércitos. Uma Comissão Militar Neutra, constituída de representantes das Nações mediadoras, se incumbiu de traçar a linha intermediária de separação dos dois Exércitos, ouvidos os respectivos Comandantes-em-Chefe e resolver todas as divergências, que surgissem. Como medida de segurança e depois de traçada a linha de separação dos dois Exércitos, estes seriam desmobilizados, 110 prazo de noventa dias. Iniciados os trabalhos da Comissão Militar, eliminadas com firmeza e serenidade todas as dificuldades, que foram surgindo, em 2 de julho de 1935, foi apresentado o documento contendo sua decisão sobre o assunto. No mesmo

dia começou a vigorar o prazo para desmobilização dos Exércitos. Em 30 de setembro, estava terminada a desmobilização, tendo sido reintegrados à vida civil 54.105 soldados bolivianos e 46.515 soldados paraguaios.

Entrementes, se tinha reunido a Conferência de Paz, que trabalhava para concluir o acordo definitivo. Em 21 de julho de 1935, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites, entre o Paraguai e a Bolívia. A linha divisória não ficou, porém, definitivamente, estabelecida, uma vez que houve divergências com o Paraguai sobre uma pequena área cuja posse deveria ser decidida por arbitramento. Pelo laudo arbitral de 10 de outubro de 1938, essa divergência última foi por fim eliminada. A linha de limite final pouco se afastou da linha de separação média, entre os dois Exércitos, assinalada no terreno por marcos de madeira, implantados pela Comissão Militar Mista.

(1) Consequências gerais da Guerra

A área adjugada, definitivamente, ao Paraguai foi de 232.650 km^2, ou seja 88,7% do território conquistado e ocupado por suas forças, consagrando os sacrifícios de seu povo e de seu Exército numa guerra vitoriosa.

— Sancionou os pontos essenciais das razões históricas, alegadas pelo Paraguai em litígio de fronteira com a Bolívia, preservando para o país as margens do rio Paraguai e a Zona de Vila Hayes.

— Eliminou uma área de tensão na Bacia do Prata a qual afetou, em tempos passados, as boas relações internacionais, entre as Repúblicas do Brasil e da Argentina.

— Repercutiu no surgimento do Movimento Nacional Revolucionário, na Bolívia, onde se foram abrigar a revolta e a frustração dos militares, que fizeram a guerra, contra a incapacidade e o personalismo dos governos, que conduziram a Nação a humilhantes derrotas e perdas substanciais de território e que se traduziu num violento xenofobismo na ação política interna do país.

— Permitiu que o Paraguai tivesse acesso às ricas reservas petrolíferas do Chaco.

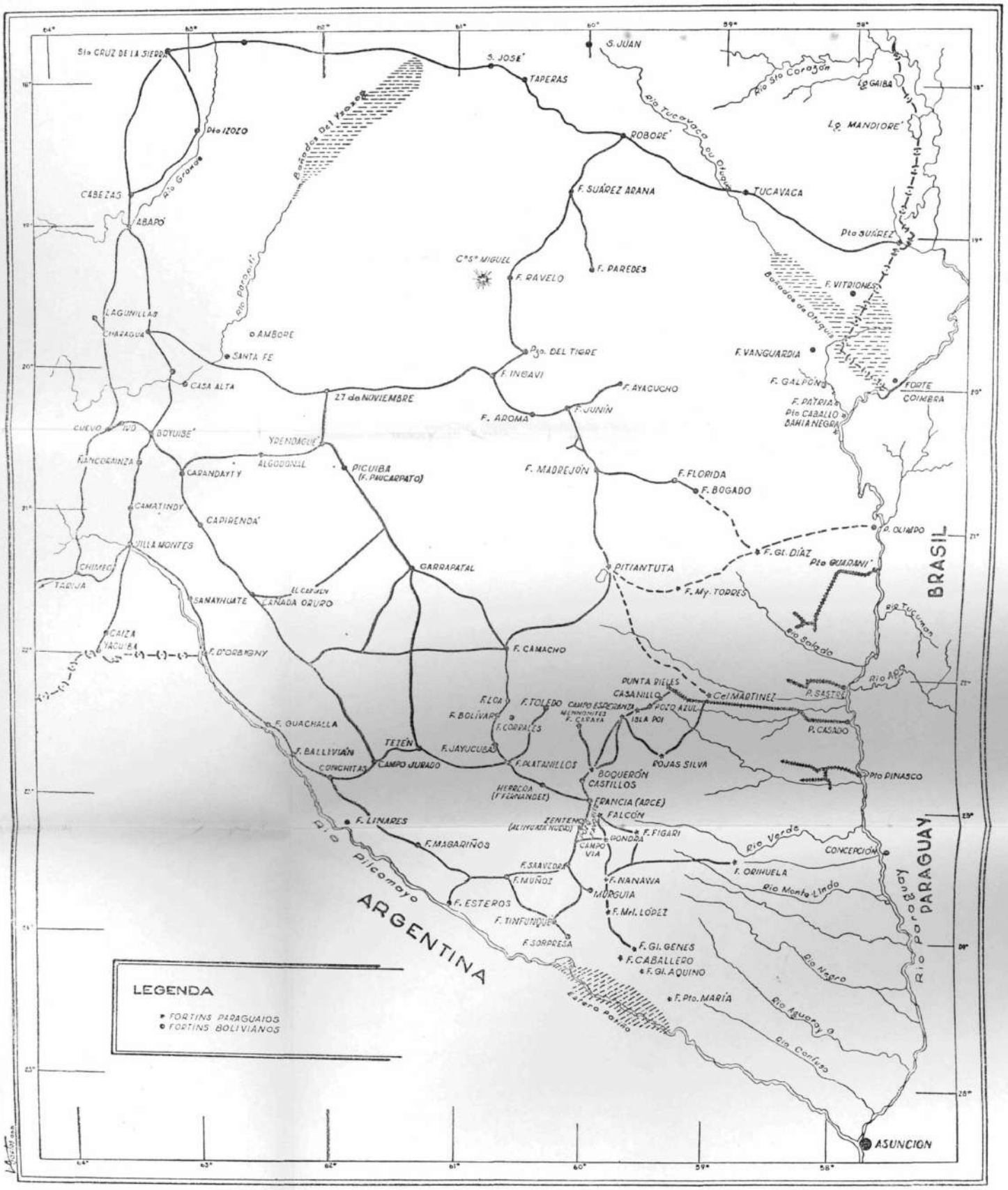
— A atuação brasileira, durante o conflito, e sua decisiva e correta intervenção nas negociações, culminaram com a assinatura do Tratado de Aproveitamento do Petróleo Boliviano e de Vinculação Ferroviária de 1938 e melhorou sua posição em relação ao governo e ao povo da República do Paraguai.

— Exacerbou os ressentimentos dos paraguaios contra os argentinos, acusados de terem ajudado substancialmente os bolivianos, durante a guerra, e ocupado, indevidamente, áreas litigiosas no Chaco, na região do Pilcomayo.

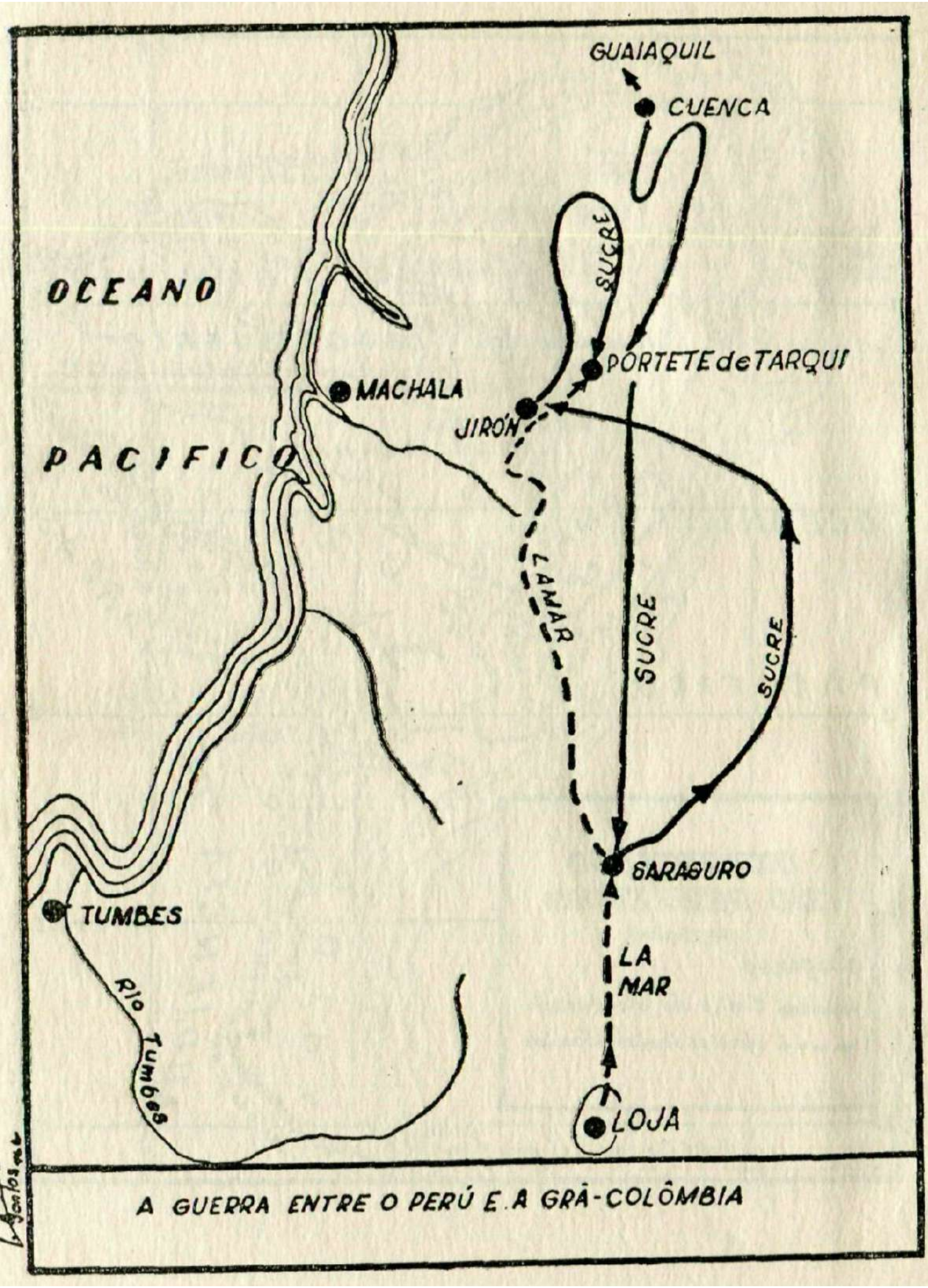
— Não eliminou todas as reivindicações paraguaias sobre o território

do Chaco, uma vez que não se conformaram, em terem sido submetidas a arbitramento e julgadas por equidade, a posse de pequenas áreas, que suas forças ocupavam no momento da cessação das hostilidades.

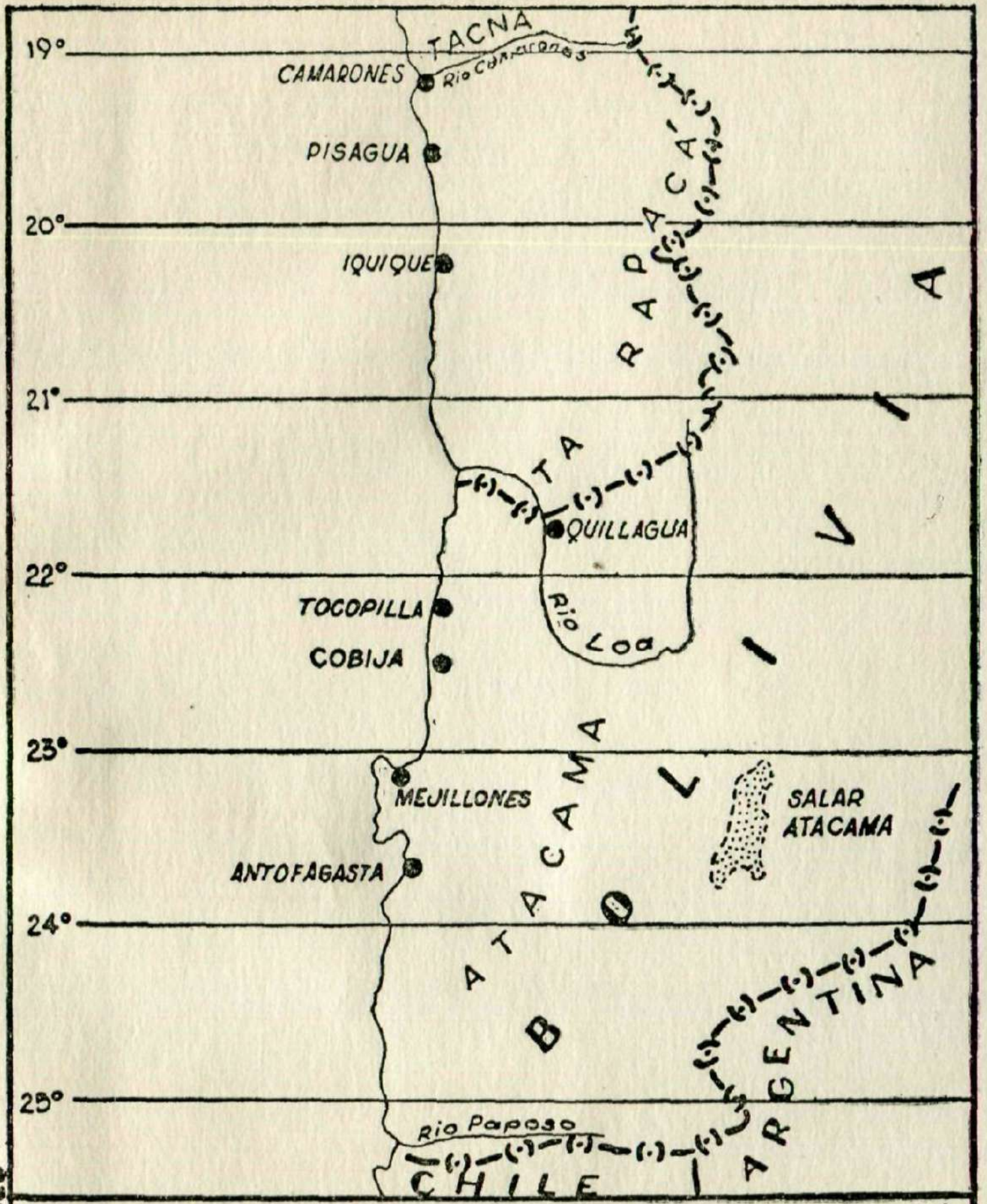
> OBS: As cartas constantes do livro “A PAZ DO CHACO”, de autoria do General ESTEVÃO DE CARVALHO (Volumes 241 e 242 — Biblioteca do Exército — 1958) devem ser consultadas para melhor compreensão do presente assunto.


Sta CRUZ DE LA SIERRA
S. JOSE'
TAPERAS
S. JUAN
Río Sto Corazón
La GAIBA
La MANDIORE'
Río Tucavaca ou Otuquis
ROBORE'
TUCAVACA
Pto SUÁREZ
F. SUÁREZ ARANA
Pto IZOZO
Río Grande
CABEZAS
ABAPÓ
Bañados del Yacaré
Río Parapetí
C°S° MIGUEL
F. RAVELO
F. PAREDES
F. VITRIONES
Bañados de Otuquis
LAGUNILLAS
CHAZAGUA
AMBORE
SANTA FE
Pzo. DEL TIGRE
F. VANGUARDIA
CASA ALTA
F. INGAVI
F. AYACUCHO
F. GALPÓN
FORTE COIMBRA
27 de NOVIEMBRE
F. AROMA
F. JUNÍN
F. PATRIA
Pto CABALLO
BAHIA NEGRA
CUEVO
YUQ
BOYUIBE'
YDENDAGUE'
RANCHO RAINZA
ALGODONAL
CARANDAYTY
PICUIBA (F. PAUCARPATO)
F. MADREJÓN
F. FLORIDA
F. BOGADO
CAMATINDY
CAPIRENDA'
VILLA MONTES
O. OLIMPO
F. Gl. DÍAZ
Pto GUARANI'
CHIMEO
TARIJA
GARRAPATAL
PITIANTUTA
F. My. TORRES
BRASIL
SANAYHUATE
EL CABALLO
CAÑADA ORURO
Río Tucuman
Río Salado
CAIZA
YACUIBA
F. D'ORBIGNY
F. CAMACHO
Río ABA
PUNTA RIELES
CASANILLO
Cel MARTINEZ
P. SASTRE
F. LOA
F. TOLEDO
CAMPO ESPERANZA
POZO AZUL
F. BOLÍVAR
MENNONITES
F. CARAYA
ISLA POI
P. CASADO
F. CORRALES
F. GUACHALLA
TETÉN
F. JAYUCUBA
F. PLATANILLOS
ROJAS SILVA
F. BALLIVIÁN
CONCHITAS
CAMPO JURADO
BOQUERÓN
CASTILLOS
Pto PINASCO
HERRERA (F. FERNANDEZ)
FRANCIA (ARCE)
FALCÓN
F. LINARES
ZENTENO (ALTAGRACIA NUEVO)
F. FIGARI
PONDRA
Río Verde
CONCEPCIÓN
F. MABARIÑOS
CAMPO VIA
F. SARAVEDRA
F. ORIHUELA
F. MUÑOZ
F. NANAWA
Río Monte Lindo
MORGUIA
F. ESTEROS
F. Mrl. LÓPEZ
F. TINFUNQUE
F. SORPRESA
F. Gl. GENES
F. CABALLERO
F. Gl. AQUINO
Río Negro
F. Pto. MARÍA
Río Aquidaban
Río Confuso
Estero Patiño
Río Pilcomayo
ARGENTINA
Río Paraguay
PARAGUAY
ASUNCION
LEGENDA
* FORTINS PARAGUAIOS
• FORTINS BOLIVIANOS

COMDCIA GRAL DE MAINAS
Real Cédula de 15 de Julio de 1802
GUAYAQUIL Real Cédula 2 Jul. 1803
MISIONES DE SILICUMBIOS Y DEL PUTUMAYO
DOMINIOS DE PORTUGAL
Tratado de S. Ildefonso en 1777
MISIONES FRANCISCANAS
OCEANO PACIFICO
AUDIENCIA DE CHARCAS
AUDIENCIA DE QUITO
VIRREYNATO DE SANTA FE
Trujillo
Lima
Huamanga
Cuzco
Arequipa
Tarma
Jaen
Moyobamba
Quito
Popayan
Quijos
Maynas
Tomependa
Chachapoyas
Huancabamba
Huallaga
Ucayali
Pachitea
Paucartambo
Apurimac
Beni
Mamore
Guapay
Pilcomayo
Paraguay
Tarija
Titicaca
L. Titicaca
Real Cédula 1778
Toledo
Virrey
Poblacion de proa
Deslin de proa
DAPOSO
Real Orden, Octubre 1° de 1802
DICCIONARIO DO PERU EMIGO
Leyenda
Limite do Vice Reinado
Limites das Intendencias
60
75
70
65
80
0
5
10
15
20
25



A GUERRA ENTRE O PERÚ E A GRÃ-COLÔMBIA



ATACAMA E TARAPACA'
1879

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM SITKA TEXT, 12 PELA EDITORA SCRIPTORIUM IMPRESSO EM PAPEL AVENA OFF-WHITE, 80G/M^{22}, EM DEZEMBRO DE 2025.